



GESTOS URBANOS

Fabiana Dultra Britto e Paola Berenstein Jacques (org.)

GESTOS URBANOS

Fabiana Dultra Britto e Paola Berenstein Jacques (org.)





CORPOCIDADE

GESTOS URBANOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
REITOR *João Carlos Salles Pires da Silva*
VICE-REITOR *Paulo Cesar Miguez de Oliveira*
ASSESSOR DO REITOR *Paulo Costa Lima*



E D U F B A

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
DIRETORA *Flávia Goulart Mota Garcia Rosa*

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes
Angelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Charbel Niño El Hani
Cleise Furtado Mendes
Evelina de Carvalho Sá Hoisel
José Teixeira Cavalcante Filho
Maria Vidal de Negreiros Camargo



FACULDADE DE ARQUITETURA
DIRETORA *Naia Alban Suarez*

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
COORDENADOR *Luiz Antônio Cardoso*

GRUPO DE PESQUISA LABORATÓRIO URBANO
COORDENADORA *Paola Berenstein Jacques*

Apoio Corporatividade 5:



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



CORPOCIDADE

GESTOS URBANOS

organização

*Fabiana Dultra Britto
Paola Berenstein Jacques*

Salvador . EDUFBA . 2017

2017, autores.
Direitos dessa edição cedidos à Edufba.
Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

PROJETO GRÁFICO
Igor Queiroz e Leonardo Vieira

REVISÃO
Larissa Caroline Borges

NORMALIZAÇÃO
Sandra Batista

Sistema de Bibliotecas - UFBA

B862 Britto, Fabiana Dultra.
Corporcidade: gestos urbanos / Fabiana Dultra Britto; Paola Berenstein Jacques. - Salvador: Eufba, 2017.
p. il. cm.
Inclui referências.

ISBN 978-85-232-1585-9

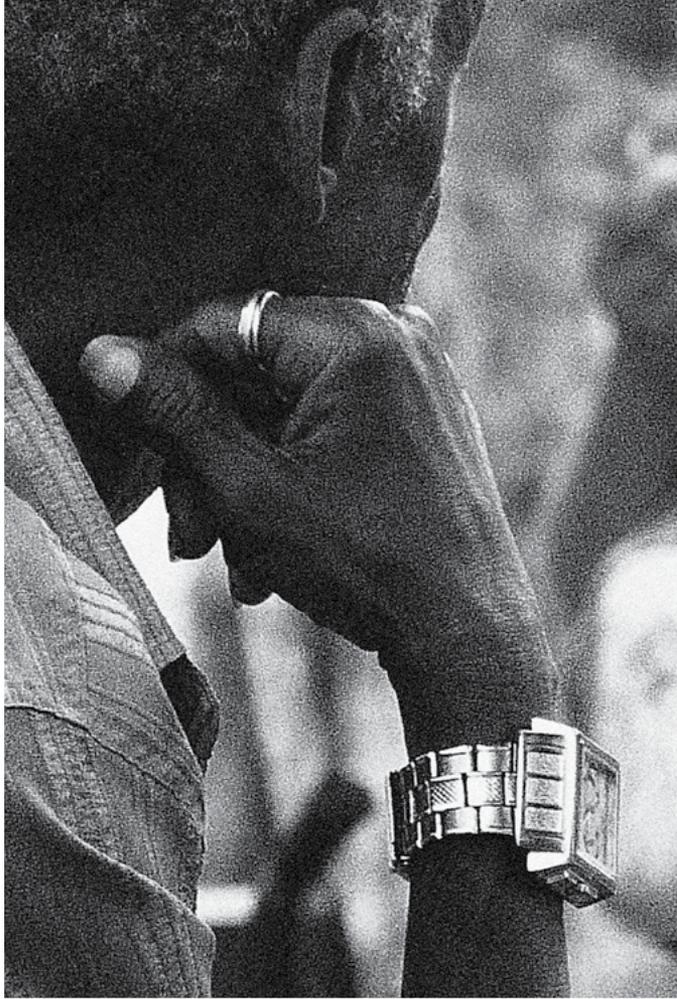
1. Cidades. 2. Espaços urbanos. 3. Comportamento. I. Britto, Fabiana Dultra. II. Jacques, Paola Berenstein. III. Título.

CDD 303
CDU 304

Editora filiada à:



EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo s/n
Campus de Ondina
40.170-115 - Salvador - Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br



Parte I . AGENCIAMENTOS

Apresentação <i>Fabiana Dultra Britto</i> <i>Paola Berenstein Jacques</i>	08
Canteiro de obra <i>Jeanne Marie Gagnebin</i>	20
O tempo do agora da insurgência: memória de gestos e política do espaço, segundo Walter Benjamin <i>Rita Velloso</i>	42
Performatividades e Visibilidades <i>Vera Pallamin</i>	70
O neófito e a cidade <i>Maria Angélica da Silva</i>	84
Dimensões do estar no mundo/cidades: o público, o privado, o íntimo <i>Maria Stella Bresciani</i>	102
Gestos urbanos: pensar o tempo <i>Margareth da Silva Pereira</i>	150
Temporalidades e Liminaridades <i>Cibele Saliba Rizek</i>	172
Cidades novas, cidades progerianas: do gestar à necessidade gestual <i>Ricardo Trevisan</i>	190
Gestologia: breve ensaio sobre uma diferente teoria do gesto <i>Pasqualino Romano Magnavita</i>	206

232

Performatividades

*Fabiana Dultra Britto
Jussara Sobreira Setenta*

262

Visibilidades

*Junia Mortimer
Washington Drummond
Rita Velloso
Xico Costa
Fábio Souza
Ramon Martins
Camila Ferraz
Bárbara Rocha*

294

Temporalidades

*Paola Berenstein Jacques
Cícero Castro
Janaina Chavier
Dilton Lopes
Igor Queiroz
Leonardo Vieira
Osnildo Adão Wan-Dall Junior*

350

Liminaridades

*Thais Troncon Rosa
Eduardo Rocha Lima
Janaina Lisiak
Thiago Magri
Milene Migliano
Clara Passaro
João Soares Pena
Anna Raquelle E. A. Silva
Maria Isabel Menezes*

384

Sobre os Autores

A black and white photograph showing a person's feet wearing white sneakers with white laces. The person is wearing denim jeans. A hand is visible in the foreground, holding a lit cigarette near the side of the shoe. The background is blurred, suggesting an outdoor setting.

APRESENTAÇÃO

*Fabiana Dultra Britto
Paola Berenstein Jacques*

O presente livro é parte da plataforma de ações Corpocidade e refere-se às atividades de nosso último encontro bienal realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) – dentro das atividades comemorativas de seus 70 anos – na cidade de Salvador, em dezembro de 2016. A plataforma Corpocidade configura-se como um campo de *debates, ações e articulações*¹ criado na primeira edição do encontro em 2008, que testou um formato híbrido entre acadêmico e artístico, que admitia inscrições de propostas teóricas de comunicações e de propostas artísticas de intervenção urbana. Desse modo, além de concretizarmos a desejada articulação entre teoria e prática, também estendemos desdobramentos do encontro da universidade para a própria cidade, onde foram realizadas um série de intervenções urbanas.

Na 2ª edição do encontro, que ocorreu em 2010 em Salvador e no Rio de Janeiro, optamos por uma dinâmica de debate sobre a questão central dos “conflitos e dissensos no espaço público” que incluísse também o processo de construção da própria matéria a ser debatida, a partir de experiências coletivas mobilizadas pelos próprios contextos de nossas reuniões preparatórias, na Maré (Rio) e em Alagados (Salvador). O debate final foi a instância pública da experiência que o gestou e cada experiência foi antecedida pela apresentação cênica das obras coreográficas *Pororoca*, da coreógrafa Lia Rodrigues e *SIM – ações integradas de consentimento para ocupação e resistência*, do coreógrafo Alejandro Ahmed e Grupo Cena 11, cujas propostas estéticas já problematizavam as questões de conflito e negociação no espaço e que atuaram como provocações e ponto de ignição dos trabalhos.

Em articulação com outras pesquisas coletivas,² a 3ª edição em 2012 do encontro focou nas possibilidades de apreensão corporal da cidade e seus modos de compartilhamento e transmissão, buscando tensionar as noções de corpo, cidade e cultura a partir da noção de experiência. Na 4ª edição, em 2014, o encontro aprofundou este debate com foco nas metodologias de apreensão da complexidade das cidades no atual contexto de espetacularização urbana, buscando articular três linhas de abordagem que costumam ser tratadas separadamente: historiografia, apreensão crítica e experiência estética-corporal. Tomando a noção de experiência como princípio norteador de nossa investigação metodológica e buscando um modo de abordagem sobre o complexo engendramento

das inúmeras formas de divergência que estão em disputa nas diferentes narrativas da experiência urbana, baseado no exercício de articulação entre os diferentes conteúdos dessa trama, foi proposta uma dinâmica de estudo intensivo sobre as possibilidades de composição conjunta de constelações de ideias sobre experiências de apreensão da cidade.

Na 5ª edição do encontro, buscamos construir diferentes possibilidades de reflexão sobre as relações entre corpo e cidade, a partir de um conjunto de ideias, de *gestos urbanos*. Os textos que reunimos nesse livro foram ou detonadores (palestras e mesas redondas) ou resultantes (grupos de estudos) desses debates. Inicialmente trabalhamos o tema proposto – *gestos urbanos* – a partir de uma constelação de referências e autores³ que nos pareciam abrir algumas frestas de compreensão do complexo emaranhado subjacente à instauração das dinâmicas urbanas em que estamos todos implicados. Referências cujos pressupostos e contextos, embora diferentes, nos pareciam apontar para enfoques correlatos, entretanto distintos do senso comum, sobretudo ao buscar deslocar a ideia de gestos de um sentido puramente etológico para aquele epistemológico.

Buscávamos, e continuamos a buscar com o presente livro, explicitar a potência crítica, criativa, analítica e política (no sentido insurgente do termo) dessa ideia de *gestos urbanos*, tomando por órbita – nesta constelação maior, que ainda continua crescendo como novas referências – a ideia de *gestos-fio* formulada por Ana Clara Torres Ribeiro⁴ (2005, p. 416) como aqueles gestos necessários à trama da urbanidade:

[pois] costumam saberes à co-presença, estimulando a superação do prestígio ainda mantido pelas leituras mecanicistas e funcionalistas da vida urbana. [...] Dos gestos-fio 'impensados' podem advir descobertas radicalmente novas e vínculos imprevisíveis, o que também é necessário à tessitura do social, especialmente num período caracterizado pelo esgarçamento de relações sociais.

O livro está dividido em duas partes, a que chamamos de *agenciamentos*, que são as propostas de articulação apresentadas por nossos convidados, e a parte dos *atravessamentos*, referente aos grupos de estudos realizados. Na primeira parte intercalamos os textos das conferências ministradas por Jeanne Marie Gagnebin, Maria Stella Bresciani e Pasqualino Romano Magnavita com as falas de Rita Velloso, Vera Pallamin e Maria Angélica da Silva, da primeira mesa e de Margareth da Silva Pereira, Cibele Saliba Rizek e Ricardo Trevisan da segunda e última mesa. Os textos relativos às duas mesas já introduzem o que chamamos de planos de atravessamento de nossa questão central – *performatividades, visibilidades, temporalidades e liminaridades* – que foram desenvolvidos nos trabalhos dos respectivos grupos de estudos⁵ e compõem a segunda parte do livro. Tendo por disposição comum investigar os *gestos urbanos* a partir desses planos de atravessamento, que tanto promovem as emergências desses gestos quanto expressam seus tensionamentos, cada coordenador de plano encaminhou a discussão em seu grupo de estudo, propondo enfoques particulares, cujos resultados encontram-se aqui resumidos.

O plano de atravessamento *performatividades* partiu da compreensão de que a corporalidade, embora referente à esfera

privada da existência do corpo, é constituída na esfera pública por meio de experiências de afetação recíproca. Um processo modulado por regimes de poder que produzem e impõem certos modos de ser cujo desvio configura uma potência crítica aos contextos dados. Nessa confrontação com as estruturas normativas de que fazem parte, os corpos desenvolvem suas *performatividades* que se configuram em gestos. Pensar gesto como desafio a molduras politicamente saturadas sugere um atravessamento da noção de *gestos urbanos* aberto ao risco da interrupção de narrativas consolidadas.

O plano de atravessamento *visibilidades* propôs discutir os *gestos urbanos* utilizando imagens em anteparo. As diversas técnicas empenhadas na corporificação de uma imagem foram entendidas como anteparo. Não se tratava de empreender um estudo representacional dos *gestos urbanos*, mas sim de trabalhar pela experiência do visível. O grupo *visibilidades* propôs explorar imagens como instância de pensamento que fazem aparecer as coisas, conforme flexões ou qualidades heterogêneas; imagens que ao “relampejar” sobre a malha da urbanidade na qual estamos necessariamente implicados promovem, ao mesmo tempo, uma torção, um esgarçamento, uma instabilidade e um furo nessa malha.

Por sua vez, o plano de *temporalidades* partiu da ideia de Aby Warburg, de *nachleben* (sobrevivência), para focar o debate na sobrevivência dos *gestos urbanos*. O foco principal foram os *gestos urbanos* que ressurgem em outra época, que mesmo desaparecidos materialmente permanecem vivos, principalmente na memória e, assim, assombram as cidades

em épocas posteriores. A sobrevivência de *gestos urbanos* foi proposta como um processo de transmissão, de narração, de transformação e de recepção da experiência urbana. A discussão também abordou como a memória opera nesse processo, como uma forma de herança de um tempo que ainda sobrevive, mesmo que em breves lampejos, em outro tempo, permitindo uma coexistência de tempos distintos no espaço urbano. O que nos levou a questão do anacronismo, pautado na questão da memória, da memória social, cultural, mas também e, sobretudo, da memória involuntária. A memória involuntária, como os sonhos, opera por montagens, criando nexos inesperados, não lineares, de forma anacrônica e fragmentária. A proposta foi tensionarmos o campo da história das cidades e do urbanismo a partir de um complexo jogo de *temporalidades*, de diferentes forças entre passado e presente, entre os “ocorridos” e os “agoras”, através de montagens sinópticas de tempos heterogêneos que ainda sobrevivem nas cidades, forças do passado que ressurgem no presente (sobrevivem para além de sua cristalização ou de sua materialidade) como relâmpagos, lampejos ou memórias involuntárias.

O plano de atravessamento *liminaridades*, por fim, propôs a discussão dos *gestos urbanos* a partir de práticas, processos e dinâmicas socioespaciais implicadas na tessitura de urbanidades liminares. Zonas menos definidas que as fronteiras, limiares evocam passagens, deslocamentos, instabilidades, transitividades, mediações, disputas, conflitos. Permeando a investigação sobre *gestos urbanos*, fazem emergir relações e tensionamentos entre diferentes racionalidades,

normatividades e territorialidades – muitas vezes simultâneas e sobrepostas – presentes na construção cotidiana do social, do urbano, de urbanidades contemporâneas. A discussão neste grupo partiu das seguintes questões: Seriam as *liminaridades* um pressuposto mesmo dessas urbanidades? Em que medida a alteridade inerente aos gestos que aqui nos interessam – quase sempre fugidios, em movimentos de associação e dissociação, de aproximação e distinção – pode fazer valer sua potência não apenas na produção da cidade, mas na própria produção de conhecimento sobre a cidade?

Por caminhos variados de construção de um entendimento sobre o que seriam *gestos urbanos*, os autores aqui reunidos sugerem certa correlação entre suas abordagens sem, contudo, complementarem-se de modo linear. Seus diferentes pontos de partida, sendo relativos aos seus contextos de atuação acadêmica e campos de referência teórica, mesmo quando emergentes de situações dispersas – caso dos autores da primeira parte, *agenciamentos*, que não partiram de uma mesma situação criada coletivamente, como se deu entre os autores da segunda parte, *atravessamentos* – convergem para o adensamento da teia de questões desenhadas em torno do tema lançado pelo encontro Corpocidade 5 como provocação de estudo, contribuindo para ampliar o mosaico de concepções e interpretações disponíveis como repertório para outras futuras reflexões críticas.

Se é verdade, como se sabe, que conhecimento – tal como gesto – não se produz individualmente mas requer o confronto com a alteridade, e que a crítica não se faz sem o confronto ao *status quo*, há que se reconhecer a universidade como

locus privilegiado de experiências criativas de produção de conhecimento crítico e a cidade como *locus* privilegiado da experiência da alteridade e dos seus processos de transmissão e de compartilhamento público. Por isso, pensamos esse livro como um gesto acadêmico mas, também, como um gesto urbano. ■

1. Referência ao primeiro livro da plataforma: *CORPOCIDADE, debates, ações e articulações*. Salvador, EDUFBA, 2010. Para todas as informações sobre a plataforma: <http://www.corpocidade.dan.ufba.br>.
2. “Cidade & Cultura” (PROCULTURA, CAPES/MinC) e “Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea” (PRONEM, CNPq/FAPESB), sobre essas pesquisas ver os números especiais dos Cadernos do PPG-AU, a revista REDOBRA (<http://www.redobra.ufba.br>) que também reúne vários textos relativos às atividades da plataforma CORPOCIDADE e a coleção de livros *Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea*. EDUFBA, 2015 (tomos: I. Experiência, Apreensão, Urbanismo; II. Subjetividade, Corpo, Arte; III. Alteridade, Imagem, Etnografia, e IV. Memória, Narração, História).
3. Disponíveis no site do encontro: <http://www.corpocidade5.dan.ufba.br>.
4. RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set./dez. 2005.
5. Os grupos de estudos, cada um com sua própria metodologia de trabalho e coordenação autônoma – o grupo Performatividades foi coordenado por Fabiana Dultra Britto, o grupo Visibilidades por Junia Mortimer, o grupo Temporalidades por Paola Berenstein Jacques e o grupo Liminaridades por Thais Troncon Rosa –, começaram a trabalhar vários meses antes do encontro, receberam os participantes selecionados durante os dias do encontro e voltaram a se reunir depois do encontro.



Parte I



AGENCIAMENTOS



**CANTEIRO
DE OBRA¹**

Jeanne Marie Gagnebin

Em 1928, um ano antes da quebra da Bolsa de Nova York, que deu início à Grande Depressão, são publicados dois livros de Walter Benjamin: uma pequena sequência de *Denkbilder* (“imagens do pensamento”), intitulada *Einbahnstrasse* (*Rua de mão única*); e um volume denso e de muitas páginas, *Ursprung des deutschen Trauerspiels* (*Origem do drama barroco alemão*, na tradução de Sérgio Paulo Rouanet,² ou *Origem do drama trágico alemão*³, na de João Barrento).

Rua de mão única e *Origem do drama barroco alemão* são textos tão diferentes que, à primeira vista, um leitor incauto poderia pensar que foram escritos por dois indivíduos distintos, não houvesse o nome do autor em comum na capa de ambos. Uma leitura mais cuidadosa pode encontrar paralelos, como veremos. Essa distância assinala um momento importante, uma virada na vida de Benjamin. Ele deixa de ser um aspirante à vida acadêmica; como se sabe, o livro sobre o drama barroco foi entregue para ser julgado como tese de livre-docência na Universidade de Frankfurt, na disciplina de Estética da Faculdade de Filosofia. O professor de Estética, Hans Cornelius achou o texto incompreensível e o passou a seu assistente, Max Horkheimer (!), que

confirmou essa dificuldade. Benjamin foi, então, aconselhado a renunciar a apresentar o trabalho para não sofrer o vexame da reprovação. Uma conclusão a tirar desse episódio, afora a mediocridade do *Betrieb*⁴ acadêmico alemão da época, também pode ser a hipótese de que Benjamin colocou conscientemente à prova as limitações universitárias, escrevendo uma competente paródia de pesquisa erudita⁵ para melhor testar os estreitos limites dessa prática tradicional e opor uma desconstrução ousada, supremamente subversiva, à historiografia acadêmica em vigor. Quero dizer que Benjamin sabia do risco e escolheu corrê-lo, o que também testemunha sua ambiguidade em relação à carreira universitária.

Nesse contexto, a redação e publicação de *Rua de mão única* também pode assinalar o início de uma mudança na vida, no pensamento e na escrita de Benjamin, um início que responde e corresponde ao cansaço diante das disciplinas universitárias vigentes. Cansaço antigo que o encontro com a energia erótica e política de Asja Lacis só reforça, mas que Benjamin já sentia há bastante tempo. É só pensar, por exemplo, no texto de Benjamin sobre as *Afinidades Eletivas* de Goethe para vislumbrar sua oposição à “germanística” dominante (nesse caso, à figura do “papa da germanística” da época, Friedrich Gundolf).⁶

Concebido inicialmente para ser só uma “plaqueta de pequenos textos”, publicada às expensas do próprio autor somente para seus amigos,⁷ *Rua de mão única* se transforma numa sequência de 61 textos, curtos ou mais longos, que podem muito bem mimetizar os dois lados de uma rua berlinense, de um lado os números 1 a 30 e do outro 30 a 61 (a numeração das casas na cidade obedece muitas vezes a esse tipo de ordem, e não à de edifícios pares e ímpares). Bernd Witte⁸ vê assim correspondências

entre o número 1 (“Posto de gasolina”) e o número 31 (“Loja de antiguidades”) como os dois lados opostos da mesma rua, um emblema da técnica moderna de um lado, um acúmulo de coisas antigas do outro. É possível, mas me parece ser mais relevante a sua observação sobre o lugar central ocupado pelas seis miniaturas cuja forma contrasta com o título “Ampliações” e que tratam da criança, miniaturas retomadas, bem mais tarde, no livro *Infância em Berlim*.

Witte também nota que o livro de Benjamin se situa, pelo menos na data de sua primeira publicação, entre *O camponês de Paris*, de Louis Aragon (1926), e *Berlin Alexanderplatz*, de Alfred Döblin (1929). Três livros cuja personagem principal é a grande cidade moderna em seu movimento de destruição do antigo e de construção de novos templos (que também serão destruídos no futuro), destinados a expor e vender sonhos, espetáculos e mercadorias, na sua dinâmica de “fantasmagorias” produzidas pelo capitalismo. Benjamin leu os dois primeiros capítulos de *O Camponês de Paris*, “Prefácio a uma mitologia moderna” e “A passagem da Ópera”, já em 1925, nos números da *Revue européenne*, antes da publicação do livro. Ele ressalta o impacto do livro de Aragon numa carta a Adorno, em 31 de maio de 1935, apontando o quanto inspiraram o projeto das *Passagens*, e, podemos dizer também, a célula germinativa das *Passagens* constituída por *Rua de mão única*. Assim, muitos dos temas e das técnicas desse livro-chave do surrealismo, a transformação incessante da cidade, as andanças ao léu, os choques dos encontros e do trânsito (uma temática já decisiva em Charles Baudelaire), a irrupção, no corpo do texto, da publicidade, de propagandas ou de placas, de anúncios de todo tipo, tudo isso intervém, muitas vezes em caracteres tipográficos estranhos ao curso tranquilo da prosa autoral. Montagem

e colagem interrompem o fluxo da narrativa como nos textos emblemáticos dos surrealistas franceses, aos quais Benjamin consagra um ensaio importante que será publicado um ano depois de *Rua de mão única*, “O Surrealismo. O último instantâneo da inteligência europeia”.⁹

Como o escreve Karlheinz Barck,¹⁰ no seu belo verbete sobre a questão do Surrealismo em Benjamin, não se trata neste ensaio de fazer uma história do surrealismo, mas sim de enumerar “Bausteine einer Theorie de Erfahrung” (“tijolos de uma teoria da experiência”).¹¹ Aos tijolos dessa (nova) experiência responde o entulho dos canteiros de obra, onde destruição e construção são dificilmente distinguíveis. Assim também, no “romance” de Döblin, que retoma muitos elementos dessas técnicas de montagem, o *Alexanderplatz* do título vive em obras que atrapalham a circulação, mas também oferecem esconderijos nas ruínas a “marginais” como Biberkopf, o “herói” desse estranho livro, cujo nome, aliás, lembra o castor (*Biber-Kopf*, cabeça de castor), esse infatigável bicho construtor. Estranho livro ao qual Benjamin dedicou uma resenha intitulada, justamente, “Crise do romance”, de 1930.¹²

Berndt Witte afirma, com razão, que esses três livros – *O camponês de Paris*, *Rua de mão única* e *Berlin Alexanderplatz* – desenham, de fato, uma crise da narrativa tradicional. Não há mais um herói positivo, mas é a rua, o coletivo, a cidade que tomam a palavra. Não há mais um narrador onisciente, mas um pedestre, um transeunte (menos contemplativo e ocioso que o *flâneur*¹³), entregue aos estímulos visuais da rua e das propagandas, ao barulho do trânsito e dos gritos, que tropeça e esbarra em outros pedestres ou em obstáculos. A presença do Surrealismo em *Rua de mão única* (ênfaticada na resenha de Ernst Bloch) não significa, portanto,

somente a influência de uma corrente literária no sentido restrito. Assinala, muito mais, uma transformação da experiência na vida de Benjamin, transformação sensível, existencial e política.

Neste momento intervém, sem dúvida, a figura fundamental de Asja Lacis, ao qual o livro é dedicado numa bela metáfora construtivista: “Diese Strasse heisst ASJA-LACIS-STRASSE nach der die sie als Ingenieur im Autor durchbrochen hat” (“Esta rua chama-se RUA ASJA LACIS, em homenagem àquela que, na qualidade de engenheiro, a rasgou dentro do autor”). De maneira incompreensível (ou vergonhosa?), Adorno deixou de fora essa dedicatória na edição do primeiro volume de textos reunidos de Benjamin, *Schriften*, em 1966.¹⁴ Felizmente, a dedicatória foi restabelecida nas edições seguintes. Geshom Scholem¹⁵ igualmente minimiza a importância de Asja na evolução política e intelectual do seu amigo, ou melhor, só a reconhece para deplorá-la, atribuindo a essa *femme fatale* a guinada de Benjamin para o marxismo e o comunismo, em outras palavras, seu afastamento do judaísmo e de um eventual projeto, arquitetado por Scholem, de uma emigração para a Palestina. Por razões diferentes – Adorno porque vislumbra o vulto de Brecht atrás daquele de Asja e Scholem porque perde um companheiro em Jerusalém –, esses dois amigos homens de Benjamin parecem não conseguir admitir que uma mulher seja não só objeto de amor e de paixão, mas que ela também possa ser um sujeito político e intelectual cuja convivência transforma a vida do seu amante.

O próprio Walter Benjamin, cujas posições não têm em geral nada de feministas, percebe no entanto, muito claramente essa transformação. Num diário escrito no sul da França em maio de 1931, após a sua infeliz viagem a Moscou em busca de Asja e de um comunismo não dogmático, e depois do divórcio com sua mulher,

Dora, em 1930, ao finalizar a primeira estadia mais longa em Paris, Benjamin, que pressente o exílio e a miséria por vir, escreve sobre seu enorme cansaço e alude à intenção de suicídio. Em 6 de maio, à noite, relata uma longa conversa com seus companheiros de viagem, seu primo Egon Wissing e sua esposa Gert:

Man sprach über Erfahrungen in der Liebe und mir wurde es zum ersten Male im Laufe des Gesprächs deutlich, dass ich mich jedesmal, wenn eine grosse Liebe Gewalt über mich bekam, von Grund auf und so sehr verändert habe, dass ich sehr erstaunt war mir sagen zu müssen: der Mann, der so ganz unvermutbare Dinge sagte und ein so unvorgesehenes Verhalten annahm, der sei ich. [...] – am Gewaltigsten war diese Erfahrung in meiner Verbindung mit Asja [Lacis], so dass ich vieles in mir erst entdeckte. [...] Ich habe drei verschiedene Frauen im Leben kennen gelernt und drei verschiedene Männer in mir.¹⁶

Arrisco uma primeira propostade tradução:

Falou-se sobre experiências no amor e, no decorrer da conversa, me ficou pela primeira vez claro que, quando um grande amor ganhava violência sobre mim, eu me transformava tão profundamente e fortemente que ficava muito admirado em ter que me dizer: o homem que disse coisas tão imprevisíveis e que se conduziu de maneira tão inesperada, esse homem seja eu. [...] – essa experiência se realizou com a maior intensidade na minha relação com Asja [Lacis], de tal forma que é somente nesse momento que descobri muito em mim. [...] Conheci três mulheres diferentes na minha vida e três homens diferentes em mim.¹⁷

Nessa declaração lúcida, Benjamin não idealiza as mulheres amadas, mas lhes dá uma força de revelação da própria alteridade

em si mesmo. Graças à violência (um termo forte em alemão: *Gewalt*) de Eros, ele descobre em si outro homem, nem só o sábio rabínico segundo Scholem, nem só o dialético teológico segundo Adorno, ousaríamos talvez afirmar. Assim também, a dedicatória para Asja em *Rua de mão única*, longe de ser uma declaração romântica, revela Asja como o engenheiro que “rasgou” uma nova rua no autor. Homenagem ao caráter decidido de Asja, sem dúvida. Essa mulher militante e comunista dirigiu teatros de trabalhadores e de crianças proletárias em Riga, Moscou e Munique onde foi assistente de Brecht. Apesar de sua coragem, ou talvez por causa dela, foi denunciada como “nacionalista burguesa” – nacionalista porque continuava apostando no seu trabalho na Letônia e burguesa porque continuava apostando no teatro de vanguarda, como o de Meyerhold – e passou 10 anos num campo stalinista, de 1938 a 1948. Voltou para Riga e continuou, até sua morte, militante comunista e trabalhando com teatro.¹⁸ Não por acaso, as cidades de Moscou, Riga e Nápoles, onde Benjamin esteve em companhia de Asja, são tematizadas em *Rua de mão única*, ao lado de Berlim e Paris. O que homenageia também à possibilidade de uma nova direção na vida de Benjamin, através da imagem da “rua” sem volta, porque de mão única, conforme se ilustra no livro.

Com efeito, há diversas maneiras de entender esse intrigante título. Proponho uma leitura que leva em consideração um dos textos mais críticos dessa série de *Denkbilder* (ou “imagens de pensamento”), intitulado, de maneira irônica, “Panorama imperial”, com o subtítulo: “Viagem através da inflação alemã”. Os editores da correspondência de Benjamin estabelecem uma relação hipotética, mas verossímil, com uma carta de Benjamin a seu amigo Florens Christian Rang, em 24 de fevereiro de 1923, na qual

Benjamin fala de seu desespero com a situação alemã: “diese letzten Reisetage durch Deutschland haben mich wieder an einen Rand von Hoffnungslosigkeit geführt und mich in den Abgrund sehen lassen”.¹⁹ (“Esses últimos dias de viagem pela Alemanha me levaram novamente a uma margem de desesperança e me deixaram ver no fundo do abismo.”) O abismo da inflação e da miséria que se abate sobre a Alemanha humilhada pela derrota da Primeira Guerra é o pano de fundo desse texto, altamente profético em relação ao sucesso do fascismo. Benjamin já fala em 1923-1924 (antes de conhecer Asja, portanto!) da catástrofe que evocará nas “teses”, em particular da ilusão que consiste em afirmar que a situação não pode continuar assim e piorar ainda. Lendo hoje – isto é, em abril de 2016 – esse texto central da *Rua de mão única*, não consigo deixar defazer várias associações com a situação pela qual passamos atualmente no Brasil. Por isso, permitam-me realizar uma citação mais longa:

Viagem através da inflação alemã.

I No tesouro daqueles modos de falar com os quais se trai cotidianamente o modo de vida do burguês alemão, composto de um amálgama de estupidez e de covardia, o de catástrofe iminente – já que ‘assim não pode mais continuar’ – é particularmente digno de reflexão. A desamparada fixação a representações de segurança e de posse dos décênios passados impede o homem médio de aperceber-se das estabilidades extremamente notáveis, de espécie inteiramente nova, que estão no fundamento da situação presente. Como a relativa estabilização dos anos de pré-guerra o favorecia, ele acredita que tem de encarar como instável todo estado que o desapossa. Mas relações estáveis não precisam nunca e em tempo algum ser relações agradáveis e já antes da guerra havia camadas para as quais as relações estabilizadas eram a miséria estabilizada. [...]

III *Todas as relações humanas mais próximas são atingidas por uma claridade penetrante, quase insuportável, na qual mal conseguem resistir. Pois, uma vez que, por um lado, o dinheiro está, de modo devastador, no centro de todos os interesses vitais e, por outro, é exatamente este o limite diante do qual quase toda relação humana fracassa, então desaparece, cada vez mais, assim no plano natural como no ético, a confiança irrefletida, o repouso e a saúde. [...]*

V [...] *Mas nunca é lícito a alguém firmar sua paz com a pobreza quando ela cai como uma sombra gigante sobre seu povo e sua casa. Ele [o indivíduo] deve, então, manter seus sentidos vigilantes para cada humilhação que lhes é infligida e mantê-los disciplinados até que seu sofrimento tenha trilhado, não mais a ladeirenta rua da amargura, mas o caminho ascensional da revolta.*²⁰

A partir desse texto, proporia pensar que *Rua de mão única* desenha como que uma tentativa de alternativa a essa rua que Benjamin chama de “ladeirenta rua da amargura” e à qual opõe o “caminho ascensional da revolta” (em alemão: “die abschüssige Strasse des Grams” isto é, a ladeira abaixo da amargura, da mágoa em oposição ao caminho ascensional da revolta, “den aufsteigenden Pfad der Revolte”²¹). Na edição crítica alemã, uma variante anterior fala da “ladeirenta rua do ódio” e do “caminho ascensional da oração”,²² uma oposição bem menos política que aquela expressão da edição de 1928!

Se minha hipótese de leitura for válida, *Rua de mão única* configuraria uma reação literária, filosófica e política ao desânimo que o desastre da República de Weimar provoca em Benjamin. E o encontro com Asja certamente contribui sobremaneira para essa reação. Com sua discrição costumeira, Benjamin comenta numa carta a Scholem em julho de 1924, escrita de Capri:

*o que se passou não foi certamente bom para o meu trabalho ameaçadoramente interrompido [Benjamin evoca a redação de sua tese de Habilitation, o trabalho sobre o drama barroco alemão], não foi também talvez bom para aquele ritmo de vida burguês indispensável a um trabalho como este; mas foi com certeza o melhor para uma libertação vital e para a experiência intensa da atualidade de um comunismo radical. Conheci uma revolucionária russa de Riga, uma das mulheres mais notáveis que encontrei até hoje.*²³

Intensidade política e comunista e libertação vital e erótica ficam, a partir do encontro com Asja, intimamente ligadas, como, aliás, o último texto da *Rua de mão única*, “A caminho do planetário”, o proclama, numa imagem cosmológica, ecológica e erótica de uma transformação só possível graças à “potência do proletariado”. O vocabulário de Benjamin pode soar antiquado. O que ele certamente aprendeu em Capri, graças à paixão por Asja, é que a felicidade individual e erótica e a libertação política e coletiva caminham juntas, isto é, que a separação entre felicidade privada e felicidade coletiva é uma das piores armadilhas do pensamento dominado pela lógica capitalista.

Assim, a nova rua mostra, como o diz Jean Lacoste,²⁴ as “ruínas da burguesia, as mercadorias”, num gesto próximo ao de Aragon ou de Breton, mesmo que pareça, à primeira vista, ser de encantamento com a exposição nas vitrines dessa “monstruosa coleção de mercadorias”,²⁵ um gesto que também denuncia esse acúmulo de coisas destinadas de qualquer maneira à perda, muitas vezes por sua inutilidade, pela inflação. Gesto exemplar que o trabalho das *Passagens* ampliará. O pedestre caminha entre lojas de luvas, de mercadorias chinesas, de armas, de papelaria, de selos ou de relógios, mas não se demora, ofuscado pelos anúncios luminosos, barrado no seu trajeto pelas obras de escavação ou pelo entulho.

Há uma analogia entre esse caminhar que esbarra em obstáculos e entre a escritura que o descreve: em ambas as situações fica proibida a tranquilidade da contemplação que, outrora, era condição imprescindível da escrita, ou como o diz Benjamin na sua carta a Scholem, “(d’)aquele ritmo de vida burguês indispensável a um trabalho como este”, isto é, a um trabalho de escrita de um texto acadêmico que possa ser útil à progressão na carreira universitária. As forças conjuntas da destruição e da construção capitalista, tão visíveis nesses quarteirões de ruas onde ruínas e edificação de novos empreendimentos se confundem, essas forças exigem outro tipo de atividade crítica e literária que Benjamin evoca no primeiro texto da sequência, intitulado “Posto de gasolina”:

A atuação literária significativa só pode instituir-se em rigorosa alternância de agir e de escrever; tem de cultivar as formas modestas, que correspondem melhor a sua influência em comunidades ativas que o pretensioso gesto universal do livro, em panfletos²⁶, brochuras, artigos de jornal e cartazes. Só essa linguagem de prontidão mostra-se atuante à altura do momento.²⁷

Essa defesa de uma escrita militante, de panfletos, *samidzats*, artigos de jornais e, quem sabe, pichações nos muros, essa defesa volta várias vezes nos textos de Benjamin, para falar a verdade, mais do que na sua prática como escritor. Scholem devia adivinhar aqui, horrorizado, a sombra de Asja, e Adorno a de Brecht. Mas não esqueçamos o título: posto de gasolina, como se esse tipo de escrita fosse certamente o combustível necessário ao carro, e, no entanto ainda não descreve a complexidade da viagem. E *Rua de mão única* leva a outros modos de escrever que o do militante que distribui panfletos na porta das fábricas, como Jean-Paul Sartre com *A cause du peuple* (um jornal maoísta dos anos 1970). Várias outras figuras de escritor atravessam essa rua, a maior de todas

sendo aquela vista no belo sonho de Benjamin, evocado já no início da rua, no seu primeiro quarteirão por assim dizer, número 113:

Sala de refeições.

Em um sonho vi-me no gabinete de trabalho de Goethe. Não tinha semelhança nenhuma com o de Weimar. Antes de tudo, era muito pequeno e tinha só uma janela. À parede de frente a ela encostava-se a mesa de escrever pelo seu lado estreito. Diante dela estava sentado, escrevendo, o poeta, em avançadíssima idade. Mantive-me ao lado, quando ele se interrompeu e me deu de presente um pequeno vaso, um vasilhame antigo. Girei-o nas mãos. Um monstruoso calor reinava no aposento. Goethe levantou-se e entrou comigo no cômodo ao lado, onde uma longa mesa estava posta para minha parentela. Parecia, porém, calculada para muito mais pessoas do que esta contava. Sem dúvida, estava posta também para os antepassados. À extremidade direita, tomei lugar ao lado de Goethe. Quando a refeição tinha terminado, ele se levantou pensosamente e com um gesto pedi permissão para ampará-lo. Quando toquei seu cotovelo, comecei a chorar de emoção.²⁸

Belo sonho no qual Goethe não aparece como o poeta olímpico que a história literária da República de Weimar queria erigir em monumento, monumentalização à qual justamente Benjamin resiste desde seu ensaio sobre *As afinidades eletivas*.²⁹ Aqui, velho e frágil, Goethe aparece perto da morte, talvez como a figura clássica do escritor nacional também esteja em via de desaparecimento. Oferece a Benjamin um pequeno vaso antigo, talvez uma urna funerária, e vai jantar, com ele a seu lado, numa mesa posta para os antepassados. Sob o signo da caducidade e da finitude comuns reina, porém, uma emoção, uma ternura infinita entre ambos, manifestada pelo gesto de amparo de Benjamin ao velho poeta. Um

pouco como se houvesse ao mesmo tempo a consciência aguda do fim dessa configuração de escrita e de escritor e a reafirmação de sua frágil beleza. Num outro sonho evocado antes deste, Benjamin visita a casa de Goethe e não o reconhece; no entanto, já deve ter estado lá um dia, porque, ao sair, descobre no livro de ouro dos visitantes seu “nome, já consignado, com grande, indócil caligrafia infantil”.

Na mesma rua coabitam o velho Goethe e o militante político que escreve panfletos; Benjamin não se decidiu a favor de uma única figura – o que, aliás, provocou a ira de seus amigos, Asja ou Brecht de um lado, Scholem e Adorno do outro. Mas era preciso mesmo decidir? Todos os críticos desse livro, a começar por Bloch, Adorno e Kracauer, seus primeiros resenhistas, realçam nele uma mudança literária essencial: Benjamin escreve em fragmentos, ou melhor, em *Denkbilder* “imagens de pensamento”, não mais seguindo um estilo argumentativo dedutivo e linear.

Na sua resenha sobre *Rua de mão única*, Adorno – cuja defesa da forma do ensaio deve tanto a Benjamin – observa que essas imagens de pensamento, que poderiam aludir primeiramente às ideias de Platão, não são em nada figuras eternas, mas querem “não só opor ao pensamento conceitual um ponto de suspensão,³⁰ como também chocar pela sua forma enigmática e assim colocar em movimento um pensar, porque este, na sua forma conceitual tradicional fica estático, dá a impressão de ser convencional e antiquado.”³¹

Nesse ponto, aliás, encontramos uma similitude com o livro sobre o drama barroco, que parecia – e que também é – tão diferente: neste Benjamin avança igualmente por blocos conceituais-imagéticos, explicitados pelo conceito de alegoria. Alegoria num, imagem de pensamento no outro, ambos os livros de 1928 apontam

para a insuficiência de um pensamento sistemático-dedutivo e ressaltam essa imbricação entre pensar e olhar, entre sensível e espiritual. A forma do tratado (na introdução ao livro sobre o drama barroco) e a forma da montagem (em *Passagens* e *Rua de mão única*) “renunciam ao curso ininterrompido da argumentação que persegue uma única questão, que segue uma única lógica ou visa um único objetivo”.³²

Agora, as imagens se precipitam sem nexos claros – à primeira vista pelo menos – como nos sonhos e como também numa rua de cidade grande se sucedem várias imagens de propaganda, anúncios de aluguel, pedidos de ajuda, vitrines, luminosos, placas de profissões, ofertas de compra e venda, casas desiguais. A bela totalidade do sistema pertence ao passado do pensar e, igualmente, ao passado arquitetônico, ou, então, se reduz ali a uma praça clássica, um ponto turístico numa cidade em transformação, como o é a Place des Vosges em Paris.

E, nessa cidade, podem, e talvez devam conviver com o escritor clássico em provável processo de extinção e o escritor militante, provavelmente também em rápida extinção. Querer uma cidade só de escritores clássicos ou só de militantes resvala na transformação da cidade em museu ou nos tristes palácios do antigo leste europeu.

Mas quem diz “imagem” também diz, certamente, “memória”, porque desde Platão, a memória vive de imagens que invadem o sujeito, muitas vezes à sua revelia, para sua alegria (em Marcel Proust) ou para sua vergonha também (em Sigmund Freud). Por isso a centralidade da imagem nas análises de Proust por Benjamin e na sua historiografia futura: as imagens da memória

(involuntária) que imobilizam o narrador da *Recherche*, também podem ser o sinal de outra configuração do passado, isto é, de outra apreensão do passado e, portanto, do presente, permitindo talvez imaginar um outro futuro. Nesse materialismo proustiano *sui generis*³³ se encontram a temática da imagem, da memória e de uma felicidade possível.

Essa relação da imagem com a memória e com o passado certamente esclarece a centralidade de uma temática essencial em *Rua de mão única*, temática que pode num primeiro momento surpreender: a temática da infância e da criança. Exatamente no centro da rua, isto é, no imaginário o número 31 (lembre-se que a rua tem 61 “casas”), Benjamin colocou seis descrições curtas de uma criança, intituladas “Ampliações”, como se inserisse aqui seis fotografias pequenas de sua própria infância – e esses textos voltarão, quase idênticos, em *Infância em Berlim por volta de 1900*, escrito mais tarde, nos anos 1932-1933. Essa criança burguesa da passagem do século XIX para o século XX é, com efeito, o adulto de 1928 que enfrenta a miséria, a inflação e o exílio. Essas pequenas fotografias também lembram de um tempo desaparecido, uma atividade que parece perdida, mas que talvez seja um sinal de esperança: o *spielen*, isto é, a atividade do jogo e da brincadeira, da representação (teatral) e da execução artística (como no verbo *to play* em inglês).

Aqui intervém novamente um assunto muito discutido com Asja, que não era somente uma comunista no sentido militante e, muitas vezes, dogmático do termo, mas antes de qualquer coisa uma teórica de teatro, em especial a organizadora, em Riga e depois em Moscou, de um teatro com crianças proletárias. Já em 1924, ela discutiu esse assunto com Benjamin em Capri e lhe pediu mais tarde um texto teórico para fundamentar um

“Programa de um teatro infantil proletário”³⁴ (notemos que Asja julgou o texto incompreensível!). A imagem de pensamento “Baustelle” ou “Canteiro de obra” talvez seja sua célula originária, manifesto de um programa e ao mesmo tempo construtivista e pedagógico. Cito uma parte:

[...] as crianças são inclinadas de modo especial a procurar todo e qualquer lugar de trabalho onde visivelmente transcorre a atividade sobre as coisas. Sentem-se irresistivelmente atraídas pelo resíduo³⁵ que surge na construção, no trabalho de jardinagem ou doméstico, na costura ou na marcenaria. Em produtos residuais reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e para elas unicamente. Neles, elas menos imitam as obras dos adultos do que põem materiais de espécie muito diferente, através daquilo que com eles aprontam na brincadeira³⁶, em uma nova, repentina³⁷ relação entre si.³⁸

No “Programa de um teatro infantil proletário”,³⁹ Benjamin insiste novamente nessa confrontação das crianças com os resíduos, as coisas, a *matéria*. As crianças são organizadas em um coletivo e têm a possibilidade de encenar suas fantasias através de atividades em várias oficinas de trabalho, sob a coordenação de um adulto/diretor. Oficinas de execução material de vários objetos e de aprendizado concreto (preparação dos acessórios, pintura do cenário, recitação, música, dança). Essa confrontação concreta com a matéria (*Stoff*) é imprescindível, escreve Benjamin, para permitir que as crianças consigam escapar do “perigoso reino mágico da mera fantasia”,⁴⁰ no vocabulário de *Rua de mão única* e em *Passagens*, poderíamos dizer que, seria escapar do reino encantado das mercadorias e das fantasmagorias. Sem essa confrontação, ficariam presas e impotentes nesse reino mágico (como ficam hoje diante da televisão), isto é, também profundamente

diminuídas e frustradas quando devem voltar ao “mundo real”. Graças à interação com a matéria, que permite a transformação da fantasia em signos materiais, a “mera” fantasia se torna um jogo de possibilidades e de experimentações concretas.

Tais encenações ressalta Benjamin, se deixam orientar pela improvisação, em vez de obedecer a um texto previamente dado. Com muito mais desenvoltura que os adultos, as crianças realizam no jogo teatral a temporalidade da experimentação, porque não intentam a fabricação de um produto acabado, que possa ser vendido e consumido, mas a experimentação lúdica em sua radicalidade. “A encenação contrapõe-se ao treinamento educativo (*Schulung*) como libertação (*Entbindung*) radical do jogo, num processo que o adulto pode tão somente observar.”⁴¹ Esse “dar à luz” do jogo⁴² alude a uma temporalidade efêmera ou sempre recomeçada, novamente inventada como o tempo da criança brincante no fragmento⁴³ de Heráclito retomado por Nietzsche.

O teatro infantil oferece assim outro modelo de prática estética: não mais o espaço da obra como espaço autônomo, fechado em si mesmo e que perdura, mas um espaço de jogo (*Spielraum*) como espaço para práticas de experimentação lúdica, que são, também, práticas de experimentação perceptiva e, num sentido amplo, práticas de experimentação política, se for verdade que mudanças de percepção e mudanças políticas se apoiam mutuamente. Se, na hipótese de Jacques Rancière, a racionalidade política “é antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível”,⁴⁴ então experimentação estética e experimentação política caminham juntas. E, nesse contexto, *Rua de mão única*, não é nenhum manifesto dogmático de guinada para o comunismo, como Scholem e Adorno parecem recear.

Essa sequência de imagens de pensamento introduz muito mais uma dimensão claramente política no pensamento estético de Benjamin, dimensão que vai orientar toda sua atividade crítica a partir de então. Ele também tenta responder ao desespero oriundo do desastre da República de Weimar com uma aposta na inventividade humana, cujo paradigma não consiste na produção desenfreada de novas mercadorias, mas, de maneira subversiva e surpreendente, nas brincadeiras improváveis de crianças nos cantos abandonados das grandes cidades. ■

1. Esse texto é uma versão diferente da introdução escrita por ocasião da publicação, no ano em curso, do volume de *Rua de mão única* de Walter Benjamin, tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho, com textos de Th. Adorno, E. Bloch, Asja Lacin e S. Kracauer Editora 34, São Paulo. Optou-se por manter as normas adotadas pela autora do texto para que o mesmo não sofresse alterações na sua estrutura.
2. Editora Brasiliense, 1985.
3. Editora Francisco Alvim, Lisboa, retomado pela editora Autêntica no Brasil, 2011.
4. Literalmente funcionamento de uma máquina, por extensão e num sentido muitas vezes pejorativo, “empresa”, “empreendimento”, do verbo *treiben*, empurrar, dar um impulso (*Trieb*) ou um empurrão.
5. Ver carta a Scholem do 19 fev. 1925, Benjamin compara a introdução ao livro sobre o drama barroco a uma *masslose Chupze*, isto é, uma “impertinência desmedida”, sendo que *Chupze* é uma palavra idisch.
6. Ver a este respeito o excelente verbete de Burkhardt Lindner, “Goethes Wahlverwandschaften. Goethe im Gesamtwerk” no *Benjamin-Handbuch*, organizador por B. Lindner, Metzler Verlag, 2006.
7. Ver carta de Benjamin a Scholem de 22 dez. 1924.
8. Bernd Witte, “Walter Benjamins Einbahnstrasse zwischen Passage de l’Opéra und Berlin Alexanderplatz” in *Memoria, Walter Benjamin 1892-1940*, vários autores, org. Uwe Steiner, Peter Lang Verlag, 1992.
9. Editora Brasiliense, *Obras escolhidas I*, 1985, tradução revisada 2012.
10. No *Benjamin-Handbuch*, org. por Burkhardt Lindner, Metzler Verlag, 2006, pp. 386 e seguintes.
11. *Ibidem*, p. 391.
12. “Krisis des Romans”, 1930, trad. Em *Obras escolhidas I*, op. cit.
13. O *Camponês de Paris* talvez seja ainda uma tentativa de *flânerie*, notadamente noturna. A este respeito, ver o verbete de Gérard Raulet, “Einbahnstrasse”, no *Benjamin-Handbuch*(op. cit.), p. 369 ss.
14. W. Benjamin, *Schriften*, esse esquecimento provocou uma discussão polêmica na revista *Alternative*, números 56/57 (1967) e 59/60 (1968), e, de maneira mais ampla, entre uma leitura mais “esquerdizante” e outra mais “idealista” dos textos de Benjamin na Alemanha (ainda dividida).

15. Em *História de uma amizade*, Perspectiva.... especialmente no 5. Capítulo.
16. W. Benjamin, *Gesammelte Schriften*, Band VI, Suhrkamp, 1985, p. 427.
17. Benjamin se refere provavelmente à sua mulher, Dora Sophie Pollak (a quem dedica o livro sobre o drama barroco), a Julia Cohn (a quem dedica o ensaio sobre *As Afinidades eletivas* de Goethe) e a Asja Lacis, a quem dedica *Rua de mão única*. Podemos notar que Benjamin conhecerá ainda outras mulheres significativas, como a pintora holandesa Anna Maria Blaupotten Cate, em 1933 em Ibiza.
18. Sobre Asja Lacis pode se ler sua pequena “autobiografia” “Revolutionär Im Beruf. Berichte über proletarisches Theater, über Meyerhold, Brecht., Benjamin und Piscator” München 1971, também no *Benjamin-Handbuch*, op. cit., pp. 346/347, enfim em espanhol o artigo na internet: http://historico.elpais.com.uy/Suple/Cultural/07/06/15/cultural_286267.asp
19. W. Benjamin, *Gesammelte Briefe*, Vol. II, 1919-1924, Suhrkamp, 1996, p. 317/318.
20. W. Benjamin, *Rua de mão única*, tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho, *Obras escolhidas II*, ed. Brasiliense, 1987, p. 20-22.
21. W. Benjamin, *Gesammelte Schriften* IV-1, Suhrkamp, 1972, p. 97.
22. *Idem*, vol. IV-2, p. 931: “die abschüssige Strasse des Hasses sondern den aufsteigenden Pfad des Gebetes”
23. Tradução de João Barrento no volume A origem do drama trágico alemão, Autêntica Editora, 2011, p. 285, na edição das *Gesammelte Briefe*, volume II, p. 473: “Vorgegangen, nicht zum besten meiner bedrohlich unterbrochenen Arbeit, nicht zum besten vielleicht auch einer für jede Arbeit so unerlässlichen bürgerlichen Lebensrhythmik, unbedingt zum Besten einer vitalen Befreiung und einer intensiven Einsicht in die Aktualität eines radikalen Kommunismus. Ich machte die Bekanntschaft einer russischen Revolutionärin aus Riga, einer der hervorragendsten Frauen, die ich kennen gelernt habe.”
24. Na sua introdução à tradução da *Einbahnstrasse*, *Sens unique*, ed. 10/18, Les lettres nouvelles, 1988, p. XIV.
25. “Eine ungeheuerere Warensammlung” como o diz Marx na primeira página do *Capital*.
26. “Flugblätter”, isto é, panfletos, mesmo que literalmente “folhas volantes” como traduz R. R. Torres filho.
27. *Rua de mão única*, op. cit., p. 11.
28. *Rua de mão única*, op. cit., p. 13.
29. Tomo a liberdade de remeter a meu artigo. “Le bois, les cendres, la flamme: de la critique chez Walter Benjamin”, *Cahiers de l’Herne*, 2013.
30. O leitor se lembrará da “tese” XVI: “O

materialista histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas no qual o tempo estanca e ficou imóvel (*Stillstand*). Pois esse conceito define exatamente o presente em que ele escreve história para si mesmo. O Historicismo arma a imagem “eterna” do passado, o materialista histórico, uma experiência com o passado que se firma aí única...”

31. Adorno, “Benjamins Einbahnstrasse” in *Über Walter Benjamin*, de vários autores, Suhrkamp 1968, p. 56. Tradução da autora.

32. A esse respeito ver Gary Smith, “Denkerische Idifferenz”, no volume *Memoria*, org por Uwe Steiner, 1992, Peter Lang Verlag, p. 383. Ver também o verbete já citado de Gérard Raulet no *Benjamin-Handbuch*.

33. Ver a esse respeito a recente tese de doutorado de Luís Inácio Costa de Oliveira, “*Imagens da história – Crítica literária e historiografia no ensaio ‘Para a imagem de Proust’ de Walter Benjamin*”, Unicamp, departamento de filosofia, março de 2016, que ressalta a importância do ensaio de Benjamin sobre Proust (1929) como ponto de inflexão para a crítica e a historiografia de W. Benjamin.

34. Tradução por Marcus V. Mazzari no volume *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*, de W. Benjamin, editora 34, São Paulo, 2002. Escrito por Benjamin provavelmente no fim do ano 1928/1929 quando Asja e ele se reencon-

traram em Berlim.

35. Em alemão *Abfall*, “detrito”, uma categoria chave de Baudelaire e da interpretação de sua poesia por Benjamin.

36. Ou no jogo: *Spiel*. Rubens Torres filho traduz por brinquedo, o que me parece equivocado.

37. Em alemão *sprunghaft*, literalmente saltitante. A tradução por “brusca” de R. R. Torres Filho me parece ter uma nuance de negatividade contrária à importância do conceito de “salto” (*Sprung*) em Benjamin.

38. *Rua de mão única*, op. cit., p. 18/19.

39. Tradução de Marcus Mazzari em W. Benjamin, *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*, Editora 34 e Duas cidades, 2002, p. 111 e seguintes. Retomo aqui algumas observações desenvolvidas num artigo da revista eletrônica de estética *Viso*, <<http://www.revistaviso.com.br>>, número 11, 2012.

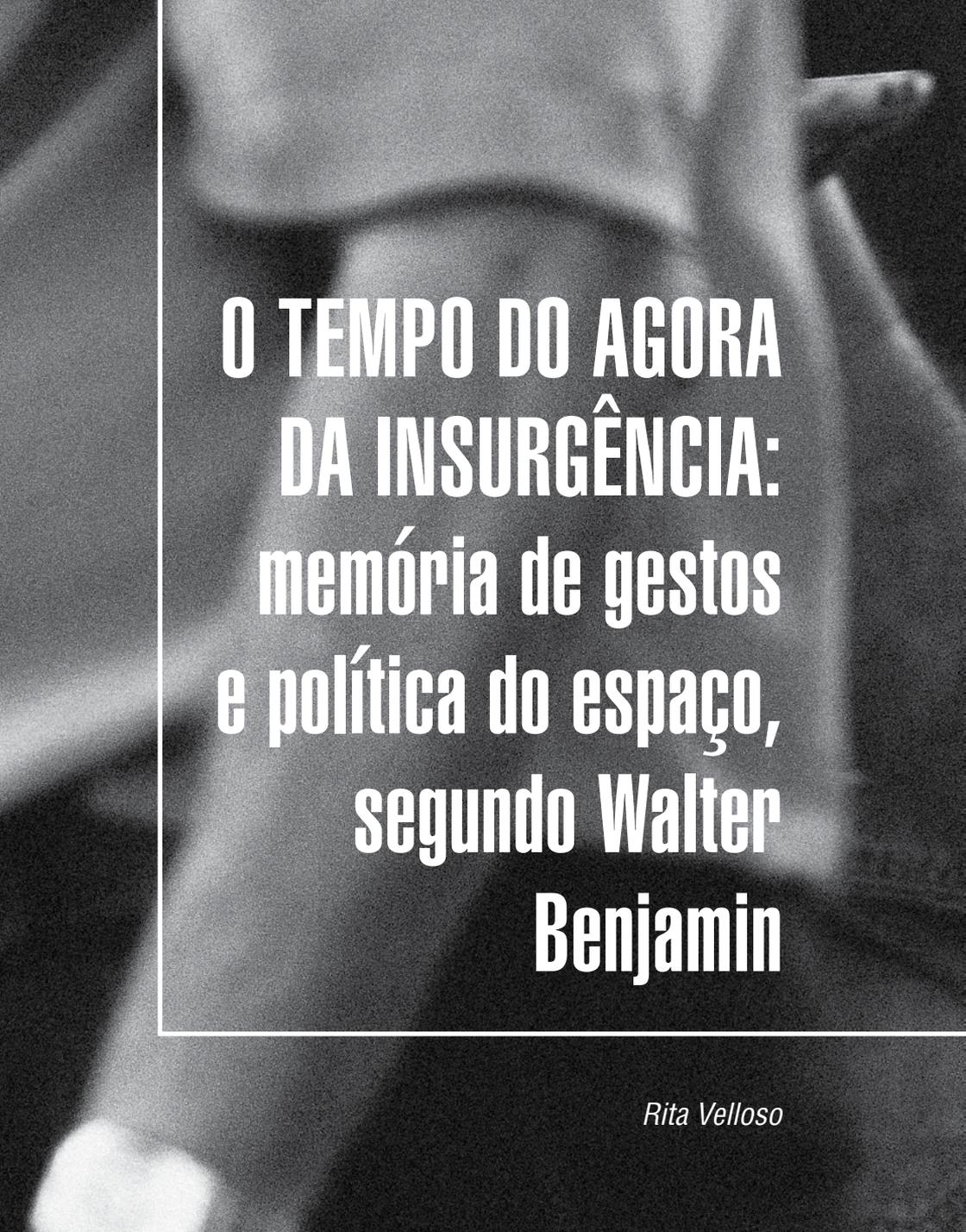
40. Na tradução de Mazzari op. cit., p. 116, G.S. II-2, p. 66.

41. *Ibidem*, p. 117, G.S. II-2 p. 767.

42. A palavra *Entbindung* significa libertação, em particular no contexto do parto.

43. Fragmento B52 de Heráclito sobre o tempo, *aiôn*.

44. Jacques Rancière, *O desentendimento – Política e filosofia*, ed. 34, 1996, p. 368.



**O TEMPO DO AGORA
DA INSURGÊNCIA:
memória de gestos
e política do espaço,
segundo Walter
Benjamin**

Rita Velloso

Há na filosofia benjaminiana uma política do tempo, mas não há uma política do espaço, o sabemos. Tal política ficou num esboço (os textos extraídos da *Obra das Passagens*, *exposés* de 1935 e 1939), numa montanha de notas, citações e fragmentos (a própria coleção de cadernos das *Passagens*, escritos entre 1927-1929, 1934-1940¹) e numa espécie de sumário primeiro (as *Teses sobre a História*, 1940).

Mas, talvez possamos levar adiante a reflexão de Benjamin sobre o espaço em face da experiência de luta insurreccional travada nas cidades. Benjamin se ocupou brevemente disso ao falar do erguimento das barricadas de 1830, 1848 e 1871 em Paris. Arrisco dizer que um tanto da atualidade do pensamento Benjaminiano reside nessa narrativa que se pode fazer sobre levantes, sublevações, protestos, ocupações, marchas, insurreições de hoje em dia, na medida em que, no momento em que Benjamin escrevia, não eram casuais as significações das insurreições para a atualidade de então – a Frente Popular na França (1936-1938), a ascensão do fascismo e o Nazismo na Alemanha.

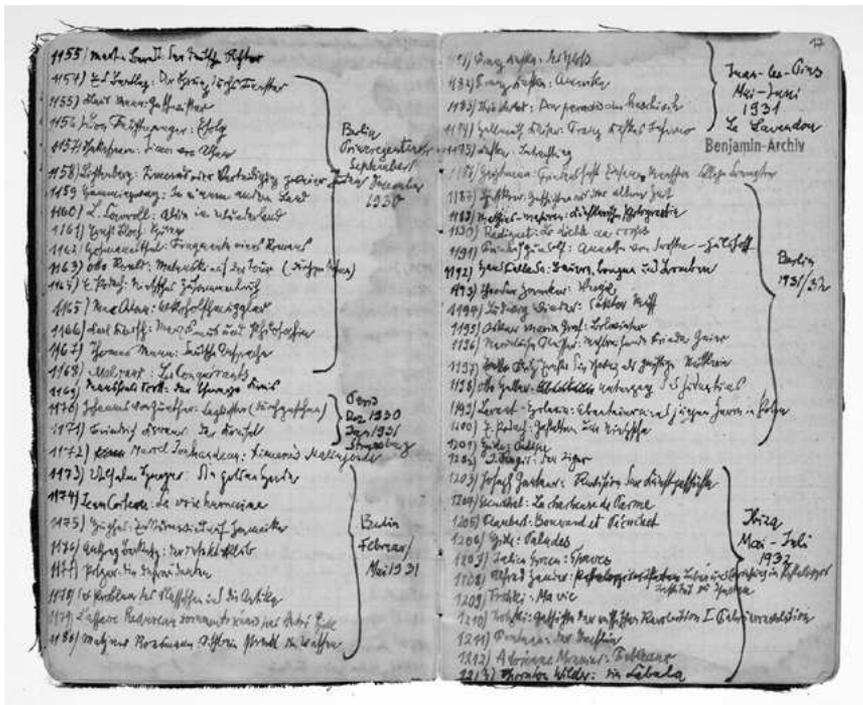


Figura 1: Lista dos livros lidos por Benjamin, anotada num diário

Fonte: Akademie Der Künste ([20--]).

Os *arquivos de notas (Konvolut)* benjaminianos sobre a insurgência coloca em jogo algumas categorias dessa política do espaço, dentre as quais prepondera a imagem.² Desdobrada no entrelaçamento do presente histórico vivido do agora e um passado específico – o agora da reconhecibilidade – e num momento de despertar provocado pela experiência do lugar, a imagem urbana é imagem dialética, responsável por iluminar outros acontecimentos de lutas, por retirar da invisibilidade outras práticas de resistência, subjetividades e contracondutas.

Das questões colocadas pelo filósofo alemão para a imagem que provoca o agir e a consciência histórica – imagem-pensamento, imagem que faz pensar – decorre a conexão entre as várias arquiteturas que subjazem às insurreições urbanas e o *Corporcidade*, no plano de atravessamento *Visibilidades*.

De um modo fundamental, Benjamin está presente na história urbana que se pretende contar a partir dos ritmos de insurreições e suas ressonâncias e cicatrizes deixadas sobre a cidade. Cada insurgência é experiência de ruptura transitória com o lugar; cada insurgência instabiliza os hieróglifos espaciais, monumentos, ruas, edifícios, ao redor dos quais acontece. Toda e cada insurgência explode a lógica subjacente ao urbano desenhado e planejado. Então, quando se pretende escrever uma espécie de história urbana pelo avesso, as *imagens em anteparo* darão conta dessa narrativa? Estamos vendo surgir, com as insurreições que se espalharam pelo mundo desde 1999, um novo *espaço da aparência*?

É preciso delimitar o que vem a ser, em termos benjaminianos, uma experiência urbana e arquitetônica, experiência da arquitetura urbana. Primeiramente deve-se afirmar que de tudo o que se trata numa insurreição é, sem qualquer dúvida, dos corpos trafegando pelos lugares, corpos experimentando espaços desviados de suas funções primárias, em usos corpóreos dos lugares que não raro serão extrapolações de atribuição programática (ou funcional), de um lugar, para ficar com o vocabulário da arquitetura racionalista da primeira metade do século XX.

Pode-se chamar experiência arquitetônica àquela ação que se desenrola no cotidiano de alguém graças à recepção tátil dos espaços, constituindo-se, por um lado, a partir da conjugação de choque e distração no hábito que demarca o uso do espaço. Por

outro lado, tal experiência arquitetônica decorre do encontro entre a memória do habitante, e a memória inscrita no próprio lugar (a que poderia chamar memória *topográfica*). Dessa forma, na convergência momentânea da memória de alguém – em seus ritmos e no engajamento do próprio corpo ao frequentar um espaço – e a memória desse mesmo lugar é que se dá o sentido de uma experiência em sentido estrito, a *Erfahrung* benjaminiana. A esse encontro também se pode chamar *apropriação*.

Quando as atitudes estéticas de distração e choque reverberam em modos de atuar no espaço, desenham-se para os indivíduos estratégias de reinvenção do seu cotidiano, derivadas de uma imaginação, ou antes, da habilidade humana que conjuga ação e imaginação. Dali resulta afinal nosso envolvimento corpóreo com os objetos. A essa habilidade Benjamin chamou *faculdade mimética*. Afirma o filósofo que a faculdade mimética determina uma forma corpórea de apropriação do mundo, e explica-a ao observar crianças brincando, descrevendo o jogo e a brincadeira como atividades marcadas pelos *gestos que envolvem objetos*, assim como por uma forma de compreender como as coisas funcionam por meio da ação de transformá-las, imaginária ou manualmente.

As crianças gostam muito particularmente de procurar aqueles lugares de trabalho onde visivelmente se manipulam coisas. Sentem-se irresistivelmente atraídas pelo desperdício [...]. Nestes desperdícios reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta para elas e precisamente para elas. Com eles [...] criam novas e súbitas relações entre materiais de tipos muito diversos, por meio daquilo que, brincando, com eles constroem. Com isso as crianças criam elas mesmas o seu mundo de coisas, um pequeno mundo dentro do grande. (BENJAMIN, 2004, p. 17)

Em se tratando da experiência que resulta em apropriação do espaço, a habilidade mimética sustenta o comportamento humano que produz e percebe similaridades a partir dos encontros no interior dos edifícios e no transitar pelas ruas da cidade, bem como da memória que os articula. Para Benjamin o aprendizado mimético, assim como a percepção, é contingente à mudança histórica, e, no contexto da grande cidade, também se transformou.

Deve-se refletir ainda que nem as forças miméticas nem as coisas miméticas, seu objeto, permaneceram as mesmas no curso do tempo; que com a passagem dos séculos a energia mimética, e com ela o dom da apreensão mimética, abandonou certos espaços, talvez ocupando outros. (BENJAMIN, 1989b, p. 108)

No universo do homem moderno, a faculdade mimética não se extinguiu, conforme prova a experiência do mundo profano que tem lugar na metrópole. Essa experiência, no que tange ao espaço, é um sem-número de explorações micrológicas, todas envolvendo a lida cuidadosa com os objetos cotidianos. Para a arquitetura, essa lida cuidadosa diz respeito, por um lado, ao hábito; por outro, à memória. Trata-se de um lidar com as coisas que desemboca, para o filósofo, numa “relação muito enigmática com a propriedade [...], uma relação com as coisas que não coloca em primeiro plano o seu valor funcional, portanto a sua utilidade, mas as estuda e ama”. (BENJAMIN, 2004, p. 208)

No centro dessa experiência está colocada uma forma de comunicação, descrita com esmero numa citação que faz Benjamin (2006b, p. 143) de Valéry: “as coisas que eu vejo, vêm-me tal como eu as vejo a elas.” O aprendizado mimético, quando desvela no espaço um mundo de afinidades secretas e envolve um tipo particular de receptividade. Cuidar de um objeto ao usá-lo,

aprender e reaprender a usá-lo em vários e renovados modos é saber ver as coisas, saber receber o olhar que os objetos devolvem quando lidamos com eles no cotidiano. Nessa medida, a experiência distraída do espaço torna concreta a relação humana com a natureza não humana.

Onde essa expectativa [da retribuição do olhar] é correspondida [...] aí cabe ao olhar a experiência da aura, em toda sua plenitude. [...] A experiência da aura se baseia, portanto, na transferência de uma forma de reação comum na sociedade humana à relação do inanimado ou da natureza com o homem. Quem é visto, ou acredita estar sendo visto, revida o olhar. Fazer a experiência da aura de um fenômeno significa investi-lo do poder de revidar o olhar. (BENJAMIN, 1989a, p. 139-140)

Se passarmos dos objetos às cidades, temos que a experiência da apropriação educa para a compreensão dos vários tempos passados cristalizados num lugar, e que só vêm à tona se a ação de uso do espaço significar penetrar na dinâmica da cidade. É exemplar a descrição que Benjamin (2004, p. 209) faz da viagem num bonde elétrico por Moscou:

É acima de tudo uma experiência tática. É talvez nesta situação que o neófito aprende pela primeira vez a ajustar-se ao estranho andamento desta cidade e ao ritmo da sua população de campônios. Uma viagem de elétrico é também um microcosmo que espelha esta experiência da história universal na nova Rússia, que é a do encontro entre o funcionamento da técnica e formas de existência primitivas. [...] Até o transporte público em Moscou é um fenômeno de massas [...] E de repente damos com verdadeiras caravanas de trenó a barrar uma rua [...]. Enquanto os europeus, num percurso rápido, têm uma sensação de superioridade e domínio da

multidão, o moscovita, no pequeno tremó, mistura-se totalmente com as outras pessoas e coisas. E se tiver consigo uma caixa, uma criança ou um cesto [...] então fica verdadeiramente enlatado no movimento da rua [...] nem um olhar de cima: um roçar rápido e leve por pedras, pessoas e cavalos.

Na cidade, o aprendizado mimético refere-se à história dos lugares que se revela na experiência, e somente nela. Na arquitetura urbana, envolver-se com os lugares, mergulhar nos elementos espaciais e objetos que o conformam revela o microcosmo da memória desse lugar. O vivido transforma-se em apropriação naqueles momentos em que se conecta à memória topográfica da cidade – por exemplo, num momento de luta. Mas, nesse caso, a ruptura de um levante, o movimento agudo de uma insurreição, ambos envolvem não somente hábito e memória. Coloca-se, em jogo, precisamente, aqui a *dialética interrompida* de que nos fala Benjamin.

O que se passa nas barricadas em Paris no século XIX, novamente se dá – ao modo de uma reativação da ira e dos desejos reprimidos daquelas populações – em maio de 1968, nos 18 dias do acampamentos na praça Tahrir na cidade do Cairo, nos protestos no parque Gezi em Istambul, nos ataques da polícia munida de gás aos manifestantes de junho de 2013 no Rio de Janeiro, pode ser descrito como aqueles momentos decisivos da história em que se dá uma interrupção libertadora do curso das coisas. No que tange à apropriação do espaço no *agora da insurgência*, a arquitetura é – de novo com o filósofo – aquilo que se situa na obscuridade dos momentos vividos. Benjamin, escrevendo na década de 1930, viu nas lutas de barricada uma apropriação popular da arquitetura urbana, por meio de um desvio – numa palavra, num *détournement*. Dá-se quando ruas e longas avenidas no trajeto das

praças centrais aos estádios de futebol são capazes de revelar a memória dos lugares inscrita em ação e imaginação populares combinadas, na experiência de quem atravessa tais percursos.

Michel Löwy (2006, p. 72) pondera que Benjamin descreve a experiência de lutas nas barricadas em seu sentido mais complexo, evidenciando

[...] Paris como um lugar de embates, de efervescência popular, levantes recorrentes, às vezes vitoriosos (julho de 1830/ fevereiro de 1848). Entretanto tais vitórias são confiscadas pela burguesia, que tenta suscitar novas insurreições (junho de 1832/junho de 1848) esmagadas com violência. Cada classe procura utilizar e modificar o espaço urbano a seu favor.

As barricadas bloquearam as vias públicas de Paris pela primeira vez em 1827. Em julho de 1830 foram erguidas mais uma vez, bloqueando o caminho do Hotel de Ville à Praça da Bastilha. Dois anos mais tarde, em 1832, eram objetos construídos quase que exclusivamente por operários, e passaram a delimitar uma zona revolucionária que compreendia aproximadamente um terço da superfície total de Paris. Num momento anterior à Proclamação da Comuna de 1871, a Revolução de 1848 durou quatro meses de fevereiro a junho. Começou em Paris e em março sua repercussão ecoava através da Europa central, onde movimentações proclamavam a superioridade das repúblicas nacionais sobre a divisão geográfica do território modelado pelas dinastias. Naquela altura, a barricada era o sinônimo de levante popular, frequentemente derrotado, e expressão da revolta dos oprimidos no século XIX, da luta de classes do ponto de vista das camadas subalternas. Os trabalhos do embelezamento estratégico a que Haussmann submete Paris promovem a destruição urbana como meio de

manutenção da ordem e neutralização das classes populares: “Hausmann lutou contra a cidade de sonho que Paris era ainda em 1860”. (BENJAMIN, 2006b, p. 765)

Assim, em 1871, as barricadas configuram um lugar urbano construído em resposta à expressão do poder da classe dominante manifesto na arquitetura resultante da reforma haussmanniana. Evisceram a recusa da pompa grandiloquente dos rituais e da teatralidade monumental da arquitetura do luxo. Benjamin (2006b, p. 756) anota que

[...] os edifícios de Hausmann são a representação perfeitamente adequada dos princípios do regime imperial absoluto, emparelhados numa eternidade maciça: repressão de qualquer organização individual, de qualquer autodesenvolvimento orgânico, o ódio fundamental de toda individualidade.

A tomada dos lugares pelos habitantes decorre da familiaridade desses para com os lugares que, uma vez ocupados, são desfeitos, desmontados. Na Comuna de 1871, as barricadas combatem o resultado espacial do regime imperial absoluto. Hausmann pretendeu anular um uso do espaço urbano que, nas lutas de 1830, 1832 e 1848, invertia e desviava a função das ruas; seu propósito era redesenhá-las de modo a não mais se prestar “à tática habitual das insurreições locais”. (BENJAMIN, 2006b, p. 766), em que barricadas eram construídas com pedras do calçamento, como se passara em 1830 quando foram erguidas seis mil barricadas. O intuito da haussmannização assim se cumpria: “motivo estratégico para o achatamento perspectivista da cidade. [...] rasgar uma avenida através deste bairro onde costuma haver baderna [...] pavimentavam Paris com madeira para privar a revolução de matéria-prima”. (BENJAMIN, 2006b, p. 766)

Contudo, o projeto urbanístico falhou em prever as práticas oposicionistas. As classes trabalhadoras, as classes perigosas, os operários e os pobres se apropriaram do espaço onde estavam subjugados e marcaram sua geografia, “como se de um mapa se tratasse, com seus próprios edifícios feitos da própria matéria das ruas”. (VIDLER, 1981, p. 90, tradução nossa) A revolta política surgia, assim,

dos obstáculos do crime e do centro enfermo da miséria operária, como sua expressão natural e sua afirmação; as barricadas desenhavam, por fim, a linha física precisa que circunscrevia esse reino da pobreza, do crime e da peste. (VIDLER, 1981, p. 90, tradução nossa)

As barricadas, conforme assinala Benjamin (2006b, p. 743) no *Trabalho das Passagens*, delimitavam um tipo de ação e desconstrução do espaço urbano: “Barricadas de 1848: contaram-se mais de 400. Muitas delas, precedidas de fossas e guarnecidas de seteiras, elevavam-se à altura do primeiro andar.”

[...] a guerra das ruas tem hoje sua técnica; ela foi aperfeiçoada [...]. Não se avança mais pelas ruas; elas ficam vazias. Caminha-se pelo interior das casas, abrindo buracos nas paredes. Logo que uma rua é dominada, ela é organizada; o telefone se desenrola através dos buracos dos muros, ao mesmo tempo que, para evitar um retorno do adversário, mina-se imediatamente o terreno conquistado [...] um dos progressos mais claros é que não há mais nenhuma preocupação no sentido de poupar casas ou vidas. (BENJAMIN, 2006b, p. 162)

No dia 6 de junho ordenou-se uma batida nos esgotos. Temia-se que eles servissem de refúgio aos vencidos; o prefeito da polícia Grisquet era encarregado de revistar a Paris subterrânea, enquanto o general Bugeaud varria a Paris pública – dupla

operação coordenada que exigiu uma estratégia dupla da força pública, representada no alto pelo exercito e em baixo pela polícia. (BENJAMIN, 2006b, p. 174)

Já durante a insurreição de junho demoliram-se os muros para facilitar o acesso de uma casa a outra. [...] Desfazer o calçamento. Revolução de julho: as vítimas eram em menor número do que as atingidas por outros projéteis. Os grandes blocos de granito com os quais Paris é asfaltada foram carregados até os andares mais altos e jogados nas cabeças dos soldados. (BENJAMIN, 2006b, p. 178)

A cidade se desmonta, confirmando o que começara ainda no século XVIII, em 1789, quando a Revolução abriu a cidade à circulação de toda a população. Como mostra Vidler (1981, p. 96, tradução nossa), a multidão, no primeiro ano após 1789,

[...] se dedicou a apropriar-se de uma Paris que era nova para ela, entrando em territórios antes proibidos, seguindo as ruas quase ao acaso, à medida que as assembleias se convertiam em tumultos, e os tumultos, em revoltas. Paris estava se abrindo, e não se fechando; os desfiles das celebrações e da ordem foram, de algum modo, as sanções rituais de uma cidade convertida em única para todos os cidadãos.

Nas ocasiões de luta, essa mesma multidão tomava as ruelas e delas fazia um território impenetrável. As ruas estreitas, sinuosas e cheias de esquinas se convertiam em canteiros de construção. Em menos de uma hora se erguia uma barricada, e o espaço ao ar livre se tornava um território comum, uma habitação a céu aberto que toda a população miserável adotava como própria.

Materialmente, a Comuna de 1871 é um momento de transformação e reorganização espacial em que se deu a construção

de uma cidade revolucionária. Evento utópico, fez-se negativo, pela violência e destruição, mas veio concretizar uma ordem criada pelos cidadãos, ordem a que Lefebvre chama a única realização de um urbanismo revolucionário. Sobre isso, anotara Benjamin (2006b, p. 830):

Tática revolucionária e lutas de barricadas segundo Les misérables – Noite anterior à luta de barricada: [...] aqui e ali, de quando em quando, claridades indistintas que iluminavam linhas quebradas e bizarras, contornos de construções singulares, algo parecido com clarões vagando por ruínas; é lá que estavam as barricadas.

Nas barricadas, distingue-se aqueles espaços que, mesmo a princípio subordinados, claramente evidenciam o acontecimento inserido no cotidiano, desenrolando-se em meio aos hábitos mais prosaicos de ocupação das ruas. Benjamin (2006a, p. 167) bem o percebe:

As reuniões eram às vezes periódicas. Em algumas delas havia, no máximo, oito ou dez participantes e sempre os mesmos. Em outras, qualquer um podia entrar, e a sala ficava tão cheia que era preciso ficar de pé. Alguns entravam por entusiasmo e paixão; os outros, por que era seu caminho para ir ao trabalho. Como no tempo da revolução, havia nessas tavernas algumas mulheres patriotas que beijavam os recém-chegados. [...] Um operário que bebia com um camarada pedia a este que o tocasse, para ver o quanto ele sentia de calor, o outro, então, sentia uma pistola sob seu paletó [...] Toda essa fermentação era pública, e poder-se-ia dizer quase tranqüila... nenhuma singularidade faltava a essa crise ainda subterrânea, mas já perceptível. Os burgueses falavam pacificamente com os operários sobre aquilo que se preparava. Ouvia-se dizer: ‘como vai a rebelião’ com o mesmo tom usado para dizer; ‘como vai sua

mulher?'.[...] Fora dos bairros insurretos nada é, de costume, mais estranhamente calmo que a fisionomia de Paris durante uma rebelião. Troca de tiros num cruzamento, numa passagem, numa rua sem saída [...] os cadáveres atravancavam o calçamento, a algumas ruas dali, ouve-se o choque das bolas de bilhar num café [...]. Os fiacres rodam; os transeuntes vão jantar na cidade, às vezes no mesmo bairro onde se combate. [...] Em 1831 um tiroteio foi interrompido para deixar passar um cortejo de casamento [...] Nada é mais estranho; e este é o caráter próprio das rebeliões de Paris, que não se encontra em nenhuma outra capital.

O vazio espacial que as barricadas criam é uma potência que emerge do elemento da espontaneidade e provisoriidade que tanto caracterizou aquela comunhão de forças. Pergunto-me se, muito particularmente em 1871, não teria se dado como a construção única e provisória de uma cidade a que se possa denominar revolucionária. A Comuna, nesse sentido, terá esboçado uma *teoria do acontecimento* em cujo fundamento estaria uma dimensão perturbadora, um rompimento instaurador no qual, mediado por uma linguagem comum dos sujeitos que o experimentam, se passa a construção da memória coletiva. A apropriação das ruas dá-se como criação de um espaço que materializa mais no desejo político do que na necessidade política. Como afirmou Karl Marx, a Comuna teria feito da sua própria existência, em ato, sua maior medida de transformação social.

O que é significativo naquela sublevação é a mobilização que criava redes e consolidava pequenos grupos de cooperação, inseridos no que havia de mais familiar e habitual no cotidiano dos trabalhadores. As barricadas, postos de ataque e de defesa, eram também uma significativa articulação do conhecimento social; os homens e as mulheres ocupados com a revolta e o combate às

tropas do governo, todos ficavam cara a cara nas ruas estreitas, separados tão somente por uma parede provisória de pedras; viam-se forçados, por um instante, a reconhecerem-se uns aos outros, falar e discutir antes de entregarem-se à luta.

A barricada significou uma reapropriação do centro de Paris pelas classes populares, fazendo do operariado parisiense o verdadeiro sujeito da Comuna, aqueles indivíduos que constituem a massa revolucionária, amarga e negra: gente descontente, com tempo de sobra, nada a perder e nenhuma razão para permanecer leal ao governo que os desprezara. Talvez sua hostilidade tenha sido apenas passiva, mas criou um muro invisível em torno de Paris. A Comuna demonstrou a existência de uma coletividade com mais autocontrole do que o governo de Paris poderia supor. Não é casual que tenha sido um dos raros episódios revolucionários que não suscita a lembrança de vultos heroicos ou carismáticos, mas sim a ação coletiva.

Para Benjamin (2006a, p. 147), “essa orgia de poder, vinho, mulheres e sangue, que se chama comuna” é uma iluminação profana num momento histórico dramático, que drasticamente levaria à compreensão das forças políticas que ali estavam em jogo. A Comuna de 1871 põe fim à ilusão de que o proletariado iria completar a Revolução de 1789, aliado à burguesia. A burguesia nunca se pensou aliada aos trabalhadores. Por isso é uma culminação, um momento de despertar histórico. Na *Exposé* de 1935, escreve que

[...] da mesma forma que o manifesto comunista encerra a era dos conspiradores profissionais, assim também a comuna liquida a fantasmagoria que domina os primórdios do proletariado. Ela dissipa a ilusão de que seria tarefa da revolução proletária completar, de mãos dadas com a burguesia, a obra de 1789. Tal ilusão domina o período

que vai de 1831 a 1871, da Insurreição de Lyon até a Comuna. A burguesia jamais compartilhou desse erro. (BENJAMIN, 2006a)

Então, chegando ao século XX, as barricadas concretizam a prática do que depois os situacionistas chamariam situação construída. Da mesma maneira, assim o seria com os dias de maio de 1968. Tal como a Comuna fora uma reação a Haussmann, 1968 também é resposta àquela experiência da arquitetura urbana resultante de uma ideologia do planejamento que marcava a Europa, em especial a França, do Segundo Pós-Guerra.

Maio de 1968 é, ao final, uma recusa da juventude – e, a seguir, dos operários – de acatar as normas da cidade planejada. A revolta toma a forma crítica das condições de existência suportada por uma arquitetura urbana repressiva que expressava a ideologia capitalista. Era um tempo de “reviravolta do mundo revirado”, em que sucediam-se os protestos: Berlim oriental, 1953; Revolução na Hungria, 1956; protestos em Berkeley, 1964; movimento estudantil em Berlim Ocidental, 1967; as ocupações de fábrica em Turim, 1967; o fechamento das universidades na Itália, 1968; Primavera de Praga, 1967; rebeliões em Strassburgo, dezembro de 1966; os *enragés* em Nanterre, América Latina, fevereiro de 1968; e, finalmente, ocupação da universidade de Sorbonne, em maio de 1968.

A vida cotidiana estava no centro das reivindicações. A maioria das populações nos grandes centros tomava consciência das transformações a que suas vidas estavam submetidas. A ação de maio de 1968 efetiva um importante aspecto da apropriação espacial. “Não pedimos nada. Simplesmente tomamos e ocupamos”, dizia um pronunciamento do Conselho para Manutenção das Ocupações (CMDO). Esse conselho, segundo relata René Vienet, existiu apenas entre maio e junho de 1968, tendo-se constituído

num importante experimento de democracia direta, garantido pela participação de todos os envolvidos nos debates, na tomada de decisões e na execução das mesmas. “Era, em essência, uma assembleia geral ininterrupta, deliberando dia e noite, sem que facções ou discussões reservadas acontecessem fora do debate conjunto”. (VIENET, 1993, p. 83; tradução nossa)

Fora da universidade ocupada, descreve Vienet (1993, p. 82, tradução nossa),

[...] a crítica da vida cotidiana começou a ter algum sucesso em modificar a paisagem da alienação. A rua Guy Lussac passou a se chamar Rua Onze de Maio, bandeiras brancas e vermelhas davam uma aparência humana às fachadas dos edifícios públicos. [...] todo mundo, a seu modo, fez a sua própria crítica do urbanismo.

A apropriação, então, levava a pensar uma forma de condução da vida em geral. Os estudantes, que se tornaram àquela ocasião uma força considerável, propunham a ocupação para pensar a autogestão como alternativa à autoridade. Liderando em boa medida um contingente significativo da população e propagando uma teoria revolucionária que começava por questionar os princípios da existência, os estudantes mostraram, ainda que por um brevíssimo período, que se tratava, naquela ação de apropriação do espaço, de engajar-se numa luta política que, para cada um, era o equivalente da luta pelas condições da vida cotidiana.

Para além da intervenção no presente, o desejo de revolução novamente expresso nas ruas parisienses permite também analisar aquele momento em 1968 como ação de apropriação referida não apenas à vida atual, mas também ao passado, confirmando delimitações conceituais de Benjamin. René Vienet (1993, p. 76, tradução nossa)

escreveu que, “pela primeira vez desde a Comuna de 1871, e com um futuro muito mais promissor, o indivíduo real estava absorvendo o cidadão abstrato em sua vida, seu trabalho e em suas relações individuais, tornando-se um ser-em-espécie, e reconhecendo seu próprio poder como poder social”. Fazia-se, dessa forma, referência à conexão implícita entre as barricadas do século XX e os movimentos operários do século XIX. Num texto escrito ainda no calor do momento, o historiador Eric Hobsbawm (1968, p. 583) apontava que:

[...] as revoluções surgem de situações política e não porque algumas cidades estejam estruturalmente adequadas para a insurreição. Contudo, uma desordem de rua ou uma agitação espontânea em uma cidade pode ser a chave de partida que põe em marcha o motor da revolução e é mais fácil que este mecanismo funcione em cidades que estimulem ou facilitem a insurreição. Um amigo meu, que comandou o levante de 1944 contra os alemães no Quartier Latin de Paris, caminhou pela área na manhã seguinte à Noite das barricadas de 1968, emocionado e impressionado ao ver que jovens que ainda não haviam nascido em 1944 haviam erguido muitas de suas barricadas nos mesmos lugares de então. Ou, poderia acrescentar o historiador, nos mesmos lugares onde haviam sido erguidas barricadas em 1830, 1848, 1871. [...] assim, em maio de 1968, a confrontação mais violenta ocorreu nas barricadas da Rue Guy Lussac e atrás da Rue Soufflot. Quase um século antes, na comuna de 1871, o heroico Raoul Rigault, que comandou as barricadas naquela mesma área, foi capturado e morto ali – no mesmo mês de maio – pelos versalheses.

Essa reunião de momentos na experiência da cidade não é senão a realização do Tempo do agora benjaminiano (*Jetztzeit*), o momento em que, na experiência (*Erfahrung*), dá-se o agora

da recognoscibilidade, isto é, quando a imagem atinge sua legibilidade, dada numa determinada época, sendo apenas nesta legível, compreensível. (BENJAMIN, 2006b)

As barricadas, a Comuna e maio de 1968 formam uma constelação histórica, em que cada um desses acontecimentos é para o outro aquele momento crítico da interpretação em que um acontecimento histórico singular ilumina o acontecimento que o sucede, pois é atualizado numa leitura particular, graças às afinidades do sujeito que se apropria do espaço, compreendendo sua imagem histórica, sem, contudo, idealizá-la. Esses momentos de luta formam “uma constelação de referentes históricos”, na qual o passado só pode revelar no presente “a descontinuidade das revoltas logo recalçadas e esquecidas, difíceis de redescobrir, mas vitais para o destino futuro da liberdade”. (BUCK-MORSS, 2003, p. 27)

A correspondência que se estabelece entre duas situações de apropriação do espaço revela-se, então, na imagem que permite reunir o passado coletivo ao presente individual e constrói a experiência da cidade como experiência coletiva. Na Internacional Situacionista, Vaneigem (2002, p. 121) dirá que “os momentos revolucionários são as festas nas quais a vida individual celebra sua união com a sociedade regenerada”.

Ocupar a arquitetura urbana, tomar seus edifícios e ruas é também apropriar-se do espaço em um *détournement*. O urbanismo revolucionário realizado brevemente pela Comuna encontra um rebatimento em outras situações urbanas nas quais se mostra a energia criativa que permite a realização plena e desalienada da vida cotidiana. A Comuna e a Paris de 1968 têm, ambas, a forma extensa da festa. Situações que excedem a regulação social, em

que a cidade se torna um lugar preñado da interação e da troca. As ocupações invertem o desenho, mas não podem mesmo durar para sempre, dado que nela o coletivo e o comum são provisórios. Esse é o seu fim, seu alvo a atingir – a provisoriade e a inversão, não a duração. Num dia de festa, num dia de ocupação dá-se a matéria dos “dias de lembrar”, conforme disse Benjamin (2006a, p. 139), os dias em que as correspondências se estabelecem, atravessando o tempo.

Os dias de lembrar, bem como dias de ritual e prazeres, concretizam a tese benjaminiana de que é por meio dessa experiência que se dão os meios de explorar estratégias alternativas e emancipatórias. O festival, a ocupação que retira a rua de sua funcionalidade, a entrega aos habitantes para que dela se apropriem, num exercício continuado e renovado, em que o aprendizado tem como princípio uma delicada empiria – aprender a cuidar, cuidar para lembrar, lembrar para cuidar. No espaço coletivo que se instala provisoriamente, ou no uso que promove a ocupação diferenciada do espaço, o lastro é o cotidiano, é o hábito que permite dar o salto em direção à transformação da estrutura da experiência.

Não é mais possível esperar por qualquer redenção que nos fosse presenteada com planejamento urbano. É preciso atuar desde a *práxis* espacial na cidade. Em outras palavras, é preciso explorar a vida a partir da configuração urbana atual que se nos oferece. O mundo urbano é condição incontornável. O importante é tomá-lo como lugar da contestação; essa é a estratégia que deve haver por trás da ação de apropriação que ocupa as ruas, caso se queira ultrapassar o imperativo do conforto, da beleza e da mera utilidade para consumo que, nos dias de hoje, orientam mesmo a tão almejada “qualidade de vida” urbana. Só a consciência do esvaziamento dessas noções (beleza, conforto, utilidade) permitirá

superar a perspectiva da comodidade que esconde a pasteurização e a meta do não envolvimento, da alienação sem remédio.

A resposta para o estabelecimento de possibilidades de relações inteiramente novas, livres de determinismo e constrangimentos deve ser baseada na atitude experimental embutida nos esboços de ordem provisória de uma ocupação, ou na indeterminação dos espaços autogeridos ou autoplanejados. Não mais se trata de desenhar os lugares. Trata-se de radicalizar a experiência e fazer reemergir a atividade humana em sua fluidez, incompletude, linguagem contraditória. Contestar ocupando os espaços, reivindicar por meio da apropriação dos lugares, é estratégia de resistência. Cada *détournement* pode ocupar as ruínas, instalando-se nas brechas da cidade existente, não como desenho, mas, como *práxis* que reúna autoconhecimento e intervenção no espaço urbano.

Cada intervenção, individual ou coletiva, é um momento que talvez jamais integre uma série, mas é acontecimento em que se desvela uma possibilidade; é situação que se coloca ao modo da imagem dialética benjaminiana. No relâmpago de uma imagem, ilumina-se uma alternativa. Basta um vislumbre e o habitante urbano compreende o sentido de sua ação, ainda que minúscula e cotidiana. Será suficiente a interrupção momentânea na ordem de um sistema estabelecido.

O engajamento coletivo que resulta na ocupação de um lugar dá-se num sucedimento do hábito, isto é, no vislumbre da possibilidade de ação construída momentaneamente, na revelação do maravilhoso no cotidiano. São imagens nas quais o fluxo dos acontecimentos urbanos deveria ser subitamente imobilizado, “congelado”, para que a consciência do habitante pudesse escapar à tirania da aparência de normalidade e pudesse refletir

criticamente sobre o sentimento atual da vida que se leva numa cidade. Só a imagem dialética pode romper o fetiche do espaço-mercadoria na experiência arquitetônica. Somente quando se der, num momento atual, ou seja, na construção de uma situação de uso de um lugar, um vislumbre, no espaço, de modos radicais de apropriação corpórea dos lugares é que será possível revolucionar a vida cotidiana. A compreensão da dialética envolvida nessa imagem resultaria, no habitante, em capacidade crítica de atuar, *a posteriori*, em outras situações espaço-temporais e, sobretudo, intervir em outros lugares.

A isso chamei, com Benjamin, imaginação arquitetônica, a capacidade de articular funções que se dá como engajamento crítico. Tal engajamento, contudo, não poderá jamais ser regulado por um sistema, e a apropriação, se crítica, ecoa numa ação vivida pelo avesso. O avesso é a não duração, a indeterminação do uso do espaço, a provisoriidade do agrupamento coletivo e comum. Somente aquelas experiências que não recusarem (ou perderem de vista) essa instabilidade poderá superar a passividade imposta como condição e resultado pelo urbano-espetacular.

O avesso, a contrapelo, em Benjamin, é forma de resistência à violência do espetáculo; o engajamento corpóreo e a formação de combinações frágeis como as comunidades e os coletivos são a um só tempo estratégia e tática de resistir ao veto à comunicação humana. Não se trata, evidentemente, de hipertrofiar a disponibilidade afetiva dos humanos para o consenso ou para o acordo, como o fazem outras filosofias.

No recorte materialista de um empirismo rigoroso, trata-se de, tomando a arquitetura urbana como solo, estabelecer comunidades de ação no âmbito cotidiano da práxis, isto é, unir-se,

pelos propósitos, para agir coletivamente na cidade; insistir, no ambiente urbano, na empiria delicada que combina processos (fluidos) e regras relativamente permanentes de co-pertença e vizinhanças, sem esquecer jamais que quaisquer formulações de regras que constituem as comunidades de ação se colocam em arranjo tenso com a violação (dessas mesmas regras) que propicia as mudanças revolucionárias. Essas, muitas vezes, partem silenciosa e vagarosamente do cotidiano.

Luz. As ruas de Svolver estão vazias. E por trás das janelas as persianas de papel estão fechadas. Estarão as pessoas a dormir? Passa da meia-noite; numa das casas ouvem-se vozes, noutras ruídos de refeição. E cada som que ressoa na rua faz dessa noite um dia que não figura no calendário. (BENJAMIN, 2004, p. 205) ■

1. Benjamin, Walter. “K. Die Kommune”. [“A comuna”], in: *Gesammelte Schriften* [Escritos Reunidos], vol. V. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1972-199, p. 949- 956. Na edição brasileira: “a. [movimento social” (p. 739-780). E [Hausmanização, lutas de barricada]” (p. 161-189), k [comuna] (p. 827-834), V [conspiração, compagnommage] (p. 647-662).

2. Marc Berdet (2016, p. 143) em recente artigo enumera: “um conjunto de fichas de trabalho que não era destinado a ninguém além do pesquisador aplicado de uma obra jamais acabada. Como num inventário à *la* Borges... uma carta de Marx a Engels, de 1854, dezessete anos antes da Comuna; uma homenagem ambígua a 1871, prestada por um socialdemocrata alemão em 1896; uma

citação tirada de uma manual de história do ensino secundário de 1919; uma nota da imprensa *sait-simoniana* de 1830; dois trechos de uma monografia sobre Engels, de 1933; uma crítica de teatro de 1871; uma frase de um ensaio reacionário de 1872; três trechos de revistas engajadas no combate cultural antifascista da época (1935-1936); um testemunho de Nadar (1900) e um comentário furioso de Ibsen (1905); três citações misteriosas de um magistrado escrevendo sobre a história da Comuna em 1928; quatro anedotas sem fonte; uma descrição de uma caricatura do Gabinete de Gravuras da Biblioteca Nacional da França; e cinco ou seis observações ao longo de uma exposição organizada pela prefeitura de Saint-Denis em 1935”.

Referências

AKADEMIE DER KÜNSTE. *Walter Benjamin Archives*. Berlin, [20--]. Disponível em: <http://www.adk.de/en/archive/archive-inventory/literature/artists/Benjamin-Archives/Walter_Benjamin_Archives.htm>. Acesso em: 23 fev. 2017.

BARRENTO, J. *O poço de Babel: para uma poética da tradução literária*. Lisboa: Relógio d'Água, 2002.

BARRENTO, J. *Ler o que não foi escrito: conversa inacabada entre Walter Benjamin e Paul Celan*. Lisboa: Cotovia, 2005.

BARRENTO, J. *A escala do meu mundo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2006.

BENJAMIN, W. *Imagens do pensamento: obras escolhidas de Walter Benjamin*. Tradução de João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

BENJAMIN, W. *Gesammelte Schriften: Unter Mitwirkung von T.W. Adorno u. G.Scholem, hrsg.v. R.Tiedemann u. H. Schweppenhäuser*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1972-1989. (Band I- VII).

BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: ein lyriker im Zeitalter des Hochkapitalismus (nachw. R. Tiedemann)*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1974.

BENJAMIN, W. *Das passagen-werk: Gesammelte Schriften V*. Frankfurt: Suhrkamp am Verlag, 1982.

BENJAMIN, W. Historia y coleccionismo: Eduard Fuchs.
In: DISCURSOS Interrumpidos I. Tradução de Jesus Aguirre.
Madrid: Taurus Ediciones, 1982. p. 89-139.

BENJAMIN, W. *A modernidade*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2006a.

BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*.
Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves
Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989a. (Obras escolhidas, v. 3).

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio
Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1989b. (Obras escolhidas,
v. 1).

BENJAMIN, W. *Rua de mão única*. Tradução de Rubens
Rodrigues Torres Filho. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
(Obras escolhidas, v. 2).

BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São
Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006b.

BENJAMIN, W. *Sobre o conceito de história*: tese VI. São Paulo:
Boitempo, 2005.

BENJAMIN, A.; OSBORNE, P. (Ed.). *Walter Benjamin's philosophy:
destruction and philosophy*. London: Routledge, 1994.

BERDET, M. Walter Benjamin e a Memória da Comuna. *Revista
Limiar*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 141-162, 2. semestre 2016.

BUCK-MORSS, S. Aesthetics and Anaesthetics: Walter
Benjamin's Artwork Reconsidered. *October*, [S.l.], v. 62, p. 3-41,
fall 1992.

BUCK-MORSS, S. Benjamin's passagen-werk: redeeming mass culture for the revolution. *New German Critique*, Ithaca, n. 29, p. 211-240, 1983.

BUCK-MORSS, S. *A dialética do olhar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BUCK-MORSS, S. The city as dreamworld and catastrophe. *October*, [S.l.], v. 73, p. 3-26, summer 1995.

BUCK-MORSS, S. *The dialectics of seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project*. Cambridge: MIT Press, 1989.

BUCK-MORSS, S. The Flâneur, the Sandwichman and the Whore: the politics of loitering. *New German Critique*, Ithaca, n. 39, p. 99-140, Fall 1986.

BUCK-MORSS, S. *The origin of negative dialectics: Theodor W. Adorno, Walter Benjamin and the Frankfurt Institute*. New York: Macmillan Free Press, 1977.

GOULD, R. *Insurgent Identities: class, community and protest in paris from 1848 to the commune*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

HOBBSAWN, E. Cities and Insurrection. *Architectural Design*, [S.l.], n. 38, p. 581- 588, Oct. 1968.

LÖWY, M. A cidade, lugar estratégico do enfrentamento das classes: insurreições, barricadas e haussmanização de Paris nas passagens de Walter Benjamin. *Margem esquerda: ensaios marxistas*, São Paulo, v. 8, p. 59-75, 2006.

TRAUGOTT, M. *The insurgent Barricade*. Berkeley: University of California Press, 2010.

VIDLER, A. Los escenarios de la calle: transformaciones del ideal y de la realidad. In: ANDERSON, S. (Ed.). *Calles: problemas de estructura y diseño*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1981. p. 37-124.

VIENET, R. *Enrages and situationists in the occupation movement*: Paris, may, 1968. New York: Autonomedia, 1993.



PERFORMATIVIDADES E VISIBILIDADES

Vera Pallamin

Em 1548, Étienne de la Boétie (1530-1563) escreveu o *Discurso da Servidão Voluntária*, um texto inaugural da modernidade ocidental acerca da liberdade como recusa do servir. Ele ali afirmou que:

[...] São sempre quatro ou cinco que mantêm o tirano; quatro ou cinco que lhe conservam o país inteiro em servidão. Sempre foi assim: cinco ou seis obtiveram o ouvido do tirano e por si mesmos dele se aproximaram; ou então por ele foram chamados para serem os cúmplices de suas crueldades, os companheiros de seus prazeres, os proxenetas de suas volúpias, e sócios dos bens de suas pilhagens. [...] Esses seis têm seiscentos que crescem debaixo deles e fazem de seus seiscentos que os seus seis fazem ao tirano. Esses seiscentos conservam debaixo deles seis mil, cuja posição elevaram; aos quais fazem dar o governo das províncias ou o manejo dos dinheiros para que tenham na mão sua avareza e crueldade e que as exerçam no momento oportuno [...]. Grande é o séquito que vem depois e quem quiser divertir-se esvaziando essa rede não verá os seis mil mas os cem mil, os milhões que por essa corda agarram-se ao tirano servindo-se dela como Júpiter em Homero, que se gaba de trazer a si todos os deuses ao puxar a corrente. [...] Em suma: que se chegue lá por favores

ou subfavores [...] ocorre que afinal há quase tanta gente para quem a tirania parece ser proveitosa quanto aqueles para quem a liberdade seria agradável. [...] Logo que um rei declarou-se tirano [...] reúnem-se à sua volta e o apoiam para participarem da presa e serem eles mesmos tiranetes sob o grande tirano. (LA BOÉTIE, 1987, p. 31-32)

Filosoficamente, a noção de servidão voluntária associa-se à ausência do desejo de liberdade, o que, para La Boétie (1987, p. 12-13), é algo inominável:

[...] que vício infeliz, diz o filósofo, ver um número infinito de pessoas não obedecer, mas servir, não serem governadas mas tiranizadas [...] aturando os roubos, os deboches, as crueldades, não de um exército [...] mas de um só homenzinho, no mais das vezes o mais covarde [...] da nação[...] que monstro de vício é esse que ainda não merece o título de covardia, que não encontra um nome feio o bastante, que a natureza nega-se ter feito, e a língua se recusa nomear?

O que faz com que tantos queiram servir a um? Buscar a origem da servidão é também buscar a origem da própria tirania, pois os tiranetes – que são seu espelho perverso – os quais engendram e constituem o tirano, que, na maioria das vezes, é um homem solitário e infeliz e vive do medo dos seus súditos. Antecipando em alguns séculos o pensar sobre a alienação – em que os homens obedecem não de modo forçado, mas voluntariamente. La Boétie afirma não ser suficiente dizer que os homens obedecem “por costume”: o costume de servir é um modo de esquecimento do próprio ser; entorpece os sentidos, esconde a verdade – na medida em que é naturalizado – e leva ao esquecimento da liberdade. Se um país não consente a sua servidão, o tirano se anula, é a partir desta ideia que La Boétie (1987, p. 14) reitera em sua afirmação de que, ao tirano “não se deve tirar-lhe coisa alguma, e sim nada lhe dar”.

Essa questão filosófica foi retomada, sob novos termos, por Vladimir Safatle, em *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo* (2015), como se pode observar na seguinte afirmação:

[...] nunca seremos capazes de pensar novos sujeitos políticos sem nos perguntarmos inicialmente sobre como produzir outros corpos. Não será com os mesmos corpos construídos por afetos que até agora sedimentaram nossa subserviência que seremos capazes de criar realidades políticas ainda impensadas. (SAFATLE, 2015, p. 37)

Os circuitos de afetos são parte fundamental do social, de suas normatividades, formas de vida e conflitos. Certos ordenamentos vinculam-se aos afetos e deles dependem para continuar. Quando estes arranjos são desfeitos, certos sentimentos esmaecem, tornam-se ausentes ou passam a circular de outro modo. Temos presenciado isso, atualmente, no país, em meio ao movimento de decomposição de um modelo político e derubamento de certa condição social. Afetos ligados à aversão, ira, ódio, ofensa, apreensão e desalento movimentam-se sob novos fluxos e intensidades, no plano coletivo, no midiático e nas redes sociais.

Interessa a Safatle (2015, p. 49) tomar os circuitos dos afetos em suas implicações políticas, em sua relação com o corpo político: “a nossa sujeição é afetivamente construída”. Nesse campo do corpo político o medo tem um lugar privilegiado, algo destacado em La Boétie e ratificado em Thomas Hobbes em seus escritos sobre a matéria, a forma e o poder do Estado moderno, em *Leviatã*, publicado primeiramente em 1651, em que afirmou: “de todas as paixões, a que menos faz os homens tenderem a violar as leis é o medo”. (HOBBES, 1974, p. 183) A reflexão de Hobbes (1974, p. 79), como se sabe, tratava da possibilidade de conflito

perpétuo entre rivais, do homem lobo do homem ou “da guerra que é de todos os homens contra todos os homens”. Porém, como visto em La Boétie, o poder político não se funda exclusivamente no medo. Nele há também o desejo do gozo em ação na subserviência e na constituição da pirâmide do poder. Medo e esperança são afetos interligado sem termos políticos e associam-se à temporalidade da expectativa, quer a expectativa do dano, ou pelo contrário, a do surgimento de algo que salve ou liberte. (SAFATLE, 2015, p. 24)

A “produção de outros corpos” de que trata Safatle (2015, p. 27) diz respeito, dentre outros aspectos, ao afastamento da forma de indivíduos “em estado contínuo de conflitos de interesses concorrenciais”, como é aquela hoje sistemicamente. Essa possibilidade contrapõe-se à atual normalização dos corpos pelo dispositivo do rendimento, a qual está na base da subjetividade neoliberal. O sujeito neoliberal ou o “neossujeito”, nos termos do filósofo Pierre Dardot e do sociólogo Christian Laval (2016), é distinto do sujeito “calculador” do mercado do século XIX e do sujeito “produtivo” do período industrial. O “neossujeito” é aquele competitivo, atuando em meio a uma lógica geral das relações humanas submetidas à regra do máximo proveito. Dentre as novas estratégias mobilizadas nessa cultura concorrencial, algumas assentam-se também no medo: o medo social do desemprego, da efetiva precarização do trabalho, da diminuição das remunerações, ampliando-se, no conjunto, a pressão cotidiana sobre os sujeitos.

Porém, a novidade em relação às épocas anteriores é a modulação para que estes indivíduos suportem condições cada vez mais duras do mundo do trabalho, tendo como um de seus eixos, a produção de subjetividades empreendedoras que internalizam a ideia de competição constante em suas condutas e comportamentos. Para que sejam bem sucedidos eles devem mostrar-se flexíveis,

abertos às variações, exigências e incertezas do mercado e ao ritmo contínuo de aperfeiçoamento. No âmbito do trabalho, a ideia-guia, em termos sistêmicos, é a eliminação da relação salarial substituindo-a ao máximo pela contratação de serviços, projetos e tarefas por tempo determinado, modelando esse novo paradigma de cada um converter-se em uma pequena empresa. Múltiplos procedimentos são assimilados para tal finalidade, visando incrementar o domínio de si e a eficácia na relação com os demais.

Esse conjunto pressupõe um trabalho de racionalização levado até o mais íntimo do próprio sujeito, uma “racionalização do desejo”, como propõem Dardot e Laval (2016, p. 333-335), que associa-se à máxima: “produza cada vez mais e goze cada vez mais”. Essa ideia de “sempre mais” sintoniza-se com a cultura da superação constante de limites própria à máquina econômica. Numa sociedade aberta,

todo indivíduo tem direito de viver como bem entende, escolher o que quiser, seguir as modas que preferir. A livre escolha não foi recebida inicialmente como uma ideologia econômica de ‘direita’, mas como norma de conduta de ‘esquerda’, segundo a qual ninguém pode opor-se à realização de seus desejos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 360)

Essa organização flexível, que interioriza muito das exigências do mercado, faz com que o tempo cotidiano seja menos programável, o que torna os projetos a longo prazo cada vez mais difíceis.

Além do afastamento dessa matriz de produção de subjetividade, um segundo aspecto a ser considerado na “produção de outros corpos” tendo-se em vista o político, reside na instigante ideia proposta por Safatle (2015, p. 67) de se pensar no afeto do “desamparo como fundamento da produtividade de novas formas

sociais”. Isso nos interessa, sobretudo, nesse nosso momento em que – muito infelizmente – o deletério governo central coloca a questão do desamparo em uma nova escala social, ampliando seus termos, seus atingidos e sua agenda. Inclui-se também aí a configuração de um desamparo de ordem jurídica, que tem significado a manipulação e produção de ilegalidades grosseiras que dão sustentação à condição mais ampla de um estado de exceção em curso, conformando uma enormidade política e social.

O desamparo vincula-se à temporalidade da indeterminação e sempre implica o “reconhecimento de certa forma de impotência, tanto do sujeito em sua agência [agir] quanto da ordem simbólica que o suporta, em sua capacidade de determinação”. (SAFATLE, 2015, p. 71) Mas como então pensá-lo como produtivo politicamente? A hipótese do filósofo em nada se aproxima à resignação, ao desencantamento ou à melancolia da acomodação. Pelo contrário, ela equivale à possibilidade de se desencadear um trabalho processual de conversão da violência de situações ou relações intersubjetivas que levam à paralisia de reações, por meio de um esforço de “abandono da fixação à situação anterior”, acionado por uma “coragem afirmativa”. (SAFATLE, 2015, p. 74)

A rigor, é preciso compreender que há uma dimensão do desamparo que está presente em toda relação de alteridade – e isso tem sido muito enfatizado na filosofia contemporânea. A relação com o “outro” envolve uma tensão incontornável, ao mesmo tempo em que a relação de alteridade nos constitui e é a base das dinâmicas sociais de reconhecimento, ela pode também ser aquela que nos despossui e nos desampara, quando nela efetua-se o que não nos reconhece e nos desvaloriza. Pode-se dizer que há uma zona de sombra, uma dimensão inescapável de vulnerabilidade nos encontros. Por isso, insiste Safatle (2015, p. 75), “a relacionalidade própria à condição humana não pode ser compreendida como garantia de cooperação”.

Há uma natureza despossessiva das relações intersubjetivas que nelas pode vir a predominar, desenhando aí situações que impedem que atualizemos nossas capacidades. Mas há que se considerara possibilidade de “um engajamento diante da transfiguração dos impossíveis em possíveis” (SAFATLE, 2015, p. 74), ou seja, a chance de uma performatividade que abra um combate ao que nos despossui, ao que nos descontrola e nos desampara, o que vai de encontro à potência do performativo no político, como propõem Judith Butler e Athena Athanasiou (2013).

Esse trabalho processual de conversão da violência de modo a superar as situações de imobilização e a coragem afirmativa supracitada atuam num terreno de combate ao individualismo possessivo e ao modelo substancial – ou essencialista – da identidade. No lugar da identidade como substância, como o que subsiste por si mesmo, independentemente de todo acidente determinado, Butler trabalha com a ideia da identidade como um resultado performativo.

Como entender o performativo? Originalmente, a acepção de ato performativo ou ato de fala performativo provém do campo da filosofia da linguagem e do trabalho de John L. Austin (1911-1960). Diferentemente do ato que descreve ou relata algo, a acepção de ato de fala performativo associa-se à realização de ações, a uma certa forma de agir, de operar, e sua eficácia depende diretamente das circunstâncias em que ocorre, podendo tornar-se sem efeito, se estas forem inadequadas. Alguns exemplos clássicos são afirmações como: “eu o condeno a 30 dias de suspensão”, “eu o perdoo”, “é proibido fumar neste local”; mais do que dizer algo, a situação, após tais enunciações feitas, muda para outra coisa, desde que essas enunciações sejam executadas em contextos propícios a isso, que as validem.

Judith Butler, preocupada filosoficamente com os modos de subjetivação, propõe pensar a identidade de gênero como performatividade. Seu trabalho filosófico distancia-se da metafísica da substância, trabalhando a desnaturalização do conceito de gênero e a ultrapassagem da formulação de que o sexo é natural e o gênero socialmente construído. Essa formulação assenta-se na ideia de que o gênero decorre do sexo, vínculo que Butler desconstrói: não há uma conexão determinística entre gênero e sexo. Butler argumenta no sentido de que não existiria uma identidade “anterior” do gênero que nele depois se “expressaria”. Há uma importante distinção aqui entre as acepções de expressão e performatividade. Segundo a filósofa, a identidade é constituída performativamente, isto é, em ação e na continuidade desta ação. (BUTLER, 1990)

Retomando e alargando a acepção de Maurice Merleau-Ponty do corpo como “conjunto de possibilidades continuamente realizáveis”, Butler (1990, p. 299, tradução nossa) associa a performatividade do gênero ao que ela denomina como “uma ontologia dos gerúndios”: “o ‘eu’ que é seu próprio corpo é, necessariamente, uma forma de ir tomando corpo, e ‘aquilo’ que se corporaliza são as possibilidades”. Segundo Butler (1990, p. 302, tradução nossa), o gênero vai se fazendo, ele não é um “fato”, mas um efeito de diversos atos que, na hipótese da filósofa, são “renovados, revisados e consolidados no tempo”. Há uma importante repetição envolvida nessa atuação e consolidação: “[...] que a realidade de gênero seja performativa significa, de maneira muito simples, que é real só na medida em que é atuado [...] o gênero não existe anteriormente aos diversos atos, posturas e gestos pelos quais se o dramatiza e conhece”. (BUTLER, 1990, p. 309, tradução nossa) Esses atos não são solitários, eles “são uma experiência compartilhada e uma ‘ação coletiva’” [...]. (BUTLER, 1990, p. 306, tradução nossa)

Nesses termos filosóficos, um resultado performativo diz respeito a atos constitutivos, e estes, quando tomados no campo político, resultam capazes de questionar e reconfigurar certas distribuições sociais em vigor. Ao invés de serem a fisionomia de circuitos já existentes e consolidados, estes atos chegam a instituí-los, transfigurando a cena em que ocorrem, segundo processos e modos de subjetivação política imprevistos. “Uma política do performativo”, nas acepções debatidas por Butler e Athanasiou (2013), envolve diretamente a questão da desposseção: como essa forma de sofrimento social vem sistematicamente incidindo sobre populações das mais diversas maneiras, desfazendo formas de pertencimento social e de justiça. O geógrafo David Harvey vem há alguns anos reafirmando sua tese de que o padrão econômico sistêmico atual é o da “acumulação por desposseção”. A desposseção envolve modos de submissão, extração, confisco, injúrias, endividamento, interpelações e oclusões, sendo uma “condição imposta pela violência normalizadora” que implica, em seu espectro, a perda de direitos, a perda de meios de subsistência, de desejos e a imposição da precariedade, com toda sua complicação afetiva e política. (BUTLER; ATHANASIOU, 2013, p. 1-5) Entre nós, as emendas constitucionais que estão em curso de aprovação no plano federal reiteram este padrão: são todas “emendas de desposseção” forçadas pelo grande capital.

Como discutem Butler e Athanasiou (2013, p. 18), os modos de desposseção levam consigo práticas relacionadas à espacialidade, a condições de deslocamento, localização e situacionalidade, fragilizando ou eliminando espaços de vida. Vulnerabilidade e descartabilidade de populações entrelaçam-se como forças definindo quem está no lugar e quem está fora-do-lugar.

O enfrentamento combativo da desposseção não pode simplesmente retornar ao terreno da apropriação, compreendida

na chave da posse, da propriedade. Isso equivaleria a atualizar a lógica que a engendra, e nela, fortalecer a prevalência do indivíduo possessivo. O desafio é pensar em diretrizes e gestos políticos fora dessa lógica (BUTLER; ATHANASIOU, 2013, p. 6-7), gestos que provoquem novos tipos de presença, de modalidades que resistem a contextos ou situações de subjugação.

Nesse embate político a acepção de performativo singulariza-se na medida em que seu curso de realização não pressupõe “a constante restauração da diferença à ordem” já existente. (BUTLER; ATHANASIOU, 2013, p. 127, tradução nossa) A performatividade é entendida como “um processo diferencial e diferenciador” que incorpora a indeterminação e a imprevisibilidade. Nas palavras de Butler e Athanasiou (2013, p. 130-131, tradução nossa), o performativo seria “um exercício de articulação que traz uma realidade cujo fim está em aberto”, não pré-figurável, como “um exercício de liberdade fora da teleologia.” Trata-se de um exercício como luta política e corporal pela existência, pondo em questão certos esquemas de normatividade, vínculos afetivos que não são reconhecidos e são mantidos travados ou censurados. Ao mesmo tempo em que a performatividade afasta-se de definições fechadas sobre o que seria subjetividade política, também permanece aberta às suas próprias falhas. (BUTLER; ATHANASIOU, 2013, p. 155, tradução nossa)

Essa constelação conceitual até aqui tratada, a conjunção entre as dimensões performativa e afetiva, o empenho em realidades políticas ainda impensadas, a contraposição à servidão voluntária, a produção de outros corpos políticos sob a temporalidade da indeterminação, a busca da conversão da violência da desposseção e a coragem afirmativa encontram-se emblematicamente presentes num dos gestos urbanos e políticos de maior impacto e importância, ultimamente: a Primavera Secundarista.

Como se sabe, chegou-se à marca de mais de 1000 escolas ocupadas pelo país, a partir de ações locais, sem organização prévia nem lideranças verticalizadas. Na Primavera Secundarista desencadeou-se um processo político performativo a contrapelo do ápice do alheamento ético, social e cultural da chamada escola “sem partido”, e de resistência ao dano das reformas federais que pioram violentamente a formação educacional dos jovens.

Essa performatividade impacta o corpo dos alunos, um a um, como uma experiência diferencial. Seus corpos ocupam as escolas num movimento de inversão da distribuição dominante, expondo dissensualmente a desqualificação do ensino e aprendizado oficial, voltado ao aumento da vulnerabilidade dessa população e ao rebaixamento de seus horizontes geracionais. Esse impacto atravessa-lhes os planos pessoais, familiares, grupais, modificando todo um conjunto de suas disponibilidades afetivas.

Contra o desamparo e suas derivações vê-se a afirmação de um “Nós estamos aqui”, “não seremos descartados!”, por meio de um corpo político inédito em nossa história recente: audacioso, aberto, enfrentando a precariedade de suas formas e condições, e deixando claro como “o performativo excede o que pode ser dito e ouvido” (BUTLER; ATHANASIOU, 2013, p. 131-132, tradução nossa), de modo a reconfigurar o sensível e suas parcelas, o que ali conta e o que não conta.

Suas inscrições realizam novos usos e fluxos dos espaços das escolas, de seus equipamentos, sua territorialidade. Há um desmanche de rotinas e de obediência repetitiva em prol de acertos diários feitos entre os integrantes protagonistas desse corpo coletivo político local. Nada aparece como “já pronto”, “já feito”, “já decidido”, o que, em cada escola, exigiu a recalibragem de

suas práticas internas e reconhecimento das potencialidades dos espaços e suas reciprocidades, pelos próprios alunos.

Sem me estender nos múltiplos aspectos de interesse a serem refletidos sobre a Primavera Secundarista, gostaria de concluir atentando ao modo como esse processo mostra uma questão crucial da relação entre performatividade e visibilidade, tema dessa mesa: nesse momento do ambiente político do país, em que testemunhamos a falência generalizada da matriz de representação ligada ao regime oligárquico, em que a lógica de produção de valor e acumulação do capital imobilizaram, na prática, a classe trabalhadora e o precariado – vemos atos de negação conformarem-se em agentes e em escalas inesperados como estes: milhares de estudantes do 2º ciclo performando sua maioria política.

Houve quem dissesse que as ocupações nas escolas são laterais e de algum modo toleradas porque não atingem diretamente os espaços do capital. Sabemos ser isso equivocado, tanto do ponto de vista ético, político quanto econômico, afinal, são exatamente os grandes empresários da educação privada que estão por trás desses conflitos.

Nesse momento de enorme pressão e tensão social no país, a Primavera Secundarista realiza o ato performativo de “tomar lugar”, envolvendo um complexo processo de subjetivação política capaz de exercitar sua força no domínio público. Oxalá gestos urbanos assim contundentes e seus efeitos na imaginação política voltada ao desejo de igualdade multipliquem-se no futuro próximo! ■

Referências

BUTLER, J. Actos performativos y constitución del gênero: um ensayo sobre fenomenologia y teoria feminista. In: CASE, S.-E. (Ed.). *Performing feminisms: feminist critical theory and theatre*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990.

BUTLER, J; ATHANASIOU, A. *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge: Polity Press, 2013.

DARDOT, T.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOBBS, T. de M. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Tradução de J. P. Monteiro e M. B. Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

LA BOÉTIE, É. de. *Discurso da servidão voluntária*. 4. ed. Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SAFATLE, V. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.



O NEÓFITO E A CIDADE

Maria Angélica da Silva

O corpo, a palavra e a política

O Corpocidade de 2016 configurou-se em atravessamentos. No “atravessar” do Grupo de Estudos Performatividades, o corpo estava no centro das discussões. Um corpo com qualidades. Corpo em movimento e focado não propriamente no escopo da intimidade do indivíduo, mas na sua esfera de comunicabilidade, que o coloca defronte das estruturas normativas das quais ele é parte e razão. Estas estruturas se declaram por gestos, tema do evento. Tal atitude perante ao corpo remete-se à sua intrínseca condição de se mover e se alterar, mas que está usualmente afastada da concepção usual dos urbanistas e dos arquitetos. O que usualmente se aplica no planejamento, é o corpo normativo, o *standard*, o tipo.

A ideia do self entrou em uma crise que talvez seja irreversível. Teóricos sociais escreveram incontáveis obituários da imagem do ser humano que animou nossas filosofias éticas por tanto tempo: o sujeito universal, estável, unificado, totalizado, individualizado, interiorizado. Para algumas abordagens, em particular aquelas inspiradas pela Psicanálise, essa imagem

sempre foi ‘imaginária’: seres humanos nunca existiram, nunca poderiam existir nesta forma unificada e coerente – a ontologia humana é necessariamente de uma criatura dilacerada em sua própria essência. (ROSE, 2011, p. 224)

E é ainda no âmbito dos corpos relacionais, que surgem outras compreensões a respeito da subjetividade na qual ela não se fecha no *self*, mas se apresenta comprometida com outras formas de pensar o que é o indivíduo, a identidade, o corpo e a cidade.

No lugar do self, novas imagens de subjetividade se proliferam: como construído socialmente, como dialógico, como inscrito na superfície do corpo, como especializado, descentrado, múltiplo, nômade, criado em práticas episódicas de autoexibição que buscam reconhecimento em espaços e tempos particulares. (ROSE, 2011, p. 224)

Se o evento Corpocidade menciona o tensionamento do corpo entre a esfera privada e pública, esta compreensão, na efetivação concreta do evento, foi absorvida pelo momento sombrio que constituiu o final do ano de 2016 no Brasil. Os gestos, “molduras politicamente saturadas”, como o evento anunciava, foram de fato respostas contra as diversas instâncias e atos voltados ao cerceamento das liberdades e dos direitos dos cidadãos. A começar pela fala de abertura do reitor João Carlos Salles, passando pelas conferências do primeiro dia, incluindo a Mesa 1, que inaugurou as atividades dos atravessamentos Performatividades e Visibilidades.

Quando Vera Pallamin iniciou a sua fala no encontro Corpocidade 5 reportando a Etienne de la Boétie no seu *Discurso da Servidão Voluntária* de 1548 dizendo que “São sempre quatro ou cinco que mantêm o tirano [...] Esses seis têm seiscentos que crescem debaixo deles e fazem de seus seiscentos o que os seus seis fazem ao tirano”, foi-se traçando o quadro que rebatia diretamente no momento

político vivido. Momento este denominado como de ruptura dos circuitos de afeto que se anuncia, nas palavras da palestrante, com predicados: *“ira, ódio, ofensa, apreensão e desalento movimentam-se sob novos fluxos e intensidades, no plano coletivo, no midiático e nas redes sociais. Portanto, corpos em estado contínuo de conflitos de interesses concorrenciais.”*

Mas seu discurso irá apontar, como um tênue fio de luz, a novidade da denominada Primavera Secundarista. Acontecimento no qual, quem é o foco da desesperança e da violência, como a comunidade das escolas públicas, organiza por si mesma os movimentos de rebelião. Saindo da dimensão apenas virtual, praticam a ocupação física de arquiteturas destinadas a outros fins, subvertendo seus usos. Vera qualifica esta ação como *“um processo político performativo a contrapelo do ápice do alheamento ético, social e cultural”*.

A continuidade da mesa recupera o autor tratado na conferência de abertura por Jeanne Marie Gagnebin, que abordou a obra *Rua de Mão Única* de Walter Benjamin. Pela fala de Rita Velloso, o autor retorna, agora, como observador e narrador das descrições das cenas das passagens, das galerias. Ao recordar estes pedaços de Paris, agora em franco ocaso, aborda uma atmosfera de anacronismo. É o Benjamin que irá mergulhar nas políticas do espaço, em especial quando trata dos tempos do erguimento das barricadas de 1830, 1848 e 1871 em Paris. Com a ajuda de Benjamin, vai traçando um retrato visual da cidade sob a lógica dos reprimidos. A cidade que se acessa no texto benjaminiano é remoldada a partir dos seus cantos e lugares periféricos. Acompanha-se o esgoto tornando-se o refúgio dos vencidos. As pedras dos pavimentos das ruas arrancadas dos pisos e arremessadas às cabeças dos soldados. Não se poupam casas e vidas. Cada insurgência é experiência de ruptura transitória com o lugar; cada insurgência

instabiliza os hieróglifos espaciais, monumentos, ruas, edifícios, ao redor dos quais acontece. Toda e cada insurgência explode a lógica subjacente ao urbano desenhado e planejado.

Mas as barricadas teriam deixado herdeiros. E assim os acontecimentos de maio de 1968 são abordados como uma certa continuidade, uma pontuação que liga as comunas à ação de estudantes e operários, que um século depois também se revoltam e ocupam a cidade.

A autora questiona se este clima de insurgência traspassa também o século XXI. Com as ocupações, se anunciaria uma continuidade da razão dos gestos de se apropriar da arquitetura urbana, semelhante de alguma maneira, ao que se procedeu nos tempos das barricadas. Ocupar a cidade, inventar códigos secretos sobre ela mesma, construir uma arquitetura de restos pode se constituir os sinais de uma outra ordem que movimenta os grupos emergentes que cooperam entre si e que buscam sublevar o que está posto no diagrama de poder da cidade. Processos de auto apropriação que se solidarizam, também nas suas devidas proporções e contextos, ao fio de luz enxergado nas movimentações secundaristas.

Portanto, coloca em xeque os limites da arquitetura racionalista e do planejamento urbano que cultuam o corpo padrão e hierárquico, já citado. Às normas tratadísticas, aos princípios vitruvianos oferece em troca leituras de folhetim, provisórias e moventes e que criam outras arquiteturas e cidades sob a força dos que se rebelam. Ruínas, brechas e ações prosaicas do cotidiano. As possibilidades do avesso. A ação crítica. Mas se o clima de desesperança, nas duas falas se deixam cortar por laivos de esperança, o próprio evento, sempre dotado de tanta energia, se não vislumbra possibilidades mágicas de passar de um lado ao outro, como no abraçadabra de Aladim, cria instâncias poderosas de pensamento e ação.

A novidade são os “atravessamentos” inesperados. O próprio Corpocidade 2016, manufaturado por meses de preparo, já sofrendo nesta fase as consequências da cena política do país, vê-se, no fechar do ano, perante uma circunstância que tomou proporções que não se previa. Quando todos os participantes se acomodaram no auditório da Faculdade de Arquitetura da UFBA, estavam diante de um outro quadro nacional cujas reações expandiram as dimensões do evento. E foi-se configurando, entre os participantes, o pacto inesperado.

A esperança veio como uma criança. A novidade foi chegando. Quando Benjamin, através do discurso de Jeanne Marie e Rita, foi convocado para discutir o gesto e a cidade, recorda-se a experiência de sua ida a Moscou. Benjamin surge como um neófito, aprendendo a ajustar-se naquela cidade e à sua população de campônios. Pois na contramão da obra de fôlego que foi *O Drama do Barroco Alemão* escrito para ser submetido à Universidade de Frankfurt, o autor teria respondido à circunstância da sua não aceitação com o livro *Rua de Mão Única*, como se viu na conferência de abertura do encontro Corpocidade 5. Livro onde as recordações de infância, brinquedos, sonhos, a mãe, tornam-se reflexões filosóficas potentes. Embora a poética tanto nos encante nesta obra, trata-se de um livro de ação.

Até mesmo o amor a Asja, a quem o livro é dedicado, coloca Benjamin frente à atividade que esta realiza, que por sua vez, está vinculada às crianças proletárias. Curtos anos de vida. O autor pensa as devoluções que a infância realiza como forte mergulho na empiria, as mãos delicadas manuseando a carne do mundo. Jogar e brincar. Crianças ainda não capturadas pela informação e nem pela experiência estandardizada que hoje já torna adulto o humano da mais tenra idade. É o que descreve Benjamin, no fragmento do livro *Rua de Mão Única* que leva o sugestivo título

de “Canteiro de Obra”, duplamente reportado por Jeanne Marie e Rita Velloso, e que também aqui comparece.

[...] a Terra está repleta dos mais incomparáveis objetos de atenção e exercício infantis. E dos mais apropriados. Ou seja, as crianças são inclinadas de modo especial a procurar todo e qualquer lugar de trabalho onde visivelmente transcorre as atividades sobre as coisas. Sentem-se irresistivelmente atraídas pelo resíduo que surge na construção, no trabalho de jardinagem ou doméstico, na costura e na marcenaria. Em produtos residuais reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e para elas unicamente. (BENJAMIN, 1994, p. 18-19)

Ao mundo dos neófitos, das crianças, dos melancólicos, se reúne os “anônimos”, os “infames”, os “praticantes ordinários”, os que se indignam politicamente.

A palavra e os brincantes

Um dia antes do início do Corpocidade 5, quem foi ao Pelourinho e participou da festa de Santa Bárbara pode observar que a praça ficou vermelha. Poucos dias depois, já no decorrer do evento, houve uma pausa para quem quisesse acompanhar outra festa, a de Nossa Senhora da Conceição, outro atravessamento.

A nau capitânea que trouxe a armada de Tomé de Souza às terras baianas, denominava-se “Conceição”. Agora, a santa padroeira do Império Português, e da República do Brasil, Conceição Aparecida, recebia a homenagem das baianas, a ginga da roda de capoeira, num centro de cidade em ruínas. Sob a benção do sacerdote ou do benzedor, foguetes e sinos, preces e risadas,

dança, a festa se dá entre cores, lixo, política e fé. E Nossa Senhora da Conceição da Praia, com suas rosas amarelas, também atravessará o evento.

Voltando às palestras, Rita mencionara Asja, cujo nome associou o amor e o abrir de avenidas. Por um lado, rasgo de afeto. Por outro, o desmonte e remonte das cidades próprios do tempo da modernidade. Ambos, reportados por Benjamin tratando de barricadas e paixões – a guerra das ruas. É de certa forma, neste canteiro de obras que vamos encontrar no suceder das palestras rumo às atividades dos grupos de estudo, logo após a festa da santa.

Os trabalhos de cada participante, enviados na forma de resumos, no caso das Performatividades não se tornaram foco de discussão direta. Foram sim motivo para formar um grupo e colocá-lo em tangenciamentos e em ação. Assim, o que se narrou e se produziu individualmente, deslizou dos trabalhos que responderam ao texto lançado pelos idealizadores do Grupo para o que foi no evento transformado coletivamente em gestos.

Os trabalhos usufruíram do espaço generoso da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e neste cenário, os gestos se espacializaram. Um grande tabuado, o pé direito alto, a ausência de cores e de mobiliário, a abertura para um jardim de grandes árvores, criou a contexto para a ação.

Os resumos anunciavam as mensagens de quem se propunha a se encontrar e trocar gestualmente. Do Caderno de resumos do encontro (CORPOCIDADE 5..., 2016) que os reuniu, foram extraídos trechos que surgem pequenas flâmulas acenadas ao que foi posto como intenção pelo evento. Provoca-se com as palavras que falam do corpo e dos seus engajamentos urbanos.



Figura 1: Grupo de estudos Performatividades, encontro Corpacidade 5

Fonte: produzida pela autora.

Vivemos diretamente o que escrevemos? (CORPOCIDADE 5..., 2016, p. 9)

Como agenciar, na combinação corpo-paisagem, uma nova gramática? (CORPOCIDADE 5..., 2016, p. 48)

[...] o corpo vivo é uma forma ininterrupta. (CORPOCIDADE 5..., 2016, p. 23)

o ato do corpo é sua liberdade e seus transbordamentos. (CORPOCIDADE 5..., 2016, p. 55)

Meu corpo é um sensível entre os sensíveis, é aquele no qual se faz uma inscrição de todos os outros, é uma coisa entre as coisas, um sensível que é dimensional sobre si próprio. (CORPOCIDADE 5..., 2016, p. 50)

Propõe-se movimento. Por exemplo, a ideia do corpo como força e deslocamento.

O corpo não vai só passar. A transeunte não vai só se deslocar. O caminhar não vai só se mover. Vai adaptar/Vai carregar/Vai levar. (CORPOCIDADE 5..., 2016, p. 44)

Toda alça traciona o corpo/ Toda tração do corpo pede uma compensação. (CORPOCIDADE 5..., 2016, p. 44)

O ombro é ferramenta de roldana entre carga e mão. (CORPOCIDADE 5..., 2016, p. 45)

Outros já cumprem a gestualidade escrita. Caminhar para trás, em clara referência aos tempos políticos, provoca o descolamento do olho do ato de caminhar, que se faz quase inútil, ao ponto de não estar vencendo efetivamente uma distância posta.

Andar de costas é a melhor forma de olhar de frente as coisas que estão atrás. (CORPOCIDADE 5..., 2016, p. 38)

Compor outras paisagens no corpo, na cidade, no mínimo que parte de si mesmo. (CORPOCIDADE 5..., 2016, p. 39)

Surge a cidade de Salvador, por si mesma.

Esta terra que espelha estes corpos que espelham esta terra que espelham.

Salvador que é tão sinuosa e estridente como a maioria dos corpos que abriga, também esconde o que estes corpos trancafiam, o que esta cultura omite? (CORPOCIDADE 5..., 2016, p. 48)

E olhando para a terra, na busca dos desvios da natureza urbana como território de descobertas, aponta-se a universalidade contemporânea do bruto caminhar da modernidade sobre o pré-existente, sobre as geografias, os rios, as matas. É perambulando que o operário e flâneur Marcovaldo, na obra de Ítalo Calvino, investiga a presença da natureza na cidade. E o que encontra? O coelho refém do laboratório e os cogumelos que intoxicam a sua família.

Por entre o endurecimento das calçadas e o asfalto se abre uma rachadura. Um contato direto com o que há por baixo. E por baixo, a terra teima em permanecer viva e pulsante. É de baixo que vem a resistência. [...] O que nos conecta com a terra? O que o corpo-poesia das ervas daninhas tem para nos ensinar? (CORPOCIDADE 5... 2016, p. 46)

O corpo se instalou de diversas formas e buscou expressar a festa. Ela que aparentemente era exterior e atravessava apenas o evento por uma circunstância de um calendário. Num segundo momento, a ação já foi compassada pelos resultados gestuais inicialmente apresentados. Um grupo respondeu à ação do outro,



Figura 2: Grupo de estudos Performatividades Corpocidade 5
Fonte: produzida pela autora.

num encadeamento de respostas corporais e espaciais. Retorno dos compartilhamentos, construção de sínteses transitórias e compartilhamentos novamente. No fundo, permanecia a questão conceitual do gesto.

A festa e o gesto

Está se tornando sempre mais claro que pureza, objetividade e exatidão são elementos da ideologia burguesa. Que na realidade, não há sujeito transcendente, nem conhecimento objetivo e nem conhecimento exato. Está se tornando sempre mais claro o que a pesquisa está condenada a ser: gesto de um ente mergulhado no mundo, interessado nele e em modificá-lo aproximadamente de acordo com suas necessidades, sonhos e desejos. E isto está se tornando claro pelas mutações que estão ocorrendo no próprio gesto da pesquisa. (FLUSSER, 2014, p. 47)

As ações teóricas confluíram para a proposição prática, quando, além do Grupo Performatividades, todos os outros deixaram o auditório e outros espaços da UFBA que foram frequentados durante o evento, rumo à grande plenária, no espaço da Escola de Dança. As discussões de trabalhos individuais, a festa da santa, as palestras, confluíram para a grande assembleia. Os grupos apresentaram suas falas, montagens, objetos, frases, corpos.

O que poderia ter sido uma apresentação acadêmica de textos se tornou um lugar do experimento. Mesmo quando a letra era convocada, era realizada no ato de escrever.

Compartilhando o mesmo espaço, mais adiante, a festa da Conceição fez-se presente através de restos e bastidores.

Pelo desafio de pensar a violência do momento vivido, neste caso, grupo vinculado ao Performatividades evidenciou a causa política e a necessidade da ação. Moedas coletadas entre o público foram jogadas nas portas de ferro reverberando como uma chuva metálica. Talvez o alvo fosse os chamados neossujeitos, da fala de Vera, na sua extrema adesão à competitividade rumo ao máximo proveito. Mas certamente, atuando entre violência e desposseção, colocavam-se contra as subjetividades submetidas a um eixo empreendedorista. Contra uma política alheia à ética, contra a coibição dos direitos, dá-se como resposta, o gesto. Contra o desamparo e suas derivações vê-se a afirmação: “Nós estamos aqui e não seremos descartados!”.

E ao final, a mesma grande caixa preta de frente para a paisagem verde, após acolher o trabalho dos diversos grupos, realizou ali



Figura 3: Último dia encontro Corpocidade 5

Fonte: produzida pela autora.



Figura 4: Último dia encontro Corporcidade 5
Fonte: produzida pela autora.



Figura 5: Último dia encontro Corporcidade 5

Fonte: produzida pela autora.



Figura 6: Último dia encontro Corporcidade 5

Fonte: produzida pela autora.

uma atividade de balanço. Do lado, antecipando o que deveria ser o encerramento do Corpocidade, começa a acontecer outra festa, com música, acarajé e bolinhos de estudante sem que as discussões, do outro lado, se finalizem.

No fechamento do evento, ainda em tempos crivados nas palavras, parece que perguntas deixadas na etapa das palestras do auditório da Faculdade de Arquitetura da UFBA, se não foram respondidas, foram pelo menos enfrentadas.

- > *Qual é a função deste evento?*;
- > *Qual é a função dos conceitos?*;
- > *Estamos em tempos de réplica?*;
- > *Quem serão os neófitos?* ■

Referências

- BENJAMIN, W. *Diário de Moscou*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas II: rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.
- CALVINO, I. *Marcovaldo ou as Estações na Cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CORPOCIDADE 5: caderno de agenciamentos. Salvador: UFBA, 2016.
- FLUSSER, V. *Gestos*. São Paulo: Annablume, 2014.
- ROSE, N. *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.



**DIMENSÕES DO
ESTAR NO
MUNDO/CIDADES:
o público,
o privado, o íntimo**

Maria Stella Bresciani

O ponto de partida deste texto foi a nítida sensação da aceleração do ritmo cotidiano, da insegurança psíquica, de um eu acelerado imerso em mudanças permanentes: competitividade e exigência de visibilidade, de viver em meio à indiferenciada impessoalidade. Elementos que contrastam, contrariam os postulados do projeto da sociedade disciplinada, a ética burguesa de urbanidade, indispensável para o viver em ambiente urbano. “Pontualidade, calculabilidade, exatidão, são introduzidas à força na vida pela complexidade e extensão da existência metropolitana... (SIMMEL, 1976)”

Seriam traços, afirmava Georg Simmel no início do século XX, destinados a excluir impulsos irracionais, instintivos, movidos por determinação interna ao ser humano e quebrar as inevitáveis resistências a “receber a forma de vida geral e precisamente esquematizada de fora” e em boa parte moldada pelo próprio ambiente urbano. Simmel (1976, p. 11-25) reconhece serem esses traços os que davam “ao indivíduo uma qualidade e quantidade de liberdade pessoal sem analogia em outras condições”. A grande cidade, a metrópole estendida para além de suas fronteiras físicas, seria

para ele, “o local da liberdade [...] a sede do cosmopolitismo”. A particularidade e a incomparabilidade inerente a todo ser humano, definiam nosso “caráter inconfundível” por expressar “um modo de vida não imposto por outros”. A contrapartida ficava para o caráter dos seres urbanos, serem indivíduos *blasés*, cuja atitude reservada, indiferente e até de aversão aos outros, nada mais significava além da manifestação da defesa psicológica contra os inumeráveis estímulos contrastantes e constantes impostos aos nervos e responsáveis pelo “embotamento do poder de discriminar”.

Essa imagem projetiva da liberdade usufruída, conquistada, carregada, sofrida pelos urbanitas *blasés* permeou sensações e reflexões de vários autores, dentre eles, Walter Benjamin (1989) quando, no entre guerras, formulou sua teoria do choque, cuja recepção seria atenuada pelo treinamento do controle dos estímulos. Liberdade e isolamento, as duas dimensões do estar em grandes cidades, compunham as características do indivíduo moldado pelo conforto proporcionado pelos mecanismos aperfeiçoados. O ser urbano se tornava adestrado, disciplinado.

A sensação de liberdade usufruída pelas pessoas no ambiente urbano, vivenciada pelo viajante literato Jonathan Raban pelas ruas de Londres em 1970 foi expressa em *Soft City*.

Para o bem ou para o mal, [a cidade] o convida a refazê-la, a consolidá-la numa forma em que você possa viver nela. Você também. Decida quem você é, e a cidade mais uma vez vai assumir uma forma fixa ao seu redor. Decida o que ela é, e a sua própria identidade será revelada, como um mapa fixado por triangulação. As cidades, ao contrário dos povoados e pequenos municípios, são plásticas por natureza. Moldamo-las à nossa imagem: elas, por sua vez, nos

moldam por meio da resistência que oferecem quando tentamos impor-lhes nossa própria forma pessoal. Nesse sentido, parece-me que viver numa cidade é uma arte, e precisamos do vocabulário da arte, do estilo, para descrever a relação peculiar entre homem e material que existe na contínua interação criativa da vida urbana. A cidade tal como a imaginamos, a suave cidade da ilusão, do mito, da aspiração, do pesadelo, é tão real, e talvez mais real, quanto a cidade dura que podemos localizar nos mapas e estatísticas, nas monografias de sociologia urbana, de demografia e de arquitetura. (RABAN, 1974 apud HARVEY, 1989, p. 17)

David Harvey trazia, em 1989, as impressões de Raban em texto relativo aos debates acerca da “pós-modernidade”. Para ele, as palavras do literato expunham a percepção “de um jovem profissional recém-chegado a Londres”. Nas palavras de Raban se afirmava, a seu ver, “um individualismo subjetivo”, no qual as “marcas da distinção social” seriam conferidas pelas dependentes posses e aparência. Em oposição à imagem da cidade moldada pelo “suposto planejamento racional” apresentava uma cidade “enciclopédia”, “empório de estilos”, mais assemelhada a “um teatro, uma série de palcos em que os indivíduos podiam operar sua própria magia distintiva enquanto representavam uma multiplicidade de papéis.” Em suma, Raban opunha a projeção da cidade “devorada pelo totalitarismo dos planejadores, dos burocratas e das elites corporativas” o desfrute do conforto, da “identidade pessoal suave, fluida, interminavelmente aberta ao exercício da vontade e da imaginação”. (HARVEY, 1989)

Nem tudo, contudo, reconhece Harvey (1989, p. 18), se mostrava confortável no ambiente urbano descrito por Raban. A dimensão libertadora proporcionada, talvez exigida, “pela possibilidade de representar papéis distintos” expunha sua dimensão constrangedora

e estressante, desestabilizadora: a projeção de se viver no nível “das superfícies e das aparências”, na “onipresente tendência à dissolução da vida social”. Perder-se no labirinto, perder-se dos outros, conviver com a ameaça de violência urbana; a dissolução da vida social revelava-se uma dimensão correlata ao desafio de adquirir familiaridade com o “sangue vital da cidade grande” – os “sinais, estilos, sistemas de comunicação rápida altamente convencionalizados”, a exigência do “domínio da gramática da vida urbana”.

Harvey (1989) considera o registro de Raban “um texto presciente” de “afirmação vital de que soara o momento pós-moderno”, e o coloca ao lado de *O Grau Zero da Escritura* de Roland Barthes. Uma reação à monotonia do modernismo com pretensão ao universal, “identificado com o positivismo tecnocêntrico e racionalista, com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, padronização do conhecimento e da produção”. Reação extensiva à filosofia e presente, diz Harvey (1989, p. 18-19), na “ênfase foucaultiana na descontinuidade e na diferença na história [...] nas correlações polimorfias em vez da causalidade simples ou complexa”, na indeterminação na matemática, a preocupação com a ética, a política, a antropologia e a dignidade do “outro” – uma profunda mudança na “estrutura do sentimento”, rejeição às “metanarrativas” pretensamente de aplicação universal.

Nos mesmos anos iniciais da década de 1970, prossegue Harvey, a tensão entre a concepção de Le Corbusier, “um herói do movimento modernista” e escritos como os de Roland Barthes e Michel Foucault, se expõe dolorosamente na afirmação de Carlo Argan (1992) em “O espaço visual da cidade”: “Como disciplina que visa interpretar, estabelecer, reorganizar e finalmente programar para o futuro a

conformação da cidade, o urbanismo está se separando cada vez mais do seu objeto, dir-se-ia até aspira a destruí-lo.”

As duas perspectivas disponíveis e adotadas pelos urbanistas demonstravam, para Argan, “que no estado atual das coisas, a civilização industrial” colocara “em crise a concepção tradicional da cidade”, sem ter conseguido “substituí-la por sua própria concepção”. Perspectivas que propunham “descentralizar, desarticular, desmembrar a cidade, transformando-a em uma inflorescência ou constelação de pequenos aglomerados sociais, coordenados, mas autossuficientes”, sem que tivessem, entretanto, “a estrutura, o caráter, a configuração da cidade”, ou em movimento, “apenas aparentemente contraditório”, apostaria no progresso técnico das comunicações permitindo às cidades alcançarem 30, 50 milhões de habitantes. Sua maior ênfase recaía na intenção dos urbanistas de projetar a forma das cidades futuras, quando o que considerava primordial era estarmos atentos para a degradação rápida e progressiva das cidades em que vivemos.

Nesses anos 1970, suas palavras encontram as de Richard Sennett (1988) que também somou aos corpos em deslocamentos pelos espaços abertos da cidade a experiência da constante e planejada visibilidade dos indivíduos mesmo em espaços fechados. Em *The Fall of Public Man*, Sennett virava pelo avesso a presumível sensação de liberdade dos percursos pessoais e trazia algo próximo à projeção totalitária de Raban ao introduzir a vigilância planejada a que estávamos submetidos, fosse em espaços abertos ao público, fosse nos ambientes privados. Para ele, a desmotivação pelas questões da esfera pública corria em paralelo à crescente interiorização da vida privada, ao isolamento do indivíduo em triplo sentido: inibição em meio a estrutura urbana de alta densidade, liberdade de movimento proporcionada pela ampliação

do uso do automóvel como meio de se deslocar em fluxo, e por fim, o isolamento social em locais públicos produzido por nossa visibilidade para os outros. E sentenciava: “quando todos estão se vigiando mutuamente, diminui a sociabilidade, e o silêncio é a única forma de proteção”. (SENNETT, 1988)

Sennet fazia um alerta, ainda bastante atual, sobre o significado do isolamento associado à constante exposição física e comportamental das pessoas e ao desinteresse pelas coisas públicas (*res publica*), cumpridos os deveres dos cidadãos como mera “questão de obrigação formal”.

Nossa visibilidade para os outros, proporcionada por paredes transparentes, e responsável pelo aumento da produtividade do trabalho nos escritórios provocava na mesma proporção a diminuição da sociabilidade. (SENNETT, 1988) A vigilância mútua se estendeu, isolou as pessoas, embora lhes tenha concedido o direito à liberdade de movimentação sem restrições; o espaço de uso público se tornou sem sentido, esvaziado de sua presumida “função” de congregar e se configurou simplesmente como espaço fluído de deslocamentos vigiados. A análise desencantada da experiência e vivência nos grandes centros urbanos e a afirmação de que “o processo de personalização surgiu no centro da sociedade disciplinar” e abriu espaço para o “reino da indiferença de massa, no qual predomina o sentimento de não se sair do mesmo lugar, não avançar embora permaneça como um pressuposto indiscutível a autonomia privada”. (GILLES, 1983, p. 12-14)

Gilles Lipovetsky (1988) foi um dos autores que, já nos primeiros anos da década de 1980, afirmavam ter “a sociedade moderna conquistadora, crente no futuro, na ciência e na técnica” rompido “com as hierarquias de sangue em nome do universal, da razão,

da revolução”, mas mostrava sua face negativa ao dissipar e com ela arrastar a fé e a confiança no futuro, ao dissolver-se na apatia. E à questão: “O que resta hoje quando o capitalismo funciona pela libido, pela criatividade, pela personalização?”, respondia: “O descaso pós-moderno líquido, o torpor [...] a desconexão dos agenciamentos coletivos...”. (GILLES, 1983)

Em maio de 1990, Gilles Deleuze lembrava que Foucault sabia da brevidade deste modelo disciplinar e de sua substituição, de início lenta, porém em rápida precipitação após a Segunda Guerra mundial e decretava: “sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser”. Foram substituídas pelas sociedades de controle, cujos “mecanismos rivalizam com os mais duros confinamentos”. (DELEUZE, 1992)

Contudo, se mecanismos de controle insinuavam-se na sociedade nos pós-Segunda Guerra, não se pode deixar de lado ter sido o período de reafirmação da reconstrução de cidades arrasadas, da “racionalização, pelas leis, dos padrões espaciais e dos sistemas de circulação”, do planejamento de novas cidades ou do adensamento das áreas urbanizadas. Foi o momento, afirma Harvey (1989),

Em que as ideias do CIAM, de Le Corbusier, de Mies van der Rohe, de Frank Lloyd Wright e outros puderam ter a aceitação que tiveram [...] como quadro teórico e justificativa para aquilo que engenheiros, políticos, construtores e empreendedores tinham passado a fazer por pura necessidade social, econômica e política.

Construir casas, escolas, hospitais, fábricas, com o recurso de sistemas de construção industrializada configuraram uma cena urbana vista com pessimismo por críticos do modernismo, como Jane Jacobs, que considerou serem as edificações para a população

de baixa renda centros de delinquência, vandalismo e desemprego social piores do que as favelas que pretendiam substituir. (HARVEY, 1989)

Sem dúvida, críticas puseram em cheque a ideia modernista de planos urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, e abriram espaço para a concepção do “tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um ‘palimpsesto’ de formas passadas superpostas às outras e uma ‘colagem’ de usos correntes”. (HARVEY, 1989) Porém, a vigilância planejada e onipresente tornou-se uma evidência na vida cotidiana e passou a ser aceita como antídoto à violência diversificada e sempre à espreita – tornou-se o pesadelo do urbanita do século XXI nas palavras do geógrafo Stephan Graham:

O medo de atentados e distúrbios civis mudou o desenho dos centros urbanos. Há menos árvores, traçados de ruas que ignoram a história, câmeras em todo lugar. O centro de Manhattan hoje não é tão diferentes da fortificada Zona verde de Bagdá. As cidades têm hoje aparatos de controle típicos de zonas de combate. Mas com uma questão fundamental: o inimigo já não vive a milhares de quilômetros de distância. Pode ser um de nós. (BOECHAT, 2016, p. E1)

Autor do conceito de “urbanismo militar”, Graham traça um panorama/ paisagem assustador da vida nas cidades europeias, Estados Unidos e Brasil, nas quais a repressão a formas agudas de violência praticadas pela polícia militarizada define certos alvos: áreas, raças ou classes. Ou seja, sabemos que, não só em ambientes fechados, mas também nas ruas, nos espaços públicos estamos sob constante vigilância. Quem nos vigia nos espaços urbanos?

Examinado em temporalidades e escalas diversas – pública, privada e íntima – o *ambiente urbano* parece ser o alvo de sucessivas críticas e apostas em projetos reformadores. Seria algo extremamente instável e apreensível como um entre-lugar aproximado metaforicamente ao que Simmel (1976) disse de um elemento aparentemente fixo e disposto entre o fora e o dentro, porém que com eles se confunde: “A porta representa de maneira decisiva como o separar e o ligar são apenas dois aspectos de um mesmo e único ato.”

Como metáfora, a “porta” se apresenta como artefato diferenciador que constitui, nas palavras de Simmel (1970 apud CONTARDI 1993, p. 1): “o poder especificamente humano ante a natureza, recortando da continuidade e infinitude do espaço uma parte e con-formando-a numa determinada unidade segundo um sentido.”

Nada mais aproximado desta metáfora do que o espaço recortado e conformado como urbano no e qual fincaram os alicerces da “modernidade”. Esse espaço merecedor de críticas e, contudo, polo de atração há mais de dois séculos, reafirma nosso modo de vida como urbano por excelência. Camadas de tempos nele se sobrepõem como dobras fragmentadas, esquecimentos, lacunas, lembranças e blocos de opiniões que se perdem no tempo. (CAUQUELIN, 1982) Diversas dimensões dessas camadas se dispõem como possibilidades de entrada laboriosamente organizadas por vários saberes no decorrer do século XIX. Constituem dimensões essenciais para se entender a formação de saberes sobre as cidades e base de apoio para a elaboração do urbanismo como disciplina com pretensão de organizar, ordenar o que se denominava de “grande formigueiro”, “caos urbano”.

Minha proposta não implica em um simples retorno no tempo, mas pensar a formação desses saberes e, principalmente, refletir sobre o quanto ainda ao serem equacionados os atuais desafios postos pelos problemas urbanos os urbanistas se atêm aos mesmos preceitos, pré-conceitos e noções formadoras do campo de estudos urbanos e do campo disciplinar do urbanismo. “Modernidade – sociedades disciplinares”, “pós-modernidade – sociedades do controle”. O quanto os saberes disciplinares nos enredam ao interrogarmos a sensação de insegurança e de desconforto contemporâneos do viver em cidades? Essa *a questão* dentro do *tema* urbano.

O urbano

Retraço o processo pelo qual, durante o século XIX, a cidade/ sociedade se problematizou visualizada pela sensibilidade e racionalidade burguesas apoiadas na concepção de sujeito histórico. Sem dúvida se desenha o *projeto de modernidade* produto do esforço intelectual de projeção universal alimentado pelos pensadores “iluministas” do século XVIII (HABERMAS apud HARVEY, 1989); um processo pelo qual se pretendeu resolver os problemas da necessária concentração humana para o trabalho fabril e a erradicação da sujeira, da peste, das sublevações possíveis, imaginárias ou efetivas.

Na certeza de capturarem racionalmente a cidade, definiram, nas décadas de 1830 e de 1840, os observadores sociais propuseram uma estratégia de análise composta recortes do que nomeavam o “caos urbano”. Os recortes hierarquizados em níveis de prioridade conformaram o que denominei *portas* de entrada conceituais

estruturadas para “diagnosticar” os problemas e propor soluções pontuais; elas deram base às mais efetivas políticas de intervenção no meio urbano no decorrer da segunda metade do século XIX e século XX adentro. Compuseram um elenco de postulados para uma sociedade disciplinada, orientada pela ética burguesa de urbanidade, uma projeção do bem viver em ambiente urbano.

Para a análise desse corpo de saberes um pressuposto é essencial: ter claro que um filtro conceitual orienta nossos sentidos na relação com o mundo, o estar no mundo. A colocação de Anne Cauquelin (1989, p. 74) expressa bem esse filtro do ver:

“O olho é a janela por onde eu compreendo as coisas. Há uma revolução constante que agita o par compreender-ver. Eu compreendo porque vejo, e dado que vejo, porém só vejo pela ajuda do que compreendo que devo ver naquilo que vejo”.

Filtros conceituais permitiram aos observadores dos inícios do século XIX discernir no domínio considerado nebuloso das cidades os componentes do *viver o urbano, o estar na cidade*; filtros que permitiram ir da pedra das muralhas defensivas aos conceitos e com eles classificar, demarcar, equacionar, propor soluções. Diferentemente dos dias atuais, na interpretação de Graham, no século XIX, embora os inimigos estivessem “dentro” da cidade, eles eram reconhecíveis e foram detalhadamente descritos, analisados e avaliado seu potencial de perigo para o projeto burguês de “progresso” e de sociedade urbana com expansão controlada.

As portas conceituais que proponho como entrada no ambiente urbano se apoiam no movimento de recolhimento, de formulação de um olhar articulado com o exterior que congregou, no século XIX e início do XX, uma rede de profissionais de vários países



Figura 1: Gustave Dorée
Le pont de Londres en 1875.

especializados em diferentes saberes, voltados para a *questão urbana*. Definiram para os séculos XIX e XX procedimentos que não se detinham na descrição da forma visível das coisas, mas buscavam analisar, desfazer a imagem fechada, de mergulhar em sua profundidade interior com a intenção de apreender os princípios de sua organização. Fragmentaram a imagem nebulosa da cidade, a decompueram e ofereceram em resposta a projeção de uma nova imagem, da possível cidade/ sociedade disciplinada subordinada à ética de urbanidade. Construíram um campo de *saber transdisciplinar e internacional*, base de onde retiraram sua força para atrair adesão geral e duração no tempo.

Na desconstrução dessa imagem de cidade/ sociedade moderna se chega às portas conceituais e para estudá-las as categorias de Karl Marx estiveram presentes, pois dialogavam criticamente com autores seus contemporâneos, mas também a Michel Foucault cujos preceitos relativos à sociedade disciplinar e à arqueologia das instituições modernas foram cruciais para romper com a noção de determinação, de “casualidade simples ou complexa”. Minha intenção foi a de mostrar interconexões plurais, “correlações polimorfias”, e não origens. (FOUCAULT, 1972, 1977) A esses dois pensadores vários outros se uniram para formar uma rede mais aberta, talvez menos nitidamente discernível.

Optei por tomar Londres como recorte de observação, não só por ter sido proclamada pelos autores contemporâneos como a maior metrópole do século XIX, cujas extensões se estendiam por todo o globo, mas porque a quantidade de documentos de época, produzidos por britânicos e os inúmeros viajantes que por lá passaram, subscreve a denominação e nos convidam a visita-los.



CHOLERA PREVENTED.—ASIATIC CHOLERA TINCTURE, in conformity with the

Instructions issued by the Government Board of Health. The ASIATIC CHOLERA TINCTURE is infallible as a remedy for the Cholera (whether Asiatic or English) when taken according to the directions of Dr Jacques Lense, with attention to the Government General Instructions, a copy of which is furnished with each bottle.

No person should be without this invaluable Medicine, which affords immediate relief in Diarrhoea, Flatulency, Cholera, and Bowel Complaints. In bottles, at 2s 9d, 4s 6d 11s, and 21s, duty included.

Also, ANTI-CHOLERA FUMIGATORS, for purifying the air of apartments and sick chambers, and destroying the Malaria of this fearful disease. Boxes at 6d, 1s, and 2s 6d; or carriage free at 1s, 1s 6d, and 3s.

GRATIS.—The Government Instructions may be had on application. If sent to the Country an envelope, with a stamp affixed, must be forwarded.

Money orders to be made payable to Dr JACQUES LENSE, Asiatic Cholera Tincture Depot, 44 Coleman-street, City.

Figura 2: Propaganda que expõe a parte limpa da cidade isenta da epidemia de cólera e o péssimo ambiente onde predomina a sujeira – The Economist, 1848

Fonte: Schoenwald (1973).

Diz-se, com razão, ser Londres menos uma cidade do que uma reunião de cidades justapostas [...] Não acreditamos estar entre o mesmo povo [...] Talvez não exista na face da terra um segundo exemplo de diversidade tão grande no mesmo espaço. (ÉNAULT, 1984, p. 378)

Of the thousand millions of human beings that are said to constitute the population of the entire globe, there are – socially, morally, and perhaps even physically considered – but two distinct and broadly marked races, viz., the wanderers and the settlers – the vagabond and the citizen – the nomadic and the civilized tribes. (MAYHEW, 1968, v. I, p. 1, grifo nosso)

Adentrar o urbano: as sete portas da cidade

Configurei as seis primeiras portas – *A questão urbana*: a técnica sanitária; *A questão social*: disciplinar e segregar; *A formação das identidades sociais*: a ética burguesa; *A novas sensibilidades*: a educação dos sentidos; *A cidade conceitual*: o lugar e o sujeito da história, do progresso; *A cultura popular*: a figuração apaziguada do outro – a partir dos recortes do urbano feitos por observadores sociais entre as décadas finais do século XVIII e a primeira metade do século XIX; esses recortes ganham a dimensão de construções compostas por múltiplos saberes no momento de intensa preocupação com o presente e o futuro das cidades que se industrializavam e necessitavam crescentemente de maior contingente de mão de obra. Esses recortes procuravam enquadrar em pressupostos racionais aquilo que lhes parecia caótico, patológico, monstruoso: acúmulo de pessoas, sujeira, doença,

pobreza abjeta, mercadorias circulando por todos os lados e em todas as direções, o dinheiro como propulsor da vida e de seu sentido; um conjunto de elementos considerados novos e assustadores pela sua novidade e periculosidade.

O sétimo recorte – *Territórios da sociabilidade*: dimensão afetiva, configurou-se teoricamente já no final do século XIX com a intenção de aprisionar em uma teia racional algo que não mais se denominava caótico: a relação afetiva das pessoas com a cidade e com o que ela contém – coisas, pessoas, memórias. A noção de subjetividade buscava dar conta de mais este material constitutivo da densidade urbana.

1. A questão urbana: técnica sanitária

Jusqu'à l'époque du choléra, personne n'avait songé en Angleterre à s'enquérir de l'état sanitaire des habitations de classes pauvres.
(BURET, 1979, p. 327)

Nas primeiras décadas do século XIX, o reaparecimento de pestes (epidemias de cólera, tifo), varre a “civilizada” Europa e causa pânico onde há grande concentração populacional; as cidades se tornam um problema complexo. O medo das epidemias recorrentes exigiu o olhar do médico e do saber do engenheiro na observação e transformação do meio ambiente. A *ideia sanitária* – se formou na *escala da cidade* e apresentou-se como *questão técnica* com dupla dimensão física e moral – a projeção de que sanear e modificar o ambiente teria efeito nas mentes e na formação moral das pessoas; mudaria hábitos e tornaria saudáveis



409 "Sanitary and Insanitary Matters," from *Punch*, xvi:1 (1850), Almanack. "... At this season let not the high forget the low. Let the Head of Gold bear in special memory the Feet of Clay."

Figura 3: O título da imagem remete ao dia de Natal que tem a seguinte legenda – Sanitary and Insanitary Matters Nesta estação (season) a parte de cima não deve se esquecer daquela de baixo. Pensem na cabeça do urso de ouro em memória dos Pés de Barro – Punch xviii, 1850

Fonte: Schoenwald (1973).

corpos doentes. Estrutura-se o *sanitarismo* sobre esses dois saberes, somados à preocupação filantrópica voltada para a moralidade dos pobres. Ou seja, entre os objetivos de melhorar as condições de vida urbana esteve sempre presente civilizar seres considerados “semi-bárbaros”.

A cidade se torna observatório e laboratório dos técnicos e reformadores sociais.

Médicos: fixavam seu olhar em imagens organicistas para avaliar a “patologia” urbana apoiados em pressupostos fisiológicos funcionalistas. Foram promulgadas leis – Sanitary Act 1866; Public Health Act 1875 e instituídos cursos de Medicina Sanitária – Dublin em 1855, 1870; Cambridge em 1875. (WOHL, 1973)

O *jurista* Edwin Chadwick coordenou, no início da década de 1840, pesquisas encomendadas pelo governo britânico. Seus relatórios afirmavam a correlação entre insalubridade e más condições do meio ambiente, fábricas e moradias incluídas, correlação responsável pelo alto índice de mortalidade, doença, promiscuidade e imoralidade. Embora fiel aos pressupostos das anotações de médicos e filantropos do século XVIII e décadas iniciais do século XIX, inspirados na teoria mesológica, Chadwick, *dirige o olhar* para o crescimento em extensão, aumento demográfico, atividades produtivas, mercado, salubridade e controle do movimento e introduz o pressuposto utilitarista do custo econômico e social do meio ambiente malsão.

No *Report* de 1842 afirmava:

[...] os fatos demonstram a importância política e moral... dos meios físicos malsãos que deterioram a saúde e o estado físico da

população, que agem como obstáculos à educação e ao desenvolvimento moral; que diminuem a esperança de vida da população operária adulta e interrompem o crescimento das capacidades produtivas e diminuem o capital social e moral da comunidade.¹
(CHADWICK, 1842)

Chadwick (1842) traduziu os problemas da cidade em componentes técnicos: esgotos, drenagem, distribuição de água, limpeza das ruas, coleta de lixo, e em intervenções técnicas nas fábricas e moradias fundamentadas na equação custo – benefício. Nos vários relatórios, as longas descrições dos bairros e das moradias dos trabalhadores transformam-se em dados técnicos para a implantação de aparelhos coletivos urbanos e em política urbana ao transferir parte da responsabilidade individual para os poderes públicos e para a *engenharia sanitária* apoiado em pressupostos filosóficos *utilitaristas* de Jeremy Bentham.²

A transposição dos dados sensíveis para gráficos configurou a cidade conceitual dos mapas, rompeu a densidade histórica da cidade e reduziu o meio ambiente a dados técnicos. A questão urbana “nasce”, assim, em meio a rede de dados cifrados numericamente e diagramas. A dissolução da cidade em *concepção do urbano*, como meio no qual se entrecruzam os órgãos técnicos, equipamentos coletivos e componentes do solo formou a base do urbanismo como disciplina. A cidade passava a ser pensada como espaço que transformado pela técnica se tornaria um meio ideal para formar pessoas saudáveis, moralizadas e trabalhadoras. A técnica e o maquinismo se impunham e davam aos contemporâneos a certeza de viverem a *Era Mecânica*.³

A preocupação com o ambiente urbano levou os pensadores da liberal Inglaterra ao difícil questionamento do Estado

guarda-noturno e do respeito religioso pela propriedade privada. A formulação das políticas de intervenção no espaço urbano colocaria a primazia do bem público em relação à propriedade particular e tornou exequíveis as expropriações.

Da cidade ao ambiente de trabalho, à moradia e aos corpos as observações dos higienistas sociais se deslocam em várias escalas com base nos pressupostos na relação de custos-benefícios propostas pelo jurista Jeremy Bentham (1995a, grifo nosso):

orals reformed – health preserved – industry invigorated – instruction diffused – public burdens lightened – Economy seated, as it were, upon a rock – the gordian knot of the Poor-Laws are not cut, but untied – all by a simple idea in Architecture! [...] A new mode of obtaining power of mind over mind, in a quantity hitherto without example [...] such is the engine [...].

O poder disciplinador da técnica apresentava-se como o dispositivo adequado a induzir e a constranger as pessoas a um comportamento previsível, a formar hábitos sem exigir a inteligibilidade dos pressupostos ou a consciência de sua importância. Bentham pensava que insidiosamente se tornaria uma *segunda natureza* em seres – os pobres – destituídos de profundidade intelectual: uma mera ação reflexa em resposta a estímulos preestabelecidos. (BÉGUIN, 1991; BENTHAM 1995b; FOUCAULT, 1972)

Os mesmos procedimentos ocorrem em outros países. Tomo como exemplo a França do início da década de 1840, quando o médico Parent Duchatelet chefiando uma equipe governamental percorreu na cidade de Paris caminhos que o levaram correlacionar o caráter itinerante da doença transportada pelo corpo do pobre e seu necessário vínculo com costumes degradados.

A atenção dedicada ao que considerou depósitos dos resíduos humanos. – esgotos, bairros e moradias pobres, prostitutas – indica sua adesão à teoria do meio ambiente e seu poder deformador/formador das características físicas e mentais das pessoas. (BÈGUIN, 1991) De seus relatórios resultou a proposta de fixar lugares, regulamentar práticas nocivas, embora necessárias, assegurar a captação de águas usadas de maneira a evitar o acúmulo de águas estagnadas e os córregos poluídos

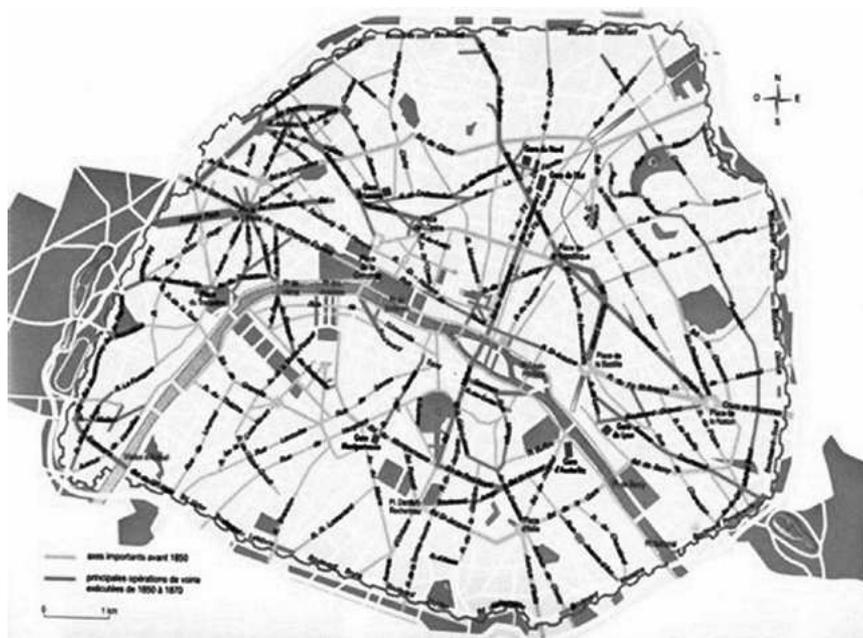


Figura 4: Plano geral das aberturas do período de Haussmann: Commission d'extension de Paris, Considération techniques préliminaires, prancha 6, Paris: Impr. Cahix, 1913; em amarelo – eixos importantes anteriores a 1850; em laranja – principais obras de infraestrutura executadas entre 1850 e 1870, pelo prefeito Haussmann

Fonte: Chadych e Leborgne (1999, p. 155).

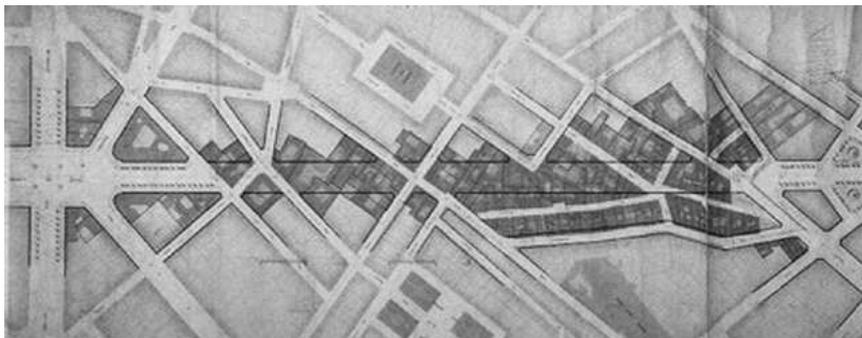


Figura 5: Mapa e “aberturas” [perçements] no tecido urbano de Paris:
Plano geral das proximidades da Ópera

Fonte: Des Cars e Pierre (1991, p. 201).



Figura 6: Rua Lafayette: da rua Chaussée d’Antin a Pr. Stalingrad

Fonte: Des Cars e Pierre (1991, p. 248).

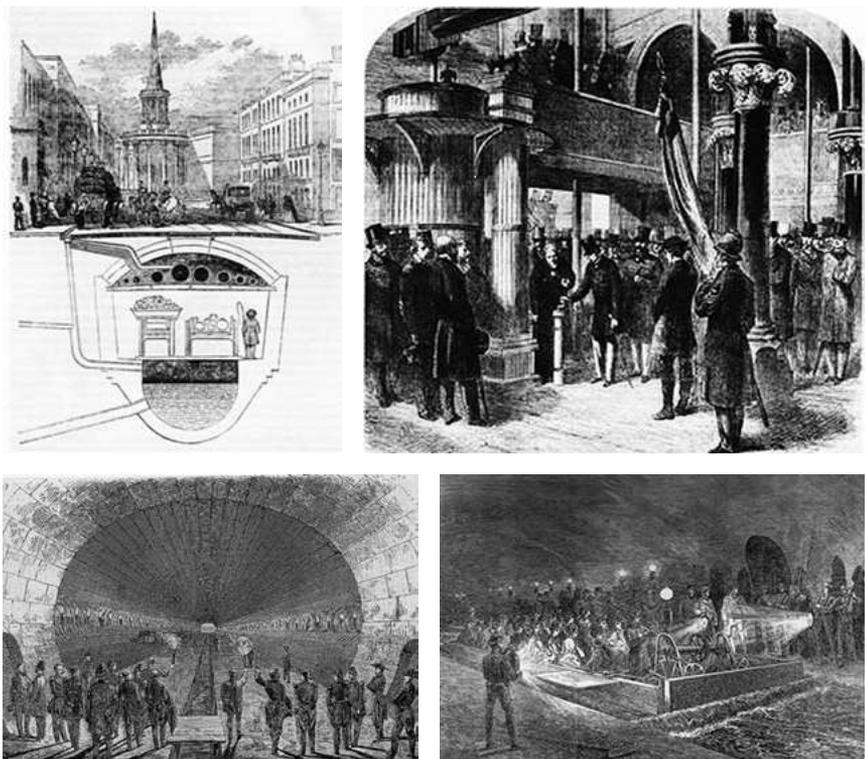


Figura 7: Imagens dos novos equipamentos urbanos de infraestrutura apresentadas em publicações ilustradas em meados do século XIX como meio de divulgação e propaganda do benefícios proporcionados por essas “inovações úteis”. **Acima, à esquerda:** Subterrâneo para gás, esgoto e água - Illustrated London News. xxiii (1853). Dyos e Wolff, op. cit., p 420. **Acima, à direita:** Visita do ministro ao Interior ao Esgoto coletor em 1858. grav. Velentin. **Abaixo, à esquerda:** O Príncipe de Gales inaugura os trabalhos de drenagem em Crossness. Illustrated Times, new serie, vi (1865). Dyos; Wolff 2, op. cit., p. 424. **Abaixo, à direita:** Barco em passeio pelos esgotos de Paris. Gravura Pelcoq Cars e Pinon 161.

pelos detritos industriais e humanos, erradicar o costume de amontoar homens e animais num mesmo ambiente, bem como o hábito promíscuo de pais e filhas, irmãos e irmãs dormirem em um mesmo quarto ou cama. Evitar, enfim, tudo o que pudesse exalar “miasmas” contaminadores da saúde e degradar pela má moral o comportamento das pessoas.

Como na Inglaterra, o intervencionismo, construído sobre a certeza de que na sociedade moderna tudo deve circular – pessoas, animais e mercadorias –, também se cuidou de estabelecer na França uma fina rede de controle pontual de tudo o que se movimentava. (CORBIN, 1982; PARENT-DUCHATELET, 1981) Seus trabalhos antecedem e serão base para as reformas da segunda metade do século XIX orquestradas por Luis Napoleão e Haussmann com ruas e avendias desenhadas com o recorte de quadras sobre o mapa.

2. A questão social – a metáfora da sombra e da luz

Contrastes e segregação configuram o território da pobreza e a figura do “outro”. A pobreza se problematizada como problema político-econômico, tal como fora colocada pelos jacobinos no decorrer da Revolução Francesa de 1789. A politização dos movimentos sociais confirmou-se nos sucessivos movimentos revolucionários do século XIX e nos movimentos de resistência e luta dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho, pela cidadania plena nos países em industrialização. Fixa-se o paradoxo: a concentração humana possibilitava a divisão do trabalho e a maior *produtividade* industrial, porém representava uma ameaça potencial e persistente à “sociedade



Figura 8: Gravuras nas quais se exibia o uso abusivo do álcool pela população pobre: à esquerda, uma cena de bar em que a família resgata o pai bêbado; à direita, pessoas que aguardam a abertura do bar que deveria manter fechada suas portas durante os ofícios religiosos. A lei tinha por objetivo estimular a frequência à igreja e, no entanto, o gravurista mostrava sua pouca eficácia.

Os vícios da pobreza. **À esquerda:** Cena de bar [ginshop] em 1852. Multidão, fumaça, barulho. Gravura de T.B.Smithies em *Working Man's Friend*, nova série (1852), *Victorian City*. Wolff e Fox. In Dyos e Woll, op. cit., p. 56. **À direita:** Ócio, embriaguês, fome: cena em esquina de Londres numa manhã de domingo *Illustrated London News*, XXIX (1856). In Dyos e Wolff. op. cit., v. I, p. 578. v. I, p. 183.

civilizada”. (ARENDDT, 1962; CARLYLE, 1980b; MARX, 1983; SMITH, 1983) O individualismo liberal mostrava-se incapaz de encontrar respostas satisfatórias para os problemas sociais. Multiplicavam-se as teorias sobre a multidão. (BRESCIANI 1994)

Em avaliação persistente, a figura *monstruosa* do pobre doente, sujo, semi-moralizado e racionalmente incompleto mereceu ampla divulgação para justificar uma estratégia que desejava levá-lo do comportamento selvagem ao conforto domesticado. Médicos, administradores, filantropos, jornalistas, cientistas sociais, engenheiros e arquitetos contribuíram para definir, em termos sociais e espaciais, a linha da *marginalidade* a partir do longo repertório de

informações colhidas da relação direta com a pobreza. *Na escala dos corpos*: a anotação paciente de comportamentos individuais e familiares ajudou a elaborar a imagem coletiva monstruosa da população das cidades, com seu caráter indiscernível e imerso no lodaçal da *incivilidade*. (BURET, 1979; MAYHEW, 1968)⁴

A estratégia do conforto policiado vinha sobretudo ao encontro da imagem formada pelo pensamento culto que partia do



Figura 9: As gravuras mostram/denunciam as péssimas condições das moradias de pobres, porões onde se acolhiam animais de trabalho e ambientes parcamente mobiliados, e a dificuldade em obter água para as tarefas domésticas

Condições de vida da pobreza. **Acima:** Um interior de casa pobre Illustrated Times XIII (1861), Victorian City, Pictures from the Magazines Wolff e Fox.vol.II. In Dyos e Wolff. op. cit. p.193. **Abaixo:** A busca da água na rua – Dwellings of the Poor in Bethnal Green – Illustrated Times 1863 Wolff e Fox. In Dyos e Wolff. op. cit., p. 582.

pressuposto de que todas as pessoas têm as mesmas necessidades e potencialmente desejam coisas idênticas, e podem, assim, ser submetidas a um mesmo modelo de vida. A figura do sujeito de direito universal racional, consciente – o ser civilizado, recobre a ideia de pessoas consideradas unidades individuais, padronizadas e impessoais, intercambiáveis em suma –, pessoas diferenciadas e reconhecidas em suas particularidades pela aparência: roupas, casa e bairros.⁵ (FOUCAULT, 1977)

A concepção de que um artefato arquitetônico poderia mudar física e moralmente pessoas pouco afeitas à raciocínios e ao trabalho mental deslizou dos ambientes coletivos para a moradia. (BÈGUIN, 1991) As políticas urbanas redefiniam conceitualmente as modernas *concepções de público e privado*, e a elas acrescentavam o domínio do *íntimo*, como último reduto para o recolhimento solitário: reorganizam o espaço da casa, da casa burguesa e ou aristocrática, e em particular a casa da população pobre.

A preocupação de arquitetos com modelos e padrões construtivos de moradias operárias apresentou-se por ocasião da Exposição Universal de Londres em 1851; projetos e edificações padrão foram expostos pelo arquiteto Henry Roberts, apresentados e justificados no texto *The Dwellings of the Labouring Classes, Their Arrangement and Construction*, publicado em 1850. Apresentado como conferência no *Institute of British Architects* em 21 de janeiro de 1850, mereceu, no mesmo ano, tradução na França, por ordem de Luis Napoleão, e dela saiu uma edição abreviada em alemão.⁶ Ao ser adotada a habitação mínima como padrão – *minimum provision* – as casas operárias nas grandes cidades configuraram programas arquitetônicos e laboratório de experiências de uso de “equipamentos de conforto”:

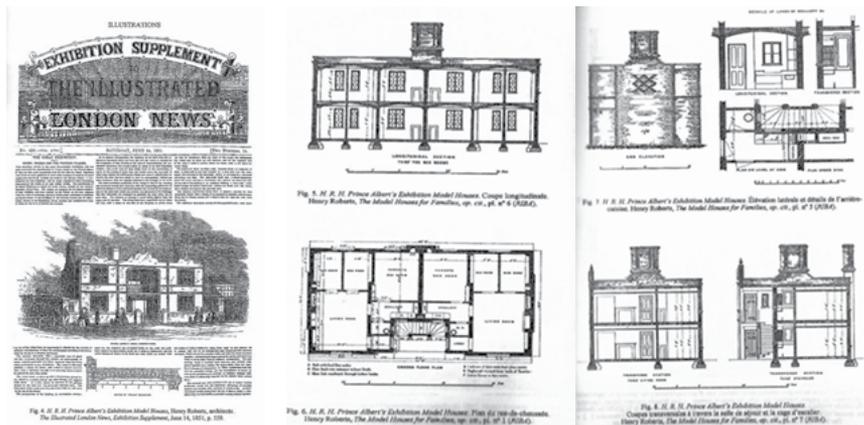


Figura 10: Exposição Internacional Londres 1851. À esquerda: Casas modelo para população operária Prince Albert's Exhibition Model Houses, Henry Roberts, architecte. The Illustrated London News, Exhibition Supplement, 14 Junho 1851, 559. À direita: Henry Roberts. *Des habitations des classes ouvrières*. Édition revue et augmentée de 1867. Intrad. e trad. Michael Browne. Paris: Harmattan. 1998: LI.

François Béguin (1991 p. 39) faz uma avaliação precisa da imagem projetiva da ação dos dispositivos do conforto disciplinado:

[...] a arquitetura aparece como um componente importante destes programas de higiene e de salubridade, esta é sempre reduzida às aptidões físicas das formas utilizadas na habitação e dos efeitos produzidos por estas formas sobre os fluidos ou sobre um modo de distribuição de pessoas e serviços. Efeitos cuja particularidade é serem eles próprios subordinados a outros órgãos de maquinaria urbana – os esgotos, o aparelho de distribuição de água – e estarão assim intimamente ligados às características ambientais do objeto arquitetônico. [...] o que faz com que o habitat seja alguma coisa bem diferente da construção de habitações e bem próximo de uma série de normas técnicas que definem as condições gerais

de habitabilidade [...] com elas novos saberes, novos aparelhos e novos atores definem um novo regime para o ambiente do pobre.

3. O redimensionamento das identidades sociais

Um ingrediente preocupante [...] da experiência burguesa do século XIX foi a ansiedade com que ela procurou definir a si própria [...]. O que os burgueses do século XIX tinham em comum era a qualidade negativa de não serem nem aristocratas nem operários, e de se sentirem mal em suas próprias peles. O que os dividia, entretanto, era quase igualmente importante, e constituía uma fonte de tensões reais. Aqueles que se propuseram no século XIX a caracterizar o burguês – e quase todo mundo o tentou – sabiam menos do que acreditavam saber. (GAY, 1984)

A palavra burguesia ou *middle class*, por oposição à aristocracia e nobreza, redefiniu-se como noção classificatória para recobrir uma ampla gama de atividades urbanas e ao mesmo tempo designar seu “outro” com a noção de trabalhadores (*working men*); envolveu em uma camisa de força toda a uma variada gama de atividades. Por este recorte se chega ao lugar onde se constituiu a ética burguesa fundada em disciplina e produtividade. (GAY, 1984) A partir dela, o homem pobre ganhava a condição de cidadão/sujeito de direitos, mas de segunda categoria, sem acesso a voz/voto – e potencial inimigo da própria civilização.

A construção das identidades de classe se apresentou como a esfinge dos tempos modernos a ser desvendada para que a sociedade não voltasse ao caos primitivo. O monstro deveria assumir

uma face. (BRESCIANI, 1985) Na representação de classes, a cidade cindida é o espelho da sociedade dividida. O inimigo está dentro da cidade/ do espaço urbano. East End londrino; faubourg Oeste parisiense.

Peter Gay e outros autores – Richard Sennett, Hannah Arendt e Michelle Perrot – mostram ser pouco nítida a figura do burguês que constitui sua identidade apropriando-se da antiga noção grega de *polis*, o espaço público em oposição ao *oikos*, domínio privado da casa. Uma reelaboração que define a *esfera pública* como lugar da ação política de proprietários acionistas da sociedade política em oposição à vida privada, agora recolhida à noção de espaço da *intimidade, o domínio da privacy*. (ARENDRT, 1981; MACPHERSON, 1970; PERROT, 1988)

A elaboração da identidade burguesa se dá num processo longo e não muito fácil. Congrega pessoas enriquecidas pelo *próprio trabalho*, num mundo onde o preconceito degradante de *ganhar a vida* recobre as pessoas do comerciante, dos donos de oficina, de fábrica e de armazém, até os grandes exportadores que movimentavam o intenso tráfego do porto de Londres. Mesmo na protestante Inglaterra, regida pela ética do trabalho, o conduzir capitalisticamente os negócios (*affairs*), implicou em descolar a figura do patrão daquela do homem rude, *sans politesse*. Numerosas *publicações* destinadas aos públicos masculino e feminino lhes ensinavam a ser classe polida: ofereciam-lhes o conhecimento básico dos princípios da economia política e do funcionamento dos mecanismos automatizados em vários níveis de dificuldade; ensinavam-lhes também as regras da civilidade, do bem vestir, do bem comer, do bem morar e bem receber e da economia doméstica, do ser esposa, administradora e mãe.

A formação da ética burguesa buscava dar conta do isolamento do indivíduo, individualizado pela condição de proprietário privado, ao mesmo tempo em que lhe oferecia um arremedo da comunidade perdida, fazendo-o partícipe de uma *comunidade* imaginária de interesses universais.

4. Formação da sensibilidade burguesa – educação dos sentidos

Formar uma *nova sensibilidade* para a qual o olhar armado e orientado por noções e conceitos possibilita classificar em quadros compreensivos o que vê, ensina a decifrar, na variedade díspare do ambiente urbano, os perigos e ameaças que rondavam constantemente as pessoas. Registrava-se a perda da *experiência* em favor da *vivência*. (BENJAMIN, 1989) Constitui-se uma cultura urbana, na qual a elaboração intelectual da vida nas cidades se faz, pela literatura, por contraste e oposição a uma suposta vida rural idílica. (WILLIAMS, 1989)

As palavras *novo* e *nova* foram exaustivamente utilizadas para figurar o que chamaram no século XIX *homem moderno* e *sociedade moderna*. A *educação dos sentidos* se dava pela aversão ao nojo pelo mau cheiro, o desconforto causado pelos gritos, a visão de cenas indecorosas, etc.; as boas maneiras, por sua vez, até então reservada aos nobres e aos burgueses enobrecidos, deveriam sensibilizar toda a população, nelas imprimir *civilidade*. (CORBIN, 1987; GAY, 1990) Presente na literatura, em diários íntimos, cartas e entrevistas médicas, o fascinante mundo da literatura de ficção, dos grandes autores e dos folhetinistas mostra a estreita relação entre esses escritos e a formação da sensibilidade.

(CHEVALIER, 1978; WILLIAMS, 1985) “A virtude suprema do romance é seu ar de realidade (a solidez de especificações)”, diz Henry James (apud GAY, 1990, p. 121) Peter Gay (1990) confirma:

Os romancistas do século XIX exploraram todos os temas importantes: o dinheiro, a classe, a política. Estudaram as manobras dos arrivistas sociais e as aventuras de viajantes nos trópicos, as seduções do poder e o consolo da religião. De caderno na mão, e aqui eles se encontravam com os observadores sociais, eles percorriam o novo mundo do trabalho, da ferrovia, da miséria industrial. Dissecaram a textura social em que estavam imersos,



Figura 11: As boas maneiras no teatro e compostura no vestir-se adequadamente em diferentes ocasiões eram exigências éticas. Ruas, casas, avenidas, lugares de trabalho e de lazer configuram, a construção textual dos romances e iconográficas ilustrações, uma “materialidade” que ultrapassava as construções de tijolos

La saison! “Le summum de la puissance mondaine”. Pretensão burguesa à respeitabilidade e à erudição. **À esquerda:** O público em Convent Garden, Doré e Énault. op. cit., p. 323. **À direita:** Baile em Mansion-House [Residência do Prefeito] Lombard-Street. Doré e Énault. op. cit., p. 281.

e discriminaram as nuances mais sutis das posições sociais e dos costumes a serviço de seu ofício, tornaram-se especialistas em procedimentos parlamentares, nas implicações da economia política, nos sofrimentos dos grevistas, nos rituais dos jantares festivos, na etiqueta das visitas matinais e das duelos. Transformaram seu tempo na era do romance da sociedade.

A intrincada trama entre o autor e seu público repõe no plano imaginário uma comunidade de emoções que proporciona, no domínio subjetivo da intimidade, a sensação de fuga do individualismo solitário para o das representações do aconchego familiar, para o estojo do lar, para a recompensa bela observação dos preceitos da ética. Em meio ao mundo ameaçador das cidades, conturbado pelas múltiplas perdas de orientação, saturado de novos signos que estimulavam os cérebros num grau assustador, a simplificação mitologizante da literatura apaziguava; se encarregava de apresentar uma imagem domesticada da pluralidade de tensões não resolvíveis.

Pouco importa que conceitos forjados a partir da representação estética de situações específicas *em escala e tempo circunscritos* tornem inviável chegar-se ao âmago de coisas, pessoas e costumes denominados exóticos; o *olhar armado* dará sempre a impressão desse sobrevôo que a tudo abarca até mesmo em sua singularidade.

5. A cidade conceito – lugar e sujeito da história – do progresso

Os habitantes da cidade “são e devem agir” como agentes e sujeitos da história. Para Karl Marx, o burguês constitui o sujeito

do tempo presente, o proletário, o sujeito da futura sociedade comunista. A cidade se dispõe como lugar da alienação, mas também da liberação pela consciência. A noção de *determinação* se afirma no campo intelectual de modo amplo, antes e para além do marxismo, e instaura um diálogo polêmico onde se digladiam a vontade aliada à deliberação livre do homem senhor de seus atos e as leis sociais que o aprisionam às imposições de um sistema?⁷

A questão social é retirada do domínio do controle administrativo das fábricas, das escolas e da Igreja e de novo recolocada em seu terreno inaugural, a política. *Repolitiza-se* nas vertentes críticas do pensamento político na busca de unir novamente a sociedade à política, não mais no gesto “espontâneo” do povo, como para os homens da Revolução Francesa, mas como ação consciente do proletariado conduzido pelos intelectuais de seu partido ou presente nas reivindicações operárias de direito ao voto ou de representantes liberais nos parlamentos. Processo em direção a uma sociedade da igualdade – perante a lei – como parte do ideário liberal, ou na idealização projetiva do coletivismo do ideário socialista. Socialistas, anarquistas, comunistas controem uma crítica militante na contramão do que denominavam engodo burguês: definir a nação a partir da genérica noção de *povo*, recoberta pela denominação de *cidadãos*, pela igualdade rasa da representação política.

6. A cultura popular – a figuração apaziguada do outro

Na difícil delimitação desse personagem produtor de cultura, uma indagação se impõe: como separar a fala “autêntica” e “espontânea” da população trabalhadora daquilo que foram incitados a narrar

por pessoas interessadas na “verdade” de um ato criminoso ou no “conhecimento” de seu modo de vida?

Conhecer implica em aprisionar no campo da cultura erudita formas de expressão da população pobre urbana, abafada sob o pesado manto dos valores burgueses, destinada ao silêncio e a desaparecer pela ação disciplinar da fábrica, da filantropia e da polícia. É absorvida na forma mercadoria. (HIMMELFARB, 1983)

Dela se tem contato direto pelos escritos de trabalhadores letrados, porém na maioria das vezes o conhecimento se dá de forma indireta por relatos de pesquisadores sociais, literatos e depoimentos colhidos entre trabalhadores no intuito de dar a conhecer para a sociedade culta seus costumes. Implicou em “certa divisão, definidora do que é próprio a cada classe ou a cada grupo social: cultura erudita e cultura popular, cultura dos estetas e folclore das aldeias rurais”. (RANCIÈRE, 1985) São vozes que expressavam muitas vezes a vontade de liberdade, de uma vida liberta da opressão cotidiana do trabalho disciplinado.⁸

Um misto de atitude caritativa dedicada a tornar mais leve o sofrimento do pobre e de aceitação da responsabilidade movida por um impulso moral, formada no meio religioso, ganha contornos laicos e busca recolher, mapear, classificar hábitos e costumes que são julgados sobre eles se formam opiniões; também ambicionam erradicá-los ao incutir nessa parcela da população o estímulo a buscar um bom padrão de vida. É um olhar exterior que configura e dá nome à “cultura popular”, lhe define os contornos de exotismo e peculiaridade, coloca em campos separados o aceitável e o inaceitável. Há uma correlação entre essa “cultura” e a “mentalidade primitiva”, cara aos primeiros antropólogos, como Lévy-Bruhl.⁹



Figura 12: Inumeráveis imagens reproduziam para seus leitores cultos as condições de vida da população trabalhadora pobre. Essas gravuras de Doré expõem condições de trabalho e de lazer no porto e em bairros pobre londrinos em meados de 1875

Os párias da nação. **Acima, à esquerda:** Mercado de sapatos usados Dudley Street [106]. **Acima, à direita:** Trabalhadores nas docas de Londres Sta. Catarina [40]. **Abaixo:** Rua em Whitechapel [111]. Gustave Doré e Énault. op. cit.

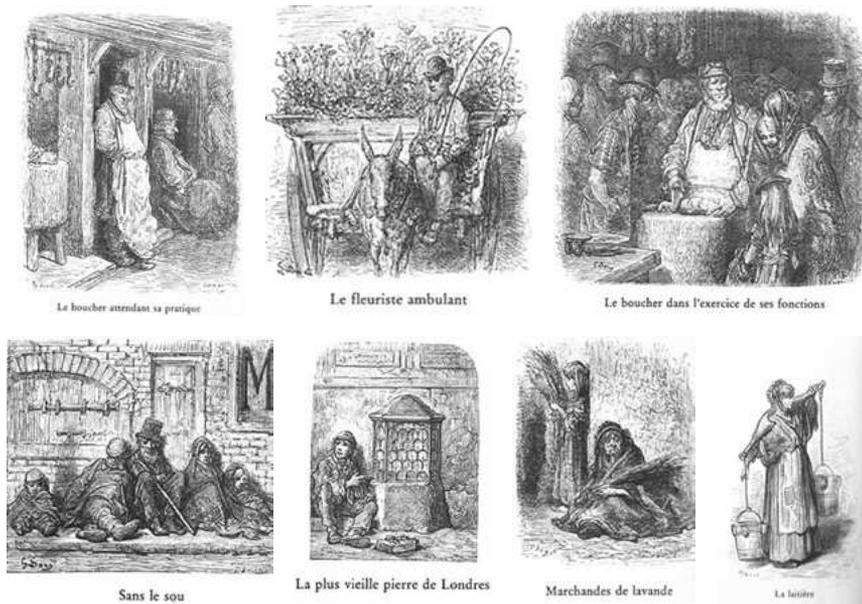


Figura 13: Gravuras de Doré expunham atividades de trabalho em várias ocupações: do comerciante ao mendigo ao pé da “pedra mais antiga de Londres”

Tipos, perfis e caráteres. **Acima, respectivamente:** Açougueiro à espera; Florista ambulante; O açougueiro no trabalho [407]. **Abaixo, respectivamente:** Desamparados [407]; Vendedoras de leite e de lavanda. Doré e Énault. op. cit.,p. 397-415.

7. Territórios e redes de sociabilidade

O esforço de catalogação dos componentes do urbano ao *mesmo* o recorta analiticamente e depois o recompõe nos projetos de intervenção. Porém ao atravessar a imagem da cidade ela se revela dividida em áreas estanques, subordinadas a lógicas diversas com conteúdos próprios, esgarçada e exposta em *territórios* menos

espaciais e mais subjetivos, onde as múltiplas *redes de sociabilidade* repetem *o mesmo* em vários lugares, e o princípio da identidade pode se expressar pela esquizofrenia. (CAUQUELIN, 1982) Muitas vezes os territórios operam no modo do espelho invertido. Baudelaire, *flanêur* inserido entre o mecenato e o mercado, rejeita os dois, mas os tem como referência. (BENJAMIN, 1989) Esta entrada conceitual na trama urbana surge como ruptura possível com o quadro teórico definido com a problematização das cidades nos começos do século XIX; questiona a noção de identidade, de objetividade, de subjetividade racionalmente constituída e outros, assim denominados, mitos “vitorianos”. Talvez seja a chave do enigma.

Do ponto de vista do campo das intervenções urbanísticas, pode-se vislumbrar brechas, elas mostram não ser a cidade essa construção globalizante, fruto do nosso trabalho como intelectuais e de nossos instrumentos de trabalho, os conceitos. As imagens plenas e as representações racionais se esgarçam e deixam entrever *territórios*; eles podem ser recortes de ambientes geográficos, administrativos, políticos, mas podem também levantar o véu racional que recobre as fugidias subjetividades. Podem ser espaços onde as múltiplas redes de sociabilidade se repetem, diferenciam-se, modificam-se em filamentos imprevisíveis, imponderáveis.¹⁰

A forma fragmentária das redes de sociabilidade traduz a vivência de pessoas que pouco saíram de um bairro, alheias à noção globalizante da cidade. Os bairros se apresentam deslocados de seus limites geográficos e divisões administrativas; são impenetráveis, superficialmente *conhecidos* pelo viajante de passagem que se orienta pelo guia turístico. A simultaneidade das diferentes redes simbólicas, atadas a discursos díspares imprescindíveis ao

viver em cidades. O espaço urbano pode ser suporte de memórias diferentes, cenários contrastados, múltiplos.

Seria insuficiente a descrição de recortes e camadas e de características da cidade, tais como, tamanho, população, tipo de atividade, dominação e hegemonia, identidade cultural, grandes acontecimentos, potencialidade do desenvolvimento, origens históricas comprovadas. A importância das memórias constituintes referentes a extratos díspares se reenviam mútua e incessantemente, fazem da cidade um tecido que conserva e transmite um estoque de dados e constitui a própria *matéria urbana*, fio condutor da *opinião*, transmissor de memórias na forma de uma “doxa” urbana vagabunda, mutável, transportadora de pedaços de recordações, tanto históricas, como pessoais, intimamente misturadas à escrita, à escuta, ao momento e aos costumes. Anne Cauquelin afirma:

[...] o liame que forma a identidade urbana e pela qual os homens reconhecem sua natureza ‘política’ escapa a toda análise ‘racional’ e se faz pelo modo de uma comunicação simbólica, onde prevalece, sobre um fundo de memórias fragmentadas, a lógica da opinião e do verossimilhante. (CAUQUELIN, 1982)

Palavras finais

Neste diálogo propus pensarmos o trabalho do historiador e o do urbanista: um com suas construções lógicas textuais, o outro com seus projetos racionalizadores. Duas disciplinas – *história do urbano e formação do urbanismo* – estruturadas pela mesma *temporalidade e racionalidade transdisciplinar universal*, permitem

questionar a inclusão de um *facilitador interpretativo* quando análises recortam a escala nacional e agregam o viés político das “ideias fora do lugar”.

Fica ainda a indagação: Será que neste século XXI o *dispositivo disciplinador desdobrado nos inúmeros equipamentos da maquinaria do “conforto civilizado”* seria o que provoca desconforto doloroso ao ampliar e estender ao infinito a vigilância contínua e onnipresente, a exigência da contínua produtividade regulada pela balança dos custos e benefícios, a violência à espreita a cada passo? Ou a aceleração do ritmo, da insegurança psíquica, de um eu acelerado imerso em mudanças permanentes; competitividade e exigência de visibilidade, de viver em meio à indiferenciada impessoalidade seriam indicadores do deslizamento para a sociedade de controle? Sem dúvida, para o bem ou para o mal, vivemos elementos que contrastam, contrariam os postulados do projeto da sociedade disciplinada, da ética burguesa de urbanidade, indispensável para o viver em ambiente urbano. ■

1. Béguin (1977, 1991) propõe pensar o momento da problematização das cidades por médicos, advogados, engenheiros, filantropos, enfim, por parcela dos homens instruídos do século XIX. Ou seja, expõe o cruzamento de saberes e a constituição *transdisciplinar* dos estudos urbanos.
2. Jeremy Bentham foi renomado jurista nos anos finais do século XVIII e inícios do século XIX; autor de textos sobre filosofia moral e política, considerado idealizador da teoria utilitária, tornou-se conhecido para além do Reino Unido pela proposta do *Panopticon*.
3. A denominação “Era mecânica ou Idade da Máquina” foi usada por Carlyle (1980a, p. 64).
4. Gravuras a partir de daguerreótipos de Beard.
5. A oposição entre as figuras do indivíduo, base do racionalismo liberal e da pessoa, fundamento dos culturalismo romântico, que no século XIX suscitava controvérsias no plano das políticas urbanas, praticamente desaparece no século XX, quando o marco simbólico das técnicas de intervenção nas cidades passa a ser a racionalidade monumental do urbanismo contemporâneo.
6. Versão francesa *Des habitations des classes ouvrières*. Tradução de Michael Browne. Paris: L’Harmatan, 1998. Ver Bresciani (2014).
7. A noção de determinação sobre campos conceituais da filosofia política liberal desde Adam Smith. *A riqueza das Nações*, 1776 e John Stuart Mill. *Sobre a Liberdade*, 1859, encontra sua crítica conservadora romântica, entre outros, em Thomas Carlyle. Signs of the times in *Thomas Carlyle Selected Writings*, Harmondsworth: Penguin, 1980; reencontra-se em Karl Marx e seus seguidores, Karl Marx. *Contribuição a crítica da economia política*, 1859; Karl Marx, *O Capital*, 1867, e nos positivistas, Auguste Comte. *Curso de Filosofia Positivista*, 1830 e, entre outros, em Hyppolite Taine. *Notes sur l’Angleterre*, 1876; Hyppolite Taine. *Les origines de la France Contemporaine*, 1875-1893, para ficarmos só com alguns autores relacionados a essas filiações.
8. Remeto como exemplos: Rancière (1988) e Mayhew (1968).
9. Embora a concepção de “sentimento moral” exposta pelo liberal Adam Smith em 1759, a ela agregue os “homens” de modo geral, como passíveis de renunciar aos seus interesses privados em nome do interesse da sociedade ou do universo, o utilitarismo de Jeremy Bentham (1824) nega essa disposição dos seres humanos ao desprendimento dos interesses privados em nome do interesse

público. Himmelfarb (1983, p. 23-144) Himmelfarb segue o percurso das concepções de Adam Smith em *The Theory of Moral Sentiments* (1759), portanto anterior a *Wealth of Nations* (1776), texto no qual o autor considera que todo “wise and virtuous man is at all times willing that his own private interest should be sacrificed to the public interest of his own particular order of society. He should, therefore, be equally willing that all those inferior interests should be sacrificed to the greater interest of the universe” (*Moral Sentiments*, II, p. 115). E expõe a concepção de Bentham em *The Handbook*

of *Political Fallacies*, 1962, p. 230.

10. Sobre este ponto poderia citar dois historiadores que mostram essa vivência fragmentada, a experiência dispersa dos modernos habitantes das cidades do século XIX. Hobsbawn (1987) mostra a fragmentação das atividades e a especialização por bairros, fazendo com que as pessoas circulem sempre pelos mesmos lugares; Perrot (2017) expõe pessoas que nasciam, viviam e morriam no mesmo bairro sem terem conhecido a dimensão da cidade.

Referências

- ARENDDT, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- ARENDDT, H. *De la revolución*. Tradução de Pedro Bravo. Madri: Revista de Occidente, 1967.
- ARGAN, G. O espaço visual da cidade. In: HISTÓRIA da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAUMAN, Z.; MAURO, E. *Babel: entre a incerteza e a esperança*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BEMJAMIN, W. Sobre alguns temas sobre Baudelaire. In: BEMJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 103-149. (Obras escolhidas, v. 3).
- BÈGUIN, F. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaços e Debates*, São Paulo, n. 34, p. 39-54, 1991.
- BÈGUIN, F. L'haleine des fauxbourgs, Ville, Habitat et Santé au XIXe siècle *Recherche*, Paris, n. 29, 1977.
- BENTHAM, J. *The handbook of political fallacies*. Nova York: Ed. Harold A. Larrabee, 1962.
- BENTHAM, J. Panopticon or, the inspection-house: preface. In: BENTHAM, J. *The panopticom writings*. Londres: Verso, 1995a.
- BENTHAM, J. *The panopticom writings*. New York: Verso, 1995b.

BOECHAT, Y. Cidades em guerra. *Estadão Jornal Digital*, São Paulo, 9 out. 2016. Caderno Aliá.

BRESCIANI, M. S. A cidade das multidões, a cidade aterrorizada. In: PECHMAN, R. M. (Org.). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1994, p. 9-42.

BRESCIANI, M. S. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. *Urbana*, Campinas, v. 6, n. 8, p. 64-95, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/1680/pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

BRESCIANI, M. S. Metrópolis: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 35-68, 1985.

BURET, E. *La misère des classes laborieuses en Angleterre et en France*. Paris: Editions d'Histoire Sociale, 1979. 2v.

CARLYLE, T. Chartism. In: CARLYLE, T. *Selected writings*. Harmondsworth: Penguin Books, 1980b.

CARLYLE, T. Signs of the times. In: CARLYLE, T. *Selected writings*. Harmondsworth: Penguin Books, 1980a.

CAUQUELIN, A. *Essai de philosophie urbaine*. Paris: PUF, 1982.

CAUQUELIN, A. *L'invention du paysage*. Paris: Quadrige/PUF, 1989.

CHADWICK, E. *Report to her Majesty's principal Secretary of State for the Home Department from the Poor law Commissioners on an Inquiry into the Sanitary Condition of the Labouring Population of Great Britain*. London: Printed by W. Clowes and Sons, 1842.

CHEVALIER, L. *Classes leborieuseset classes dangereuses*. Paris: Librairie Générale Française, 1978.

CONTARDI, B. Prefácio. ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

CORBIN, A. *Les filles de noce: misère sexuelle et prostitution (19° siècle)*. Paris: Flammarion, 1982.

CORBIN, A. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove*. Tradução de Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992. p. 219-226.

DES CARS, J.; PINON, P. *Paris-Haussmann*. Paris: Picard, 1991.

ÉNAULT, L. *Londreset les londoniensen 1875*. Paris: SACELP, 1984.

FIRST report of the commissioners for the inquiring into the state of Large towns and populations districts. London: Printed by W. Clowes, for H.M.S.O, 1844.

FOUCAULT, M. *A história da loucura na idade clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Antonio Ramos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Tradução de Ligia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1977.

GAY, P. *A experiência burguesada Rainha Vitória à Freud*. Tradução de Sérgio Flaksman São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GILLES, L. *L'èrèdu vide: essais sur l' individualisme contemporain*. Paris: Galimard, 1983.

HARVEY, D. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Oxford: Basil Blackwell Ltd., 1989.

HIMMELFARB, G. *The idea of poverty: england in the early industrial age*. New York: Random House, 1983.

HOBSBAWN, E. O mercado de trabalho em Londres no século XIX. In: HOBSBAWN, E. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MACPHERSON, C. B. *La teoria politica del individualismo posesivo: de Hobbes a Locke*. Tradução de J-R. Capella. Barcelona: Fontanella, 1970.

MARX, K. *O capital*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAYHEW, H. *London labour and the London Poor*. Nova York: Dover Publications, 1968.

PARENT-DUCHATELET, A. J. B. *De la prostitution à Paris au XIX^e siècle*. Paris: Seuil, 1981.

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, M. *Os excluídos da história*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

RANCIÈRE, J. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. Tradução de Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- RANCIÈRE, J. *Esthétiques du peuple*. Paris: Editions La Découverte, 1985. (Collectif Révoltes Logiques, Cahiers libres, 396).
- SCHOENWALD, R. Training urban man: a hypothesis about the sanitary movement. In: DYOS, H. D.; WOLFF, M. (Ed.). *The victorian city: images and realities*. Routledge & Kegan Paul Ltd, 1973. v. 2. p. 669-692.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 11-25.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- WILLIAMS, R. *The country and the city*. Londres: The Hogarth Press, 1985
- WILLIAMS, R. *O campo e a cidade*. Tradução de Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- WOHL, A. S. Unfit for human habitation. In: DYOS, H. D.; WOLFF, M. *The Victorian city: images and realities*. London: Routledge & Kegan Paul, 1973. v. 2.



GESTOS URBANOS:
pensar o tempo

Margareth da Silva Pereira

A ideia de tempo é a própria matéria que dá forma à arquitetura. É em relação à efemeridade e a precariedade da própria vida em seu caráter imanente que toda construção, e particularmente a arquitetura, se ergue como gesto que ambiciona ser uma forma de resistência, de transgressão. Como desejo e possibilidade de transcendência, de duração, de permanência.

Misto de construções mais ou menos conscientes dessa rebeldia, a cidade em sua materialidade, pode ser lida, como uma cartografia destes gestos sucessivos e superpostos. Gestos de abrigo, proteção, conforto. Gestos de prazer, combate, memória ou dúvida. Mas, sobretudo, gestos de confiança em um outro – presente, passado, que será – com o qual se compartilha duas premissas. A primeira a insurgência de pensar e construir um mundo humano, absolutamente humano. A segunda a de construir a própria experiência pública e comum que chamamos também cidade, nesses acúmulos de fragmentos e ruínas, à espera de investimento e de rememoração de seus sentidos possíveis.

Dominados pela noção de ação, talvez pouco se lembre que todo gesto, de modo geral, e os *gestos urbanos*, em particular, são uma espécie de adjetivação meio imprecisa de cada ato. Os gestos são uma espécie tanto de qualificação como de relativização dos atos, fazendo com que o seu sentido permaneça em uma flutuação, entre muitos possíveis. Isto é, permaneça mais como um efeito e um convite ao compartilhamento, do que uma determinação unívoca.

Nem sempre pensamos que as cidades são essas acumulações de gestos e, assim, esquecemos essa invenção da duração e do tempo que eles instauram e que se compartilha, se rechaça ou sequer se dá conta. Esquecemos que a experiência urbana se realiza nesse convite intemporal de gestos e, portanto, em um território marcado pela sincronia de tempos cujos sentidos estão como que entre fechados, estabilizados e definidos e pela *acronia*, dada pela indeterminação e pela abertura de sentidos. É ela, esta última, que questiona as próprias visões determinadas de tempo e nesse convite sempre renovados propõe a apropriação e, com ela, a conservação, a subversão, a invenção.

Nas últimas décadas a palavra *temporalidades* resultou de uma dessas aberturas e aquilo que os franceses chamam de *mettre en abîme* um conceito, uma noção, ou uma interpretação e que começa por sua desnaturalização. O termo vem conhecendo uma grande difusão no meio de historiadores e cientistas sociais e também, entre os estudiosos da cidade e do urbanismo, marcando um novo momento de uma reflexão sobre as visões contemporâneas e estabilizadas de tempo.

A palavra não era nova – mas seu sentido –, isto é seu uso social, tinha sido esquecido durante décadas, para não dizer séculos. O que talvez tenha sido original agora foi o significado que passou a

ser atribuído ao termo como reconhecimento de uma sincronia, diversidade e defasagem temporal – e, por isso, usado no plural: temporalidade(s). Desde a década de 1990, a sua difusão e circulação contemporânea – no plural – acabou, assim, se impondo na linguagem de diferentes campos do conhecimento de filósofos, psicanalistas e linguistas a antropólogos.

Se fizermos uma arqueologia desses seus novos usos, nota-se que desde muito cedo, já nos anos 1960, percebe-se que certos autores trabalham essa desnaturalização da ideia de tempo. Foucault, por exemplo, já havia falado em *hétérochronies*, conceito que desenvolve em uma de suas conferências em 1967, publicada em 1984, associando-o ao que chamou de *hétérotopies* (espaços de *passagem* e de normalização social como asilos, cemitérios, escolas, prisões, por exemplo). Tempo e espaço, acham-se assim colocadas lado a lado, uma vez que, suas *heterotopias* são indissociáveis de cortes temporais que, como expõe, “poderiam ser chamados por pura simetria” de *heterocronias*, em relação a uma visão de “tempo tradicional.”

Foucault começava, como se vê, a problematizar uma ideia unitária de tempo, mas sem colocar diretamente em questão a própria ideia “tradicional de tempo”, como ele designa sua concepção em termos homogêneo e linear. De fato, em um ambiente marcado por uma visão tipificada e também homogeneizante da subjetividade, e seguindo o convite dele próprio, os diferentes autores que retomaram suas ideias, começando por Henri Lefebvre, passaram a enfrentar muito mais os tipos e as noções de espaço, do que as de tempo.

De certo modo Foucault insistia sobre uma desejável “dessacralização prática” do espaço – que ele considerava não ter sido levada adiante, mesmo com a ruptura provocada por Galileu em termos

teóricos ao (re)introduzir uma noção de espaço aberto e infinito. Contudo, parece que a exigência de uma desconstrução também da sacralização da ideia de tempo, não lhe fazia problema à época. Em resumo até os anos 1980, especulou-se, assim, muito pouco sobre as relações entre as noções de tempo e espaço propostas pelo filósofo ou sobre o próprio significados que Foucault, ao se servir do grego, atribuía a noção de *heterocronia*.

Meio século passado da exposição das suas ideias – publicadas, curiosamente, por arquitetos – constata-se o quanto os debates sobre as noções de tempo, embora tenham se ampliado permanecem ainda restritos a certos nichos disciplinares. Embora, naqueles anos, Foucault conseguisse identificar o acúmulo do tempo no espaço dos museus e bibliotecas – em relação aos quais mostrou também seu estranhamento – e ainda a complexidade dos arranjos possíveis entre *heterotopias* e *heterocronias*, os freios intelectuais em relação à ideia universal e cristã de tempo, parecem ter escapado do seu olhar, de hábito arguto nesse primeiro grande esforço de reflexão sobre estas relações. As próprias questões das escolhas, representações e dotação de sentidos individuais, embora mencionadas não foram desenvolvidas em relação ao processo de institucionalização e das técnicas de naturalização de certas práticas, que são o seu alvo.

No caso dos museus e bibliotecas foi o próprio processo de museificação e a espacialização do acúmulo de tempos passados que era ele mesmo colocado – como nas utopias, fora do tempo mas em um único lugar, o que lhe interessou. Percebe-se, assim, que permaneceriam em segundo plano as implicações políticas de certas visões cristalizadas do tempo, que teriam também chamado sua atenção se as condições epistemológicas fossem outras. É certo que mesmo na atualidade pode-se observar a

dificuldade da crítica contemporânea em colocar no centro do debate público as articulações entre visões de tempos e práticas políticas. A ideia sacralizada e cristã de tempo, a mais enraizada, continua naturalizada, a começar por um vocabulário que divide os cidadãos entre *eleitores* e *eleitos*, por exemplo, pelas expectativas messiânicas e as frustrações que vêm atravessando o campo político em vários países.

Pode-se que dizer que nos anos 1980, quando a conferência de Foucault adquire uma dimensão mais ampla com sua publicação, a ideia de um certo acúmulo não do tempo, mas de tempos já havia ganho cada vez mais atenção. Pensemos apenas em Paul Ricoeur e em *Temps et Récit* publicado em três volumes entre 1983 e 1985, e particularmente, no último deles, *Le temps raconté*. O que nos interessa, contudo, mais especificamente aqui é sublinhar a circulação da palavra temporalidade e a retomada de certos neologismos, de vida mais curta, que tentam contrapor, repensar a relativa naturalização da noção de tempo, abrindo espaço para o lugar da subjetividade para além de certos círculos filosóficos ou próximos da psicanálise.

É assim em um contexto reflexivo de diversas disciplinas sobre suas práticas, duas modalidades discursivas e seus recortes temporais que Krzysztof Pomian, filósofo e historiador, publica, em 1984, *L'ordre du temps*. Este livro de Pomian, na verdade, reunia seus estudos realizados entre 1977-1982 para uma inovadora enciclopédia italiana publicada por iniciativa do historiador Ruggiero Romano, pela editora Einaudi.¹ Dentre os mais de 500 verbetes, aqueles mais afeitos à uma reflexão sobre a duração e o tempo foram escritos por K. Pomian para a Enciclopedia Einaudi: *Tempo/Temporalidade, Gênese, Ciclo, Periodização, Evento e Catástrofe*.

Assim, ao que parece, a palavra *temporalità* com seu sentido atual – mas no singular – reaparece francamente no debate teórico internacional com a publicação em italiano da *Enciclopédia Einaudi*, em 1982, cruzando, rapidamente, a partir daí fronteiras. É de se notar que, em tempos marcados pela fenomenologia e por uma atenção à experiência e ao vivido, ela se mostra, também, associada à ideia de *faticidade* – isto é de um fato tornar-se fato, um acontecimento ou um evento. Embora não seja essa a perspectiva adotada por Pomian em seu próprio verbete dedicado à noção de evento.

Lembre-se, que em uma posição radicalmente oposta à Foucault, e até mesmo do tratamento historiográfico dado por Pomian à ideia de acontecimento, o historiador jesuíta Michel de Certeau, mais próximo da psicanálise e, certamente praticante dos exercícios espirituais da diferença preconizado por Loyola, falando sobre maio de 68 resumia: um acontecimento, não é o que podemos ver ou saber sobre ele, mas é aquilo que ele se torna, antes de tudo, para nós. (CERTEAU, 1994, p. 51)

A iniciativa de Ruggiero Romano pode ser vista como um termômetro dessa convulsão que vinha atravessando o campo do conhecimento nos anos 1970-1980 e cujo mapeamento, a começar pela lista dos autores que assinam as diferentes entradas, exigiria muito mais atenção do que se pode dedicar nesta páginas. Longe de se apresentar como exemplo da “estabilidade perfeita do conhecimento, de certeza intelectual ou da convicção de que um pico foi atingido”, a iniciativa partia da constatação que, sobretudo no segundo pós-guerra, o panorama da cultura mundial havia mostrado uma tendência notável “de rever, remover, alterar”. Essa atitude havia alterado “substancialmente as categorias de interpretação, o contexto explicativo, o valor das interpretações, o papel dos ‘fatos’”. (ENCICLOPEDIA EINAUDI, 1982)

Paralelamente, os editores constatavam um aumento das especializações “aprofundando a análise nas áreas individuais de conhecimento”, mas perdendo “de vista as conexões conceituais, a rede de ligações que faz do conhecimento uma malha complexa e vital”. Propunha-se, assim, como uma possibilidade de entrelaçamento de reflexões e pesquisas que não se interagiam ou se confrontavam no próprio momento do conhecimento à época. Os verbetes foram, desse modo, redigidos como *vozes* que remetiam a duas *famílias* de conceitos portadores e importantes no discurso cultural e aqueles que no interior de uma disciplina haviam sido apropriado por outras., mudando de certo o modo a percepção do mundo cultural e social

Os verbetes escritos por Pomian são até hoje férteis e o autor trabalha, sobretudo, em torno de uma genealogia das ideias de tempo, entre aqueles que defendem um tempo mensurável e quantitativo e os que sustentam seu caráter irredutivelmente qualitativo, com os deslocamentos e as polêmicas que lhes acompanham. Apoiar-se, desse modo, em diferentes autores desde a antiguidade e de Aristóteles passando por Santo Agostinho, Leibniz, Newton, Kant, Husserl e Heidegger até expor a posição de físicos contemporâneos como Mehlberg e Reichenbach, que se envolveram nos debates sobre a “flecha” do tempo e as ideias de entropia e reversibilidade ou irreversibilidade do tempo.

Contudo, embora reconhecendo a construção em “vários planos e em vários estratos” da arquitetura temporal do que chama “civilização industrial”, Pomian mantém sua interpretação apoiada em pares de oposição, como a ideia de tempo “transcendental” e “psicológico”, “absoluto” e “relacional” e se a

palavra temporalidade está presente, ela, por sua vez, é usada no singular. Tal como Foucault, seus verbetes na *Enciclopédia Einaudi* permitem justamente fazer um estado do modo como essa arquitetura temporal estava sendo problematizado nos anos 1980 e permitem apontar o rápido processo que levou a se pensar teoricamente e em pouco mais de dez anos, agora em termos de *regimes* de temporalidade, de modos de temporalização e de *temporalidades*, agora no plural e com um sentido novo em relação aos seus usos até o século XVIII.

Duas outras noções foram, ao que parece, também importantes nesses anos para que fosse possível simplesmente admitir de maneira mais contundente que as sociedades não tinham e não têm o mesmo regime de temporalidade. Ou bem mais que isso: até que pudesse fazer sentido a reflexão de Reinhardt Koselleck² sobre a “simultaneidade do que não é simultâneo” ou a “contemporaneidade do não-contemporâneo”, no próprio interior do que chamamos “sociedade ocidental”. Neste caso, desestabilizando a própria ideia de camadas e estratos temporais sincrônicos, ou a própria sinonímia entre sincronia, simultaneidade e contemporaneidade.

Defasagem e anacronismo foram, assim, duas dessas noções cuja introdução em um caso e uma reflexão contínua sobre seu sentido e significado, em outro, auxiliaram na emergência de novas práticas dos historiadores e um novo vocabulário. No primeiro caso, talvez, seja importante situar o aporte da crítica de Louis Althusser, que entre filósofos e em diálogo com as reflexões de Foucault, introduziria neste debate, segundo Leduc (apud DELACROIX et al., 2010), a ideia de *defasagem*. Por outro lado, teria um impacto crescente entre os historiadores da arte, particularmente, e na obra de vários artistas da década de 1980,

uma problematização do conceito de *anacronismo*, até hoje um dos temores de muitos historiadores.

No que diz respeito à defasagem, o historiador Jean Leduc (DELACROIX et al., 2010, p. 900) lembra que Louis Althusser, quase contemporaneamente a Foucault, em 1965, se dedicava a desconstruir as noções de *diacronia-sincronia*, correntemente utilizadas nos anos 1960-1970 pela historiografia braudeliana – tempo das estruturas e tempo das conjunturas – indo de encontro também do essencialismo estruturalista.

O filósofo francês fazia assim, por um lado, uma crítica tanto a essa visão de um tempo dividido, observável por duas entradas, quanto à concepção de um tempo contínuo e homogêneo – a forma diacrônica –, que se recorta em períodos (ou em estilos, no caso da arte) e que até hoje preside a formação dos historiadores (e arquitetos e historiadores de arte) através do planeta. Seu outro foco se voltaria para o impacto da antropologia de Lévi-Strauss sentida em outros campos e, neste sentido, à generalização do tratamento sincrônico que pressuporia que todos os elementos de uma totalidade pudessem ser observados contemporaneamente e em co-presença, para atingir-se a essência de sua *estrutura*.

Althusser alertava que os recortes temporais na esfera da política não são necessariamente os mesmos na economia, na estética ou na esfera ideológica, introduzindo, assim, a noção de *defasagem*. Contribuía, portanto, de outro modo, com a desnaturalização – como desejava Foucault – da diacronia e, também da sincronia, sublinhando o caráter operatório das duas noções, insistindo que uma e outra não tinham existência concreta, seja como uma linearidade feita de sucessão de eventos ou uma co-presença, mas eram conceituações e modos de conhecimento. (DELACROIX et al., 2010, p. 899)

Embora amadurecidas em círculos intelectuais diversos, as observações de Althusser e de Foucault nesses anos vão ao sentido de insistir sobre a defasagem, a descontinuidade, a ruptura e, certamente, até mostram-se atentas às correlações, mas sobretudo focam diferenças. Mas como se vê, não são os únicos. Como se disse a nebulosa de intelectuais que contribui nesses lentos deslocamentos é ampla e envolve inúmeras disciplinas e autores, não custa insistir. Embora por um conjunto de fatores, inclusive políticos, essa intensificação do debate intelectual tenha se dado principalmente em torno da França, da Itália e da Alemanha, nesses anos.

Aqui não se está muito longe, por exemplo, das preocupações de Gilles Deleuze, particularmente a partir da publicação de sua tese *Diferença e Repetição*, em 1968 ou ainda dos trabalhos que se acumulam de Roland Barthes, Christian Metz, Jacques Derrida, Julia Kristeva ou, ainda, daqueles como Jacques Le Goff, Pierre Nora, Michel de Certeau, François Hartog, Roger Chartier cujos trabalhos enfrentam em maior ou menor grau temas como a historicização, as narrativas, o estatuto das periodizações, a historicidade, a ideia clássica de representação e, em suma diferentes instrumentos, práticas, ainda que, no caso de alguns destes últimos com silenciamentos e reservas.³ Os debates, contudo, atualizam interpretações, reveem conceitos, deslocam teses. É essa preocupação com as formas de recortar o tempo, com o caráter operatório e situado, historicamente, das categorias que se adota, como filósofo, como historiador, que também infiltraria o campo da história e da arte.

No caso da problematização do *anacronismo* no campo da arte, o conceito de *defasagem* e a crítica da ideia de representação clássica, iniciada por Deleuze e continuada ao longo da década de 1980 até

ser sintetizada por Chartier, principalmente, impulsiona o embate conceitual de modo ainda mais radical, como Hubert Damisch, percebeu e começou a colocar em prática em seus textos e em seus seminários ao justapor, fazer dialogar, confrontar tempos, temporalidades, subjetividades, modos de objetivação, atos de temporalização e formalização.

A própria fruição da arte e ainda as temporalidades da experiência na obra, da obra e da narrativa do historiador na forma de discurso estético que adota para si, coloca em cena – sem mediação – presentes e passados sob diferentes modos de articulação, cortes, colagens, escolhas, remontagens de tempos. Esse embate não esconde o caráter anacrônico da “operação historiográfica” como nomeara Michel de Certeau nem o seu esforço de, na suspensão de qualquer ideia prévia de tempo, – na *acronia* –, perguntar-se sobre o próprio tempo comum que se experimenta no cruzamento com gestos que são feitos de tantos tempos e ainda acionam tantos outros, no desejo de discorrer e, assim, prolongar essa soma de interrogações difusas.

Didi-Huberman (2000, p. 48) escreve em seu livro *Devant le temps*:

Diante da imagem, diante do tempo [...] Olhá-la, é desejar, é esperar, é estar diante do tempo. Mas de que tipo de tempo? De quais plasticidades e de quais fraturas, de quais ritmos ou feridas do tempo, questiona essa abertura da imagem?

A experiência da arte, sublinha essa convergência de tempos como um corte, e com ele a construção da própria ideia de fato, não como um real já dado que se reconhece, mas como *irrupção de sobrevivências* de outros tempos possíveis *que se estranha* como *aparecimento, acontecimento, fantasmagoria*, e tudo aquilo

que estava ali em *latência* e ganha sentido e significado numa *iluminação* presente.

É diante da arte e da forma no enfrentamento de diferentes regimes de temporalidades que atravessam seu próprio ato de constituir-se – e que expõem sua abertura e sua instabilidade, redefinindo-a portanto como imagem – o que se observa no modo de organização dos seminários do historiador de arte Hubert Damisch durante a década de 1970-1980. (CARERI; DIDI-HUBERMAN, 2016) Para aqueles que acompanhavam suas aulas na Rue de la Tour nesses anos dedicados a construir passagens entre uma tela do Renascimento e a fotografia japonesa, o estranhamento era imediato e sem qualquer explicação. Passava-se de um tema a outro e à incessante interrogação das próprias imagens: ângulos, cortes, incidências de luz, paleta, refração.

Em cada obra, vista como objeto histórico e objeto teórico, as interrogações percorriam uma dupla urgência do presente e uma dupla memória passada – a sua e a do artista e que se tornavam, pelo discurso, uma experiência de compartilhamento imiscuindo-se no espaço da sala, atenta ao que se dava a ver como “fenômeno intempestivo do qual a história, desde Nietzsche, se vê atravessada”. (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 10-11)

Décadas depois, talvez seja da experiência do anacronismo como atitude e método extraída dos seminários de Damisch, que saem os objetos de estudo de Georges Didi-Huberman, que foi seu aluno, e parte das páginas de *Devant le temps* e o seu capítulo de abertura intitulado “A história da arte como disciplina anacrônica”. É certo que também vemos nelas as marcas de Foucault, sobretudo daquele da *Arqueologia do saber* e que fala agora, em 1986 cada vez mais de *emergências distintas e defasadas*.

É também esse o centro da reflexão da historiadora Nicole Loraux (1992), no elogio que faz ao anacronismo de Nietzsche, mas também de Freud em relação à tragédia grega e da crítica de uma ideia de *homem eterno* que introduz, interroga e examina francamente. Nietzsche, complementa Didi-Huberman (2000) a partir de uma certa *ideia de repetição na esfera da cultura* critica o pensamento historicista do século XIX. O anacronismo de Freud volta-se para uma *ideia de repetição na esfera da psique* que implica uma certa teoria sobre a memória.

Como pensar esses jogos, esses atos e esses modos de temporalização? Como pensar essas rupturas de sentido, que solicitam o olhar para um desconhecido, um novo, tanto na escala de um indivíduo quanto de uma sociedade, era a questão que se colocava Certeau em 1968. (CERTEAU, 2008) Como considerá-los agora, pergunta-se Loraux? Como reinvestir o ensaio, as passagens, as pontes entre tempos? Como pensar a partir dessas nuvens evanescentes de sentidos, de urgências, de memórias, que embaralham ontem e hoje?

O escritor e artista Karl Einstein é lembrado por Didi-Huberman ao sublinhar a defesa do anacronismo implícita nos seminários de Damisch e para tentar, talvez, não se esquecer da operação historiográfica nos termos praticados por ele e do seu alcance, eventualmente político. Einstein, que foi amigo de Georges Bataille e Jean Renoir. Em 1915, fazia um balanço da recepção da arte e da escultura africana que foi um dos primeiros a valorizar: “o que antes pareceria estar destituído de sentido, encontrou seu significado recentemente... o que ganha importância histórica é sempre função do presente imediato”. (DIDI-HUBERMAN 2016, p. 11)

Estar diante da imagem é estar diante de diferentes gestos e atos de temporalização, que com o artista o próprio historiador acumula – e para o historiador de arte talvez de forma ainda mais evidente, desde o momento em que começa a construí-la como seu objeto de estudo.

Neste lento e difícil processo de desnaturalização das concepções de tempo, note-se que essas desconstruções atravessaram o campo intelectual também no Brasil, onde os autores e os textos citados circulavam e eram debatidos no meio acadêmico, segundo outras condições de possibilidade. O próprio texto de Loraux foi apresentado em seminário no Brasil em 1992, antes de ser publicado na França.

O exame das telas de vários artistas desse período, começando pelas superfícies brancas e fendidas pelas incisões de Lucio Fontana em 1965, falam de gestos e de tempos. Nos anos 1980-1990 Cy Twombly e seus rastros de linhas, cores e textos em telas como *Wild Shore of Love*, *Portails of Fire*, são um verdadeiro testemunho sem desespero, do desaparecimento inelutável... do que aparece e desaparece, nem Eros, nem Tanatos, mas Vida-Morte em um só pensamento e em um mesmo gesto, como poeticamente resume Barthes. No Brasil, pouco depois que o texto de Foucault sobre as heterocronias e heterotopias foi publicado, Iberê Camargo em 1986 pinta seus corpos que emergem quase apenas como contornos, destituídos de carne e de matéria, prisioneiros das suas *Reminiscências* e exigem que os imaginem para além da linha seca e suja de suas *Fantasmagoria IV*. O artista os nomeia, mas eles já não estão mais ali. Estão fora do tempo, fora do espaço – talvez numa utopia negativa, talvez numa ucronia.

Como se vê, foi, contudo preciso mais de uma década para que o campo epistemológico, começasse a enfrentar de maneira plena e

especulativa as implicações explícitas e implícitas no uso do termo grego, colocado em circulação, lateralmente por Foucault. Esse movimento acompanharia, de modo geral, uma atitude reflexiva sobre as próprias culturas, práticas, instrumentos e formas de legitimação disciplinares que não só buscaria relativizar as fronteiras do campo do conhecimento como a trabalhar, em um segundo momento de modo mais transversal e transdisciplinar saberes e fazeres.

É certo que o tema do tempo como objeto de estudo, ao colocar em questão também aqui, o próprio fundamento e natureza do ato de praticar a escrita da história e, ainda, a própria experiência de fruição estética de obras do passado, inclusive recentíssimo – do Renascimento e do barroco às Vanguardas modernas, entre outras pontes possíveis – acabou envolvendo mais diretamente historiadores e, embora de modo restrito, diferentes círculos de historiadores de arte em vários países. Ora, em fins do século XIX a tendência fora outra.

De fato, à época, no campo da nascente historiografia como campo disciplinar, para a maior parte dos historiadores, lutando para afirmar a legitimidade das práticas historiográficas, a ideia de um tempo linear, evolutivo, unitário, herdada com o apogeu do Cristianismo desde o fim da Idade Média, parece ter permanecido como um suporte sólido. Mais até: esta arquitetura temporal viu-se reforçada, pelo positivismo e por uma certa ideia de progresso e de ciência.

Entre os historiadores de arte de fins do século XIX, embora uma certa ideia evolucionista e vitalista tenha também sublinhado o lado orgânico de uma série de fenômenos, introduzindo, assim, a ideia de periodização em uma forma de tempo cíclico – foi

a ideia taxionômica e de tipificação, que se impôs. Neste caso, servindo-se da noção de estilo como um freio, agora, ritmado pela ideia de nascimento, vida e morte das formas.

No entanto o esforço de enfrentamento das defasagens, das repetições, das diferenças, do intervalo e da distancia entre ritmos e intensidades na reflexão sobre o tempo e sobre o próprio sentido do anacronismo foi notável por diferentes intelectuais, particularmente nos círculos mais próximos da historiografia e da filosofia alemã, mas não só. Essas tentativas mostram uma verdadeira mutação epistemológica que na Europa as ciências humanas conheceram, particularmente na história da arte, e são sob as marcas quase desaparecidas de seus passos, que vêm sendo tecidas as abordagens no plano conceitual nesses últimos 50 anos.

Como apontou Dosse no campo da psicanálise, Freud, desde o início do século XX havia chamado atenção para as *heterocronias* do psiquismo humano que observou no trabalho de análise de seus pacientes. (DELACROIX, 2010, p. 674) Entretanto é de se pensar o quanto também aqui esse uso da expressão grega também se articulava à uma certa ideia de evolucionismo. Por sua vez, antropólogos, filósofos, historiadores da arte ou linguistas, passaram paralelamente também a desnaturalizar a ideia de tempo, no contato mesmo com culturas não europeias, uns, e até mesmo europeias, outros.

Pensemos por exemplo, nas primeiras décadas do século em Bergson com seus trabalhos sobre tempo e memória, começando por seu curso sobre a *História do tempo* no Collège de France, em Saussure ou em Bakhtin, por exemplo, que inventam também palavras novas como *diacronia* ou *cronotopo*, respectivamente. Mas lembremos ainda da intensificação do tema do tempo, da

memória, da descontinuidade, da repetição que impregnam as primeiras décadas do século XX nos textos de Benjamin leitor de Proust, nos atlas de Warburg estudioso da arquitetura clássica e dos índios Hopis, nas telas cubistas e na ideia de atualização do passado, de história viva e de tabula rasa que inspiradas em Nietzsche constroem a obra de Paul Valéry ou Le Corbusier.

Detendo-se, às vezes sobre a ideia de múltiplas temporalidades observa-se, assim, nas três primeiras décadas do século XX uma intensa atenção às visões de mundo, linguagens, construções de narrativas meditando-se, ainda, sobre a capacidade de certas formas materiais do passado imporem-se e sua presença e, sobretudo, seu sentido em um presente que já é outro. Em outras palavras se os debates se fundam sobre o caráter *atemporal, intemporal ou transhistórico* das obras, antes de tudo o que passa a estar em questão é sua capacidade de estar aí como acontecimento.

Uma outra nebulosa de intelectuais, escritores e artistas se volta assim para *o céu da história*, no dizer de W. Benjamin, rompendo de modo intempestivo com uma visão e uma narrativa histórica que não adquire qualquer significado no presente. É curioso notar como nas artes e na arquitetura a cor branca vem se associar a essa ideia de dotação de sentido, explícita nas práticas do anacronismo e em seu convite para uma hermenêutica, que pressupõe a ideia de um *Jetztzeit* – isto é, um à-presente,

É ela, a ideia um tempo-agora que é condição necessária tanto ao anacronismo como premissa metodológica quanto para a interrogação do tempo e a escrita da história. É ela que possibilita o *écart* – o intervalo – entre o antes e depois e abre espaço para a crise, para a ação, para o possível, para o acontecimento. As implicações entre teologia, política e visão de história já foram

evocadas, mas aqui o que se introduz além da visão biologista é uma concepção judaica e messiânica de história que justamente trabalha em torno da noção de atualização e de revolução, a partir desse tempo-agora.

Não apenas pode-se citar Kasemir Malevitch e seu *Quadrado branco sobre branco*, de 1918, mas o branco, como fusão de todas as cores, se confunde com a própria definição de luz, de iluminações e de tabula rasa, como se vê na *Petite Maison* de 1923 e na *Villa Savoye* 1928-31 de Le Corbusier, por exemplo.

A segunda guerra e sua barbárie arrefece e dispersa os aportes intelectuais, conceituais e artísticos sobre o tema que, no entanto, desde os anos 1950 começa a chamar novamente a atenção. Neste novo cenário os insumos por parte dos historiadores tornam-se, agora pouco a pouco relevantes, sobretudo no âmbito da reflexão sobre a própria construção da narrativa histórica, que como vimos, Certeau designaria como “operação historiográfica”. Como vimos, por ser a base mesma do trabalho do historiador a ideia de tempo curiosamente foi mais lentamente questionada do que outros temas nesse movimento reflexivo sobre objetos de estudos, abordagens, procedimentos metodológicos, ferramentas de trabalhos ou vocabulários.

Hoje, 40 anos depois dessa segunda “virada crítica”, observa-se que o enfrentamento teórico de temas – como os recortes temporais, as periodizações, os regimes de rememoração, os modos de temporalização e os seus usos – têm sido pontuais, cautelosos, o que não é necessariamente um erro. Contudo, em sentido oposto, pode-se, perguntar até que ponto o amplo uso do termo “temporalidades”, a despeito do plural, não acabou por perder sua potência, de início transgressora? Isto é, não estaria sendo

usado hoje de forma tão naturalizada que acabaria por esconder seja a estranheza da hegemonia de uma ideia de tempo linear e único que continua operante, sejam as implicações – culturais, mas também políticas – do universalismo que lhe é implícito – e que não vêm sendo consideradas?

Enfim, entre acronias e atopias, o céu nebuloso e movente da história convida a que as representações de passado, presente e futuro e os modos de temporalização que sem renunciar à ação e aos gestos, as articulam, vejam-se como simples arranjos entre reminiscências e contingências de leituras e de sentidos. ■

1. A Enciclopedia Einaudi foi traduzida em português e recebeu uma organização diferente da original. Os 15 volumes da versão original em italiano foram desdobrados e reagrupados segundo um parentesco conceitual em 41 volumes na edição portuguesa. No volume n.º 29, publicado em 1993 em Portugal pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, recebeu o título: *Tempo/Temporalidade* ambos os termos no singular.

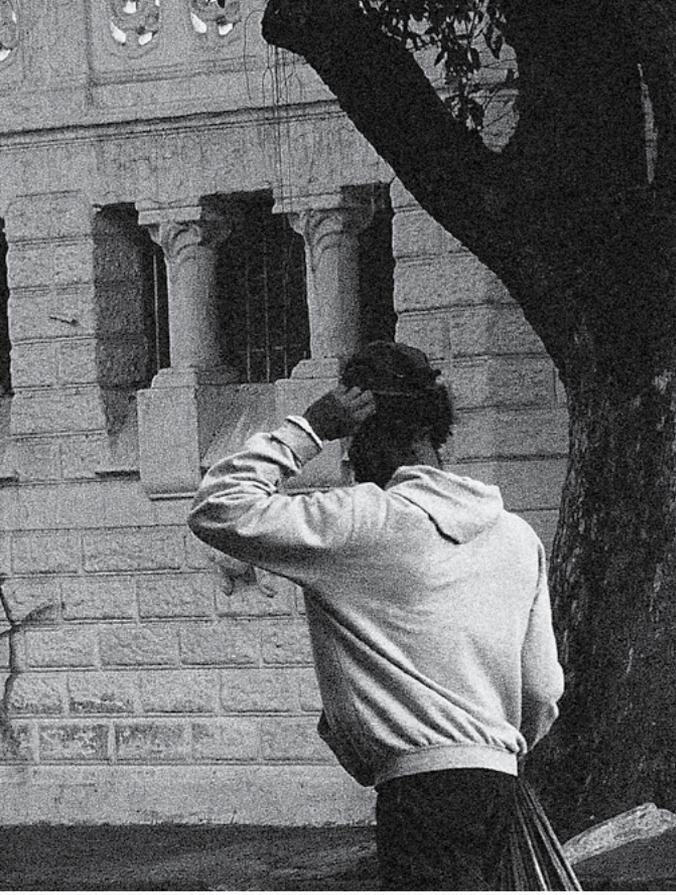
2. A reflexão de Koselleck sobre a história dos conceitos e a prática historiográfica, associando portanto concepções

de tempo, história, linguística e antropologia passou a ter maior circulação graças a Paul Ricoeur em *Temps e Récits* em meados dos anos 1980, quase ao mesmo tempo que de Norbert Elias ou Hans Georg Gadamer. Os 14 artigos que compõem *Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*, Paris, EHESS, 1990, foram publicados em alemão entre 1965-1977.

3. Para uma análise mais precisa de alguns destes silenciamentos e reservas cf. Didi-Huberman (2000, p. 48).

Referências

- CARERI, G.; DIDI-HUBERMAN, G. *Hubert Damisch, l'art au travail*. Paris: Editions Mimesis, 2016.
- CERTEAU, M. *La prise de parole: et autres écrits politiques*. Paris: Le Seuil, 1994.
- CERTEAU, M. Pour une nouvelle culture: le pouvoir de parler. *Études*, Paris, n. 5, p. 628-635, 2008. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-etudes-2008-5-page-628.htm>>. Acesso em: 21 mar. 2017.
- DELACROIX, C. et al. *Historiographies II: concepts et débats*. Paris: Gallimard, 2010.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Devant le temps*. Paris: Ed de Minuit, 2000.
- DIDI-HUBERMAN, G. Le maître des possibles et le maître impossible. In: CARERI, G.; DIDI-HUBERMAN, G. *Hubert Damisch, l'art au travail*. Paris: Editions Mimesis, 2016. p. 10-11.
- ENCICLOPEDIA EINAUDI. Turim: Einaudi, 1982. v. 15.
- LORAUX, N. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, A. (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.



TEMPORALIDADES E LIMINARIDADES

Cibele Saliba Rizek

Para além de todo luto pelo momento o qual passa o país – luto esse que vem sendo atualizado pela ascensão do conservadorismo e pelo desmanche do horizonte de direitos, por resultados eleitorais que apontam a promoção das parcelas menos comprometidas com qualquer perspectiva democrática – e talvez mesmo por causa desse luto – precisamos localizar e mapear as contradições e impasses que nos conduziram até aqui. A situação que se impôs a partir de 2016, nos impele a mapear o que se pode reconhecer como lulismo e entender seu esgotamento – tanto o esgotamento concreto quanto seu esgotamento produzido como espetáculo. Para alguns, esse esgotamento representa seu fim, para outros, uma crise que não chega a comprometer sua continuidade.

O lulismo – passível de ser localizado como modo de governo especialmente viabilizado a partir do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva – foi pensado por A. Singer como reformismo fraco viabilizado, como afirmam Ruy Braga e Carlos Bello (2016), pela combinação

entre duas formas de consenso: o consenso ativo de lideranças sindicais e de movimentos sociais vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à Central Única do Trabalhador (CUT), – o que compreende movimentos sociais urbanos como os movimentos de moradia mais “clássicos” e um consenso passivo – produzido pela concordância e pela melhora relativamente pequena dos índices de desigualdade e relativamente mais significativa de diminuição da pobreza. Essa melhora já foi rapidamente revertida nos seis meses após o golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, por uma mistura de retrocesso, crise econômica, encolhimento de empregos e de salários.

Durante os anos 2003-2016, um conjunto de medidas inéditas na história do país permitiu uma combinação obtida a partir do aumento significativo do salário mínimo, (mais de 70% de crescimento real), produção de postos de trabalho (formais e relativamente mal remunerados em especial no setor de serviços, acompanhados de um crescimento dos postos informais de trabalho), benefícios sociais como o Programa Bolsa Família e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – com todas as suas ambiguidades. São políticas em boa medida urbanas, que combinaram programas relativos às necessidades mais imediatas – alimentação, moradia, saúde, educação. Essas políticas do corpo e para o corpo cujo centro – a sobrevivência e a reprodução da vida – guardam dimensões contraditórias, como por exemplo, as dimensões emancipatórias e a reprodução de desigualdades e modos de dominação cuja análise é condição para que possamos compreender o momento difícil que vivemos.

Para além das designações nada consensuais a respeito do desenvolvimentismo tardio ou “neodesenvolvimentismo” bastante específico que teria marcado os governos do PT, é preciso, em primeiro lugar, reconhecer conquistas e avanços, sobretudo, em

termos salariais e de emprego, bem como em termos de políticas ou programas sociais, como as transferências condicionadas de renda. No primeiro caso – essas conquistas podem ser vistas como dimensões relativas a um PT vinculado aos conteúdos “de classe” – emprego, salários, formalização, direitos vinculados ao trabalho (como no caso aparentemente excepcional das empregadas domésticas em seu percurso nada homogêneo e em seus resultados bastante desiguais). No segundo caso, as políticas de “combate à pobreza” seriam transformadas em marca registrada do PT ainda que, de fato, tivessem nascido anteriormente, obedecendo inclusive a lógicas bastante múltiplas e entrecruzadas, como expedientes propostos e implementados pelas agências multilaterais, a partir da presença da igreja católica e de suas dimensões comunitaristas; das igrejas evangélicas e de seus modos de operacionalização (GEORGES; SANTOS, 2016); das Organizações Não Governamentais (ONGs) e dos Centros de Referência de Assistência Social. Também é possível apontar que o programa foi possível graças ao investimento de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) – investimento bastante restrito e que esse tipo de transferência de renda jamais tenha se tornado de fato um direito irreversível. Assim, sua interrupção, ainda que politicamente difícil, é possível do ponto de vista legal.

Diante desse quadro e de sua reversão, talvez seja necessário pensar exatamente quais os sentidos dessas inovações moduladas pelos governos petistas – os aumentos salariais, políticas ou programas sociais combinados, entrelaçadas a um aumento significativo dos lucros de alguns setores econômicos como bancos, construtoras e empresas encarregadas do ensino superior privado. Do ponto de vista das políticas e programas sociais, a ideia de constelação de práticas pode ajudar a compreender a melhora das condições de vida das populações mais pobres que alteraram de modo

significativo a face e os territórios da pobreza reconstituídos e redesenhados a partir de fluxos de dinheiro, de serviços, de práticas, de modos de operação dos diferentes programas e daquilo que se pode reconhecer como “novo terreno associativo” que tanto brotou de baixo – especialmente movimentos populares – com a implementação a partir das Organizações Sociais, ONGs e fundações empresariais que podem ser vistas como gestoras ou operadoras de programas de governo, como margens do Estado. Esse “mundo do indistinto” (PAOLI, 2006) resulta de um conjunto de “confluências perversas” (DAGNINO, 2001) conformando práticas, operações que se associam em um modo de governo bastante potente. Com temporalidades diversas entre si, formando redes e fluxos sobre territorializações nem sempre coincidentes, constituindo tramas de governo conformam um novo social em sua versão petista. Assim, é possível mencionar o Programa Bolsa Família, o Programa MCMV, o Programa Universidade para Todos (Prouni), pensando numa reunião de benefícios entrecruzados, todos bastante liminares e precários que fizeram uma diferença significativa para as parcelas mais pobres da população brasileira, mesmo e apesar de sua provisoriedade. É possível mencionar, por exemplo: escolas superiores de qualidade duvidosa que abrem e fecham; benefícios continuados e o Bolsa Família, cuidadosamente implementados a partir de ONGs, organizações sociais e igrejas como modo de operacionalização de moralidades e de comportamentos que incidem e não raro acabaram por reforçar formas de dominação de gênero (GEORGES; SANTOS, 2016); conjuntos habitacionais produzidos pelo Programa MCMV que se sobrepuseram e reproduziram frequentemente agravando formas severas de segregação espacial nas cidades brasileiras.

Essas considerações, porém, não permitem que se ignore a importância e o significado da novidade histórica do princípio petista

e, em seguida, lulista: a investida de combate à pobreza e à miséria posta em operação a partir do que se pode identificar como terra arrasada, como desmanche de uma ordem anterior. (OLIVEIRA; RIZEK, 2006) Aliás, é preciso lembrar que a disputa em torno dessa ordem anterior não terminou, como demonstram a “reforma” da legislação trabalhista, bem como a “Reforma” da Previdência, ambas vinculadas a uma funda destituição de direitos. A brutalidade da desigualdade brasileira, produzida pela concentração de renda dos anos de Ditadura e jamais revertida pelos governos civis, se constituiu no ponto de partida dos governos do PT 2003-2016, precedidos pela “Carta aos Brasileiros” que teria já anunciado um pacto com o capital financeiro, em nome da governabilidade. No cenário anterior ao ano de 2003, é possível identificar o crescimento importante da desigualdade, um conjunto significativo de privatizações que inauguraram e aprofundaram o desmanche neoliberal, a constituição de uma ordem pós-desmanche que radicalizou as relações entre regulação estatal e mercado. Esses elementos permitem perceber a reversão relativa e o estancamento de uma sangria que atingiu, sobretudo, as parcelas mais empobrecidas, o que acabou permitindo, nos anos dos governos petista e lulistas a formação de um consenso que, de certo modo, desnaturalizava a desigualdade brasileira. Mas esse consenso era frágil, embora fosse duplo – um consenso ativo das direções sindicais e de movimentos sociais e um consenso passivo das parcelas mais empobrecidas da população. Assim, talvez, se pensarmos em alguns exemplos paradigmáticos do que se pode entender como um conjunto de políticas – ao mesmo tempo políticas da vida e políticas urbanas, talvez possamos ter o consolo de começar a compreender por que o passado de desigualdade naturalizada tenha tomado de assalto um presente que buscava se desvencilhar dessa herança.

Habitação, Cidade e Negócio - o programa Minha Casa Minha Vida, um exemplo paradigmático

O Programa MCMV nasceu em 2009 no Brasil, mas foi precedido de uma trajetória exemplar tanto no âmbito das políticas sociais latino-americanas como do ponto de vista da circulação de proposições e práticas implementadas pelas agências multilaterais, o que confirma a natureza do continente latino-americano e de suas camadas mais empobrecidas como laboratório de políticas públicas, pensadas como formas de governamentalidade. Dessa perspectiva, é bom lembrar que o programa, que nasceu no Chile e foi implementado no Brasil como política econômica anticíclica pós-2008, estimulando a geração de emprego e a captura de subsídios públicos por parte das construtoras, bem como financeirização da produção de moradia por algumas das empresas que acabaram por formar um conglomerado de produção de unidades habitacionais.

A viabilização do programa – em face dos movimentos de moradia brasileiros, inclusive aqueles historicamente vinculados ao PT – passou pela negociação de uma versão alternativa, um lado B do Programa MCMV, voltada para as entidades historicamente vinculadas à autogestão na produção de moradia. Trata-se do Programa MCMV Entidades, que permitiu que os movimentos – ligados ao PT ou nascidos fora de seu âmbito, com posições à sua esquerda no espectro político – pudessem acatar e, de certo modo, legitimar essa peça de tecnologia de governo que deu vida à política de habitação lulista. Seus resultados são impressionantes: 3,4 milhões de unidades de habitação contratadas e 1,7 milhão entregues, incluindo as duas modalidades e todas as faixas de renda contempladas, o que é frequentemente mencionado como um grande feito dos governos petistas.

Cabe ainda lembrar algumas informações coletadas pelo trabalho de campo realizado como parte de pesquisa etnográfica, entre 2014 e 2016, que deu lugar a um conjunto de visitas em Guarulhos (na porção norte da região metropolitana de São Paulo), Taboão da Serra (na porção sudeste da mesma região), Itaquaquetuba (ao lado de Guarulhos) e Cidade Tiradentes (bairro a leste da cidade de São Paulo). De acordo com esse levantamento, há hoje 11 empreendimentos entregues na região metropolitana de São Paulo que totalizam 2.812 unidades (14,4% das unidades contratadas pelo próprio estado de São Paulo).¹ Assim, a partir da compreensão desse Programa dentro de uma constelação de políticas sociais (que promoveram, a partir do crescimento real do salário mínimo e dos programas de transferência de renda, um processo de crescimento importante de consumo, transformado em mecanismo de inclusão), bem como o esforço da pesquisa e de suas incursões etnográficas, foi possível desenhar dimensões que desvendam algumas questões, colocando novos enigmas. Uma dessas questões sobre as políticas sociais dos governos do PT foi a constatação de uma diferença significativa entre pobreza – no caso do Programa MCMV, a carência de moradia – de um lado, e público alvo do Programa, de outro, isto é, a diferença entre *déficit* de moradia e a demanda organizada e produzida pelo próprio Programa.

Assim, a título de esclarecimento, pode-se mencionar que, pelo menos à primeira vista, o *déficit* de moradias teria decrescido de 6,102 milhões em 2007 para 5,792 milhões em 2012, apresentando, em 2009, um pequeno aumento em termos absolutos (6.143 comparados com 2007). Porém, é necessário mencionar que a composição do *déficit* mudou com um decréscimo da coabitação e um aumento do ônus excessivo com aluguel (de 32% para 46%), principalmente nas áreas metropolitanas. (FUNDAÇÃO JOÃO

PINHEIRO, 2014) A precariedade habitacional teria se reduzido de 21 para 13% no período, mas a densidade das casas alugadas permaneceria constante em torno de 6%. O que isso quer dizer? O *déficit*, por mais discutível que possa ser, já que, por exemplo, diz respeito a um número coincidente em alguns locais com o número de imóveis vazios, é de natureza metropolitana. Ora, a produção de moradias resultante do Programa MCMV não é metropolitana – ou seja, ela se localiza em cidades “médias e pequenas” onde a terra é mais barata, criando sua própria demanda. Para isso, o Programa na sua versão mercado/ construtoras criou mecanismos de proteção financeira das empresas e desestabilizou os limites entre habitação social e habitação de mercado – o que permitiu a criação de uma forma híbrida: a “habitação social de mercado” (SHIMBO, 2012), já que, tanto a produção de habitação social quanto o mercado de moradias puderam fazer uso dos recursos do sistema público e privado de financiamento. Isso quer dizer que as empresas se apropriaram fortemente de subsídios, constituídos basicamente de fundos públicos – aqueles mesmo que poderiam ser considerados como garantia e possibilidade de efetivação de direitos, de democratização da cidade, da moradia, saúde, educação. Algumas empresas atingiram e mantiveram lucros muito significativos, inclusive abrindo seu capital na bolsa. Desse modo, a produção de habitação abandonava gradualmente a perspectiva dos direitos e da moradia como direito para aderir à lógica de uma produção de mercado aumentando o déficit metropolitano. (ROYER, 2009; SHIMBO, 2012)

Ao mesmo tempo, na versão entidades, vinculada à negociação e conquista dos movimentos, a demanda por habitação seria organizada pelos próprios movimentos e suas associações ou por associações que se tornaram produtoras de moradia a

partir dos critérios de credenciamento no programa.² Essas associações e organizações nascidas ou não dos movimentos de moradia se tornaram operadores do Programa MCMV Entidades, disputando terrenos com as construtoras que por sua vez transformaram os chamados “bancos de terras urbanas” em ativos financeiros, dentro de um quadro que produziu e não raramente agravou a escassez de terrenos urbanos, o que obviamente – especialmente no âmbito das metrópoles – resultou em aumento significativo do preço dos terrenos e, conseqüentemente, dos aluguéis. Essa equação difícil aponta não apenas a diferença entre o *déficit* e a demanda em relação às políticas e programas sociais (GEORGES; SANTOS, 2016),³ como ainda permite avançar na compreensão do crescimento significativo de ocupações de edifícios e terrenos vazios durante a implementação do programa por movimentos sociais, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) que, mesmo tendo se originado fora do campo dos movimentos classicamente vinculados ao PT, acabou por se vincular ao Programa MCMV Entidades, como único meio efetivo de obtenção das unidades habitacionais requeridas por sua base, devidamente organizada em demanda.

Esse quadro, cuja complexidade ainda demanda explicações mais elaboradas no âmbito das constelações de políticas, bem como de suas formas bastante complexas de implementação, ainda permite compreender as relações frequentemente bastante contraditórias dos movimentos sociais com o chamado lulismo, pensado como “reformismo fraco”. Assim, no momento presente, talvez seja necessário compreender por que uma das primeiras medidas do governo Michel Temer (o que quer que se entenda por isso) tenha sido dispensar e aniquilar o Programa MCMV Entidades, o que teria gerado uma das primeiras e mais importantes reações dos

movimentos sociais, relacionada à ocupação do escritório da presidência da república na Avenida Paulista, em 1 de junho de 2016, até se obtivesse pelo menos o compromisso de continuidade dos fundos necessários para a conclusão de 13000 unidades do Programa MCMV Entidades. (PM..., 2016) O mesmo movimento ocupou de novo o escritório da presidência, no dia 17 de outubro de 2016, pela retomada e pela não paralisação dos investimentos nas moradias já aprovadas para o Programa MCMV Entidades. (MTST, 2016)

Desse modo, se por um lado a compreensão crítica dos programas e políticas sociais do ciclo de governos do PT é fundamental para a explicação do Brasil que fecha esse período, em 2016, por outro lado, apesar dessa compreensão crítica, é importante perceber a importância do ciclo lulista e seus programas para os movimentos sociais, num combate frágil por direitos já retirados nos seis meses pós-golpe, sem sequer tivessem sido consolidados no ciclo anterior. Cabe ainda recorrer a algumas dimensões dessa mesma compreensão dos processos ora em curso, como por exemplo, o quadro eleitoral que se conformou em outubro desse ano. Nesse quadro, alguns dos municípios emblemáticos como nascedouro do PT observaram uma importante dispersão do eleitorado como o ABC paulista, hoje muito menos operário do que no momento de nascimento do PT. Muitas indústrias se transferiram para outras regiões para lucrar com a venda de terrenos que teriam se tornado caros, comprando terrenos baratos e pagando salários mais baixos em outros lugares. Produzir nesses terrenos, cujo preço se elevou consideravelmente, rendia menos do que especular com eles. Em boa medida, o PT foi derrotado, ali onde nasceu, pelo preço da terra urbana. O decorrente deslocamento espacial da indústria, mas também a reestruturação produtiva das que ficaram na região, foram fatores decisivos para o encolhimento do caráter operário do ABC paulista e da base social do partido. O

ABC paulista é hoje uma região de classe média afluyente. Entre 2000 e 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o incremento na renda, na educação e na longevidade (e na saúde), permaneceu muito alto em São Caetano do Sul, aumentando também nos outros municípios da mesma região. O discurso petista sobre os pobres e a pobreza perdeu eficácia no ABC. “O PT se tornou ali apenas um partido entre outros, que lhe estavam no encaço há 20 anos e que o venceram nas eleições de agora.” (MARTINS, 2016)

Por outro lado, é necessário ainda compreender

o elenco de vitórias em pequenos municípios espalhados pelo Brasil. É o caso dos estados do sul, especialmente o Rio Grande, e nos estados do Nordeste, especialmente Piauí, Bahia e Ceará e, no Sudeste, o caso de Minas Gerais. Foi neles onde o PT, apesar da derrota geral, conseguiu um número não desprezível de vitórias. (MARTINS, 2016)

Em um recente artigo, José de Souza Martins (2016) aponta que no

conjunto, comparando os resultados do ABC com os dessas regiões, o que se pode concluir é que foi derrotado o PT da luta de classes. Em compensação, saiu de algum modo vitorioso o PT das concepções comunitárias, onde não se pode deixar de ver o efeito residual da ação pastoral da Igreja.

Trata-se então de um PT das políticas e programas sociais, longe dos conflitos entre capital de trabalho que lhe deram origem, o que também se distanciou de uma linguagem de garantia legal de direitos, ainda que vinculado fortemente à produção da demanda e da manutenção das complexas formas de implementação de práticas e mediação de recursos que conformam um novo social e suas formas de governo.

Mais uma vez regressão e desmanche – alguns indícios

Podia-se ler no jornal *Folha de São Paulo* do dia 30 de outubro de 2016,⁴ no âmbito do noticiário econômico, que o salário mínimo permaneceria sem aumento real até, no mínimo, 2018. Isso significa que por três anos consecutivos esse patamar mínimo de renda não seria reajustado, depois de crescer a quase 4% ao ano de 2003 até 2014, somando no período um aumento de 73%. É preciso salientar que 23 milhões de pessoas recebem benefícios sociais equivalentes a um mínimo. O trabalho de outros 23 milhões rende no máximo um mínimo por mês, trata-se, portanto, de cerca de ¼ dos trabalhadores brasileiros. Também é preciso mencionar a possibilidade de reversão e encolhimento dos benefícios e de beneficiários que cresceram continuamente entre 2003 e 2014, assim como o gasto social de passou de 12,6% para 15,2% nesse mesmo período, o que correspondeu ao investimento em assistência social, previdência – especialmente relativa a ganhos de até um salário mínimo – educação básica e moradia.

Uma semana mais tarde, no mesmo noticiário, foi possível constatar, com os resultados do PNAD, o crescimento da pobreza, revertendo uma tendência de sua diminuição no ciclo anterior, bem como o crescimento das fortes disparidades regionais brasileiras que se fazia sentir especialmente nos nichos de pobreza do Nordeste do país. O rendimento das famílias localizadas no segmento dos 50% mais pobres do país teria regredido aos níveis de 2011.⁵

Novos anos cinzentos, novos anos de chumbo – e não apenas do ponto de vista da crise econômica – estão de volta. Repressão policial, gás lacrimogênio, chacinas e desaparecimentos, execuções sumárias, incursões policiais violentas nas favelas do Rio de Janeiro,

com corpos que exibiam sinais de espancamento, facadas e tiros de policiais, universidades públicas em vias de sucateamento e fechamento, violações de direitos, ilegalismos de todos os tipos acionados pelos mesmos atores já bastante conhecidos, atuando por dentro e por fora do Estado e dos seus aparelhos repressivos. Combinadas às mortes e execuções, à criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, a “PEC da Morte n.º 241/55”, a “PEC do ensino médio”, a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista. Sabemos do que se trata, porque, como avisou W. Benjamin, “o estado de exceção em que vivemos é na verdade a regra geral”.

A essas notas, escritas no final de 2016, é necessário acrescentar algumas considerações sobre a crise do sistema carcerário brasileiro que explodiu nos primeiros dias do ano de 2017. As 125 mortes – largamente noticiadas pela imprensa e redes sociais – de presos sob a custódia do Estado escancararam algumas das evidências de um sistema carcerário que aprisiona 301 indivíduos a cada 100.000 habitantes, ocupando o vergonhoso primeiro lugar no *ranking* de aprisionamentos de toda América Latina.⁶

Assim de um governo dos corpos que instituía patamares de sobrevivência, de um governo dos dispositivos que criavam subjetividades e consensos por meio de programas e políticas sociais e urbanas, passamos, com o aval dos novos e nem tão novos conservadores (FIESP, partidos de direita, etc.) à crise como elemento que acaba por forjar consensos que permitem um modo de governo, que permitem que uma parcela nada desprezível da opinião pública legitime as chacinas de todo dia, legitime ainda a criminalização dos territórios da pobreza e dos movimentos sociais. O governo de exceção mostra, assim, a sua face perversa em um modo de gestão militarizada de produção da morte – cruenta ou não – de produção e aprofundamento de uma fratura social costurada a bala, fuzil e gás de pimenta. ■

1. Pesquisa realizada entre 2013 e 2015 por equipe composta por C. Rizek (coordenadora), Caio Santoamore de Carvalho, Andrea Castro. Essas informações contam ainda com a sistematização de Andrea Castro em seu texto de qualificação apresentado ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
2. Essas associações acabaram por configurar o que foi denominado pela equipe de pesquisa de “associativismo de ocasião”. Ver: Rizek, Carvalho e Camargo (2015).
3. Onde se pode encontrar discussão semelhante em relação ao Programa Saúde da Família, bem como em relação ao Programa Bolsa Família e seus modos de operacionalização e implementação.
4. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2016/11/1836003-pnad-volta-a-mostrar-miserias-revoltantes-novas-e-antigas.shtml>>. Acesso em: 1 dez. 2016.
5. Folha de São Paulo, *PNAD volta a mostrar misérias revoltantes novas e antigas*. *Folha de São Paulo*, 7 nov. 2016. In <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2016/11/1836003-pnad-volta-a-mostrar-miserias-revoltantes-novas-e-antigas.shtml>, consultado em 1/12/2016.
6. No ano 2000, havia 133 presos para cada 100.000 habitantes, o que fazia com que o Brasil ocupasse o sexto lugar no *ranking* latino americano. Em 2010, esse número teria subido para 253 e em 2015 para 301, alterando o lugar do país no quadro de encarceramentos na América Latina. Ver Institut for criminal Policy Research, citado pelo jornal *Folha de São Paulo* - 16-01-2017 “Presos e vagas por 100 mil habitantes”.

Referências

BRAGA, R. Terra em Transe: o fim do lulismo e o retorno à luta de classes. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Org.). *Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos*. São Paulo: Boitempo, 2016.

BELLO, C. A. Percepções sobre a pobreza e o bolsa família. In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Org.). *Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAGNINO, E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra / UNICAMP, 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil anos 2011-2012: resultados preliminares: nota técnica*. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informações – CEI, 2014. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/360-nota-tecnica-deficit-habitacional-no-brasil-anos-2011-e-2012/file>>. Acesso em: 21 out. 2016

FREIRE, V. T. O Brasil do teto subiu no telhado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 out. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniiciustorres/2016/11/1836003-pnad-volta-a-mostrar-miserias-revoltantes-novas-e-antigas.shtml>>. Acesso em: 1 dez. 2016.

GEORGES, I.; SANTOS Y. G. A formatação da demanda: viés institucional e implicações políticas da terceirização do trabalho social. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. *Anais...* São Paulo: Anpocs, 2011.

GEORGES, I.; SANTOS Y. G. *As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

MARTINS, J. S. O que as urnas revelaram sobre o PT no ABC paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 out. 2016. Disponível em: <<http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-que-as-urnas-revelaram-sobre-o-pt-no-abc-paulista,10000082461>>. Acesso em: 21 out. 2016

MTST ocupa escritório da Presidência da República em SP. *Portal Vermelho*, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/288367-8>>. Acesso em: 23 out. 2016.

OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. *S A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PAOLI, M. C. O mundo do indistinto: In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PM prende agitadores do MTST que invadiram escritório da Presidência da República e SP. *Imprensa Viva*, [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.imprensaviva.com/2016/06/pm-prende-agitadores-do-mtst-que.html>>. Acesso em: 23 out. 2016.

RIZEK, C.; D'AL BÓ, A. The growth of Brazil's homeless worker's movement. *Global Dialogue*, [S.l.], Jan. 2015. "

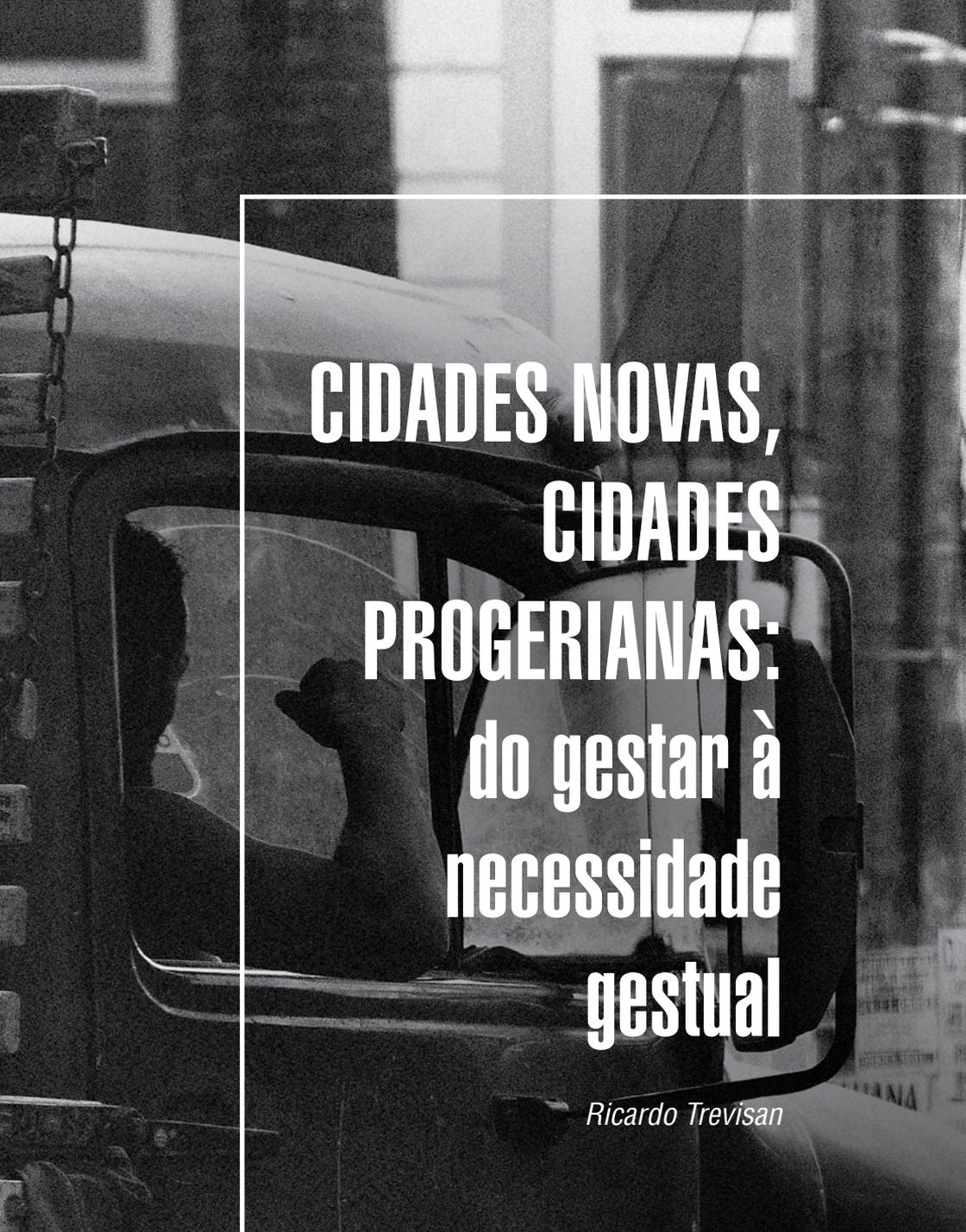
RIZEK, C. S.; CARVALHO, C. S.; CAMARGO, C. M. Política habitacional e políticas sociais: emergência, direitos e negócios. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015. v. 1, p. 165-184.

ROYER, L. de O. *financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SHIMBO, L. Z. Os mercados da habitação social no Brasil: articulando política habitacional, setor imobiliário e construção civil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013, Recife. *Anais...* Recife: ANPUR, 2013.

SHIMBO, L. Z. *Habitação social de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Belo Horizonte: C/ARTE, 2012.

SINGER, A. A falta de base política para o ensaio desenvolvimentista In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Org.). *Contradições do Lulismo: a que ponto chegamos*. São Paulo: Boitempo, 2016.



**CIDADES NOVAS,
CIDADES
PROGERIANAS:
do gestar à
necessidade
gestual**

Ricardo Trevisan

Kumbh Mela é um tradicional festival da religião hindu em atividade desde 1870 na Índia. (MEHROTRA; VERA, 2015; SANTOS, 2016) Regido por calendário próprio, sua ocorrência se dá em localidades pré-determinadas. De 13 em 13 anos, ele ocorre nos arredores da cidade de Allahabad, na confluência dos rios Ganges e Yamuna, para onde peregrinos migram em busca do banho sagrado em suas águas. Reza a lenda que gotas de *amrit* – néctar sagrado da imortalidade – foi derramado por deuses nesse encontro fluvial. Quando o nível das águas baixa, entre os meses de outubro e março, bancos de areia se formam e sobre eles assenta-se uma nova cidade para até 20 milhões de habitantes. A cada vez um sítio diferente, sobre o qual a cidade provisória assume os contornos e toma forma. Em Allahabad, após a definição das planícies, organizadores e projetistas gestam um plano de ocupação específico – geralmente em grelha – e Kumbh Mela ressurge do passado, do esquecimento, da memória, para servir uma vez mais às tradições culturais daquele povo.

A cidade nova é dividida em setores autônomos: os acampamentos para diferentes organizações religiosas, as áreas com equipamentos públicos e os locais destinados a banho. Planeja-se a cidade provisória ainda durante

as monções, com o deslocamento dos materiais para a região. Os flutuadores para suporte de pontes e passarelas são os artificios inaugurais a redefinir a paisagem. Com a baixa dos rios, inicia-se a terraplanagem e a demarcação de vias nas inúmeras ilhas e nas margens estendidas. Entre outubro e início de dezembro, toda a infraestrutura urbana é implementada: rede elétrica e de iluminação pública, cercas delimitadoras dos setores, barreiras de contenção, postos de saúde, hospitais, parques de estacionamento (fora do assentamento), mercados, postos policiais, banheiros públicos, dentre outros. Com a trama posta e concluída, a cidade abre suas portas às organizações religiosas para que construam suas tendas. No início de janeiro, os primeiros peregrinos começam a chegar.

Trata-se da maior reunião pública do mundo, ou o maior evento temporário de que se tem notícia. Distinto dos campos de refugiados, de desastres ambientais, de concentração, de extração, o Kumbh Mela é qualificado como um festival – tal qual o *Burning Man* (Nevada, EUA) –, com identidade própria pautada na vocação religiosa e refletida nos gestos de seus participantes. Os corpos e seus gestos, as ações e suas trocas, emanam e permanecem naquele espaço artificial e intencionalmente construído por até 60 dias, ou até o último dia de banho no início de março, quando o assentamento começa a ser desmontado. Ao desaparecer fisicamente, com a cheia dos rios, a cidade de Kumbh Mela deixa no solo marcas de sua breve existência e permanecerá, de algum modo, imaterial nas lembranças e recordações de seus ex-habitantes.

Pela temporalidade ficam cicatrizes e rastros de sua ocorrência, lavados pelas águas dos rios que se avolumam e com um gesto à *la tabula rasa* fazem submergir uma realidade, liquefazem vivências ricas e diversas, decantam memórias e histórias. Pela liminaridade, o passado se torna presente quando o território

adquire suas feições precedentes, deixando para trás a frágil, porém energética simbiose entre a cidade perene de Allahabad e a cidade efêmera de Kumbh Mela.

Apresentar e descrever Kumbh Mela, a partir das contribuições do ensaio de Leandra Vanessa Jung Santos e da ampla pesquisa de Rahul Mehrotra e Felipe Vera, foi um chamariz introdutório para lançar nossa atenção a uma articulação tão profícua quanto a de tempo e cidade. Uma cidade para milhões que surge e se desfaz num tisco de tempo, sem por isso deixar de tecer relações e construir memórias, já por si só é um fato relevante a ser revelado e observado. Em consonância, este breve texto pretende suscitar reflexões sobre a presença do tempo numa tipologia urbanística específica: a de cidades novas. Por meio do olhar direcionado, espera-se contribuir a estudos que tratam dessa articulação ou que ao menos possibilitem uma reflexão sobre a cidade, seu gestar e a necessidade do gestual em seus espaços recém-criados.

Em artigo para a revista *La Géographie de l'Histoire*, os historiadores Camille Vallaux e Jean Brunhes (PENNA, 2002) diferenciam a cidade nova – por eles denominada de “cidade artificial” – da “cidade natural” por aspectos temporais. Para ambos, a cidade natural apresenta uma “formação lenta, seguindo à sorte do desenvolvimento dinástico e resultante da combinação de elementos muito complexos e por vezes contraditórios”; enquanto a cidade nova foi criada repentinamente, dentro de um tempo relativamente preciso frente à amplitude de sua história, e por vontades claras e objetivas.

Uma velocidade de constituição urbana diferente, assim conceituada por Vincent Fouchier (apud DIEBOLD; LEMONIER, 2001, p. 14, tradução nossa):

As cidades novas parecem viver mais rápido que as demais, numa sociedade contemporânea que se transforma igualmente de modo mais e mais rápido. Elas são privadas de uma base e de uma permanência que constituem a história ou o patrimônio antigo; também a rapidez das evoluções, o peso dos fenômenos econômicos e demográficos, a obsolescência das formas urbanas são nelas mais sensíveis.

E mesmo que seu processo de materialização dure anos, décadas ou até séculos, o tempo de uma cidade nova é sempre a expressão de circunstâncias imperativas numa conjuntura crucial, um marco decisivo em sua história. Ademais, se o tempo faz parte do processo das cidades novas, as mesmas revelam características de seu tempo – sua memória projetual. Ao possuírem um urbanismo e uma arquitetura, estes refletem os tipos então predominantes e fazem das cidades novas, por vezes, museus a céu aberto – um retrato fidedigno dos estilos vigentes verificados, por exemplo, em Karlsruhe (Alemanha, 1715), La Plata (Argentina, 1882), Brasília (Brasil, 1957) e Marne-la-Vallée (França, 1965). Na França, as *villes nouvelles* da década de 1960 foram ao seu tempo a novidade da prática urbanística. Segundo Jean-Pierre Combe (apud SMADJA, 1987, p. 1, tradução nossa):

Economia de energia, redes de calor, selo de qualidade, redes de cabos televisivos, grande prêmio de arquitetura, equipamentos integrados, programa pedagógico de construções solares, novas técnicas de construções, avanços espetaculares em transporte urbano: a lista é longa de inovações colocadas em prática nas villes nouvelles ao curso dos anos 1970 e hoje reproduzidos e desenvolvidos em outras cidades, entre as mais dinâmicas.

Informações físicas e evolutivas que permitem ao estudioso e pesquisador do urbanismo situá-las na linha temporal da história,

no tempo de longa duração.¹ Dados melhor captados após uma divisão estabelecida. Ao tripartir o tempo das cidades novas em ciclos:

1. Construção;
2. Fundação e;
3. Desenvolvimento preliminar, busco revelar suas especificidades e mostrar fatos importantes conectados a cada um deles.

O primeiro, ciclo de construção ou ciclo gestacional, é o mais importante para entender e compreender as cidades novas. Trata-se do período no qual os demais atributos compositivos – desejo, função, sítio, profissional e projeto (TREVISAN, 2009) – estão envolvidos, delimitados pela decisão do empreendedor, pelo gesto do projetista e pela inauguração do novo assentamento. Ações como planejamento, projeto e construção caracterizam-no, possibilitando ao novo núcleo se materializar e propiciar condições mínimas de habitabilidade e urbanidade aos seus futuros habitantes.

O período dessa primeira etapa varia conforme a necessidade, o jogo de interesses, o tamanho e outras especificidades ligadas ao processo de cada cidade nova. Variam desde prazos mais curtos, como Brasília (3 anos; 1957-1960) e Goiânia (4 anos; 1933-1937), até prazos mais longos como Santos (14 anos; 1896-1910) e Barcelona (20 anos; 1855-1875).

Processos rápidos verificados igualmente na Itália e na França. No governo de Benito Mussolini (1922-1943), as *città di fondazione* “brotaram em alguns meses. A primeira pedra de Littoria foi

colocada em 30 de junho de 1932 e sua inauguração ocorreu em 18 de dezembro de 1932; Sabaudia foi construída entre agosto de 1933 e abril de 1934; e Pontínia entre outubro de 1934 e abril de 1935”. (VALLAT, 2001, p. 135) Na França, a criação das *villes nouvelles* foi decidida num curto período. Em 1965, o ato que sancionou o nascimento das cidades foi um plano territorial “inovador e ambicioso” (GUYARD, 1982), coordenado pela “Direção Geral do Distrito da Região de Paris”, com os cinco núcleos urbanos fundados ainda no início dos anos 1970. Agilidade que as qualifica como “realizações originais, tanto em resultados como em procedimentos de implementação”. (SUDOUR, 1987, p. 35)

Em contrapartida, nos deparamos com processos mais arrastados, como os identificados na Coréia do Sul e na Polônia. No país asiático, a cidade empresarial de Kangnam demorou 15 anos, entre 1970 e 1985, para ser fundada ao sul do rio Han, possuindo três distritos distintos e áreas residenciais para classes mais abastadas. (DAEWOO CORPORATION, 1998) Já na Polônia, o tempo gestacional mais largo de suas cidades novas se justifica pela “demora na implementação de vários estágios de desenho. Uma razão burocrática e não técnica”. (WAWRZYNSKI, 1986, p. 37)

Com a cidade fisicamente constituída, estando ela apta a funcionar, segue-se o segundo período, ciclo de fundação ou de nascimento, marcado pela entrega do assentamento a seus futuros habitantes. Uma data simbólica a marcar a cronologia de cada cidade nova.

Trata-se de um *flash*, um momento de clareza frente ao período precedente, bem como ao seu desenvolvimento conseguinte. Tal precisão é fixada pela presença, na maioria dos casos, por um dia, um mês, um ano de fundação. Isto fica claro com o exemplar de Ali Mendjeli (Argélia). Ao ser proposta inicialmente em 1974

(data referencial para estudos), sua pedra inaugural foi colocada somente em 1991, sendo ocupada por moradores a partir de 10 de abril de 1999, data de sua fundação. (BOUMAZA, 2006)

Após o conhecimento público da existência da cidade nova, vem o ciclo de desenvolvimento preliminar, quando a cidade fervilha com a chegada de novos habitantes, novas construções e pelos arremates finais no grande canteiro de obras. Momento de transformação rápida, se comparado com cidades de origem espontânea, que permitirá à nova cidade construir uma identidade própria. Período que pode demorar, segundo condições político-econômico-sociais, de alguns anos a décadas.

É durante este ciclo que as previsões (população e dimensão) realizadas durante seu planejamento serão colocadas à prova. Na Austrália, a cidade de Monarto foi planejada para alcançar suas metas em dez anos. (RUSHMAN, 1976) Na França, os projetos urbanos das *villes nouvelles* surgiram com uma previsão de 30 a 40 anos para atingir a população máxima e uma possível independência em relação à cidade-mãe. (TILLIETTE, 1985) Na Inglaterra, o plano da nova “cidade-campo” de Tillingham Hall recebeu um programa de investimentos de dez anos, até que a cidade alcançasse o fim de sua fase de desenvolvimento preliminar. (SHOSTAK; LOCK, 1985)

Mas para além de dados censitários, podemos olhar para esse ciclo temporal e encontrar outros elementos tão quão importantes para o futuro da urbe. Como já mencionado, quando uma cidade nasce de modo intencional, sob o crivo do empreendedor, sobre a tábula rasa, a partir do traço projetado, para atender a uma função – à priori – dominante, seus habitantes recém-chegados d’alhores são confrontados a uma adaptação. Adaptação a uma

nova realidade com tempo característico, distinto ao das cidades espontâneas. Um tempo acelerado na tentativa de aplicar sobre o espaço criado as reminiscências trazidas nas bagagens, repleta de vivências e experimentações da terra de origem. Um período que, após a fundação da urbe, é marcado pelo anseio e pela necessidade de escrever uma história mediante os gestos de seus atores. Gestos, eventos, simulações e repetições a serem gravados, ou talhados, no espaço urbano há pouco materializado. Marcas na memória da cidade nova, a fim de transformá-la, o quanto antes, em cidade.

Certamente são memórias (re)criadas num contexto aberto, tal qual uma página em branco. Na cidade “em branco”, a ausência de uma coletividade desperta em cada indivíduo a sua memória e respectivas heranças a serem transpostas e aplicadas nesse cenário intato. Pelo tempo, estabelecem-se conexões, surgem redes, cria-se a memória coletiva. Os espaços da nova cidade passam de estéreis a anamnésicos – que despertam a memória. De espaços preliminarmente gestados segundo a ordem de seus artistas-autores, modificam-se no tempo conforme a “ética da tenacidade” (CERTEAU, 1996), quer por habitantes opositores quer por agentes escusos. O branco da página já se faz preenchido.

Porém, trata-se de uma escrita, a princípio, truncada, pautada pelo embate entre a ordem imposta por um projeto urbano doutrinário, segundo as intenções de seu criador e a memória projetual assumida, e as tentativas de sua ruptura pela memória coletiva em construção. Um duelo da memória artificial e distanciada de seus idealizadores, planejadores, arquitetos, engenheiros *versus* a memória voluntária e aproximada de seus populares, dos ordinários, dos *bricoleurs* (LEVI-STRAUSS, 2002), de seus reais atores. Com o passar do tempo, a jovem cidade vê a disputa ceder espaço

à coexistência entre o gesto do criador – o desenho impregnado de ideologias definidoras de como ocupar e habitar a urbe – com o gesto crítico de seus habitantes – as ações contrárias às normativas, às taxativas, às amarras.

Embate e coexistência atrelados a um tempo específico, acelerado como já dito, que nos permite atribuir a cidades novas, nesse período, a designação de Cidades Progerianas. Como na síndrome de *Hutchinson-Gilford* ou Progeria – doença genética extremamente rara que acelera o processo de envelhecimento –, as cidades novas apresentam, após sua fundação, processo similar até atingir a maturidade. Distinto à evolução lenta e cadenciada de cidades espontâneas, as cidades progerianas tornam-se maduras quando constituídas de uma memória coletiva, depositaria dos gestos de seus construtores, de seus moradores, de seus visitantes. Embora não nasçam envelhecidas, buscam no curto espaço de tempo obter memórias que o restante das cidades naturalmente conquistou. Verifica-se, portanto, uma corrida contra o tempo para alcançar a maioridade; uma corrida no tempo pela própria sobrevivência; uma busca premente por se tornar cidade.

Nesse ciclo, verifica-se que em alguns países em via de desenvolvimento as cidades novas foram resultado de “projetos *ad hoc*, concebidas para responder às necessidades criadas por programas de desenvolvimento regional ou nacional (de escala local ou nacional), respostas urgentes ou imediatas aos problemas de refugiados ou de empresas industriais particulares”. (SAFIER, 1977, p. 6) Poucas dentre elas fizeram parte de uma política de longo prazo de redistribuição da população de um país. Porém, o crescimento delas se mostrou mais rápido e mais forte que suas homólogas inglesas – *new towns* – e francesas – *villes nouvelles*.

A cidade de Kourou, na Guiana Francesa, planejada para sediar o *Centre Spacial Guyanais* (1964), de domínio francês, foi exemplo desse rápido desenvolvimento, conseguindo em uma década chegar à sua população estipulada. (SAFIER, 1977) Brasília, 50 anos após sua fundação, mesmo não atingindo a população prevista para o Plano Piloto (500 mil habitantes), se tornou “uma verdadeira aglomeração urbana após um longo período de juventude problemática, a eterna crise de adolescente” (Márcia Regina de Andrade Mathieu; 18 de junho de 2008; entrevista). Uma cidade amadurecida rapidamente, trazendo consigo dezenas de jovens cidades-satélites.

Essa variação temporal está condicionada a um conjunto de fatores não previstos durante o ciclo gestacional. Segundo Vincent Fouchier (apud DIEBOLD; LEMONIER, 2001), as cidades novas “são planejadas num período de evolução demográfica e econômica cujos efeitos não são similares ao de seu desenvolvimento”. Nos Estados Unidos da América, a cidade de Circleville, em Ohio, teve seu traçado modificado após sua fundação em 1810 por questões especulativas do solo urbano. Na Espanha, o projeto da cidade de Riera de Caldes teve que ser redimensionado após crises econômicas e políticas nos anos 1970. (CARRERAS, 1986)

A maturidade de uma cidade nova – o tornar-se uma cidade – é conquistada quando a mesma adquire uma identidade própria, somada a uma emancipação e independência político-econômica (municipalização). Como exemplo, na França, a administração de suas cidades novas foi determinada pela Lei Boscher, de 10 de julho de 1970, mas sem clareza ou definição de qual instituição teria responsabilidade de fato sobre as *villes nouvelles*. Anos mais tarde, o cargo foi firmado no *Établissement Public d'Aménagement*, que se constituiu como monopolizador do papel de planejador.

Ele comprava os terrenos, os equipava, preparava os projetos da *zone d'agglomération nouvelle* (nova zona de aglomeração) e vendia os direitos de construção. Seu conselho era formado por metade de eleitores e a outra metade de altos funcionários, embora o poder real pertencesse ao diretor, nomeado diretamente pelo Primeiro Ministro francês. (GUYARD, 1980) De modo mais direto e objetivo, Paul Delouvrier (apud MONTAGU; SOKOLSKY, 1995), considerado o pai das *villes nouvelles* francesas, sintetizou que uma cidade nova só passará a ser cidade “quando seus cemitérios estiverem cheios”.

Independente dos critérios utilizados para qualificar as cidades novas como “cidades normais”, o fato é que elas chegam a esse patamar em alguns anos ou décadas. Salvo quando fatores e contextos não as levam à morte, como ocorrido com as cidades novas de exploração mineral em Goiás durante o ciclo do minério (séculos XVIII e XXI) ou a experiência de Fordlândia (1920) na Amazônia, a cidade industrial de Henry Ford nos trópicos, atualmente tomada pela floresta. Mesmo o caso de Kumbh Mela, na Índia, com sua temporalidade estipulada e concisa, não retira de si a atribuição de a cada 13 anos se constituir numa nova cidade. Uma cidade progeriana que ao nascer busca num piscar de tempo arquivar na memória de seus habitantes sua existência. Uma cidade “em branco” que exige de seus habitantes gestos que a pintem, a marquem, a registrem na história.

Ato de um urbanismo literalmente gestual, seja em sua concepção seja em seu usufruto, Kumbh Mela traz em si gestos e tempos distintos que se encontram e se mesclam simultaneamente, dando a cada edição uma especificidade, uma identidade. Um evento pontual como um descompasso, uma arritmia, um rasgo, uma brecha – que abre um tempo dentro de outro – ao (re)colocar

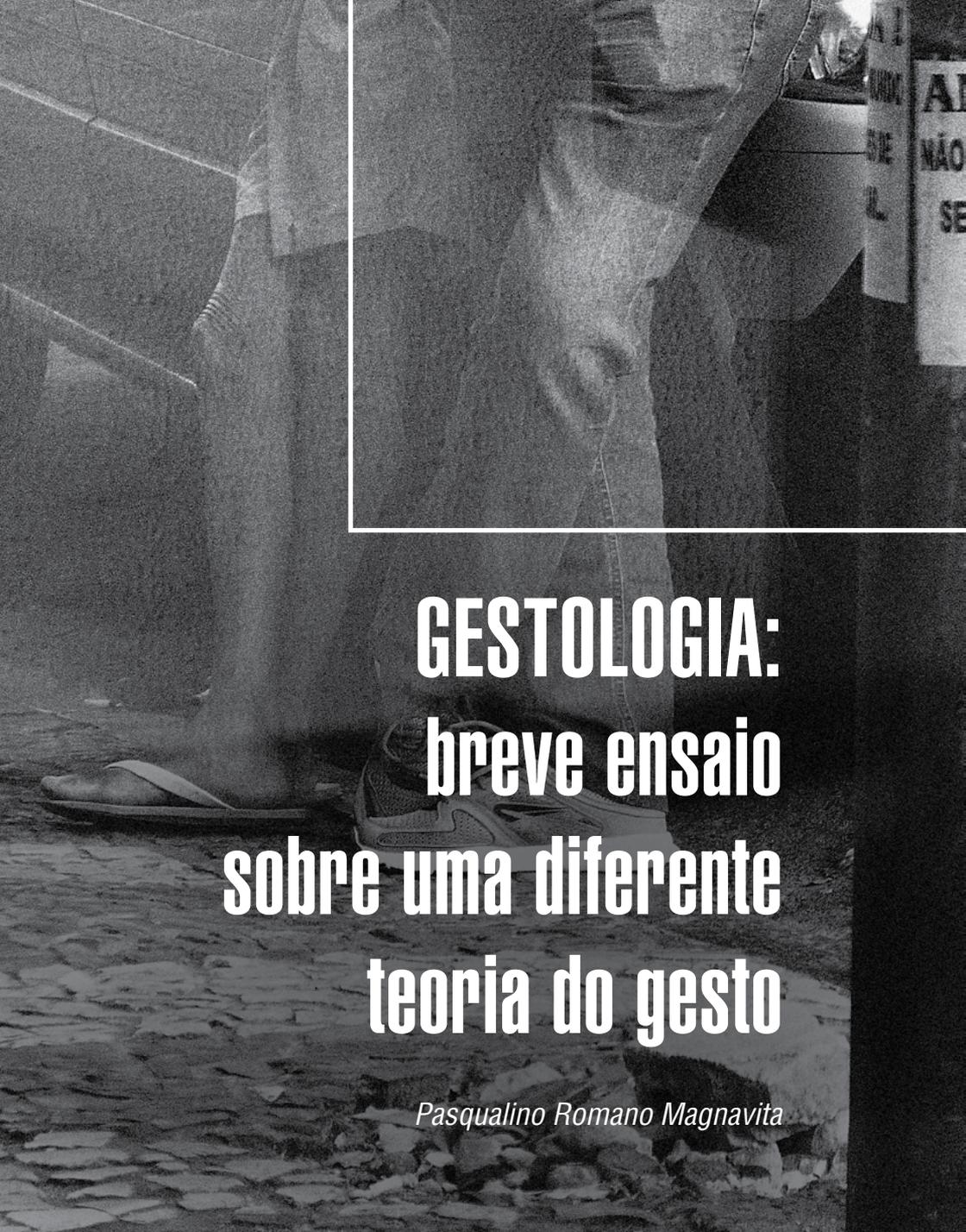
Kumbh Mela no presente –, em que temporalidades e memórias múltiplas emergem, literalmente, das águas dos rios Yamuna e Ganges. Kumbh Mela é um local onde as sobrevivências lampejam como fantasmas em sobras e restos. Gestos que passam e ecoam ao longo do tempo de longa duração. Kumbh Mela, uma cidade nova, progeriana sim, gestada e feita de gestos. Um exemplo da tipologia cidades novas. Um tipo urbanístico atemporal em sua aplicabilidade, porém temporal em sua essência. ■

1. Para efeito de pesquisa, a data a ser considerada como origem de cada cidade nova pode variar, sendo sempre escolhida a mais antiga, e não a de fundação, seja ela: a decisão do empreendedor, a data do concurso para o projeto, o lançamento da pedra fundamental. Para Brasília, considero o ano de 1957, e não de 1960, como sua origem. Datas mais distante do período de fundação devem ser analisadas e mencionadas nos estudos, como o período de delimitação do quadrilátero do Distrito Federal pela *Missão Cruls* em fins do século dezanove.

Referências

- BOUMAZA, N. et al. *Villes réelles, villes projetées*: fabrication de la ville au Maghreb. Paris: Maisonneuve & Larose, 2006.
- CARRERAS, C. Riera de caldes new town: the restriction of growth. *Planning outlook*, Grã-Bretanha, v. 29, n. 2, p. 63-65, 1986.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DAEWOO CORPORATION. *New town development in Korea*. Seul, 1998.
- DIEBOLD, M.-C.; LEMONIER, M. Villes nouvelles. *Diagonal*, Paris, n. 149, p. 10-14, mai/juin. 2001.
- GUYARD, J. Villes nouvelles... l'âge ingrat. *Communes de France*, Paris, n. 188, p. 25-33, juin./juil. 1980.
- GUYARD, J. Le projet de loi sur les villes nouvelles. *Bulletin d'information de l'association française des villes nouvelles*, Paris, n. 1, dez. 1982.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 2002.
- MEHROTRA, R.; VERA, F. Temporary flows and ephemeral cities, *Room One Thousand*, Berkeley, n. 3, 2015. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/18f9p6np>>. Acesso em: 9 fev. 2017.
- MONTAGU, A.; SOKOLSKY, S. *Villes nouvelles villes innovantes?* Paris: SGVN, 1995.
- PENNA, J. O. de M. *Quando mudam as capitais*. Brasília, DF: Senado Federal, 2002.

- RUSHMAN, G. Towards new cities in Australia. *Town planning review*, Grã-Bretanha, v. 47, n. 1, p. 4-25, jan. 1976.
- SAFIER, M. Le rôle des villes nouvelles dans l'urbanisation. *Planification habitat information*, Paris, n. 89, p. 3-12, nov. 1977.
- SANTOS, L. V. J. *Estruturas urbanas efêmeras: Kumbh Mela*. Ensaio teórico. Brasília, DF: FAU-UnB, 2016.
- SHOSTAK, L.; LOCK, D. New country towns in the southeast: a planned response to a regional crisis. *The Planner*, Grã-Bretanha, v. 71, n. 5, p. 19-22, maio 1985.
- SMADJA, G. L'innovation en villes nouvelles. *Bulletin d'information de l'association française des villes nouvelles*, Paris, p. 1-4, n. 13, abr. 1987
- SUDOUR, L. Les villes nouvelles devant leur avenir. *Études*, Paris, tomo 366, n. 1, p. 29-43, jan. 1987.
- TILLIETTE, B. (Dir.). *Un nouvel art de ville: huit villes nouvelles en quête d'elles-mêmes*. Paris: Autrement, 1985.
- TREVISAN, R. *Cidades novas*. 2009. 338 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.
- VALLAT, C. Villes neuves de l'Italie fasciste : usage et limites d'un outil de propagande. *Histoire urbaine*, Paris, n. 4, p. 161-182, dez. 2001.
- WAWRZYNSKI, J. Nowe Tychy: an assessment of a polish new town. *Planning outlook*, Grã-Bretanha, v. 29, n. 1, p. 34-38, 1986.



**GESTOLOGIA:
breve ensaio
sobre uma diferente
teoria do gesto**

Pasqualino Romano Magnavita

A existência em sua contínua variação abriga uma infinidade de gestos que caracterizam a sua condição de eterno movimento, sem princípio nem fim. Um gesto é uma partícula da existência que se manifesta e, ao mesmo tempo, um conceito, imagem, estrato histórico, agenciamento coletivo de enunciação e máquinico, ou seja, uma individuação sem sujeito. Encontra-se sempre no meio, no entre, no Intermezzo de coisas e pressupõe multiplicidade e heterogeneidade de conexões. Um gesto é ao mesmo tempo conceito filosófico, função científica e percepção e afeto artístico, portanto se aproxima de uma heterogênesse das três formas de pensar e criar: Filosofia, Ciência e Arte. Um gesto participa da macropolítica da objetivação e da micropolítica da subjetivação e insere-se no Plano de imanência do pensamento rizomático e define seus componentes conceituais, a exemplo, dos seguintes pares conceituais: diferença e repetição, virtual e atual e os conceitos rostitude, ritornello, máquina abstrata, aparelho de Estado, entre outros. Um gesto também se caracteriza pela sua modelagem nas ‘Sociedades disciplinares’, e por sua modulação permanente nas atuais ‘Sociedades de controle’ e onde a sua virtualidade passou a ser

dominante. Um gesto consegue se desterritorializar no Desejo, corpo desejante enquanto corpo sem órgãos. Um gesto é criação, acontecimento, hecceidade no devir-outro da própria existência. Pois, ela gesticula sempre em sua variação contínua, abrigo dos gestos humanos. Estes, por sua vez, em sua condição existencial, são produzidos e reproduzidos continuamente sem princípio nem fim na eternidade do tempo.

(Anônimo do século XXI¹)

Com base nesse breve relato de um anônimo pensador do século XXI, discorro sobre o entendimento do termo “gesto” enquanto conceito. Neste sentido, trata-se de um conceito, portanto, de um virtual, incorporeal, autorreferente, em sua dimensão filosófica. O texto ora apresentado é estritamente conceitual, razão pela qual se denominou: “Gestologia enquanto uma Teoria do Gesto, uma diferente lógica do gesto”.

O termo “gestologia” relaciona-se com a imagem/mental da micropolítica da subjetivação do virtual e do atual, justamente para distingui-lo do termo “gestografia” do universo molar do real e do possível, da imagem/forma da macropolítica da objetivação, ou seja, da lógica do sentido, enquanto registro físico/espacial do gesto, a exemplo da arte da dança em que tal registro denomina-se coreografia. Trabalhar com conceitos que se caracterizam por sua virtualidade (incorporabilidade) é uma opção, uma escolha que nem sempre encontra receptividade em seu entendimento, pois, normalmente, se prefere permanecer no mundo da representação e não se considera a micropolítica da subjetivação do virtual e do atual, lugar específico da criatividade.

Essa abordagem está relacionada com uma nova forma de pensar criada no âmbito da “revolução cultural” dos anos 1960

do século XX. Trata-se do pensamento denominado rizomático, o qual constitui um novo Plano de Imanência, novos conceitos e nova lógica (da diferença e da multiplicidade). Trata-se de um acontecimento filosófico, uma criação, um devir-outro da existência, configurando, assim, um novo lugar onde o pensamento se orienta para pensar e tem no conceito de rizoma sua referência maior.

Considerando que não existe conceito simples, pois todo conceito tem componentes e se define por eles, inicialmente, para uma aproximação ao conceito de gesto, considerou-se o conceito de existência em sua variação contínua, tanto em sua infinita dimensão no universo sideral, quanto em sua finita dimensão no universo molar (macro) do mundo da representação do real e do possível e também em sua infinita dimensão no universo molecular (micro) do virtual e atual, lugar da criação de gestos.

Também são componentes conceituais do gesto: movimento, ação, velocidade e lentidão, e isso, enquanto atitude mental e corporal dos seres humanos que se encontram sempre no meio, no entre, no *intermezzo* da existência ea acompanhamem sua variação contínua, em sua transformação criativa sem princípio nem fim. Pois, a criatividade é a sua fundamental condição e também, justamente por isso, a criatividade é a condição de todos os seres humanos. Entretanto, nem sempre eles têm conhecimento dessa condição. Justamente neste sentido criativo é que o pensamento rizomático considera as três formas de pensar e criar: Filosofia, Ciência e Arte. Formas estas que se cruzam e se entrelaçam sem síntese, nem identificação e sem prioridade entre elas e fazem do pensamento uma heterogênese.

Caracterizando sumariamente essas três formas de pensar e criar, pode-se afirmar que a Filosofia tem como objetivo traçar

um Plano de Imanência e criar conceitos. A Ciência, por sua vez, tem como objetivo traçar um Plano de Referência e criar funções (functivos). A Arte visa traçar um Plano de Composição e criar percepções (perceptos) e afetos. Os conceitos registram variações; as funções pressupõem variáveis e as percepções e afetos expressam variedades. São três vês que caracterizam as três formas de pensar e criar.

Gesto é um conceito filosófico, e como tal, um virtual, um incorporal autorreferente, é uma função científica quando se consideram as variáveis e os limites fisiológicos do corpo humano relacionado com a idade e o sexo. Gesto, portanto, é uma expressão corporal perceptiva e afetiva enquanto Arte. Neste sentido, poderia se afirmar que o gesto, adotando a virtualidade filosófica, a funcionalidade científica e a percepção e afetividades artísticas, expressa a sua específica heterogênesse, ou seja, o cruzamento, o entrelaçamento de conceitos, funções, percepções e afetos, todavia, cada uma das três formas de pensar e criar preserva a sua especificidade.

Reafirma-se que não há conceito simples. Todo conceito tem componentes e se define por eles, portanto tem uma cifra, é uma multiplicidade embora nem toda multiplicidade seja conceitual. Não há conceito de um só componente, pois, o conceito é questão de articulação, corte e superposição, é um todo que totaliza seus componentes, mas um todo fragmentário. Todo conceito remete a um problema, a problemas sem os quais não teria sentido, e que podem ser isolados ou compreendidos na medida de sua solução. Em relação ao conceito gesto, inicialmente, destacam-se quatro conceitos que podem ser fundamentais para o seu entendimento: Estratos, Agenciamentos, Território e Desterritorialização.

Estratos

Os estratos são fenômenos de espessamento no corpo da terra, ao mesmo tempo molares e moleculares que resultam de acumulações, sedimentações, coagulações e dobramentos. Tradicionalmente e de modo sumário, distingue-se três grandes estratos: físico-químico, orgânico e antropomórfico. Cada estrato é uma articulação composta de substâncias formadas e meios codificados, ou seja, formas e substâncias, códigos e meios, os quais não são realmente distintos. Os estratos têm grande mobilidade. Acompanhando a dupla articulação dos estratos, as estratificações antropomórficas gestuais têm dupla articulação: expressão e conteúdo, ou seja, o que se diz e o que se faz – fala e gesto. São saberes gestuais criados e acumulados em uma determinada formação social em um tempo histórico, a exemplo de uma arqueologia gestual, expressando uma “linguagem gestual” em permanente movimento, inclusive uma arqueologia do gesto na contemporaneidade.

Agenciamentos e Território

Existe algo nos estratos que promove o seu movimento, todavia, não se confunde com eles, e operam em zonas de descodificação dos meios. São os agenciamentos (ações, forças, poderes, intensidades, fluxos, quanta). Justamente, nessa descodificação dos meios, os agenciamentos extraem dos meios um território, pois todo agenciamento é em primeiro lugar territorial. No caso, trata-se de um território gestual, lugar onde os gestos adquirem

uma dimensão política, e isso, enquanto expressam a relação saberes/poderes. O conceito de desterritorialização é importante na criação de gestos, porém será tratado a seguir nos processos de subjetivação da micropolítica da subjetivação.

Os estratos antropomórficos são saberes em sua dupla articulação – expressão e conteúdo – uma vez agenciados por poderes (ações) que produzem em uma formação social e um duplo agenciamento: agenciamentos coletivos de enunciação (o que se diz) e agenciamentos coletivos maquínicos (o que se faz). Portanto, eles têm uma dimensão social e política, e devem ser consideradas individualizações sem sujeito. Vale salientar que os agenciamentos não se reduzem aos estratos porque a expressão se torna um sistema semiótico, um regime de signos, e o conteúdo um sistema pragmático, ações e paixões.

Os estratos antropomórficos agenciados enquanto saberes/poderes se evidenciam na esfera da macropolítica da objetivação do real e do possível do mundo, da representação e do lugar onde o saber se caracteriza pela exterioridade de suas manifestações (o que se diz e o que se faz) e o poder pela invisibilidade de seu exercício. Todavia, na macropolítica os agenciamentos coletivos gestuais se caracterizam por uma dupla oposição dialética: de um lado, saberes/poderes gestuais hegemônicos enquanto atitudes formais seletivas consensuais de segmentos sociais privilegiados; do outro lado, contra saberes/poderes gestuais de resistência, enquanto atitudes dissensuais que expressam segmentos sociais menos favorecidos. Este duplo gestual expressa a relação antagônica: consenso/dissenso, constituindo o que se denominou de o “fora” da macropolítica da objetivação no mundo da representação.

No limite de sua representação real e possível, o “fora” pressupõe o conceito de “dobrar”. O fato de dobrar o “fora” no “dentro” de

um indivíduo ou de uma coletividade de diferentes indivíduos emerge uma relação de interioridade, ou seja, uma relação de si para consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Esse dobramento do “fora” no “dentro” evidencia o processo de construção (fabricação) da subjetividade individual e coletiva, caracterizando, assim, o lugar da micropolítica da subjetivação. São quatro as dobras do “fora” no “dentro”: a dobra do corpo (cuidado de si); a dobra do saber (acumulação de conhecimentos); a dobra do poder (indissociável do saber, quem sabe pode); a dobra da espera (se espera a morte, a saúde, a salvação, a eternidade entre outras esperas).

A macropolítica do real e do possível do corpo/cérebro/objetivável e a micropolítica do virtual e atual do corpo/cérebro/inobjetivável, são políticas coexistentes. Não se trata de uma questão dimensional de escala, mas são políticas de naturezas diferente. Pois, a sedimentação do “fora” gestual no “dentro” de um indivíduo ou em uma coletividade de diferentes indivíduos constitui o que se denominou de “território existencial autorreferente”, no caso, um território gestual. Esse território trata-se de uma experiência gestual, um acúmulo, de saberes/poderes gestuais ao longo do tempo.

Todavia, o “território existencial” individual ou coletivo por sua natureza instável em decorrência deles estarem inseridos na própria existência que abriga em sua transformação contínua os seres humanos, encontram-se atravessados, basicamente, por três linhas, e isso, enquanto ações de diferentes saberes/poderes. São elas: linhas duras; linhas flexíveis e linhas de desterritorialização. As linhas duras asseguram a permanência de gestos hegemônicos, ou de gestos que expressam resistência, e isso, no âmbito da macropolítica da objetivação. As linhas flexíveis embora críticas às linhas duras, acionam o território existencial individual ou

coletivo, promovendo uma angustiante crise, inclusive, momentos depressivos. Entretanto, tais linhas não chegam a alterar o prévio consenso ou dissenso anteriormente existente. Por sua vez, as linhas de desterritorialização (linha de fuga) promovem a saída, a fuga, do território existencial para outro território.

A desterritorialização pode ser absoluta visando uma criação gestual, ou então, uma desterritorialização relativa (uma reterritorialização inibidora), no sentido de uma recriação, interpretação de coisas já criadas. A subjetividade desterritorializante/ absoluta constitui o lugar da criatividade gestual, seja afirmando uma diferença de natureza enquanto acontecimento gestual, ou então, afirmando uma diferença de grau ou uma diferença de nível enquanto recriações, interpretações ou reinterpretções de coisas já criadas. Todavia, quando há uma desterritorialização gestual absoluta, não se trata mais do corpo (organismo) e do prazer gestual, mas do corpo desejante, do desejo de criar. Esse corpo desejante passou a ser denominado de “corpo sem órgãos”. Trata-se de um novo conceito do corpo/cérebro/inobjetivável, um lugar de criação de gestos, e isso, enquanto acontecimento do devir-outro gestual da existência.

Percorreu-se, assim, uma resumida trajetória do conceito de gesto e de seus componentes conceituais: Estratos, Agenciamentos, Território e Desterritorialização. Um percurso desde as estratificações gestuais codificadas enquanto saberes e agenciadas por poderes descodificadores, e isso, na dupla articulação: agenciamentos coletivos de enunciação e agenciamentos coletivos máqunicos (o que se diz e o que se faz), e isto, até ao duplo gestual que se denominou o “fora”, o qual caracteriza a macropolítica gestual. Outros conceitos componentes do conceito de gesto contribuem para o seu melhor entendimento. São eles: o par conceitual diferença e repetição, rizoma, *ritornello*, rostidade,

o par conceitual virtual e atual e, ao mesmo tempo, a diferença entre as “sociedades disciplinares” em processo de extinção e as atuais “sociedades de controle”.

Torna-se oportuno considerar alguns pressupostos conceituais nas práticas existenciais do gesto. Entre eles, o conceito: “coisa em si”, tão presente no pensamento clássico/moderno, a exemplo da permanência de algo, do mesmo, de uma essência, de uma identidade. No pensamento rizomático não existe “coisa em si”, o gesto em si, pois as coisas, inclusive os gestos são relações em variação contínua, criados e recriados. Neste sentido, as coisas se repetem sempre se diferindo, pois nenhuma coisa permanece igual a si mesma, há sempre uma diferença na repetição de um gesto criado em uma “linguagem” gestual. O par conceitual diferença e repetição torna-se importante para entender tanto o gesto criado quanto a sua recriação no sentido de uma atitude interpretativa, e por vezes, reinterpretativa de forma ilimitada.

Anteriormente, considerou-se o pressuposto de que todos os seres humanos são criativos e, normalmente, eles não percebem essa condição inerente. Isso se torna possível em decorrência do envolvimento cotidiano que eles enfrentam com questões e problemas que procuraram resolver. Entretanto, não tomam ciência que eles acompanham a variação contínua da existência e onde os seus diferentes “territórios existenciais” se encontram nela inseridos e ao mesmo tempo, acompanham a sua permanente transformação nesse pressuposto processo “eternamente” criativo, sem princípio nem fim.

O conceito de gesto pode ter por componente o conceito de rizoma, considerando que o gesto se encontra sempre no meio, no entre, no *intermezzo* das coisas, de situações e contextos mutáveis e em permanente transformação. Por sua vez, o conceito de

gesto atende ao primeiro princípio do conceito de rizoma, ou seja, o de conexão. Também responde ao segundo princípio de heterogeneidade, pois qualquer gesto diferente pode ser conectado a qualquer outro gesto. O terceiro princípio, o da multiplicidade, pressupõe a pluralidade de gestos que não constitui uma unidade (uno), pois não tem sujeito e nem objeto, é um todo fragmentado. O quarto princípio, o da ruptura a-significante acredita que sempre há ruptura em relação a uma territorialidade gestual codificada, e isso, quando ocorre uma linha de fuga, uma desterritorialização gestual visando à criação de um gesto. Por fim, o princípio de cartografia e de decalcomania. As concepções e práticas gestuais podem ser consideradas um mapa aberto e não um decalque apenas reprodutivo. O universo gestual como se afirmou anteriormente, não têm princípio nem fim no âmbito do pensamento rizomático.

Outro termo do repertório conceitual do pensamento rizomático, diz respeito ao conceito de *ritornello* e que pode ser considerado um componente do conceito de gesto ao qual se lhe atribui a função de “agenciamento territorial”, pois, o gesto pressupõe sempre uma territorialidade, mesmo que seja espiritual. Enquanto conceito (virtual), o *ritornello* vai do caos, lugar de sua criação filosófica ao limiar de um agenciamento territorial, ora pressupondo componentes direcionais variáveis, componentes de passagem ou até de fuga. Neste sentido, concorrem no *ritornello*: o caos onde ele foi criado, a Terra que configura sua gravidade e mobilidade no tempo e no espaço e as intensidades cósmicas (agentes físico-químicos, fluxos).

Vale lembrar que do caos nascem os meios e os ritmos. Cada meio se caracteriza pela vibração que possui, pois, se trata de um bloco de espaço-tempo constituído pela repetição periódica. No caso do *ritornello*, há território a partir do momento em que

há expressividade do ritmo. Há expressividade quando o gesto adquire uma constância temporal e um alcance espacial que fazem dela uma marca territorial, a exemplo de uma cifra, pois, a territorialidade é o ato do ritmo tornado expressivo. Neste sentido, o território seria o efeito da arte, e o gesto tem expressão enquanto arte. Isso se torna mais evidente, por exemplo, na arte da dança e da música em que o ritmo gestual se torna expressivo.

Outro conceito que pertence ao repertório conceitual do pensamento rizomático e que pode ser considerado componente conceitual do gesto é o conceito de rostidade. Ao evidenciar o conceito de rostidade, dois estratos enquanto duas semióticas diferentes se apresentam: a significância e a subjetivação. A significância não existe sem um muro branco sobre o qual inscreve seus signos e redundâncias. A subjetividade não existe sem um buraco negro onde aloja sua consciência, suas paixões, suas redundâncias.

Os rostos concretos nascem de uma máquina abstrata de rostidade que produz esses rostos com a condição do significante ter seu muro branco e a subjetividade ter seu buraco negro, constituindo, assim, um sistema, o qual, todavia, não seria já um rosto. Paradoxalmente, o rosto se produz quando a cabeça deixa de fazer parte do corpo, quando para de ser codificada pelo corpo, ou seja, quando o corpo, incluindo a cabeça, se encontra descodificado e deve ser sobrecodificado pelo rosto, pois o rosto depende de uma máquina abstrata e ele não se contentará em recobrir a cabeça, mas afetará outras partes do corpo.

Além disso, o rosto possui um correlato importante: a paisagem, pois não há rosto que não envolva uma paisagem desconhecida, inexplorada; não há paisagem que não se povoe de um rosto, que não desenvolva um rosto por vir ou passado. Entretanto, as duas semióticas lutam entre si e são de poderes bastante específicos,

e isso, enquanto formas de expressão determinadas em pressuposição recíproca com novo conteúdo, pois, não há significância sem agenciamento despótico, nem há subjetividade sem um agenciamento autoritário. Desse entendimento surgem dois problemas que necessitam serem considerados, ou seja, a relação do rosto com a máquina abstrata que o produz; e a relação do rosto com os agenciamentos de poder, pois, se pressupõe a dimensão política dos gestos, pois, eles enquanto estratificações históricas pressupõem a relação saber/poder ou um contra saber/poder, do consenso ou dissenso expressivo manifestado pelo rosto.

O conceito de rostidade se torna importante para a teoria do gesto, pois os gestos produzidos pelo rosto expressam não apenas significâncias e subjetivações, que envolvem uma dimensão política de quem gesticula, mas, pressupõe também o processo de desrostificação do corpo e de seus gestos, abrindo, assim, o caminho para a criatividade gestual do rosto, questão muito importante no processo de comunicação entre os seres humanos nas relações de consenso e dissenso, nas expressões de alegria e tristeza, de amor e ódio, de medo e segurança, particularmente, da concordância ou discordância nas práticas existenciais.

Outra relação conceitual do pensamento rizomático enquanto filosofia como teoria das multiplicidades, vale lembrar que toda multiplicidade implica elementos atuais e virtuais. A importância dada ao par conceitual virtual e atual decorre do fato de que no universo da micropolítica, não há objeto puramente atual, pois todo atual se envolve de uma névoa de imagens virtuais, uma nebulosa de imagens. Um gesto percebido, por exemplo, é um objeto atual, entretanto, a percepção atual que se considera, ela se envolve de imagens virtuais e que se distribuem em circuitos em movimento cada vez mais afastados, cada vez mais largos que se fazem e se desfazem. São lembranças de diferentes ordens

enquanto imagens virtuais que se caracterizam pela velocidade mantida sob o princípio de inconsciência.

A essa condição cada vez mais extensa de imagens virtuais, correspondem camadas mais ou menos profundas do gesto atual, fazendo com que o gesto atual se torna virtual, pois a percepção evoca lembranças. O gesto atual, objeto da atualização, tem por sujeito o virtual. Vale ressaltar que não é a imagem do gesto atual que se formaria depois do objeto percebido, mas a imagem virtual do gesto que coexiste com a percepção atual do gesto, pois a lembrança é a imagem virtual contemporânea do gesto virtual enquanto memória que dura na subjetividade individual ou coletiva.

Nesse entendimento torna-se importante evidenciar a cisão do tempo em seu paradoxo no conceito duração: o passado coexiste, permanece, enquanto o presente passa. O passado entendido como memória, no caso, uma memória gestual. Pois, o presente é um dado variável medido, comensurável, e isso, por um tempo contínuo que passa (Cronos). Entretanto, o virtual aparece ao seu lado, todavia em um tempo menor, todavia incomensurável (Aion). A relação virtual/atual se aplica na percepção, pois o gesto em seu duplo entendimento: enquanto objeto (forma) pertença à macropolítica do gesto; enquanto sujeito, imagem virtual, pertence à micropolítica da subjetivação.

Outra importante questão relaciona-se com a produção de gestos em uma história econômica, social e cultural mais recente configurando duas diferentes sociedades: as “Sociedades Disciplinares” dos espaços confinados e as “Sociedades de Controle” dos espaços abertos, espaços de fluxos em tempo real. Neste enfoque, o conceito aparelho de Estado relacionado com a produção de gestos torna-se necessário, pois nem sempre, este conceito

recebe o devido entendimento, já que existem diferentes ideias quanto à sua natureza.

No pensamento rizomático, o aparelho de Estado é apenas um agenciamento concreto que efetua a “máquina abstrata” de uma sociedade. Trata-se de uma máquina de conceitos (enquanto virtuais, ideias, imagens, propósitos, interesses diversos), pois ela não é o próprio Estado, mas, uma máquina abstrata que organiza os enunciados hegemônicos, a ordem estabelecida, as línguas e os saberes, as ações e sentimentos conformes e os segmentos que prevalecem sobre os outros, assegurando a homogeneização dos diferentes segmentos e sua convertibilidade. Esta máquina não depende do Estado, mas sua eficácia depende do Estado que a efetua em um campo social.

Torna-se importante diferenciar a máquina abstrata das “Sociedades Disciplinares” a partir do século XVIII à primeira metade do século XX (hoje em processo de extinção), da Máquina abstrata das atuais “Sociedades de Controle”. A primeira, a das “Sociedades Disciplinares” se caracteriza pela modelagem de corpos e de mentes em espaços confinados tais como: a família, escola, fábrica, hospital, prisão, caserna, igreja entre outros espaços, onde os gestos se caracterizam pela modelagem disciplinar de corpos (macropolítica da objetivação) e de mentes (micropolítica de subjetivação). E isso, sob o agenciamento concreto do aparelho de Estado previdenciário do bem-estar social (hoje em via de extinção).

A segunda, a máquina abstrata das atuais “Sociedades de Controle”, que se caracteriza não mais pela modelagem, mas, pela modulação e endividamento permanentes de corpos e de mentes, todavia, não mais em espaços confinados, mas, em espaços abertos, não mais em espaços de lugares, mas em espaços de fluxos em tempo real. Nova condição social essa relacionada com os processos midiáticos das

tecnologias avançadas da informação e da comunicação. Trata-se de uma máquina abstrata que tem no *marketing* o seu principal elemento de controle social, estimulando o exponencial consumo e a privatização de bens sociais e, ao mesmo tempo, promove a espetacularização da existência. Máquina essa que aposta não tanto em bens materiais, objetivo do capitalismo industrial, mas, em bens imateriais, que constitui a nova matéria prima do capitalismo pós-industrial. Daí o novo conceito: “economia criativa”, expressão a serviço do novo capitalismo informacional.

Torna-se importante evidenciar essa questão do confinamento, lembrando, pois, que no espaço urbano vigora a macropolítica do real e do possível no âmbito da dicotomia entre o espaço público e o espaço privado que, por sua vez, coexiste com a micropolítica da subjetivação do virtual e do atual, a qual, também, evidencia a dicotomia entre o consenso e o dissenso nos territórios existenciais dos cidadãos em relação às questões e problemas urbanos. Entretanto, fica a questão: A cidade disciplinar funciona como um dispositivo de poder na modelagem dos corpos e das mentes dos cidadãos, e isso, na produção dos *gestos urbanos* no âmbito de um espaço confinado, embora considerado público?

Então, a questão que se apresenta agora diz respeito aos gestos produzidos tanto na cidade das sociedades disciplinares, quanto nas atuais sociedades de controle. Entretanto, vale ressaltar que, quanto se evidencia na “cidade disciplinar” a modelagem dos gestos, a cidade não é propriamente considerada um espaço confinado, pois a atenção recai sempre sobre o espaço público, que parece não ser considerado espaço confinado, e isso, tanto pelo senso comum, quanto pelo senso erudito. Todavia, vale lembrar que o espaço público, dependendo de alguns axiomas do modo de produção do capitalismo, ele pode ser considerado “paradoxalmente” um espaço confinado. Basta lembrar o direito

de propriedade e o incentivo à competição que fundamenta a sua axiomática. Delimitação essa, hoje, cada vez mais sofisticada, pois, além dos tradicionais muros, grades e cercas eletrificadas nos limites das propriedades, a utilização de guaritas de vigilância associado a um sistema de câmeras e telas, a exemplo de um amplo sistema panóptico digital, tornou-se uma norma geral que visa à segurança e a manutenção do direito à propriedade.

A hipótese que se levanta agora considera que nas cidades disciplinares, o espaço público pode ser considerado um espaço confinado, e isso, decorrente da modelagem dos corpos e das mentes dos cidadãos, atendendo ao primeiro axioma, ou seja, a predominância de espaços privados em qualquer cidade do modo capitalista, onde os espaços ditos públicos são delimitados pelas propriedades que os configuram, a exemplo de um confinamento. Em segundo lugar, o axioma da competição sob o estimulante dilema: “o importante não é ganhar, mas, competir”. Dilema este que, “inconscientemente”, promove atitudes e gestos de cidadãos na disputa do solo urbano, tanto em seu uso considerado legal da grande especulação imobiliária, quanto em sua ocupação considerada ilegal da expansão de favelas.

Competição essa evidente quando se considera a mobilidade dos cidadãos no espaço dito público, onde se constata uma acirrada disputa entre pedestres e motorizados, particularmente, motivada por veículos privados que em grande escala ocupam o espaço dito público, privatizando-o em uma conflituosa mobilidade urbana. Embora essa situação de um hipotético confinamento ainda continue nas sociedades disciplinares em via de extinção, o “confinamento” nas sociedades de controle é de outra natureza. Pois, nos espaços abertos, lugar de fluxos do virtual e do atual, prevalece a micropolítica da subjetivação em sua modulação permanente de corpos e mentes, e isso, em decorrência da

apropriação dos processos midiáticos das novas tecnologias que permitem forjar construção das subjetividades dos cidadãos, a serviço do capitalismo informacional.

Não se trata apenas de forjar os corpos e mentes direcionados no processo de colonização econômica no mundo globalizado voltada para o exponencial consumo, mas trata-se de outro tipo de colonização, mais sutil e realizada na construção das subjetividades individuais e coletivas: a “colonização digital”. Esta colonização modula, permanentemente, as atitudes e gestos. Inclusive, o cidadão deixa de circular no espaço físico da cidade real e passa a circular no *cyberspace* da cidade virtual, nos espaços de fluxos em tempo real. Então, passa-se a ficar parado digitando frente a uma tela de computador ou celular, emitindo ou recebendo mensagens que se caracterizam pela frieza técnica das conexões produzidas. Um anônimo pensador desse recente comportamento gestual denominou esse “congelamento” comportamental/gestual de: “inércia polar”.

Contudo, o confinamento do espaço público (espaço físico real) privatizado continua coexistindo como seu paradoxal confinamento, e isso, no espaço virtual que poderia ser caracterizado em função da “invisível coleira eletrônica” dos processos subjetivos aplicado à grande maioria dos cidadãos. Ao mesmo tempo, vale salientar, a presença de um panoptismo digital em rede que vigia as suas atitudes e gestos nas práticas cotidianas urbanas.

Outra questão que muito tem a ver com a produção de atitudes e gestos, diz respeito à violência gestual urbana relacionada com o conceito: segurança. E isso, tanto na cidade real quanto na cidade virtual, particularmente, em um país como o nosso marcado por enorme desigualdade social. Tal fato gera preocupações e medo ao cidadão em sua construção subjetiva individual ou coletiva.

Tem-se ciência de que o medo, internalizado na subjetividade dos indivíduos tem historicamente auxiliado o controle do poder hegemônico em uma formação social, tanto nas sociedades passadas da soberania, da disciplina, quanto na atual “Sociedade de Controle”. Medo gerado hoje pela ampla difusão de atitudes e gestos que expressam a violência, tanto na cidade real quanto na cidade virtual, fortemente evidenciada através dos processos da informação e comunicação midiáticos. Ocorrências essas constatadas cotidianamente no real espaço urbano, todavia capturadas através da rede panóptica digital e que multiplica e banaliza sublinearmente o medo e a insegurança permitindo, assim maior controle social. Inclusive, em situação que se justifica o combate as práticas terroristas na cidade (independente do terrorismo digital promovido pelos *hackers*).

Além dessa atitude e práticas gestuais midiáticas de insegurança, emergem os “gestos políticos”, leis e medidas provisórias exigidas pela “máquina abstrata binária e axiomática” do atual modo de produção, a qual organiza o que se deve enunciar e o que deve ser feito, ou seja, questões e problemas que passam a ser efetuados pelo aparelho de Estado (das corporações e da privatização contínua de espaços e de atividades) que implica atitudes e gestos que caracterizam movimentos sociais de resistência. Gestos políticos que afetam multidões de indivíduos e coletividades e que caracterizam o atual momento autoritário no mundo globalizado e, particularmente, em nosso país onde se constata um retrocesso democrático que gera muitas atitudes e gestos dissensuais de movimentos sociais, a exemplo de contra/saberes/poderes através de manifestações de rua que expressam palavras de ordem e gestos. E isso, tanto em manifestações conservadoras exaltadas positivamente pela mídia, quanto em manifestações de resistência negativamente consideradas por ela.

O mais grave da atual produção de gestos em sua dimensão política, pode ser atribuída ao controle social processado através da micropolítica da subjetivação que evidencia a relação virtual/ atual. Neste sentido, presenciamos no mundo globalizado um específico processo de “colonização digital”, fato este que também leva a uma colonização gestual, tornando o cidadão refém das práticas digitais e gestuais que circulam pelo mundo afora, particularmente, no universo macro do mundo da representação, da arte do espetáculo. Ou seja, no modo de ser, de viver, de morar, de vestir, de comer, de circular pela cidade entre outras modalidades que evidencia específicos comportamentos e gestos. É verdade que o processo de descolonização econômica e digital no atual momento de extremo controle social, pode ser considerado uma utopia, mas pensar utopicamente em momentos tão difíceis como os que estamos vivenciando, torna-se importante. Portanto, deve-se apostar na molecularização revolucionária, ou seja, na microrevolução de nossas atitudes e gestos, e isso, torna-se uma urgente necessidade!

Navegar, permanentemente, no espaço de turbulência do virtual da existência, sem um porto de chegada, pode ser um objetivo de uma percepção fundamentada no novo paradigma ético-estético no universo da virtualidade criadora, ou seja, de nossas concepções e práticas gestuais enquanto atitude ética, e isso, na filosofia, na ciência e na arte, visando à emancipação do controle social existente.

Anonimato

Vale salientar que nesse texto em nenhum momento foi citado um autor sequer, como exige o ritual acadêmico, com notas e referências bibliográficas, mas, apenas conceitos, funções,

percepções e afetos enquanto agenciamentos coletivos sobre o que se disse ou o que se está dizendo, sobre o que se fez ou o que se está fazendo e que são individuações sem sujeito. Neste sentido, ficou evidenciado o Princípio do Anonimato que este autor sustenta. Destaca-se, todavia, que tal atitude expressa um entendimento que potencia os agenciamentos coletivos de enunciação e maquínicos, ações essas que têm a devida importância no âmbito da nova forma de pensar aqui adotada. Ser um anônimo consciente enquanto simples colaborador em uma sociedade como a nossa que privilegia o eu, o sujeito, não é tarefa fácil, todavia, não é impossível.

Considerando que esta apresentação seguiu o exemplo do anônimo pensador do século XXI citado no início deste texto, atitude, sem dúvida, não consensual nas práticas acadêmicas, as quais necessitam de evidenciar citações e nomes em suas narrativas, pois não há lugar para atitudes conceituais, funcionais, perceptivas e afetivas anônimas. Há necessidade do nome! Este autor, ao longo da elaboração deste texto, evitou essa exigência e assumiu, também, uma atitude igualmente anônima, contrariando, sem dúvida, o senso comum acadêmico, que exige, normalmente, referências difusas de autores em qualquer narrativa que tenha uma função pedagógica. Pois, normalmente se ensina o que se sabe, interpretando e reinterpretando autores, sejam eles consensuais ou dissensuais na abordagem de qualquer tema em foco. Todavia, a questão não é a de interpretar, mas, o desejo de criar. Ou seja, construir um “corpo sem órgãos” abordado no processo criativo.

Vale salientar que qualquer narrativa filosófica usando um conceito criado, qualquer função científica e tecnológica utilizando uma função criada, qualquer percepção e novo afeto na arte, usando percepções e afetos criados, expressam agenciamentos coletivos, que são individuações sem sujeito, ou seja, são saberes/poderes

e/ou contra/saberes/poderes da macropolítica política da objetivação. Entretanto, na micropolítica da subjetivação é que são criados os conceitos, as funções, as percepções e afetos utilizados na macropolítica. Lamentavelmente, a academia zela apenas pela objetividade e pressupõe que todo conhecimento para ser válido deve ter uma dimensão científica. Isso é uma das heranças do pensamento positivista que ainda perdura em detrimento dos conhecimentos filosóficos e artísticos. A construção subjetiva e a criatividade que dela resulta, ainda não têm recebida a devida importância, particularmente nas questões e problemas urbanos.

Pois, a exigência de destacar nominalmente filósofos, cientistas e artistas, ocorre com muita frequência, particularmente nas práticas acadêmicas. Tal fato leva a evidenciar e de maneira inconsciente, o primeiro axioma anteriormente referido: a propriedade individual (bem imaterial), e isso, no sentido da valorização do sujeito. E ao mesmo tempo, leva o sujeito a ser estimulado pelo segundo axioma: a competição.

Vale salientar que o culto às personalidades consideradas geniais (mito ainda presente), não leva em conta os inúmeros intercessores, inclusive muitos seres anônimos e nômades que contribuem em relação ao que se diz e ao que se faz, e isso, enquanto participantes de agenciamentos coletivos (individuações sem sujeito). Por sua vez, os intercessores dos atuais filósofos, cientistas e artistas, tiveram também outros intercessores e esses outros, e esses outros e outros, e isso, sem princípio e sem fim, na rede de saberes/poderes criados, interpretados e reinterpretados.

Esse processo de interseção e valorização contínua de personalidades referenciais faz esquecer a presença de multidões (3/4 da população mundial), que constitui um denso conjunto de multiplicidade e heterogeneidade de seres humanos, descentrados,

periféricos, nômades anônimos, considerados os deserdados, os excluídos da Terra e que, todavia, ajudaram e continuam ajudando a criar cidades, metrópoles, megalópoles, conturbações, inclusive a linguagem gestual no atual mundo globalizado.

Assumir o anonimato no atual momento pode parecer um mero dissenso, todavia, não é apenas isso, mas, trata-se de um novo entendimento, um desejável devir outro nos mil platôs da existência em sua dimensão social. Por enquanto uma desejável utopia, embora necessária na sustentável leveza do ser que navega no profundo e vasto oceano da dessemelhança, lugar do caos e da criação.

Talvez, o conceito do caos seja um forte componente do conceito da existência, conceito este que se apresentou no início deste texto, pois na filosofia do pensamento rizomático, o conceito do caos é considerado o lugar da criação, lugar de todas as formas e, em uma expressão poética, é considerado: “o oceano da dessemelhança”. As três formas de pensar e criar enfrentam o caos de maneira diferente – a filosofia o enfrenta na velocidade infinita do pensamento para dar consistência à criação de um conceito; a Ciência não enfrenta o caos, pois estabelece limites, por exemplo, a velocidade da luz – e isso, para criar suas funções referenciais; a Arte parte da lógica da sensação do mundo da representação e se eleva para atingir o caos na criação de percepções e afetos.

Na criação de gestos, navegar no caos é preciso! ■

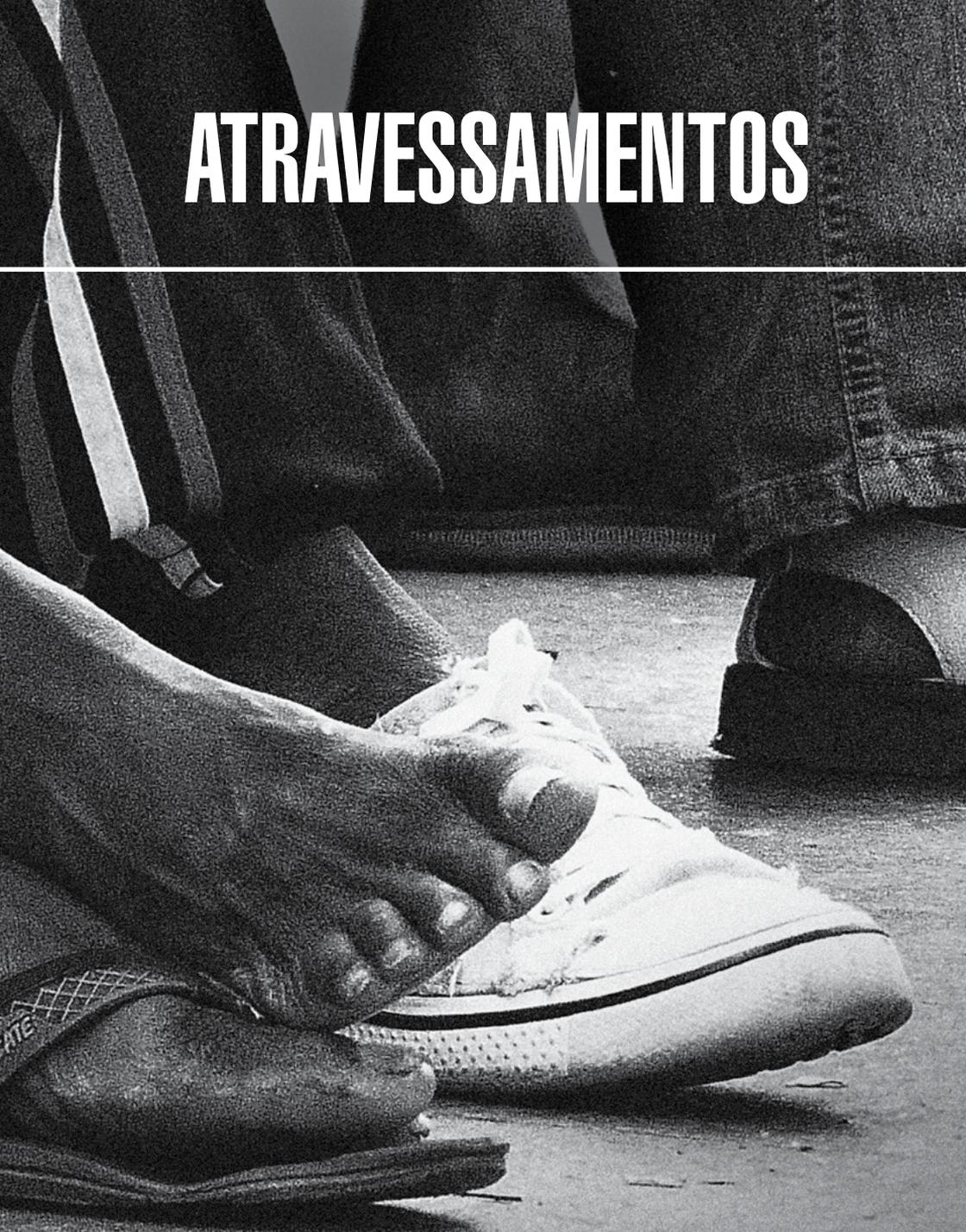
1. Este texto é dedicado a todos os anônimos e nômades que vagam pelo mundo afora! O anônimo e nômade arquiteto que escreveu este texto esteve presente no *Corporidade 5*, realizado em Salvador em dezembro de 2016. Trata-se de uma

trajetória de um arquiteto que pode ser assim delineada: Do nome ao anonimato; Da competição à cooperação; Do paradigma estético da modernidade ao novo paradigma ético-estético da contemporaneidade.

Parte II



ATRAVESSAMENTOS





PERFORMATIVIDADES

*Fabiana Dultra Britto
Jussara Sobreira Setenta*

Tempos de réplicas

O problema

Para pensar sobre *gestos urbanos* pelo atravessamento da noção de *performatividade*,¹ começamos pelo nome. Se a todo nome corresponde um significado, foi necessário diferenciar as palavras que frequentam nossos repertórios ativados pelo termo “gesto”. Gesto não é a mesma coisa que movimento, nem movimento é a mesma coisa que dança. Performance também não é dança e ação artística na rua também não é arte urbana. E nem um gesto performativo é o mesmo que um gesto performático. Mas todos esses significados próprios se aglomeram num mesmo campo de sentido que define a natureza das suas manifestações: corporal.

No corpo, tudo é próprio, singular e privado, ao mesmo tempo em que é comum, coletivo e público. No corpo, tudo é simultaneamente multitemporal: presentidade, herança, continuidade, devir – em cada feição, em cada gesto em cada ideia e cada emoção. Pura ambiguidade,

que incomoda anseios de afirmação determinista ou simplesmente personalista, e dificulta propósitos de compreensão, investigação e análise que pretendam transpor a muralha sedutora das aparências imediatas.

Para piorar nosso problema, esse complexo de tempos e modos inerente ao caráter corporal do gesto, não permite reduzi-lo a resultado de experiências vividas e herdadas pelo corpo, sendo toda experiência um processo que se instaura como ato *criativo* de formas de existência. As performatividades se configuram em gestos não por que elas sejam resultado das experiências que o corpo vive, mas porque derivam daquilo que o corpo cria a partir do que vive. O gesto, portanto, não se confunde com movimento reflexo do corpo, nem com resposta improvisada – aquela que primeiro salta do repertório consolidado como padrão corporal. Esta dimensão criativa do gesto, claramente relacionada com o seu caráter de “liberdade”, apontado por Flusser (2014), não ocorre dissociada das condições contextuais, o espaçotempo em que está implicada. As performatividades geradoras de gestos, sendo intimidades constituídas na esfera pública, são campos em disputa, mediados por jogos de poder. Submetidas às oscilações dos valores culturais que sustentam as diferentes circunstâncias históricas das sociedades, as performatividades e os gestos que consolidam também sucumbem a modismos, consensos e ideários hegemônicos. O mesmo ocorre com a produção crítica sobre o assunto.

Para pensar sobre *gestos urbanos* pelo atravessamento da noção de *performatividades*, enveredamos pelas conexões associativas, buscando escapar das molduras – que enquadram bem uma “boa unidade”, mas sufocam objetos cujos contornos transbordam suas formas. Difícil estabelecer a unidade que conforma o nosso

objeto de estudo – gesto – que é, simultaneamente, ação corporal (individual, no presente) e sedimento de conduta (pública, no passado). Mais difícil, ainda, escapar das posturas politicamente saturadas: aquelas já carregadas, de saída, de sinal positivo ou negativo sobre o que analisam.

Para pensar sobre *gestos urbanos* pelo atravessamento da noção de *performatividades*, escolhemos estudar embaralhando enunciados e conduzir nosso Grupo de Estudo Performatividades como tabuleiro de um jogo de composição de naipes de ideias.

O jogo

Se a noção de performatividade associada à ideia de gesto favorece, naturalmente, abordagens de cunho mais pessoal – afinal, se trata de atuações do corpo – e ainda se presta a aproximações livres com a noção de performance artística, o seu estudo implica, necessariamente, no desvio dessas “tendências”, em busca de compreensões desafiadoras aos sentidos personalistas e deterministas facilmente atribuídos ao debate nesse assunto. Lembrando que não se muda de ideia como se muda de roupa, porque as ideias se ancoram em hábitos de comportamento longos e profundamente estabilizados como padrão sensório-motor, não seriam os dois dias de estudo em grupo no Corpocidade 5 que produziriam qualquer mudança de sentido mais conclusiva. Mas, certamente, poderiam, ao menos, deslocar referências, desfocar perspectivas e desestabilizar expectativas, se nossa metodologia de trabalho enfatizasse a exploração coletiva das possibilidades de articulação entre as ideias formuladas pelos participantes, ao

invés da busca de conclusões individuais. Apostamos numa dinâmica de interação mais aleatória e cega, conduzida somente por parâmetros organizativos da experiência : tempo, espaço e modo.

Como etapa preliminar ao encontro presencial, iniciamos o processo de estudo propondo aos participantes uma atividade de articulação, por *e-mail*, como aquecimento das disponibilidades pessoais, introduzindo tarefas de familiarização com as ideias de todos e de identificação dos seus nexos com os enunciados da ementa do Grupo de Estudos Performatividades (GE-P).

Escolhemos a forma de jogo, cujas prerrogativas de participação conduzida por regras permitiria direcionar os trabalhos do grupo por uma lógica operativa previamente estabelecida sem, contudo, submetê-los a algum modelo rígido de procedimento. Tratamos os resumos enviados como cartas de um baralho, cujos naipes (agrupamentos de sentido) foram compostos pelos jogadores e as regras foram estabelecidas ao longo do jogo, conforme as respostas produzidas em cada fase.

Na 1ª fase, os jogadores foram instruídos a compor naipes com as 29 cartas (resumos selecionados) do baralho Performatividades, aplicando a “dessemelhança de si” como regra de embaralhamento: o agrupamento dos naipes deveria basear-se em um dos três enunciados da ementa do GE-P,² que *não* fosse aquele em torno do qual seu próprio resumo se construiu.

Interessantemente, três cartas não foram incluídas em nenhum naipe criado pelos jogadores, sugerindo que nenhum jogador reconheceu a familiaridade dessas cartas com nenhum dos enunciados da ementa. Sem nos deter em análises para explicação do fato, invertemos a valência desse resultado e tomamos a exclusão

por condição participativa, atribuindo às três cartas o título de “coringa” e lhes atribuindo função articuladora na continuidade do jogo.

Na 2ª fase, a regra de embaralhamento baseou-se na semelhança entre as cartas: os jogadores foram instruídos a escolher um dos coringas para formar trincas com duas cartas tiradas do naípe que criaram e compor uma “canastra de sentido” entre as ideias cruzadas na trinca.

Mesmo interrompido pela proximidade do encontro em Salvador, o jogo cumpriu importante papel no aquecimento do nosso processo de estudo, não apenas pelas dúvidas, questionamentos e problemas que gerou mas, sobretudo, pelos tópicos de debate que nos permitiu deduzir.

À começar pelo “desvio de si” que as regras do jogo promoveram, ao deslocarem do eixo as posições assumidas previamente pelos autores em seus textos (cartas do baralho), como ponto de partida para aproximarem-se de outros pontos de vista. Sendo, esta, uma questão que remete ao papel da alteridade na constituição de uma corporalidade particular, suscita importante controvérsia em torno dos discursos emancipatórios que acompanham (mesmo implicitamente) as propostas de prática artística como processo ou produto de experiências urbanas, na medida em que o forte personalismo dos artistas parece desconsiderar o protagonismo do “outro” nos processos de subjetivação que nos individualiza e nas dinâmicas performativas com as quais nos situamos no mundo.

Derivado desta questão, outro tópico se apontou como relevante para os estudos pretendidos no GE-P: o problema da indistinção entre ação performática e ação performativa, na medida em

que a noção de gesto assume diferentes modulações conforme o teor das ações em que se baseia.

Por fim, deduzimos desta fase preliminar, uma necessária reflexão quanto ao campo de ocorrência do jogo como contexto de validação das ações dos jogadores. A delimitação espaço-temporal da experiência do jogo, estabelecendo o “tabuleiro” como território da experiência controlada pelas regras, paradoxalmente, conferiu certa dimensão de liberdade às respostas dos jogadores na medida em que se restringiu, desse modo, também, o campo de consequências das jogadas. Pensar controle associado a liberdade oferece uma perspectiva não-determinista para pensar a implicação entre as pessoas, suas circunstâncias e seus padrões performativos – nos quais se fundam os gestos – e para pensar os termos “urbanos” que modulam os gestos de interesse para a proposta temática do encontro Corpocidade 5.

O estudo

Nosso plano de estudo se ateve a propor um roteiro de agenciamentos, sugerindo situações para confrontar as diferentes posições dos participantes e gerar alguma síntese ou, pelo menos, faísca, a ser compartilhada com o restante do grupo, em discussão coletiva.

No meio do caminho, tinha uma pedra... a festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia, cuja data é dia 8 de dezembro caiu na semana do Corpocidade 5, foi incorporada ao roteiro de trabalho, como campo de estudo *in loco*. Considerando que nem mesmo o sentido mais coletivo de participação numa festa popular de rua,

assegura percepções unívocas ao conjunto de participantes, a tarefa de estudo a ser cumprida lá, teve caráter individual, desafiando cada participante a estabelecer agenciamentos entre sua própria experiência da festa e suas ideias expressas no resumo selecionado.

No retorno da festa, a primeira situação proposta aos integrantes do GE-P 4 foi a discussão, em quatro subgrupos, dos agenciamentos produzidos individualmente para deduzir algum gesto síntese do debate a ser apresentado aos demais subgrupos. À equipe de coordenadores³ e articuladores⁴ do GE-P coube acompanhar, junto a cada subgrupo, os debates e seus respectivos processos de formulação dos gestos-síntese, zelando pela distribuição do tempo-espço das experimentações testadas e pela produção de inquietâncias nos assentamentos de conclusões, numa espécie de pastoreio dos deslocamentos das ideias com vistas a expandi-las por frestas desapercibidas.

A partir das apresentações dos gestos-síntese dos quatro subgrupos, abriu-se nova discussão coletiva acerca das escolhas das formas de apresentação das sínteses e sua relação com as compreensões de gesto nelas implicadas. Nos quatro casos, os gestos-síntese apresentaram-se na forma de movimentos corporais, organizados numa sequência de ocorrências compondo uma cena. Uma coincidência certamente favorecida por força da expectativa de resposta performática, produzida tanto pelo contexto teatral do local de trabalho do GE-P (Teatro Experimental da Escola de Dança da UFBA) quanto pela formação em dança e artes de boa parte dos integrantes dos subgrupos. Dessa forma, a discussão sobre a diferenciação entre gesto e movimento, performance e performatividade pautou-se em exemplos concretos, cuja evidente intensionalidade planejadora da apresentação dos gestos-sínteses formulados por cada grupo, contudo, não impediu que

a dimensão da espontaneidade fosse tomada por inerente ao gesto ou mesmo radicalizada como pressuposto de opiniões defensoras do gesto como movimento também não-humano, ou seja, também próprio aos animais e aos fenômenos naturais. Uma tal compreensão contradiz a própria noção de performatividade proposta como atravessamento dos estudos sobre gesto urbano, neste *Corpocidade 5*, na medida em que, ao naturalizar sua ocorrência, desconsiderando o vínculo de coimplicação entre corporalidade, sociedade e esfera pública, mantém o gesto no campo dos assuntos de foro íntimo e despolitiza as relações entre corpo e cidade.

Para dar continuidade aos estudos, incorporando as controvérsias explicitadas na discussão, propusemos uma segunda situação de agenciamento em que os subgrupos redesenhariam os seus gestos-síntese como réplica aos comentários recebidos – afinal, como bem enfatizou Vera Pallamin, “vivemos em tempo de réplicas”. Desse modo, a participação do GE-P no Seminário de Articulação que encerrou o *Corpocidade 5*, constou da apresentação aos outros três Grupos de Estudo Temporalidades, Liminalidades, Visibilidades, do gesto e a réplica do gesto formulados por cada subgrupo, num sequência ininterrupta.

São muitas as condensações possíveis derivadas da experiência desse estudo realizado em fases, formatos e dinâmicas variados, envolvendo pessoas com diferentes formações profissionais, contextos de vida, expectativas de alcance e disponibilidades participativas. Nenhuma delas conclusivas, configuram-se como sínteses transitórias das percepções experimentadas e das compreensões alcançadas no decorrer dos engendramentos que se estabelecem entre o que já existia e o que passou a existir, a partir de lá. Num processo de estudo, não somente o dito “estado da

arte” do objeto a ser estudado mas, também, o “estado da vida” de quem estuda conferem ao estudo parte significativa das condições relacionais que o instauram, restando outra parte dessas condições ao próprio contexto em que o estudo ocorre. Assim considerado, o processo de estudo inclui desde o conhecimento prévio que se tem do assunto, a partir das referências tomadas para produzi-lo, até as disposições corporais de participação – acionadas pelo desafio aos recursos sensório motores de quem estuda e pela mobilização das suas convicções, seus valores, desejos, recalques e preconceitos – passando, ainda, pela materialidade dos objetos tomados por “ferramentas”, dos lugares usados como sede e das condições ambientais sob as quais ocorrem. Um vasto conjunto de aspectos, habitualmente considerados “externos” à situação do estudo mas dificilmente destacáveis como unidades próprias ou encadeáveis de forma linear para compor uma narrativa, uma vez que constituem as condições de favorecimento das relações/ colisões das quais derivam os processos que, por ventura, então, podem resultar em eventos formuladores de acontecimentos.

Condições, enfim, que poderiam ser resumidas pela noção mais expandida de ambiente (BRITTO, 2008), para enfatizar o sentido de continuidade natural entre as coisas (sejam elas organismos vivos, objetos, ideias, sentimentos ou contextos) e suas circunstâncias de existência, em contraposição ao sentido espacial fortemente consolidado pela noção de lugar onde as coisas acontecem.

Dessa forma, o caráter urbano associado a gestos, conforme proposto pelo Corpodade 5, foi estudado no GE-P como uma qualificação da gestualidade, uma declinação de modo referente à circunstância de existência dos corpos, seu repertório de possibilidades relacionais produzido pelas próprias relações anteriormente estabelecidas com tudo mais que participa do ambiente que lhe

envolve. Assim, urbano foi pensado, simplesmente, como relativo à cidade, cuja configuração materializa as condições relacionais tanto sofridas quanto criadas pelos corpos de seus habitantes, em suas confrontações na esfera pública – ou seja, no processamento das suas performatividades. Naqueles dias de estudo, a cidade se afirmou como um campo de disputas por hegemonias normativas para o corpo compor seu modo público de existência, experimentando performatividades. E o gesto urbano se afirmou como ponto de condensação delas, em que espontaneidade e intencionalidade se fundem numa espécie de interrupção do ato-contínuo reiterativo do *status quo* sendo, simultaneamente, emergente e protagonista dos processos de subjetivação que nos individualizam.

Nosso estudo, contudo, evidenciou que o reconhecimento da dimensão pública da constituição do gesto urbano sedimentado a partir da experiência urbana do corpo, é uma ideia, ainda, bastante desconfortável para muitos artistas, cujo pleno engajamento em seus próprios “programas de ação” performática em espaço público acaba por suplantar o propósito proclamado em defesa do “outro”, da alteridade. Dessa forma, performatividade e performance se contrapõem como práticas do corpo, justamente pela ênfase que conferem às dimensões pública e particular, respectivamente. A ação performática, claramente associada ao tempo pretérito de objeto concluído, como composição de uma cena planejada, remete a uma ideia de “encenação de si” para o outro, enquanto a ação performativa acentua o tempo contínuo dos processos e remete a uma ideia de “composição de si” a partir do outro.

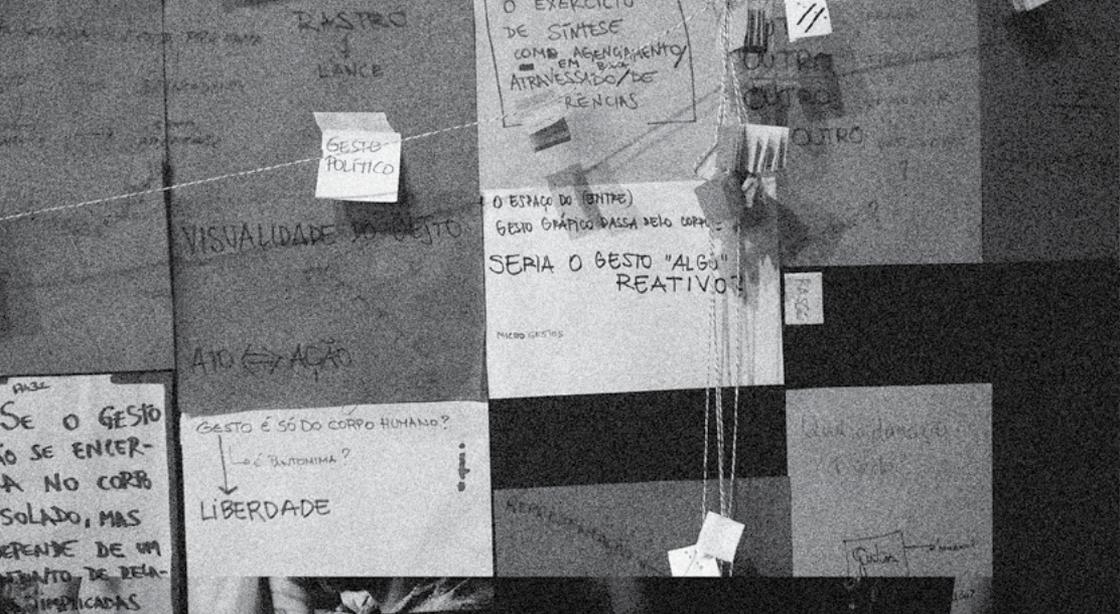
Mas, em meio a tantas situações vividas e discutidas naqueles três dias de encontro do GE-P, o aspecto mais relevante como ponto

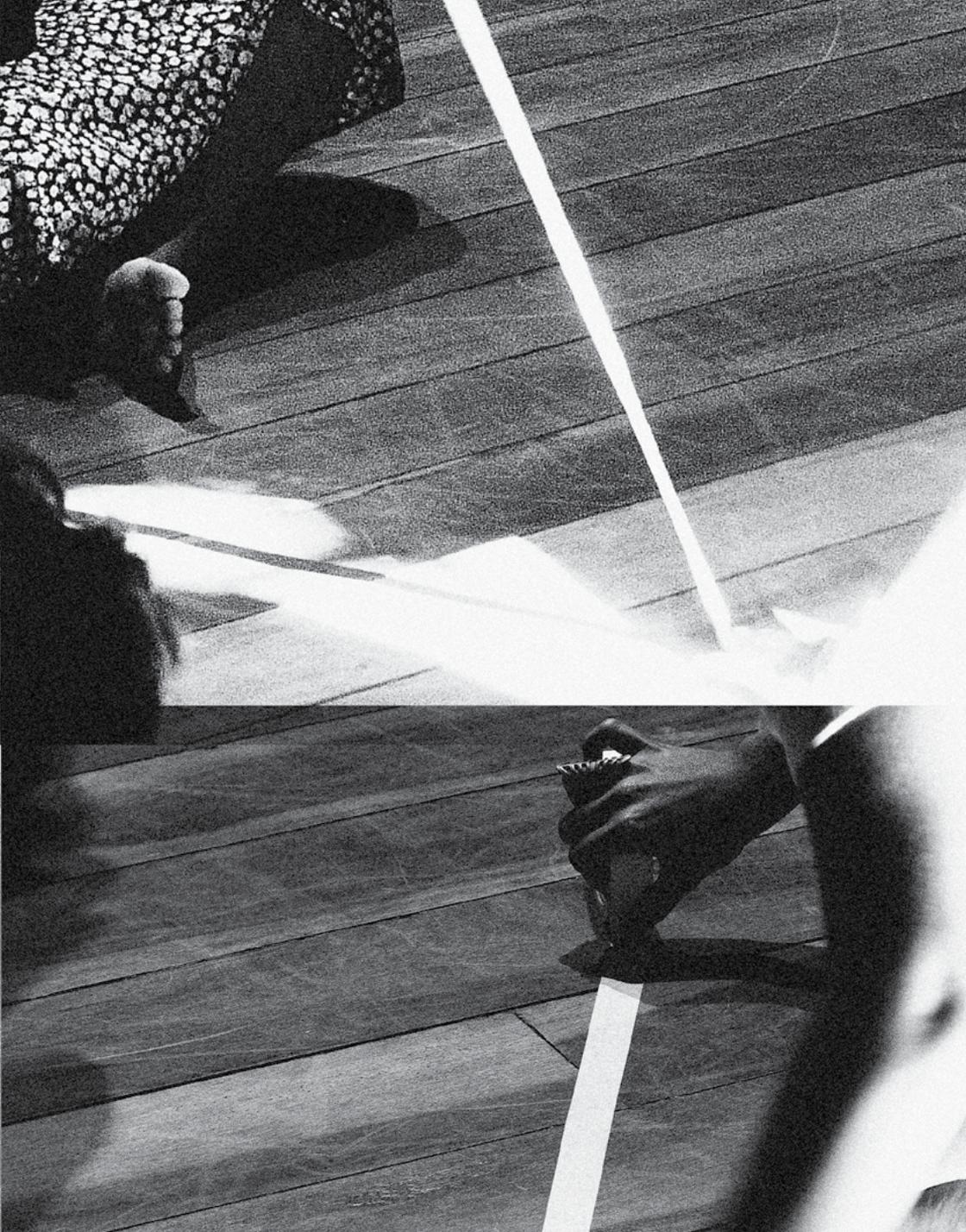
de inflexão do estudo desenvolvido, restou somente tangenciado: o problema da presunção emancipatória da arte que se realiza em espaço público como proposta de transgressão das estruturas normativas que sustentam o que Rancière chamou de “partilha do sensível”, buscando embaralhar o traçado das linhas de força em disputa pelo protagonismo político.

Para além do paradoxo apontado, anteriormente, pelo próprio Rancière (2009), outra questão vislumbrada a partir dos estudos do GE-P refere-se à uma certa fetichização da alteridade, muitas vezes promovida pelos artistas e urbanistas que tanto se dedicam a defendê-la como diversidade necessária à instauração da política. Mas, como sempre ocorre nos processos intensos e curtos, as percepções surgidas nos últimos instantes só acendem faíscas dispersas, embora preciosas, e precisam de outro tempo, outro espaço, outro ambiente para materializarem-se em argumento. ■

11
Pillsbury

















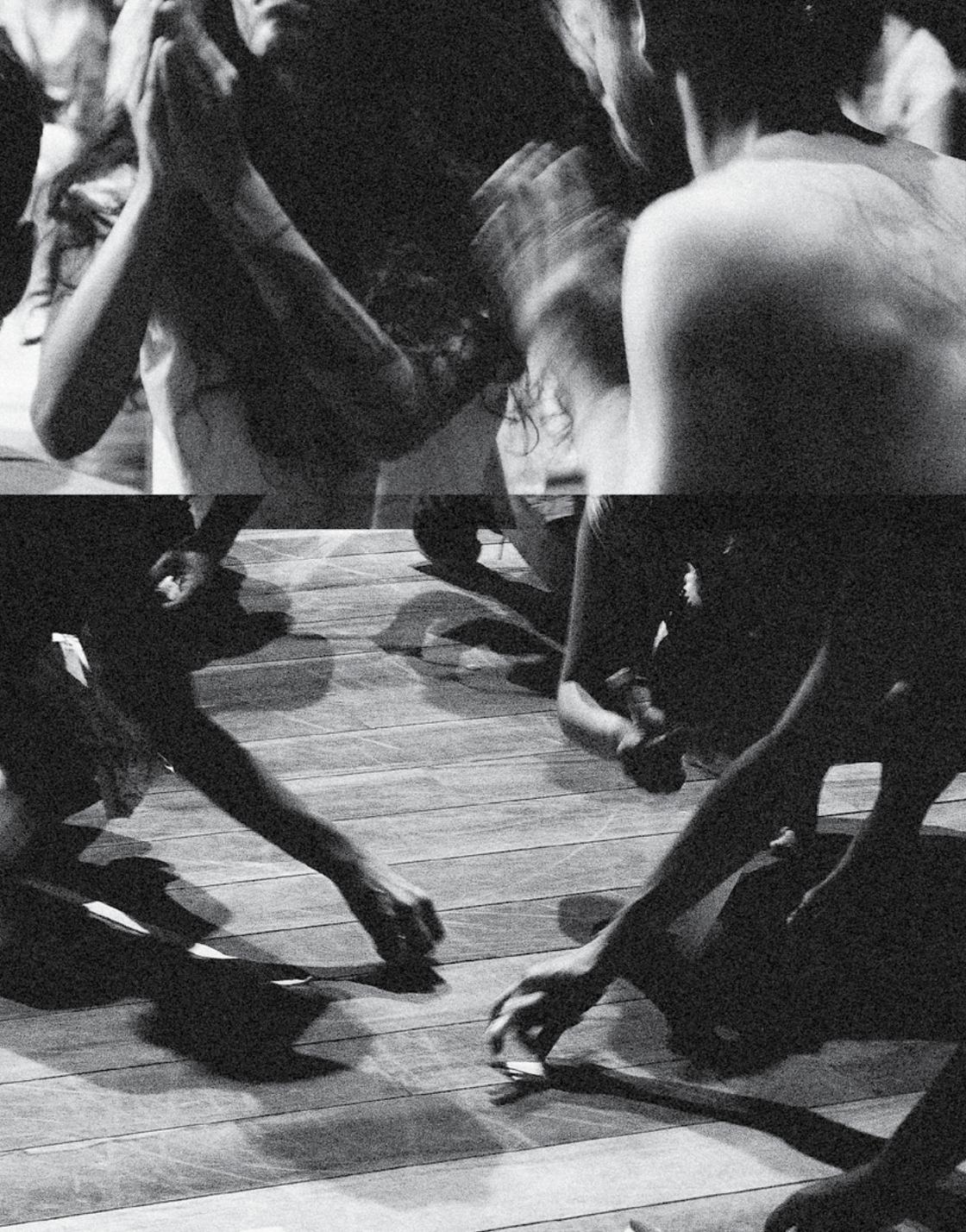














1. Tomamos por referência, a noção formulada por Judith Buttlar.
2. Os enunciados componentes da ementa do GE-P (publicada no site www.corpocidade5.dan.ufba.br) são:
 1. Corporalidade e sua relação com as esferas pública e privada;
 2. Regimes de poder e sua relação com os modos de ser;
 3. Desvio normativo e sua relação com potência crítica aos contextos dados.
3. A equipe de coordenação do GE-P foi composta pelas professoras Fabiana Dultra Britto e Jussara Sobreira Setenta (Escola de Dança/UFBA), Maria Angélica da Silva (UFAL) e Vera Maria Pallamin (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP).
4. A equipe de articuladores, nas duas fases (preparatória e presencial) foi composta pelos estudantes do Mestrado em Dança, Ana Rizek, Bruno Oliveira, Giordani de Souza, Patrícia Zarske, Rafael Rebouças, e Thulio Guzman. Durante o Corpocidade 5, também colaboraram como articuladores, Isaura Tupiniquim Cruz e Thiago Nogueira Ribeiro, egressos do Mestrado em Dança.

Referências

AGAMBEN, G. Notas Sobre o Gesto. In: IANNINI, G.; GARCIA, D.; FREITAS, R. *ARTEFILOSOFIA*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. p. 19-25.

BRITTO, F. D. Corpo e ambiente: co-determinações em processo. *Cadernos PPGAU FAUFBA*, Salvador, v. 7, p. 11-17, 2008. Edição especial- Paisagens do Corpo.

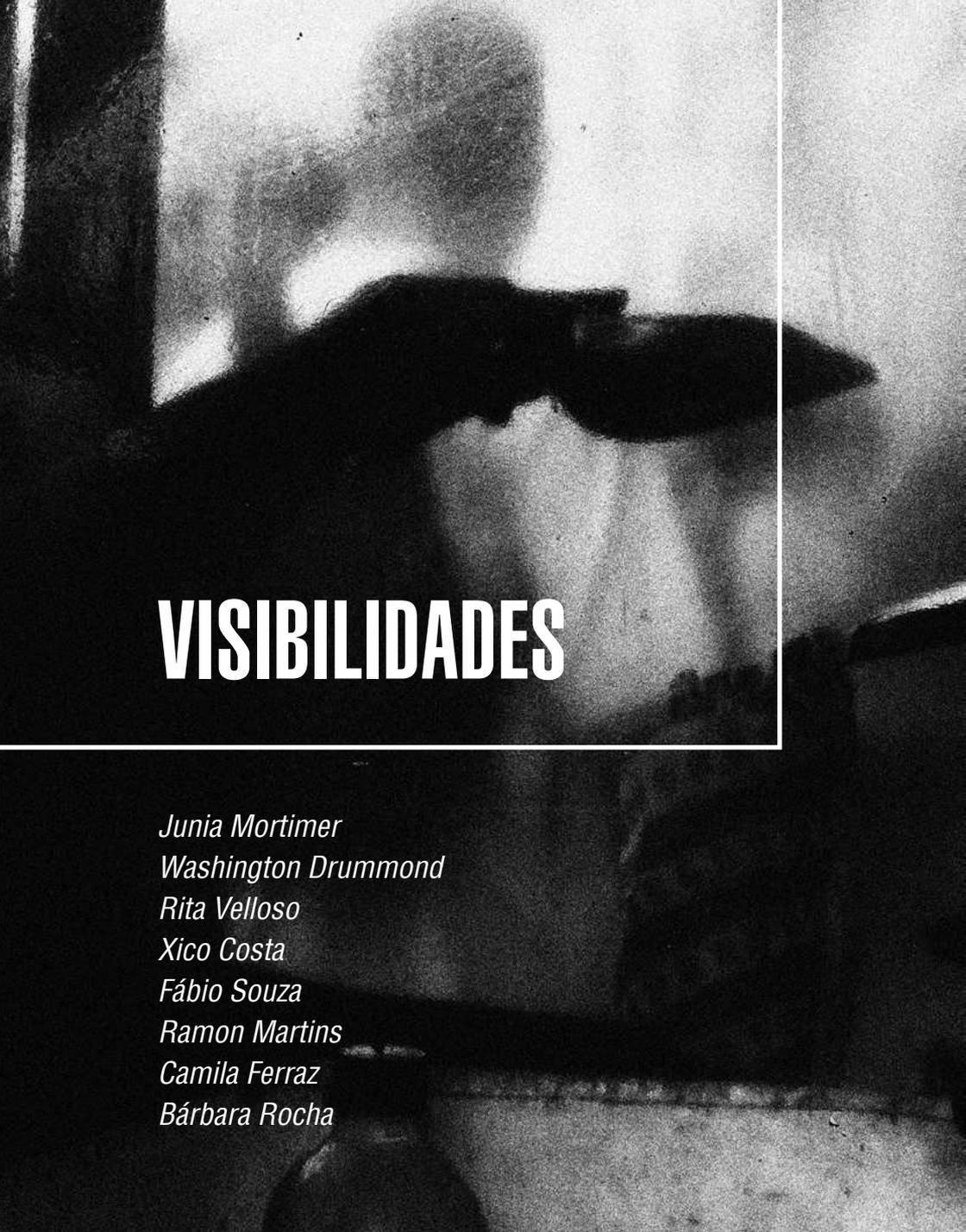
EUROPEAN GRADUATE SCHOOL VIDEO LECTURES.
Judith Butler. Benjamin and Kafka. *Youtube*, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iK5oLfbWtA>>. Acesso em: 25 out. 2016.

FLUSSER, V. *Gestos*. São Paulo: Annablume, 2014.

LABO LAPS. TPP2014: Judith Butler, When gesture becomes event. *Youtube*, 2014. Disponível em: <<https://m.youtube.com/watch?v=iuAMRxSH--s>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

RANCIÈRE, J. As desventuras do pensamento crítico. In: CARDOSO, R. M. *Crítica do contemporâneo – Conferências internacionais Serralves*. Porto: Fundação Serralves, 2008. p. 75-98

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. São Paulo: EXOexperimental org: Ed. 34, 2009.



VISIBILIDADES

Junia Mortimer

Washington Drummond

Rita Velloso

Xico Costa

Fábio Souza

Ramon Martins

Camila Ferraz

Bárbara Rocha

Do *punctum* ao *gestus*

O plano de atravessamento visibilidades propõe discutir *gestos urbanos* utilizando imagens, especialmente imagens em anteparo. Como anteparo entendemos as diversas técnicas empenhadas na corporificação de uma imagem. Não se trata de empreender um estudo representacional dos gestos urbanos, mas de trabalhar coletivamente na construção do tema deste evento pela experiência do visível. Propomos explorar imagens como instância de pensamento que faz aparecer as coisas, conforme flexões ou qualidades heterogêneas; imagens que ao “relampejar” sobre a malha da urbanidade na qual estamos necessariamente implicados promovem, ao mesmo tempo, uma torção, um esgarçamento, uma instabilidade, um furo nessa malha.

O visível e o gesto irregular

Partimos da compreensão do visível não como algo da percepção ou do dado, mas como manifestação construída dentro de uma trama fantasmática de ocultação e aparição, de obscuridade e luminosidade, que ao esconder, faz revelar, e que, ao fazer revelar, também esconde. Nesse sentido, identificamos como foco de nosso interesse de pesquisa as imagens que, ao operarem visível e invisível, tensionam a norma e o anômico, a ordem e a desordem, proporcionando uma desestabilização das formas estabilizadas e homogêneas concernentes à experiência urbana (ou um esgarçamento do tecido da urbanidade) implicando assim reconfigurações não no sentido de mascarar esse dissenso, mas, ao contrário, no sentido de evidenciar essa fratura, as falhas e os furos. Em nenhum momento, trata-se de uma apologia da falta, mas o inverso: a explosão/implosão abrupta e intermitente daquilo que se pretende estável no conjunto dos gestos urbanos. Aí se funda uma falha, um estriamento das superfícies dando visibilidade à recomposição, na singularidade do gesto irregular e adverso.

Percebemos que esgarçamentos no tecido da urbanidade poderiam ser desdobrados segundo determinadas figuras, pensadas através da imagem: o *punctum*, o anteparo, o abjeto, a deformação, a fantasmagoria, o fetichismo, a aura, a imaginação política, a estetização da política, a contemplação e o *gestus* social. Essas figuras surgiram a partir de leituras de Roland Barthes, Hal Foster, Georges Didi-Huberman, Walter Benjamin, Ariella Azoulay, Eliane Moraes, Caffin e Bertold Brecht. Propomos nos focar em quatro dessas figuras: *punctum*, *fantasmagoria*, *fetichismo* e *gestus social*.

O *punctum* e o reverso do ver

O *punctum* – articulado com o *studium* – é um conceito utilizado por Roland Barthes, em seu texto “A câmara clara” (1984), publicado na França em 1980, para abordar a imagem fotográfica. Segundo Barthes (1984), o *punctum* consiste num aspecto singular da experiência do indivíduo com a imagem.

É ele que parte da cena, como uma flecha, e vem me transpassar. Em latim, existe uma palavra para designar essa ferida, essa picada, essa marca feita por um instrumento pontudo [...]; essas marcas, essas feridas são precisamente pontos. [...] Punctum é também picada, pequeno buraco, pequena mancha, pequeno corte [...]. O punctum de uma foto é esse acaso que nela me punge (mas também me mortifica, me fere). (BARTHES, 1984, p. 46)

Já o *studium* é a cultura enquanto modo de codificação, com suas interpretações enraizadas, historicamente assimiladas e transmitidas pelas redes institucionalizadas.

[o studium] é quase um amestramento. [...] não quer dizer, pelo menos de imediato, ‘estudo’, mas a aplicação a uma coisa, o gosto por alguém, uma espécie de investimento geral, ardoroso, é verdade, mas sem acuidade particular. [...] é culturalmente, (essa conotação está presente no studium) que participo das figuras, das casas, dos gestos, dos cenários, das ações (BARTHES, 1984, p. 45-46)

O *punctum* instaura a relação inesperada e única do indivíduo com a imagem e, de uma maneira ampla, com o visível através de um detalhe que emerge, o qual perturba, dilacera e, conseqüentemente, implica reconfigurações para o indivíduo. Isso porque revela

uma dimensão que curto-circuita paradoxalmente o exterior e o íntimo, reconfigurando os modos de interagir com o mundo. Esse impasse, essa cena paradoxal de *mise en abime*, talvez seja o que constitui o modo de ancoragem do *punctum* e mesmo das outras figuras (*fantasmagoria, fetichismo, gestus social*). Em todas há essa alternância, ou melhor, essa reversibilidade dos termos, passagens que nos transportam, que se fazem em travessia. Não seria a fita de Moebius, com suas passagens inesperadas entre dentro/fora, interior/exterior a melhor expressão topológica dessa situação?

Nesse sentido, consideramos o *punctum* como o aspecto perturbador da relação com a imagem que implica um reconfigurar de nosso modo tradicional de construção e de compreensão da visibilidade urbana. Assim, ele coloca em evidência aquilo que nos atrai e que desestabiliza a superfície visível, um detalhe que implica na desestruturação da normalidade gestual e urbana. Se a malha da urbanidade se faz visível pelo gesto urbano, entendemos como *punctum* aquilo que se dará no detalhe da ação disruptiva. Não se trata propriamente de uma escolha, mas é algo da projeção inesperada de um aspecto específico, um ponto o qual, ao “aparecer”, fere do exterior algo que nos é íntimo, pois pertence ao campo de uma condição comum que nos faz igualmente imersos no variegado espetáculo urbano. O *punctum* é a derrisão do espetáculo, pois faz emergir o detalhe ao campo do estético-político: no conjunto da gestualidade urbana do consumo, da moda e do estilo, o *punctum* é uma porta – mesmo se antes ela não estava lá – que se abre ao gesto disruptivo.

Assim, dentro do nosso recorte de pesquisa, propomos considerar que, se o *punctum* perfura o indivíduo, dilacerando suas concepções

de urbanidade, ele implica a evidenciação de fraturas, de falhas, de torções (outras práticas, disruptivas) constitutivas da urbanidade, mas de algum modo invisibilizadas. Nesse sentido, ele torna visível um detalhe disruptivo e coloca na obscuridade um outro conjunto, aproximando-se da definição de véu, apresentada por Moraes (2002, p. 64) a partir da obra de Man Ray *O enigma de Isidore Ducasse* (1920). O véu é compreendido como uma deformação do convencional que faz surgir formas outras, as quais tornam visível aquilo que foge ao padrão instituído. É a própria ideia de humano enquanto corpo fechado, na perfeição da forma, uma espécie de corpo privilegiado que escapa à animalidade que é questionada. Nos anos 1920 e 1930, sobretudo com o Surrealismo e com aqueles que estavam em torno da revista *Documents*, dirigida por Georges Bataille, desenvolveu-se esse pensamento da deformidade, da metamorfose, da transmutação, da destruição do corpo, não somente do corpo humano mas do corpo das coisas, dos objetos. Vimos aí uma tentativa de criar um novo território de composição ou de recomposição desse corpo – que podemos entender como gestos urbanos – abrindo espaço para outras formas de gestualidade, de ordem disruptiva.

Mas, se para Barthes (1984), o *punctum* é da instância da experiência individual com a imagem, para nós interessa, no entanto, o *punctum* – ainda que não-codificável mas narrável – enquanto ativador de reconfigurações de nossa compreensão da urbanidade. Com isso, ele evidencia brechas, fraturas, furos e esgarçamentos, igualmente constitutivos da urbanidade, por meio do jogo *visível e invisível*.

Salientamos que o *punctum* não consiste numa experiência codificável porque não se trata de empreender análises de estratégias visuais.¹ Percebemos, como Barthes, que a dilaceração provocada pela imagem é particular e individual e que ela, enquanto *punctum*, ultrapassa nossa capacidade de decifração em linguagem verbal de algo que é

específico do domínio da imagem. Ao ser narrado, o *punctum* pode ser compartilhado e viabilizar, assim, uma imaginação política e coletiva, que excede os limites da subjetividade ou da relação particular com a imagem. Aquela codificação decorre geralmente da necessidade de o crítico de arte apoderar-se de um conceito teórico e aplicá-lo na compreensão de outros objetos visuais.

Entretanto, a imagem não é um anteparo que media nossa relação com o real. Ela é constitutiva da própria realidade. Essa noção de anteparo relaciona-se ao *olhar* (conforme proposto por Jacques Lacan), e implica não somente uma distância, ainda que variável, entre observador e coisa observada, como implica também a atribuição de uma agência do olhar daquilo que observamos. Nesse sentido, se somos dilacerados por aquilo que observamos (*punctum*) é porque também “isto me olha”. (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 148). Esse olhar de volta, que acontece conforme uma dialética das distâncias (lonjura e aproximação; único e estranho; “sob nossos olhos, fora da nossa visão”), é um olhar trabalhado pelo tempo, “um olhar que deixaria à aparição o tempo de se desdobrar como pensamento, ou seja, que deixaria ao espaço o tempo de retramar de outro modo, de se reconverter em tempo.” (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 149)

Fantasmagoria e fetichismo: do assombro ao obsessivo

Em “Paris, capitale du XIX siècle”²(1991), redigido em francês, Benjamin alerta que “as novas formas de vida e as novas criações, com base econômica e técnica que nós devemos ao último século, entram no universo de uma fantasmagoria”. (BENJAMIN, 1991, p. 375, tradução nossa) A experiência histórica é descrita como um teatro onde as

fantasmagorias assombram o presente. Os estilhaços de outras épocas, enquanto ruínas no meio urbano, assumem um caráter fantasmagórico e explosivo: acenam para a instabilidade vivida e sua reinterpretação no centro da cultura, assim como a seu empilhamento catastrófico, cujo fim nem mesmo de longe conseguimos avistar. No conjunto dos gestos urbanos em sua pulsante expressividade – mesmo quando mediado pelas instâncias do consumo e diferenciação social – tornam-se visíveis formas corrosivas que nos indagam: Seriam sobrevivências constituindo um campo ruinoso? Ou torções e rachaduras que indicariam formas virulentas e negativas? Os gestos adversos aí se instauram com uma força insuspeita avançando na expressividade dos corpos tomados pelo fetichismo que por sua vez:

A moda prescreve o ritual segundo o qual o fetiche mercadoria deseja ser adorado [...] se encontra em conflito com o orgânico unindo o corpo vivo ao mundo inorgânico e fazendo valer no corpo vivo os direitos do cadáver. O fetichismo subjacente ao sex appeal do inorgânico é seu nervo vital. O culto da mercadoria coloca-o a seu serviço. (BENJAMIN, 1991, p. 44-45, tradução nossa)

A moda e o estilo, a apropriação inevitável, em nosso tempo espetacular, dos gestos de revolta, classificados como *atitude*, a supervulorização do corpo juvenil e a criminalização do envelhecimento e expulsão da morte – que corresponderia a uma tentativa de *lavagem* dos limites e apagamento de nossa *parte maldita* – correspondem ao processo descrito por Benjamin. Os gestos urbanos nesses termos estão do lado de tudo o que foi petrificado e exige a cidadania dos cadáveres confundindo-se com o inorgânico – expressão do fetichismo da morte como afirmação do mundo das mercadorias. Por isso que em todos os momentos de sublevação da segunda década

deste século, quando surgiram inesperados movimentos contestatórios desde o Occupy, em Nova York, passando pelos levantes em Londres e Paris, a Primavera Árabe e as ruas de junho de 2013, no Brasil, os analistas vacilaram em classificar os manifestantes como movidos pela revolta política ou pela exigência de mais consumo.

De acordo com Benjamin (2006, p. 61), a fantasmagoria é uma espécie de véu através do qual a cidade familiar aparece “ora como paisagem ora como aposento”. Essa alteração da relação com a cidade como paisagem ou aposento está atrelada ao aproximar-se e ao distanciar-se, e constitui-se como fantasmagoria quando esse movimento de algum modo ilude e não nos permite ver as coisas de maneira acertadamente política. A fantasmagoria também pode, portanto, ser apreendida a partir da experiência dialética da distância e da proximidade desenvolvida por Didi-Huberman (1998, p. 161), sobre a fruição da imagem, quando mobiliza ainda uma outra dimensão dessa discussão que concerne às figuras de aura e do fetiche.

Problematizando a fetichização da imagem de determinadas classes sociais, Ariella Azoulay (2015) propõe abordar a imaginação fotográfica a partir de sua ontologia política, lançando luzes sobre os processos de construção coletiva de imagens. Analisando o gesto fotográfico experimentado por refugiados palestinos em parceria com fotógrafos e artistas visuais, a autora chama atenção para a fotografia como construção de uma classe social, de um imaginário, portanto, diferentemente de como o Estado o fazia. Nesse sentido, a fotografia, para Azoulay (2015), não acontece na imagem que é produzida e guardada (até certo ponto invisibilizada) num arquivo pessoal. Para ela, todo aparato do *fotográfico*, bem como os gestos – a presença dos fotógrafos nos locais dos atentados, o fotografar, o fazer circular a imagem – nele implicados fazem sentido como

parte do *produzir imagens*, uma ação que atravessa os discursos, um gesto político que pode fazer reverberar estruturas existentes ao provocar outros modos de leitura política do mundo. Azoulay coloca em discussão a presença da câmera, os gestos, o corpo do fotógrafo. Esse aparato do *fotográfico*, que Azoulay inclui na sua compreensão de fotografia, consiste numa espécie de véu, nos termos propostos por Moraes (2002), que ao esconder, também dá a ver. A criação de uma representação social pela fotografia, de uma narrativa outra que se opõe à imagem fetichizada criada por uma determinada ordem hegemônica e reproduzida por diversos grupos sociais, constitui assim a criação de um véu que, ao esconder, visibiliza.

Trazemos a figura da fantasmagoria / fetichização como forma de problematizar nossa busca pelos gestos disruptivos e irregulares para nos precaver do romantismo e da obsessão pela decomposição da ordem social.

O *gestus* social e a singularidade gestual

O *gestus* social é parte do pensamento brechtiano para uma teoria de crítica à representação teatral clássica, deformando-a e reconfigurando-a segundo outras formas de visibilidade da representação teatral.

Gestus não significa mera gesticulação. Não se trata de uma questão de movimento das mãos, explicativos ou enfáticos, mas de atitudes globais. Uma linguagem é Gestus quando está baseada num gesto e é adequada a atitudes particulares adotadas pelo que a usa em relação aos outros homens [...]. (BRECHT, 1967, p. 77)

Brecht (1967) dirá que menos importa o desenvolvimento da psicologia do personagem pelo ator, e mais a absorção do conjunto de gestos sociais que o personagem lhe traz. Não se trata da interpretação de sentimentos e emoções, pensando-os como matriz da gestualidade. Em Brecht a gestualidade não vem da emoção: vem de um estudo, de uma análise, e compõe-se o personagem a partir de um conjunto de gestos montados pelo distanciamento. Na forma de expressão do teatro dramático, pelo contrário, se produz no público um quadro hipnótico alienante. “Mergulhada na identificação com os sentimentos do protagonista, a plateia falhou em particular das decisões morais com as quais a trama é feita.” (BRECHT, 1967, p. 45) Comprometido com o materialismo histórico, Brecht percebe a necessidade de um teatro moderno apoiado num efeito de distanciamento que permita combater esta ordem hipnótica (empatia), propondo, assim, uma incursão ao âmbito da tradicional Ópera Chinesa para a criação do Teatro Épico na instância de peça popular.

Na catarse aristotélica, o público se envolve a tal ponto que esquece tratar-se de representação, não se distanciando do personagem numa entrega emocional à trajetória dramática. Não há distanciamento. “Há que combater esta forma de magia. É necessário renunciar a tudo que represente uma tentativa de hipnose, que provoque êxtases condenáveis, que produza efeito de obnubilação.” (BRECHT, 1967) Com a inserção de projeção de filmes, de comentários, de cartazes com textos, denuncia-se o caráter representacional da trama. Procura-se um distanciamento crítico para compreender as decisões daquele homem em cena, aquele homem particular que decide pelas circunstâncias e não pela humanidade geral que ele representaria; o público toma, portanto, uma posição diante daquele personagem que age, empreende um gesto, uma ação, circunscrito ao jogo das circunstâncias.

Nem todos os Gestus são sociais. A atitude de espantar uma mosca não é um Gestus social, ainda que a atitude de espantar um cachorro possa sê-lo, por exemplo de representar a batalha incessante de um homem maltrapilho contra os cães de guarda. Os esforços para manter o equilíbrio numa superfície lisa só resultam em Gestus social se a queda significa um embaraço diante dos outros, isto é, uma perda de prestígio social e de valor no mercado. O gesto de trabalhar é decididamente um Gestus social, porque toda atividade humana dirigida para o controle da natureza é uma tarefa social, uma tarefa do mundo dos homens (BRECHT, 1967, p. 78)

Desse modo, entendemos que o aqui procuramos, ainda que precariamente, definir como gesto disruptivo (ou irregular) se aproxima de alguma maneira da definição de *Gestus* social brechtiano, pois “o *Gestus* social é o gesto relevante para a sociedade, o gesto que permite conclusões sobre as circunstâncias sociais”. (BRECHT, 1967, p. 79)

As quatro figuras aqui evocadas, o *punctum*, a fantasmagoria, o fetichismo e o *gestus* social recolocam, enquanto se constituem como um campo de visibilidades, o gesto urbano ameaçado pelo aparecimento de uma gestualidade irregular, disruptiva – sem nenhum heroísmo – que lacera, esburaca a fina rede de urbanidade. Tecido quase morto, supurado, quando circunscrito ao consumo, a rede não se confunde com o urbano apesar de homogeneizar a mutação incansável dos gestos urbanos. O gesto disruptivo é seu contraponto, soberano e inquieto, torção que deforma o campo do visível e produz a imagem-reversa que nos pune.

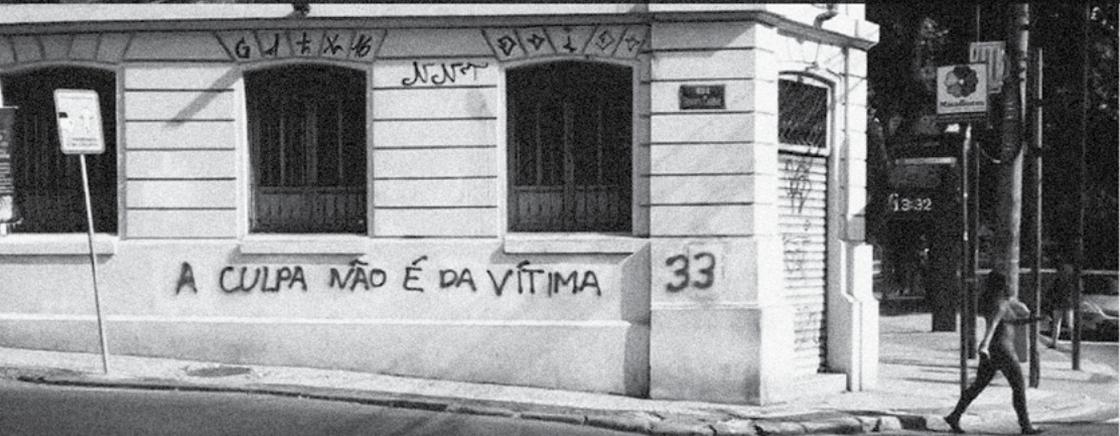


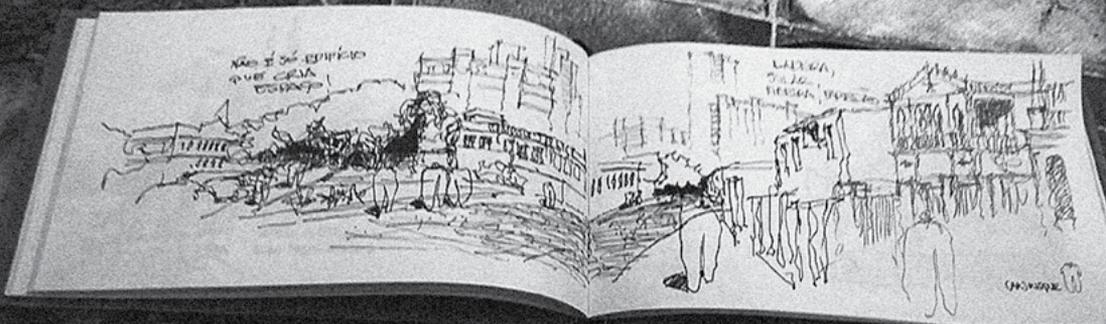












**EMPREITEIRA
DE MÃO-DE-OBRA**

SRG
CONSTRUÇÕES

(51) 3476.5308
(51) 9951.6615

E-mail: srg.ltda@terra.com.br

Empreiteira - PUNHADE EMPREITEIRAS E CONSTRUTORES S.C. Ltda.
CNPJ nº 03.024.000/0001-00 - Rua General Carneiro, 770 - CEP: 911 - Ponta Grossa - PR

1 - Empreiteira de Mão-de-Obra
CNPJ nº 03.024.000/0001-00 - Rua General Carneiro, 770 - CEP: 911 - Ponta Grossa - PR

2 - Empreiteira de Mão-de-Obra
CNPJ nº 03.024.000/0001-00 - Rua General Carneiro, 770 - CEP: 911 - Ponta Grossa - PR

3 - Empreiteira de Mão-de-Obra
CNPJ nº 03.024.000/0001-00 - Rua General Carneiro, 770 - CEP: 911 - Ponta Grossa - PR

4 - Empreiteira de Mão-de-Obra
CNPJ nº 03.024.000/0001-00 - Rua General Carneiro, 770 - CEP: 911 - Ponta Grossa - PR

5 - Empreiteira de Mão-de-Obra
CNPJ nº 03.024.000/0001-00 - Rua General Carneiro, 770 - CEP: 911 - Ponta Grossa - PR

6 - Empreiteira de Mão-de-Obra
CNPJ nº 03.024.000/0001-00 - Rua General Carneiro, 770 - CEP: 911 - Ponta Grossa - PR

7 - Empreiteira de Mão-de-Obra
CNPJ nº 03.024.000/0001-00 - Rua General Carneiro, 770 - CEP: 911 - Ponta Grossa - PR

8 - Empreiteira de Mão-de-Obra
CNPJ nº 03.024.000/0001-00 - Rua General Carneiro, 770 - CEP: 911 - Ponta Grossa - PR

9 - Empreiteira de Mão-de-Obra
CNPJ nº 03.024.000/0001-00 - Rua General Carneiro, 770 - CEP: 911 - Ponta Grossa - PR

10 - Empreiteira de Mão-de-Obra
CNPJ nº 03.024.000/0001-00 - Rua General Carneiro, 770 - CEP: 911 - Ponta Grossa - PR



roína

Fragmentos

O conjunto de fragmentos que se segue tenta explorar os principais desafios que surgiram durante o grupo de estudos Visibilidades, que integrou a 5ª edição do evento Corpocidade, de 5 a 9 de dezembro de 2016 em Salvador. Incurções entre o teórico e o poético, onde pesa menos o rigor acadêmico e predomina a brevidade do instantâneo, os fragmentos exploram narrativas oriundas de problematizações compartilhadas durante a imersão do grupo. Nesse grupo de estudos, os participantes foram estimulados a pensar por imagens, partindo das reflexões apresentadas na Parte 1 deste texto e considerando como objeto de estudo a Festa da Conceição da Praia, que acontece no dia 8 de dezembro na capital soteropolitana – portanto dentro do período do Corpocidade. Tais reflexões, apresentadas aos participantes como provocação, resultaram de discussões em torno do tema gestos urbanos e visibilidades que antecederam o evento e que tomaram lugar entre coordenadores e articuladores desse grupo de estudos. Ali predominou uma abordagem de gestos urbanos como o que escapa aos regimes de visibilidade estabelecidos e legitimados dentro de códigos hegemônicos. Considerou-se como foco do interesse desse grupo de estudos aquelas imagens que inscrevem um regime de visibilidade perturbador de padrões estabelecidos e, portanto, provocador de reconfigurações no modo de ver e perceber a urbanidade. Fundamentaram essa abordagem os conceitos de punctum, de Roland Barthes, de fantasmagoria e fetiche, segundo Walter Benjamin, e de gestus social, a partir de Bertold Brecht. O conteúdo conceitual desse trabalho prévio, cuja elaboração intelectual estava diretamente atrelada à dinâmica de um grupo de estudos pequeno, reverberou pouco, como

provocação, no grande número de participantes do grupo de estudos Visibilidades durante o Corpocidade. Isso se deveu, de um lado, ao caráter teórico e conceitual que essa provocação assumiu em contraste com uma atitude mais experimental e prática, característica de outras edições do evento; mas de outro, a um fator decisivo: a não determinação de um método de trabalho a priori. Um processo, logo aberto e inconcluso, a atividade de pensar por imagens, a partir do objeto comum de estudos “festa de largo”, trouxe ao trabalho daqueles dias novas variáveis, o que necessariamente colocou ao grupo tarefas de elaboração e experimentação que exigiram agilidade para levá-las a termo. Isso nos obrigou a reconfigurações não somente no nosso modo de ver (e dar a ver) a urbanidade de Salvador mas também na nossa compreensão das relações sociais (e de poder) que estabelecem as territorialidades urbanas, inclusive as acadêmicas.

Gesto da ausência: não estamos

Da experiência de apreensão e narração do visível pelo fotografar, o olhar que toca, aproxima e distancia, que determina a existência de específicos gestos urbanos como um ato de construção de presença pela narrativa visual, quais gestualidades são possíveis de se fazer caber em uma imagem? Salvador, 8 de dezembro de 2016. Dia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, santa padroeira da Bahia. O observador e construtor de visualidades a procura do instante fotográfico, ora se vê diante de passos que caminham na cadência da fé, ora segue os mesmos passos daqueles que se movem no ritmo da profanação. O espetáculo da festa parece

estabelecer, diante do olhar equipado com o dispositivo técnico-científico (BENJAMIN, 2012), uma casca espessa que dificulta a experiência da alteridade. Diante da procissão de gestos urbanos, a prática fotográfica, enquanto ação de se gerar visibilidades e, simultaneamente, também de invisibilizar, legitima-se na condição de gesto político. Supõe-se ser capaz de provocar desestabilizações na trama posta sob tensão pelo jogo fantasmático de obscuridade e luminosidade, de ocultação e aparição. Porém, o exercício de se vivenciar a festa para se discutir gestos urbanos sob o viés daquilo que é visível parece tratar de uma experiência da insuficiência. Como, portanto, narrar aqui uma experiência da insuficiência? É possível iluminar tal experiência a partir dos vestígios visuais operados ao longo da caminhada? Assim como o fluxo marcado pelos passos deixando rastros pela passagem, a fotografia e o vídeo-registro são capazes de disparar suspensões que contribuam com a discussão de gestos urbanos?

“Não estamos” – diz a imagem que de alguma forma tenta narrar uma fração da festa. A contestável materialidade decorrente da relação entre sujeito e mecanismo técnico, relação que altera, edita, recorta, fragmenta, passa a determinar um possível gesto da ausência. Estar presente, mas não fazer parte. Corporifica-se a ausência, insere a ela condição de existência. A ausência cabe no anteparo? A imagem dá conta de uma ausência, dá conta do gesto da ausência? Que imagem narra a experiência da não presença que se presentifica? Cristalizar o gestual em imagens produzidas por um anteparo, a fim de fazê-lo reverberar na malha urbana, seria uma armadilha da despotencialização da existência do próprio gesto? Não seria um equívoco ético-político dar forma visível à ausência? Parece conveniente lembrar aqui que a luz que ilumina os vagalumes é aquela que também os extingue. (DIDI-HUBERMAN, 2011)

Não está em debate o fracasso ou a inoperância da dimensão do manifesto, do declarado, do evidente, ou ainda da confabulação desta mesma dimensão, mas, sim, a provável condição luminiscente que leva à impotência ou enfraquecimento da própria potência de existir de determinada gestualidade.

Gesto interruptivo: materialidades

Gesto inesperado: levantar-se, ir no meio de uma roda, abrir uma sacola de plástico, virar a sacola e deixar com que os objetos caiam, sair ainda em silêncio. No chão, vestígios de uma festa onde sagrado e profano dialogam: latas, flores, propagandas e orações. Este gesto, que aqui chamamos de gesto interruptivo, não é mero movimento corporal involuntário, mas movimento no qual a liberdade se exprime para “se revelar ou de se velar para o outro”. (FLUSSER, 2014, p. 17) De alguma maneira, este gesto tornou instável e reconfigurou a sequência de relatos das experiências vividas durante a festa de largo e evidenciou que as tentativas de explicá-la são insuficientes: Afinal, como interpretar o que não alcançamos?

Se o grupo de estudos Visibilidades, em seu plano de atravessamento propôs discutir gestos urbanos a partir de imagens em anteparo e se por anteparo entendemos as “diversas técnicas empenhadas na corporificação de uma imagem”, catar objetos durante a festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia e apresentá-lo no gesto descrito anteriormente encaixa-se claramente com a proposta. Catar foi a ação, a técnica empregada para buscar fragmentos da festa, objetos que agrupados em outro tempo-espço não tem

pretensão de explicar o que foi visto ou vivido, mas surgem como vestígios e permitem que outras leituras sejam feitas.

O gesto interruptivo, ao despejar os objetos no chão, revela a não possibilidade de síntese, ou mesmo de interpretação: não há o que dizer, não há verdades a serem ditas. Trazer a materialidade da festa, não é gesto que procura representá-la, mas *apresentar* alguns de seus rastros (e não todos) deixados pelas ruas do centro de Salvador.

Gesto da negação: crítica ao produtivismo e feira de ciências

Negar-se a. Não estar de acordo. Materializar um produto banal. Precariedade intencional. Estar diante de uma feira de ciências. O que resta a ser exposto enquanto materialidade extraída da experiência do que o próprio rasgo de descontentamento?

Algumas provocações lançadas aos participantes durante a dinâmica do grupo de estudos Visibilidades reverberaram de forma dissensual. Apesar da preocupação da organização em ressaltar o caráter processual do que se esperava enquanto materialidade a ser apresentada na finalização do evento, um grupo formado por individualidades acostumadas à discussão sobre o visível, cientes de que o debate de visibilidades vai além da necessidade da produção de imagens não se submeteu a uma proposta que, apesar de não ir em busca de um resultado específico, beirava o produtivismo imediato.

A indicação de uma locação específica; a necessidade da criação de uma materialidade a ser apresentada; a orientação que parecia imperativa não convenceu. Fugir do “esperado” parecia um

possível caminho para uma crítica latente aos olhos daqueles que buscavam o encantamento pela imagem.

O gesto de negação surgiu no corpo daqueles que questionaram o lugar da imagem enquanto produto. Tratá-la desta maneira seria, assim, cair em superficialidade; poderia estimular a repetição ou abraçar o risco de banalizar o debate. Assumir a necessidade de uma materialização seria aceitar a temporalidade do imediato e satisfazer-se com o produto em si.

E o que apresentar diante da negação da dinâmica proposta? Corporificar a imagem. Rasgar os registros impressos das ruínas que sobrevivem à festa de largo em que precisaram estar. Amassar. Rechaçar a linguagem. Não levar aquilo que foi produzido. Projetar contornos. Palavras escritas a mão. Cartolina na parede. Rejeitar através da provocação de um produto precário.

É impossível separar a potência do rasgar presente no corpo do participante de um processo de construção e proposição do evento. Foi preferível a banalização a consentir com a insuficiência da materialização de um produto. O corpo que grita na tentativa de desestabilizar a proposta é mais uma vez um gesto que aparece enquanto não. Não estamos, não há verdade a ser dita, a materialidade não dá conta. O que fica é o resto, a força no ato de rasgar saturado em descontentamento, uma problematização da imagem em um gesto de negação.

Gesto de fotografar: *selfies* e o fetiche do dispositivo

Quase todas as pessoas que se aproximavam da imagem da santa na festa da Conceição da Praia, no dia 8 de dezembro de 2016,

em Salvador, Bahia, realizavam um gesto muito similar: o da persignação, consagrado pela Igreja Católica? Não, o gesto de fotografar. Não menos sagrado nem mais profano – é a discussão que pretendemos iluminar com esse fragmento – do que o inscrever de nomes nas fitas aos pés da estátua, do que o esguichar de água de cheiro ou o suspender das chaves em pedido de benção. Fotografar a imagem da santa, colocando-se ou não diante dela, era um gesto repetido inúmeras vezes, por centenas de pessoas, e expandia-se do levantar de mãos, mirar o alvo e disparar, para o mostrar ao familiar ou companheiro de procissão, selecionar, apagar e outras complementaridades.

A insistência dessa sequência de gestos com variações infundáveis, incluindo as *selfies*, motivou alguns participantes do Visibilidades a realizar fotografias, no lugar de sujeitos que se utilizam desse gesto como processo de subjetivação, inscrevendo-o dentro de uma investigação que se insere num regime estético. Entre o gesto de fotografar que era investigado e o próprio gesto de fotografar que rendeu este estudo não haveria nenhuma diferença. Sobretudo se pensarmos que ambos gestos resultam na produção de um tipo imagem que segue os mesmos procedimentos básicos (a sensibilização de uma superfície pela incidência da luz). (FLUSSER, 2011) Mas se adentrarmos a discussão sobre os regimes de visibilidade (RANCIÈRE, 2012) que são mobilizados com esses gestos, Fontcuberta e Parr (2016) colocariam aí uma diferença quase abismal: de um lado estaria um regime de visibilidade élfico e de outro um regime sélfico.

Como regime de visibilidade élfico entendemos, a partir de Fontcuberta, tratar-se de um sistema de produção e circulação de imagens fotográficas agenciado por sujeitos que se utilizam do gesto fotográfico como processo de subjetivação para inscrever-se,

no entanto, dentro de um debate da alteridade, que não exclui as intencionalidades desses sujeitos fotógrafos, as quais são definitivas do próprio processo de produção da imagem. Esse regime de visibilidade, na esteira da tradição moderna dos grandes nomes, como Henri-Cartier Bresson, Robert Frank ou Diane Arbus, atinge a dimensão élfica – provocação de Fontcuberta e Parr (2016) – por se legitimar como operação visual que mistura identidade (a visibilidade/estética própria do fotógrafo/a) e alteridade (supostamente o que esse fotógrafo/a dá a ver, para onde ele/a aponta).

Como regime de visibilidade sélfico entendemos, também a partir de Fontcuberta, um sistema de produção e circulação de imagens fotográficas agenciadas pelo qualquer e construídas prioritariamente em função de inscrever, dentro de uma narração, a presença do sujeito numa determinada situação. Mais do que inscrição num debate estético-ético – dentro do qual as intencionalidades élficas (que alteridade se pretende dar a ver e como) afetam o processo de produção das imagens – as intencionalidades sélficas atravessam o processo de subjetivação pelo fotográfico para priorizar o localizar do indivíduo qualquer, autor da foto, como centro da ação, e inscrever sua fotografia como vestígio, rastro, resto de uma ação urbana. No regime sélfico, o gesto fotográfico cria uma visibilidade para o obscuro, isto é, evidencia na cena aquilo que antes ficava fora dela: o próprio fotógrafo. Pois se no regime élfico a presença do fotógrafo aparece na construção visual da imagem, no regime sélfico, esse corpo que ficava fora de cena – ainda que determinante para a construção da mesma cena – passa a ocupar um lugar central, substituindo a visibilidade de uma suposta alteridade pela visibilidade do indivíduo como parte de uma situação urbana.

Entre élfico e sélfico, como caracterizações extremas de diferentes regimes de visibilidade na fotografia, o que percebemos com a

investigação fotográfica na festa da Conceição da Praia, em Salvador, foi a necessidade de problematizar uma crítica generalizada ao gesto de fotografar, incluindo o gesto das *selfies*. Isso porque desconfiamos que essa mesma crítica evita o enfrentamento que o regime sélfico nos coloca e que para nós se fez incontornável durante a festividade. Isso não significa que pretendemos realizar necessariamente um elogio ao regime sélfico de produção de imagens, mas que, por meio da investigação fotográfica, somos demandados a adentrar as nuances desses regimes e perceber seus matizes sem nos precipitarmos numa condenação apriorística baseada exclusivamente em argumentos élficos, portanto extrínsecos a essa outra lógica. A reprovação apriorística do gesto fotográfico barra a possibilidade de problematizar a produção de imagens pelo qualquer e nos reconduz ao fetiche do dispositivo como produtor de novas visibilidades. (RANCIÉRE 2012) Quais meandros de imaginação urbana poderemos acessar se suspendemos essa espécie de censura apriorística à imagem e se nos arriscamos, como sugere Foncuberta (2016), nesses desvios colocados aos regimes de visibilidade élficos já instituídos?

A aproximação desses fragmentos com os conceitos que pincelamos inicialmente neste texto evidencia os meandros vários da discussão de Visibilidades. Sublinhamos, por fim, o que desconfiamos ser uma dimensão comum: a de um querer-se aberto ao fora – tanto do pensamento quanto de um real. Interessa-nos ainda esse algo sem nome que ao escapar se avizinha e se insinua no imaginário com a força luminosa de uma aparência. Como bem disse o escritor Wiliam Bourroughs, “O que quero fazer é aprender a ver mais o que está lá fora, olhar para fora, atingir tanto quanto possível uma [...] percepção do que nos cerca.” (MAFFEI, 1988)³ ■

1. Sobre essa utilização do conceito de *punctum*, verificar Hal Foster, em *O retorno do real* (2014), nas análises da estratégia de repetição que empreende sobre as obras de Andy Warhol.
2. “Paris, capital do século XIX”.
3. Entrevista conduzida por Conrad Knickerbocker, publicada na *Paris Review*, n° 35, outono de 1965 e republicada no livro “Os escritores: as históricas entrevistas da *Paris Review*”, organizado por Marcos Maffei, São Paulo: Companhia das Letras, 1988, de onde foi extraído esse trecho.

Referências

- AZOULAY, A. *Civil imagination: a political ontology of photography*. Londres: Verso, 2015.
- BARTHES, R. *A câmara clara*. Tradução de Júlio Castñon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2006.
- BENJAMIN, W. Paris, capitale du XIX siècle. In: BENJAMIN, W. *Écrits français*. Paris: Gallimard, 1991. p. 371-400.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BRECHT, B. *Teatro dialético*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.
- CAFFIN, C. H. *Notas de lugar nenhum*. [S.l.]: Chão da Feira, 2016. (Série RAMA).
- DIDI-HUBERMAN, G. *O que vemos, o que nos olha*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos vagalumes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FONTCUBERTA, J.; PARR, M. Dança séléfica. *Revista Zum*, São Paulo, n. 11, 2016.

- FOSTER, H. *O retorno do real*. Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac Naify, 2014 .
- FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta*. São Paulo: Annablume, 2011.
- FLUSSER, V. *Gestos*. São Paulo: Annablume, 2014.
- MAFFEI, M. (Org.). *Os escritores: as históricas entrevistas da Paris Review*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- MORAES, E. R. *O corpo impossível*. São Paulo: Iluminuras, 2002
- RANCIÈRE, J. *O destino das imagens*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.



TEMPORALIDADES

Paola Berenstein Jacques

Cícero Castro

Janaina Chavier

Dilton Lopes

Igor Queiroz

Leonardo Vieira

Osnildo Adão Wan-Dall Junior

Heterocronias urbanas e *gestos aberrantes*

O anacronismo, desde logo, poderia não ser reduzido ao que todo historiador patenteado considera espontaneamente um horrível pecado. Ele poderia ser pensado como um momento, como uma pulsação rítmica do método, fosse ele seu momento de síncope, fosse paradoxal, perigoso como o é necessariamente todo risco.

Georges Didi-Huberman (2015)

Como atualizar a ideia, proposta por Aby Warburg, de *Nachleben*, traduzida como sobrevivência?¹ Como pensar as sobrevivências de *gestos urbanos* de uma determinada época que emergem em outras distintas, provocando um choque entre tempos heterogêneos? Parece-nos que precisamos repensar o uso do anacronismo, ainda visto por muitos historiadores como um “pecado capital” a ser evitado, uma profanação da própria história,

“o diabo da história”, como se refere Georges Didi-Huberman (2013), ao propor o uso de anacronismos de imagens – pensando a imagem como conceito, ou gesto, e não somente como suporte iconográfico – como fundamentais para o campo da história da arte. De que forma podemos trabalhar com esses anacronismos gestuais, ou melhor, como podemos “correr o risco” do anacronismo? Como superar o medo paralisante do anacronismo de uma história que se restringe ao eucronismo? Seriam as anacronias, como Jacques Rancière (2011) prefere chamar os anacronismos, *gestos aberrantes*, seguindo a ideia de “movimentos aberrantes”, de Gilles Deleuze (2005)? Movimentos anormais, que se furta de seu centro, de sua centragem, e escapam às relações de número e linearidade, atestando uma anterioridade do tempo e evidenciando a existência de outras lógicas ou, como Ana Clara Torres Ribeiro (2005) nos aponta, outras racionalidades alternativas?

A aceitação de um “uso controlado” do anacronismo, conforme nos indica Nicole Loreaux (1992) em seu *Elogio do anacronismo*, não pressupõe uma recusa do eucronismo, e também não se trata da proposta de um anacronismo vulgar, mas sim de considerar a complexidade de tempos, através das sobrevivências, das emergências de outros tempos, das reminiscências, dos excessos, das sobras e dos restos de tempos distintos que sobrevivem, ou ganham uma sobrevida, em outros tempos, ou seja, que vivem além de seu próprio tempo, ou ainda, através daquilo que se mantém vivo na memória. A memória involuntária é sempre anacrônica, assim como são os sonhos. Memórias e sonhos são montagens de tempos (e espaços) distintos, uma mistura de tempos heterogêneos que podemos chamar de *heterocronia*.

o artista Hélio Oiticica, esse choque de tempos distintos, que mostra a coexistência de tempos heterogêneos? Se, seguindo o artista, que dizia que “a pureza é um mito”,² podemos dizer que a eucronia é um mito de pureza temporal, como trabalhar essas heterocronias, polirritmias no campo da história, em particular, das cidades e do urbanismo?

Walter Benjamin (1987c), em seu texto sobre o surrealismo, levanta a questão de outros tempos contidos em espaços e objetos obsoletos e nos mostra a força das “energias revolucionárias do antiquado”, que podemos relacionar com a ideia de sobrevivências de Warburg, ou ainda, com nossa proposta de *gestos aberrantes*, que passariam a estar relacionados aos objetos e, também, aos espaços urbanos. Seria a proposta de “iluminação profana” surrealista, que parte de objetos e espaços urbanos antiquados – ou em vias de desaparecimento, sobreviventes de outro tempo –, um tipo de sobrevivência, um gesto aberrante que quebra a linearidade do tempo positivista, da ideia de progresso e cronologia linear, ao mostrar o cruzamento, o choque entre tempos heterogêneos em um mesmo objeto ou espaço urbano?

Podemos dizer, com Jeanne Marie Gagnebin (1999), que, nesses gestos, “a lembrança do passado desperta no presente o eco de um futuro perdido” – e que, portanto, deixa de ser perdido, podendo ser retomado? Benjamin (1985), em “Paris, capital do século XIX”, cita Jules Michelet em *Futuro! Futuro!*: “Cada época sonha a seguinte.” O sonho de futuro – como a memória do passado – é intrínseco, imanente ao presente vivido.

Como incorporar os tempos das memórias involuntárias e dos sonhos, como relacionar essas experiências oníricas e mnemônicas

com as narrativas históricas para quebrar, fissurar e atravessar as linearidades e simplificações temporais – como ocorre no famoso caso da *madeleine*, em Marcel Proust (2006), tão bem estudado por Benjamin (1987a)? O que seria o equivalente da experiência da *madeleine* nas cidades? As ruínas arquitetônicas, as práticas e os gestos urbanos de outros tempos que sobrevivem? Seria essa uma experiência de gesto aberrante que provoca um choque de tempos heterogêneos, uma heterocronia urbana?

As *heterocronias urbanas* seriam essas coexistências de tempos distintos nas cidades, coexistências não pacificadas, que causam estranhamentos, conflitos, choques. Seriam como descompasso, arritmias, um tipo de furo ou rasgo que abre um tempo dentro do outro, que cria uma brecha ou desvio temporal, onde temporalidades múltiplas podem emergir; um tipo de solução ou tropeço que rechaça qualquer lógica temporal positivista, linear ou teleológica: montagens de tempos heterogêneos.

Montagens e desmontagens de tempos urbanos heterogêneos³

Atlas é um trabalho de montagem no qual tempos distintos aparecem juntos.

É um choque.

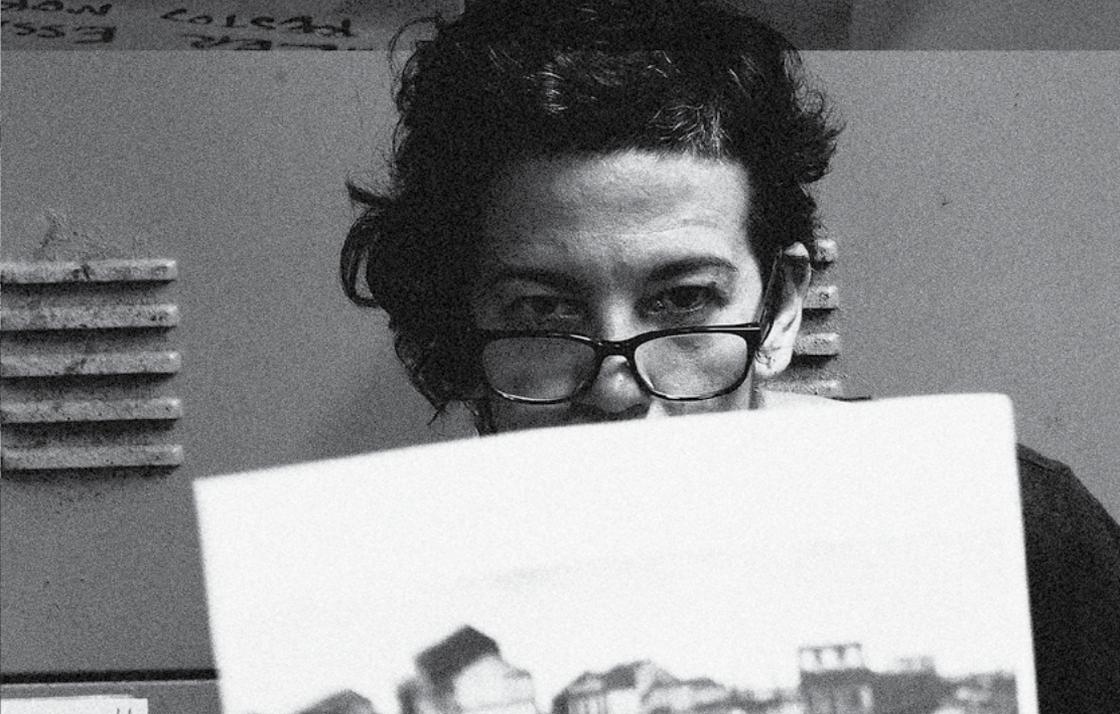
Georges Didi-Huberman⁴

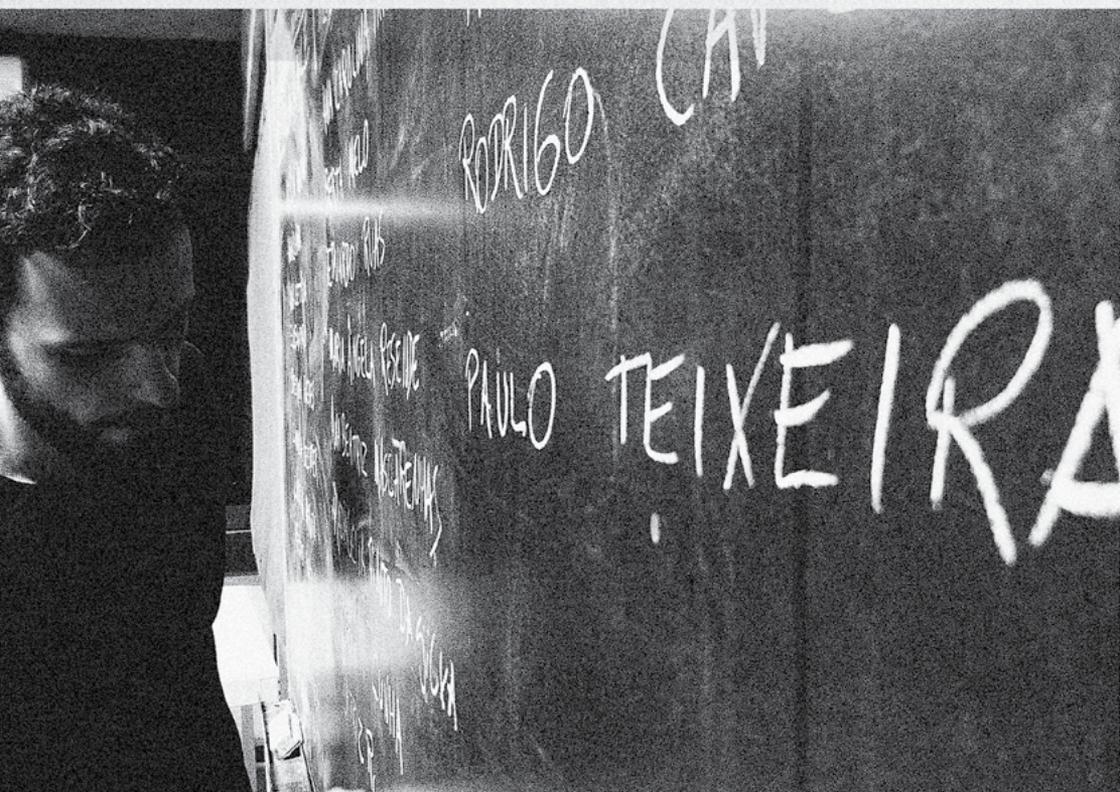


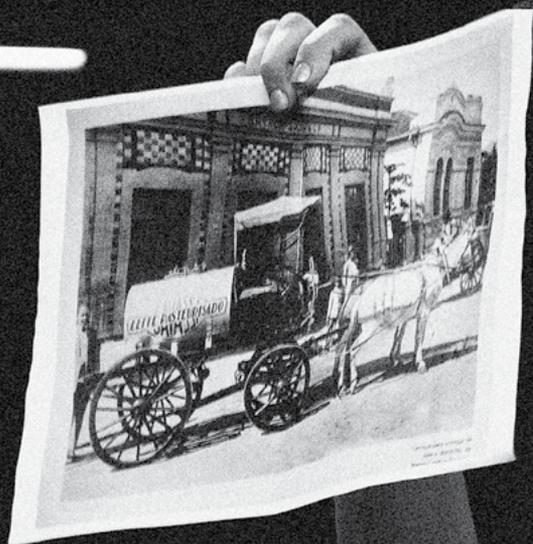
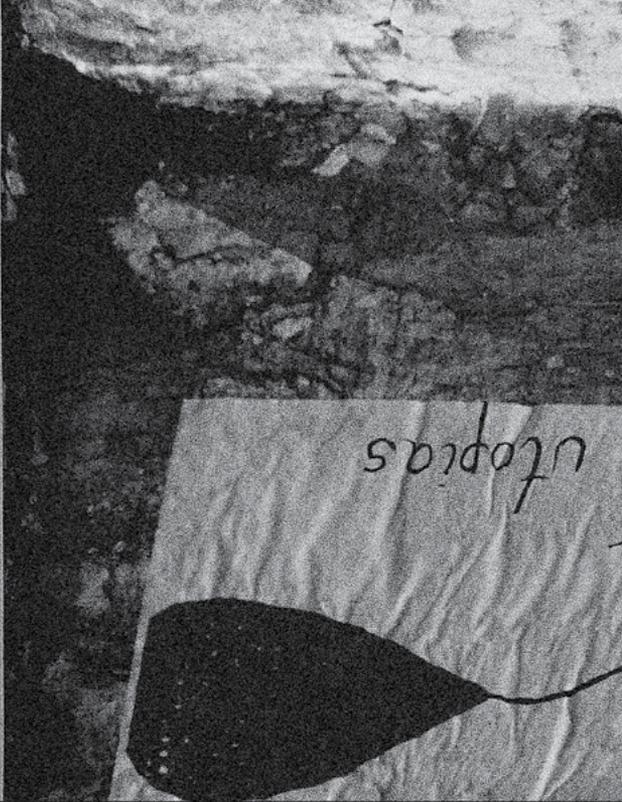


MINHA MULHER E MAIS
FAMILIA QUE ESTAM
SARCO; E NESSE DIA M
TRATAMENTO DESSA UMA
DE TODOS

ESSA
PRATO











no momento de voltar em 1974

BARRETOES

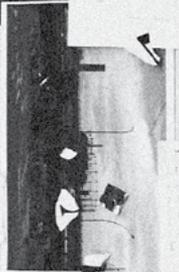
ARRAÇÃO
SÓCIO
CARRCO
AUDE
MOR
NTE
3241-57
3241-15

M

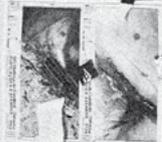


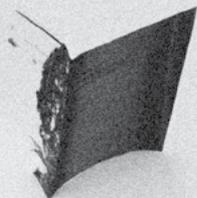
Small rectangular paper scraps at the top of the page.

FAZ AMAP...
324...
AMOR (71)
FREGO...
TOS...
VIARRAÇÃO



AMOR





DIAGRAMA

1. El espacio físico y social del barrio de San Marcos, en Lima, se caracteriza por su estructura urbana y social, que ha sido moldeada por la historia y la geografía.

2. El barrio de San Marcos es un espacio de diversidad cultural y social, donde se encuentran personas de diferentes estratos sociales y culturas.

3. El barrio de San Marcos es un espacio de resistencia y lucha social, donde se han desarrollado movimientos populares que buscan la transformación del espacio urbano y social.

4. El barrio de San Marcos es un espacio de memoria y identidad, donde se conservan vestigios de la historia y la cultura del pueblo.

5. El barrio de San Marcos es un espacio de esperanza y futuro, donde se están desarrollando proyectos de desarrollo urbano y social que buscan mejorar la calidad de vida de sus habitantes.



ACCIÓN SOCIAL - CASAS DE

El barrio de San Marcos es un espacio de diversidad cultural y social, donde se encuentran personas de diferentes estratos sociales y culturas. Este espacio ha sido moldeado por la historia y la geografía, y se caracteriza por su estructura urbana y social.

El barrio de San Marcos es un espacio de resistencia y lucha social, donde se han desarrollado movimientos populares que buscan la transformación del espacio urbano y social. Estos movimientos han sido fundamentales para la creación de espacios públicos y la mejora de las condiciones de vida de sus habitantes.

El barrio de San Marcos es un espacio de memoria y identidad, donde se conservan vestigios de la historia y la cultura del pueblo. Estos vestigios son importantes para la construcción de una identidad colectiva y para la preservación de la memoria histórica.

El barrio de San Marcos es un espacio de esperanza y futuro, donde se están desarrollando proyectos de desarrollo urbano y social que buscan mejorar la calidad de vida de sus habitantes. Estos proyectos son fundamentales para la transformación del barrio y para la creación de un espacio más justo y equitativo.



EVANÇULAS

PEJOS

CADOUVE
SUBIETE
ABERUA
ASSUME
GEST

~~GESTOS DE MORAR, GE~~

~~GESTOS CONDIANOS ENTRE TX~~

D QUE APARECE SEM PAR

PASSOS

PROFANAÇÃO

QUE
ABRÃO
RIANTE
HBRAN
ESTOS

ESTOS

FANTASMAS

ABERRAÇÕES LUMINAÇÃO
APRECIER E UMA SUBVERSÃO

AGE

CHOQUE

ASSOMBRAR

DESAPARECIDOS

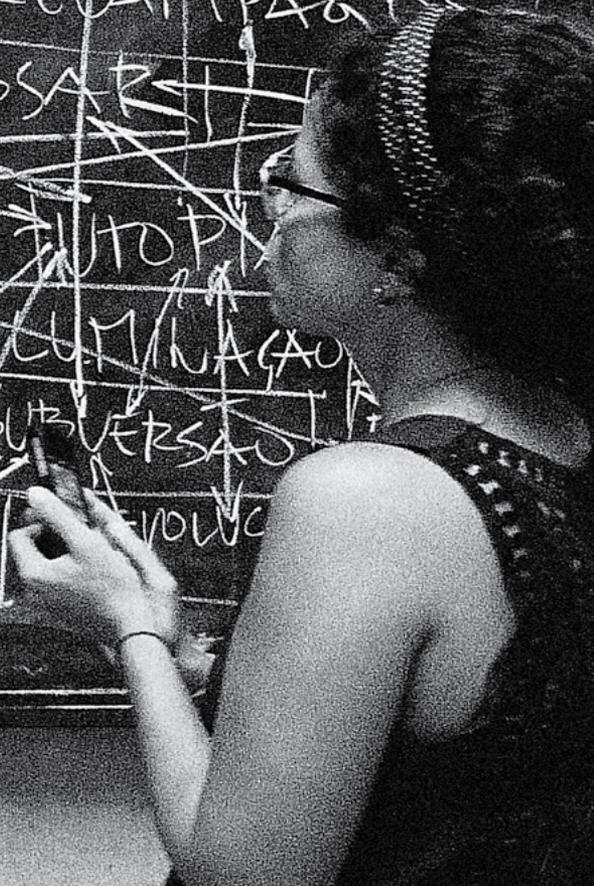
REVAMPAGENS

PASSAR

EUTOPIA

LUMINAÇÃO

NOUVE



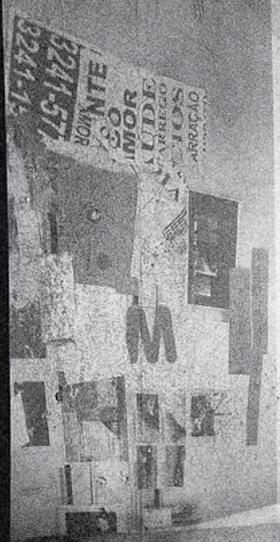
ENTRE TROPEÇOS, GESTOS E PASSOS

ENTRE TROPEÇOS E DESCOMPASSOS, GESTOS PASSAM E UTOPIAS

QUE APARECE SEM PARECER É LIMA SOB O CÉU

ENTRE TROPEÇOS
E DESCOMPASSOS,
GESTOS PASSAM
E ECOAM

gestos
gestos



passar

sobras
prostração

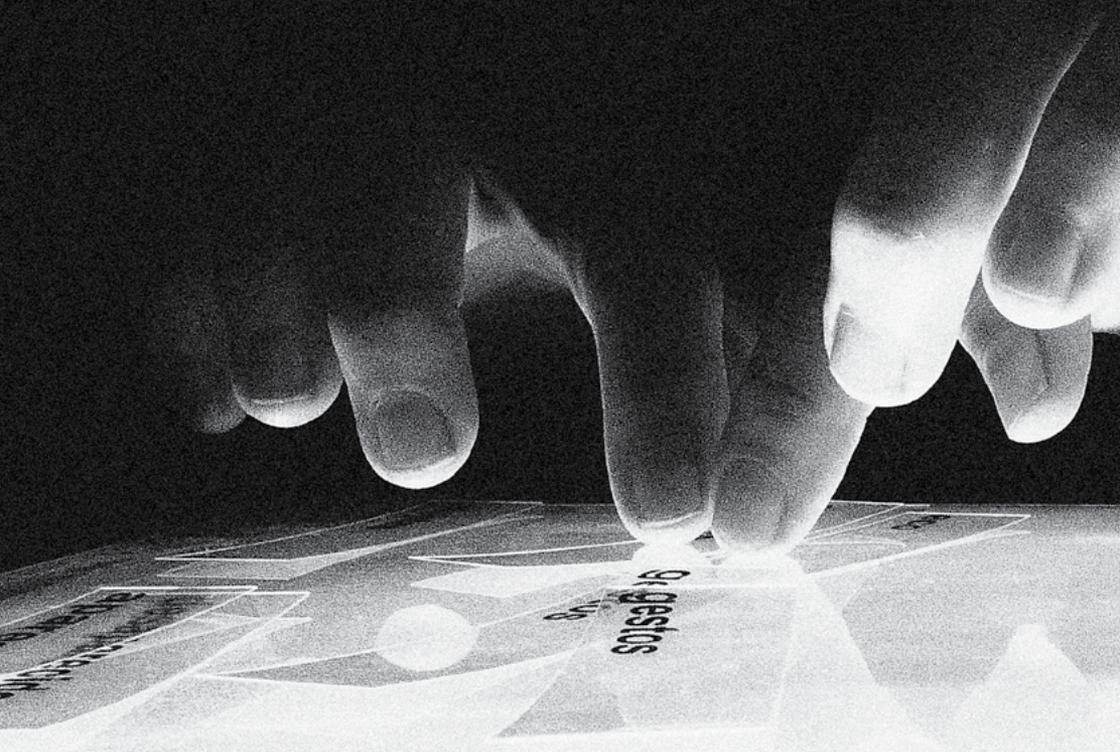
utopias

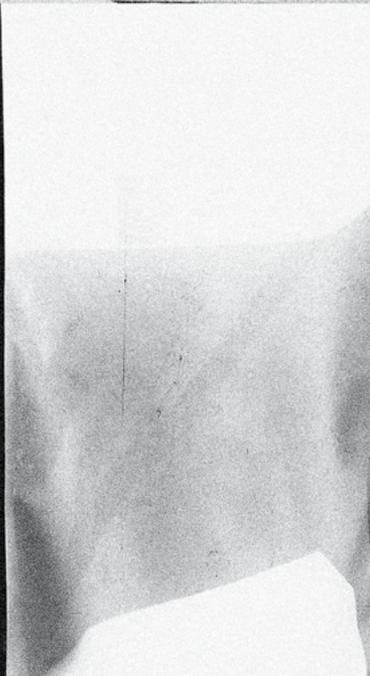
QUE APARECE SEM PARECER É UMA SUBVERSÃO

descompassos

DE ADORAR, GESTOS DE PASSAR

ASMAS E UTOPIAS





Materialidade e corporalidade dos diferentes tempos e gestos do Centro Antigo de Salvador

Não se deve dizer que o passado ilumina o presente ou que o presente ilumina o passado. Uma imagem, ao contrário, é aquilo que o Outrora encontra, num relâmpago, o Agora, para formar uma constelação.

Walter Benjamin (2009)

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de 'agoras'.

Walter Benjamin (1987b)

A coexistência de diferentes tempos está evidente na materialidade da cidade. No tempo do “Agora” estão presentes as sobrevivências de gestos do “Outrora”, mas não de um passado histórico e linear. Referimo-nos às sobrevivências de “Outrora”, que irrompem, emergem no “Agora” e que, portanto, provocam choques de tempos heterogêneos. São resquícios de diversos tempos: de diversos planos de futuro passados que acompanham a história do lugar (materializados ou apenas idealizados);⁵ de diferentes temporalidades, associadas às práticas urbanas (oficiais ou desviantes); de planos de futuros (im)postos no presente, que não param de irromper.

A proposta de buscar tempos heterogêneos, ou tempos de “Outrora”, na cidade do “Agora”, significou envolver corporalmente os pesquisadores em diálogo com o espaço urbano. Mas

como ir em busca de tempos distintos – ou seriam “tempos perdidos”, como se referia Proust? Em quais vibrações estariam os tempos heterogêneos da cidade? Em que gestos e materialidades? Em qual(is) recorte(s) cronológico(s) de tempo dever-se-ia dar esta experiência de apreensão urbana?

A dinâmica proposta – imbricação corpo/cidade para o entendimento das diversas maneiras que o tempo é percebido/construído – alterou significativamente as discussões prévias que tendiam a permanecer mais abstratas e teóricas. Percorrer as ruas e ladeiras de parte do (hoje) Centro Antigo de Salvador afetou-nos sobre como as materialidades inerentes aos gestos urbanos implodem em diversas temporalidades, quer seja da própria cidade, nas suas ruínas e seus restos, ou em seus gestos de passagem, em breves lampejos que costuram, sobretudo, espaços marginalizados do tecido urbano, fazendo emergir daí diferentes sociabilidades, disputas, tensões e resistências.

Dividida desde a sua fundação, Salvador viu a sua topografia definir uma Cidade Alta (cidade-fortaleza) e uma Cidade Baixa (cidade-porto), e, nesses contrastes urbanos, rampas, guindastes, planos inclinados, elevadores e ladeiras construíram, historicamente, as conexões entre essas duas cidades:

Um dos maiores desafios dos diferentes processos de modernização que buscavam transformar a antiga cidade da Bahia na cidade moderna de Salvador, sonhando romper com o passado de cidade colonial, foi a constituição de redes de serviços urbanos, sobretudo de transportes e, em particular, a articulação entre os dois diferentes níveis da falha geológica de Salvador: Cidade Alta e Cidade Baixa. O transporte vertical, com planos inclinados e elevadores, foi fundamental para a criação de um sistema moderno, uma rede

de transportes urbanos integrada com os novos bondes, uma vez que as antigas ladeiras eram tidas como resquícios antiquados da labiríntica cidade colonial. (JACQUES, 2014, p. 89-90)

Como espaços de passagem, de transporte e de circulação de pessoas e mercadorias, as ladeiras foram construindo dinâmicas urbanas pelo trânsito cotidiano no subir e descer. Se, de um lado, as ladeiras são facilmente caracterizadas na literatura e no imaginário popular como área dos malandros, espaços de “canto”⁶ para os escravos de ganho, de gente negra, zonas de prostituição e malandragem, onde os marinheiros se divertiam e os boêmios farreavam, embebidos no mistério que recai sobre a cidade sob o manto de negrume da noite (AMADO, 1945); de outro, elas continuam aspirando ao futuro, sendo a materialização do porvir de dias melhores para o sofrimento cotidiano de gente pobre da cidade. Passagens como: “para o futuro sobem as ladeiras da cidade da Bahia” (AMADO, 1945, p. 301) ou “as ladeiras eram os braços da cidade esticados para o céu” (AMADO, 2011, p. 71) traduziriam a força, a potência e a resistência de um povo face às dificuldades de uma vida árdua e de muito suor. (AMADO, 2011)⁷ Se aqui reina a ideia de um tempo efêmero, do tempo da passagem, como perceber nesses espaços; nas ladeiras que aspiram à época seguinte, encaminhando-se para o seu despertar (BENJAMIN, 1985, p. 43), sobrevivências e latências que atravessam os tempos e nos chegam em sopros gestuais como reminiscências desse passado?

As principais condicionantes para a escolha do sítio de fundação da nova capital da colônia portuguesa, em 1549, apontavam para a estratégia de localização das fortalezas (a Cidade Alta) e para as condições necessárias para a existência de um porto para os navios mercantes que iam e viam entre a Europa e suas colônias

no Novo Mundo. À extensa área de orla poente da cidade, que hoje se comunica com o alto através de elevadores, planos inclinados e ladeiras, deu-se o nome “a Praia”, ou Cidade Baixa, ou, ainda, Comércio, como a conhecemos atualmente.

No Comércio do “Agora”, além da palpitação cotidiana da maré de gente, que enche as ruas de dia, mas que reflui à noite, há ainda o tempo derramado dos aterros ao longo dos séculos e o tempo dos fluxos de capital que ali instalou fábricas e prédios de escritórios – um capital que também reflui, abandonando seus prédios e, sobretudo, os planos de futuro para aquele lugar –, ou, em um movimento de contramaré, volta a fluir, transformando trapiches em restaurantes de grife ou em casas de espetáculo noturno. Ocupações evidenciam o que acontece de várias outras maneiras, em gestos menores, nos movimentos dos espaços entre os edifícios, de forma planejada ou, na sua maioria, improvisada.

No centro do Comércio o nome de uma ocupação – Luísa Mahin – retoma outra época, mostrando que um outro tempo não pacificado pode irromper e se fazer também presente. As portas e janelas tamponadas dos imóveis abandonados pelo bairro são gestos urbanos que reservam aquele lugar para outro tempo, negando o presente. O nome da ocupação também é, portanto, um gesto de inauguração: cria-se o presente naquele espaço. Em vez de esperar este tempo acabar para outro começar, a ocupação faz outro tempo no “Agora”. Luísa Mahin participou da Revolta dos Malês em 1835, ocupando espaços também proibidos. Hoje, entre os vários imóveis abandonados da Cidade Baixa, seu nome ressurge na ocupação aberrante, conflituosa, como foi no século XIX: a ocupação de um espaço de forma irregular é também o choque de outros tempos. A Revolta dos Malês não foi simplesmente destruída como uma etapa vencida na linearidade do

progresso colonial: ela foi controlada, contida, apagada ali, mas sobreviveu, resistiu, reacendeu em outro lugar, em outro tempo.

Contra a pureza do tempo histórico pacificado, à “tradição dos oprimidos” – segundo a conhecida expressão de Walter Benjamin⁸ – costuram-se outras histórias no texto linear da versão oficial. O ato corporal de ocupar, habitar, permanecer, durar onde não se deve, instaura um outro tempo que não é anacrônico – já que pertence também ao “Agora” e não mais ao “Outrora” –, mas cria uma heterocronia, já que se comunica com outro tempo e nega a narrativa temporal que aquele edifício narrava antes de ser ocupado. O tempo de então sobrevive assim no tempo presente instaurado – seja pelo confronto, seja pela subversão –, que evita o embate direto como o comércio informal espalhado pelos intervalos também ocupados do bairro.

Percebemos uma materialidade palpável: as construções de pedra, os aterros, as ruas alinhadas, as construções que são o contraespaço do movimento – as pedras que são o fundo do cenário para os gestos dos atores, mas também participantes da coreografia; gestos petrificados, gestos tornados pedra,⁹ pela ação daqueles que a ergueram, no acúmulo dos tempos históricos. Há, sobretudo, a materialidade dos corpos que, pela trama dos seus *gestos-fio*,¹⁰ percorrem e habitam essa materialidade, criam campos no espaço. Esses campos são constituídos pela disposição diária dos fluxos e usos coletivos: da feira que ocupa as ruas de maior tráfego, dos ambulantes que sobem e descem os elevados (onde esses gestos são limitados: não se pode levar animais, bicicleta ou botijão de gás). O gesto de ocupar modifica a cidade sem necessariamente mover suas pedras, sem reformá-las: campos de atuação que se montam e desfazem diariamente, como as feiras ou os ambulantes, como o movimento das marés. Corpos e gestos que chegam logo

pela manhã de outras partes da cidade, descidos no elevador, ou gestos arcaicos de oferta e de troca, que atraem a população de outras partes da cidade que, no entanto, gravita para o Comércio, atraída pela aglomeração e reunião de possibilidades.

No Comércio, entre os diferentes ritmos – o ritmo longo dos aterros e do planejamento urbano, o ritmo intermediário e oscilatório do empreendimento que materializa o capital em construções, o ritmo diário das pessoas atraídas pelas trocas –, o cruzamento de diferentes tempos que sincronizam ou colidem em arritmias e descompassos, que não esperam uma temporalidade única; vários tempos trazidos pelos gestos dos objetos, dos lugares, gestos de corpos em campos coletivos. Os edifícios que foram o sonho de outra época podem ser transformados pela vitalidade trazida diariamente pelos gestos novos ou antigos dos corpos que ocupam o bairro, alimentando futuros perdidos ou improvisando outros presentes.

O que antes se configurava como uma estreita faixa de terra da época da fundação da cidade, hoje se estende por várias ruas densas de gente, resultado de inúmeros pequenos aterros ocorridos durante os séculos XVI ao XVIII e dos grandes aterros do século XIX e XX. Esse gesto de suplantar o mar contrapõe-se não só à lógica demolidora do urbanismo daquele período, como podemos notar nos processos de embelezamento da rua Chile, evidente nas intervenções características da Cidade Alta, mas, sobretudo, da negação de práticas de mar, de *gestos aberrantes* que ainda sobrevivem neste espaço.

A ocupação da grande área aterrada concentrou grande parte do comércio da cidade, além de bancos, papelarias etc. até o período da mudança do centro financeiro da cidade, nas décadas de 1960 e 1970, associada a construção de avenidas que ligavam às

novas áreas e a criação do novo Centro Administrativo da Bahia (CAB), resultando na alteração das atividades administrativas e econômicas desta região.¹¹

O suposto esvaziamento do bairro do Comércio está associado, portanto, não só aos planos de futuro (contidos no passado e no presente) reservados a este território, como também aos planos de futuro pensados para outras regiões da cidade. Se buscamos esses *gestos aberrantes*, que sobrevivem na cidade, precisamos identificar a colisão desses diferentes tempos emaranhados e dos diferentes espaços emaranhados. Os gestos urbanos, portanto, sobrevivem de outras relações entre tempo, espaço e ação.

Os *gestos aberrantes* perturbam a ideia que se tem desse “esvaziamento” do lugar. A potência das modificações que esses agentes e usos provocam no espaço, modificam – de forma espaçada no tempo, nem sempre instantânea – os planos de futuro. As várias festas de largo¹² que ocorrem na cidade permitem aos habitantes o simples ato de andar no meio da rua, ver a cidade de outra perspectiva, perceber, num tempo mais lento, os “puxadinhos” presentes nos monumentos. Espacialmente e temporalmente, funciona como um catalisador de práticas (nas suas nuances de presenças e ausências) que fazem irromper e pôr em choque essas diversas temporalidades, dilatando-as e aproximando-as. Acessamos assim os tempos do profano e das diferentes religiões que coexistem. Percebemos e participamos das práticas espaciais associadas às temporalidades do dia e noite, da semana e dos feriados e finais de semana, de enchimento e esvaziamento, todas elas emaranhadas e coexistentes. *Gestos aberrantes* que emergem de outros espaços-tempos no tempo e espaço do “Agora”, uma dança e uma contradança, como o movimento das marés, entre o tempo da terra e do mar, entre as práticas da terra e do mar.

Os *gestos aberrantes* também desestabilizam uma ideia de “deca-
dência” que está na justificativa dos processos de gentrificação¹³
em curso, como nas propostas para a Cidade Alta, a exemplo do
megaprojeto em curso na rua Chile. Em 1902, através do decreto
Municipal da Câmara dos Vereadores, a antiga rua Direita de
Palácio, na Cidade Alta, que também já se chamou Portas de
São Bento e rua dos Mercadores, passou a ser chamada de rua
Chile. A mudança de nome deveu-se às homenagens promovidas
pelos estudantes da Faculdade de Medicina e pelo Governo da
Bahia à uma esquadra que visitava o Porto de Salvador na época.
A marinha chilena, naquela ocasião, era considerada a terceira
força mais poderosa do mundo e havia interesses dos governantes
brasileiros em homenageá-la, mobilizando a população em uma
grande festa, na rua em questão, para a recepção dos marinheiros
chilenos que visitavam a então cidade da Bahia pela primeira
vez. Na ocasião, a rua passava por um momento de baixa em
seu comércio, de certa “deca-
dência”, sendo assim, a troca de
nome, além de homenagear a marinha chilena, surgiu como uma
estratégia do governo de então para manter o *glamour*, o poder
e a prosperidade da “primeira rua do país”, *slogan* que reaparece
novamente no mais recente projeto para a área.

A rua Chile concentrou durante quase um século (entre 1870
e 1970, aproximadamente) a vida intelectual, comercial, polí-
tica, social e cultural de Salvador, em um “cenário” de luxo, de
vida próspera e abundante. Localizada na parte alta da cidade –
um local estratégico para defesa militar e que, historicamente,
foi ocupado pelas elites por ser mais protegido –, a rua Chile é
arredada pela Baía de Todos os Santos, ligando a Praça Castro
Alves à Praça Municipal, passagem obrigatória para a Praça da
Sé e o Terreiro de Jesus. A rua Chile é, assim, o principal acesso

ao Pelourinho, espaço de maior apelo turístico, apesar de seu passado “macabro”,¹⁴ do Centro Antigo de Salvador.

Após a década de 1970, considera-se novamente que a rua Chile entra em um novo período de “decadência”, dessa vez bem mais longo. Entre alguns dos fatores que causaram essa suposta “decadência” da rua estão os projetos realizados de expansão da cidade em outras direções: a transferência do centro político a partir da concentração das repartições do estado no CAB, na Avenida Paralela; a construção do *shopping center* Iguatemi em 1975, modificando assim, uma boa parte do comércio, bancos, cinemas para esse novo vetor de crescimento da cidade. Salvador passou a ter outros grandes centros políticos, econômicos e de lazer.

O processo de transformação por que vem passando a rua Chile atualmente é fruto de acordos entre poder público pelo Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento para as Cidades Históricas (PAC - Cidades Históricas) e pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), através do Programa PAC Pavimentação, e iniciativa privada (grandes grupos ligados ao mercado imobiliário e de turismo), que prospectam para a rua Chile um futuro promissor a partir da volta de seu “glorioso” passado. Nesse sentido, a rua Chile encontra-se marcada por uma valorização imobiliária que pode ser percebida pela saída de antigos comerciantes, devida ao aumento dos valores dos aluguéis, bem como pelas grandes reformas de edificações históricas para novos usos, em particular para o turismo de luxo.

Para entendermos melhor esse atual processo, seria preciso fazer uma escolha arriscada: olhar para o contemporâneo. Olhar para seus aparecimentos e desaparecimentos, olhar para seus tempos e espaços diversos que ali coexistem. Olhar para os fragmentos

ainda em suspensão das inúmeras e sucessivas transformações – e suas movimentações de terra¹⁵ – mais recentes, que ocorrem desde o início de 2015.

Seria impossível pensar esse contemporâneo sem sermos anacrônicos, sem passar por nossa condição moderna e seus ideais de passado (patrimoniais) e de futuro (utopias?) que hoje rebatem nas questões sociais, urbanas e de vida pública. Pensar o contemporâneo seria ir de encontro aos limiares e à diversidade de camadas espaços/temporais de nossas cidades. O contemporâneo é aquele que quer “acertar as contas com o seu tempo, tomar posição em relação ao presente”. (AGAMBEN, 2009, p. 58)

Ser contemporâneo é conseguir ver a sua própria época,¹⁶ propõe-nos Agamben. Para tal torna-se necessário um movimento, um gesto intempestivo, uma posição em relação ao presente, é preciso assumir o risco do anacronismo. Ser anacrônico, estar um pouco fora de foco:

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo. (AGAMBEN, 2009, p. 58-59)

Trata-se de uma posição singular e política em relação ao tempo presente. Por não estar totalmente imerso em seu próprio tempo, o contemporâneo consegue assim ver as luzes e as sombras de outra época e compará-las com outras épocas. Aqui entendemos que essas luzes e sombras não estão necessariamente em oposição, podendo estar uma dentro da outra ou caminhando lado a lado, em simultâneo, tocando-se, gerando ofuscamentos ou cintilações.

Por isso o risco do anacronismo, para podermos sair de um ponto somente de sombra ou somente de luz.

As luzes, para Agamben (2009), tratam-se também do projeto do Iluminismo, a força da razão na sua tentativa em tudo esclarecer, a tudo dar claro sentido. O propósito da contemporaneidade é “ver” o cinza dos campos de concentração, o cinza das minorias silenciadas pelo discurso oficial da história.

Agamben (2009) traz-nos também a ideia do arcaico, de um início, de uma origem que possivelmente não atingiremos, pois o contemporâneo dá-se via arqueologia. Torna-se necessário escavar em direção à origem, mas não para chegar até ela, e sim para que possamos ver as superfícies, as camadas, os cacos, a poeira em suspensão capaz de ofuscar o brilho certo das luzes.

É necessário ver o passado, ou melhor, é necessário ir em direção ao passado, que, na verdade, não passou completamente, que está presente, que sobrevive, como os resquícios da infância que permanecem na vida de qualquer adulto. A arqueologia diz respeito à seleção de brinquedos, de memórias de infância, de ferramentas que o adulto deve recordar para entender o seu presente para, então, profanar uma cronológica e linear “história dos vencedores” – para evocar novamente Benjamin – ao buscar outras histórias menores para narrar, para articular, dando ao contemporâneo um caráter crítico e político.

Ao entrarmos na Fotocolor, uma loja de materiais fotográficos localizada na rua Chile, o tempo parece dobrar, retorcer, voltar, ir adiante, acelerar, desacelerar, girar diante de nós. A loja de materiais fotográficos guarda, em seu interior, desde o final da década de 1960, um caótico arquivo/estoque capaz de contar boa

parte da história da fotografia, desde seus primórdios. Em seu estoque encontram-se vários modelos de máquinas fotográficas analógicas e digitais. Um laboratório de revelação semidesmontado. Inúmeros rolos de filmes revelados há mais de 40 anos que ainda esperam pela volta de seus donos. Álbuns de fotografias de várias cores e tamanhos que se empilham junto a tripés profissionais. Uma grande quantidade – 200 unidades, mais ou menos de máquinas LOVE a primeira câmera descartável do Brasil –, adquiridas ainda na década de 1990, divide a prateleira com câmeras digitais de última geração. Fotografias abandonadas pelos donos, que nunca voltaram para busca-las, registram hábitos cotidianos em transformação de uma cidade do Salvador também em transformação.¹⁷

A poeira toma conta do lugar e se instala em meio aos objetos que podem se encontrar a venda ou não, assim como o próprio estabelecimento comercial:

A loja tá a venda. Tá a venda, mas eu não vendo. Vender pra quem? Ainda não é a hora. Tô esperando pra ver o que acontece. Tudo aí tá a venda. Primeiro piso, segundo piso, terceiro piso... vendo até a vista da Baía de Todos-os-Santos, ali dos fundos, se você quiser. Mas essa já venderam, né?!

diz Mario Filho, o proprietário e, hoje, único funcionário da Fotocolor.

A Fotocolor insiste em resistir, junto a outros tantos estabelecimentos comerciais situados na rua Chile, ao descaso do poder público que, desde o final da década de 1970, vem seguindo a risca seu projeto de abandono, ou do que podemos chamar de “decadência programada”. Porém, ao mesmo tempo

em que resiste, seu proprietário também especula ao aguardar o momento certo para, quem sabe, fazer fortuna com a venda de seu estoque/arquivo e do próprio espaço de mais de 1000 metros quadrados da loja.

Como um gesto para Warburg, que seria um “fóssil em movimento”,¹⁸ a Fotocolor parece vibrar em múltiplas direções, parece emanar vida diante de sua iminente morte, uma diversidade temporal e espacial, uma sobreposição de usos e experiências espaço/temporais capazes de causar vertigem em muitos desavisados, ou melhor, capaz de causar vertigem em muitos planos de revitalização/requalificação (ou outros “re”s) que tentam, a todo custo, através de bárbaras intervenções urbanas, uniformizar e apaziguar os espaços, linearizar e simplificar os tempos, solapar as experiências limiáres; experiências capazes de carregar esses gestos de outros tempos, gestos que causam algum tipo de estranhamento temporal: *gestos aberrantes*.

Do lado de fora da Fotocolor, em meio aos andaimes, amontoados de terras, tapumes, buracos provocados por escavações arqueológicas, tomamos conhecimento que a loja, como num jogo de imagens sobrepostas, reflete, em seu interior, as temporalidades e as materialidades diversas, os processos de aparecimento e desaparecimentos, de vida e de morte pelos quais a rua Chile e grande parte do Centro Antigo vêm passando.

Do outro lado da rua, um pouco mais à frente da Fotocolor, envolto por uma tela protetora, uma espécie de véu da construção civil, está o prédio do antigo Palace Hotel anunciando o futuro do passado. O promissor futuro aparece como uma miragem, impecável em sua arquitetura de estilo *Art déco*, dos anos 1930, em fase final de restauração. A reforma do “Outrora” Palace Hotel e “Agora” Fera

Palace Hotel faz parte de um megaprojeto para “colocar Salvador no mapa do turismo mundial”. (JACOBINA, 2015) O megaprojeto, que em seu início (2012) foi idealizado para chamar-se Nova Rua Chile, mas atende hoje pelo nome de *Bahia Design District*, iniciou-se a partir de 123 transações imobiliárias que resultaram na compra de 16 edifícios da rua Chile e suas imediações por um mesmo grupo empresarial. O jovem empresário, de 40 anos, que está a frente de todo esse investimento, Antônio Mazzafera, diz ser um apaixonado por “cultura e história” e acredita que áreas como a rua Chile podem ser “recuperadas”, a exemplo do que aconteceu em vários bairros ditos “degradados” de Nova Iorque e Londres, que, segundo o empresário, “renasceram a partir de iniciativas de empresários com essa visão”. (JACOBINA, 2015)

“Diria que o Palace sozinho será uma grande âncora, mas se pudermos agregar outros projetos, ele poderá ter um sucesso muito maior. [...] Queremos um mix de investidores locais e de fora”, diz Mazzafera em uma entrevista concedida para a *Muito*, revista de domingo do jornal *A Tarde*, de Salvador. As reformas que começaram no final de 2014 carregam consigo a construção de um imaginário de futuro onde o luxuoso passado da primeira rua do Brasil retornaria.¹⁹ Trata-se de uma promessa de futuro a partir do restauro de um determinado e único passado visto como “glorioso”, como diz Mazzafera: “Fazer uma obra de restauro é mais complexa do que erguer uma nova construção. O Palace tem uma arquitetura toda Art Déco e vamos manter isso. Desde o mobiliário até a fachada, tudo permanecerá como era na época.” (JACOBINA, 2015)

Hoje, caminhar pelo Centro Antigo – com processos urbanos de transformação em momentos bem distintos nas três áreas percorridas: Comércio, rua Chile e Ladeiras – faz-nos questionar sobre os processos de “decadência”, arruinamento e esvaziamento

desses espaços urbanos e de suas construções.²⁰ Nas dinâmicas das forças em disputa, percebemos o quão forte é a sentença que cristaliza e imobiliza esses espaços no tempo. As propostas de patrimonialização²¹ levam à paradoxal compreensão de que o tempo ali está sendo paralisado, congelado em um momento único, e que qualquer permanência corre sempre o risco de ser removida. Assim como as vegetações, que tomam conta e se proliferam teimosamente pelas ruínas,²² pelas ladeiras, podemos perceber movimentos tácitos em indícios de ocupações²³ que permanecem e contestam os projetos segregadores de futuro pensados, de forma recorrente, para esses espaços.

Precisamos estar atentos a esses indícios, dando utilidade àquilo que resta e excede dos processos urbanos, aos farrapos, aos gestos e movimentos aberrantes que aqui contestam e abalam a linearidade de uma história teleológica ainda fundamentada na ideia do progresso moderna. Assim, como aproximarmos da figura do *trapeiro*, proposta por Walter Benjamin? O que significaria recolher/catar um objeto obsoleto, que perdeu seu uso nas dinâmicas contemporâneas, e centrar seu esforço teórico para compreensão das forças históricas sobre aquele material? Um simples paralelepípedo sobre uma mesa de montagem foi-nos suficiente para – intuitivamente, talvez como a *madeleine* de Proust – tornar-se uma alegoria dos processos de arruinamento presente nas ladeiras e, ao mesmo tempo, guardar a potência de gestos que o talharam, assentaram, e que hoje são descartados pelas ruas e esquinas da cidade. Esse movimento remeteu-nos, como propôs Benjamin (1987c), “às energias revolucionárias que transparecem no ‘antiquado’”.²⁴

Como ainda superar a materialidade latente nessas ladeiras e ruínas e dar conta de uma outra materialidade, presente nos

corpos que sobem, descem, passam e constroem outros espaços em *racionalidades alternativas*?²⁵ Como extravasar a rigidez temporal ditada pelas perspectivas patrimoniais e dar conta de uma sociabilidade construída por *gestos-fio* que cruzam e costuram espacialidades desviantes àqueles territórios vigiados e visados pela especulação imobiliária?

Podemos intuir que as temporalidades e espacialidades são construídas pela imbricação dos corpos, das corporalidades, em ação. São *gestos aberrantes* que contestam e abalam as simplificações e reduções das operações historiográficas e também patrimoniais sobre os processos de urbanização. Fazem perfurar a linearidade ou simplificação de suas narrativas, extravasando uma multiplicidade de reminiscências que nos atestam à recorrência dos diversos embates e disputas ao longo da história. Gestos de morar. Gestos de passar. Gestos de brotar árvores das pedras. Gestos que nos contam e nos desestabilizam ao percebermos a irrupção violenta do passado no presente, fazendo-nos cambiar as lentes historicistas por um olhar cada vez mais político.

Gestos aberrantes que nos assombram ao mostrar que o passado é um espaço de luta e de tensão que permanece, no presente, no tempo do “Agora”, mas também nos sonhos de futuro. Gestos que profanam a linearidade temporal ao explicitar o encontro conflituoso entre o “Outrora” (fóssil) com o “Agora” (relâmpago/ movimento), permitindo sobrevivências e tensões de outros tempos. Gestos que subvertem os atuais processos de patrimonialização, diretamente ligados aos processos de espetacularização e gentrificação, que mais uma vez, como em quase todas as reformas modernizadoras anteriores, buscam homogeneizar os tempos distintos, evitar o choque dessas diferenças temporais ainda tão presentes em algumas de nossas

idades ditas “históricas”, como na nossa primeira capital do país. Gestos que revelam as heterocronias urbanas – o que Benjamin chamou de “energias revolucionárias do antiquado” e Warburg, de “fóssil em movimento”, ou, ainda, de “sobrevivência” –, gestos urbanos de “Outrora” que encontram, “num relâmpago, o Agora, para formar uma constelação”, como escreveu Benjamin (2009).²⁶ São essas constelações cheias de tensões, dos tempos distintos que coexistem – sobretudo nas áreas mais opacas, ou apagadas, das cidades – que, ao se chocarem, promovem os “movimentos aberrantes”, como diria Deleuze, ou, como preferimos, os *gestos aberrantes*, diretamente relacionados aos corpos, mas também aos objetos, às edificações e, em particular, aos espaços urbanos. ■

1. Sobre a noção de *Nachleben* traduzido em português ver: WARBURG (2015) e Didi-Huberman (2013).
2. “Tropicália é um ambiente constituído de dois Penetráveis – A pureza é um mito e Imagética –, dispostos em um cenário tropical, com plantas e araras; no chão, caminhos de areia, de cascalho e de terra, que meio-escondem poemas-objetos (de Roberta Oiticica). O primeiro Penetrável é muito simples: uma cabine de madeira, com a inscrição interior – ‘A pureza é um mito’”. (JACQUES, 2001) Esses temas foram recentemente discutidos em uma mesa redonda “A pureza é um mito” no seminário “Hélio Oiticica para além dos mitos”, organizado pelo Centro Hélio Oiticica em julho de 2016, evento dentro das comemorações dos 20 anos do Centro HO no Rio de Janeiro.

Articulação: Lucas Moreira; Monitoria: Danilo Araújo, Gabriela Rabelo; Subgrupo Rua Chile: Alicia Rocha, Ana Clara Ferreira, Anna Letícia Ventre, Betina S. Guedes, Cinira Arruda d’Alva, Elisandro Rodrigues, Késsio Guerreiro Furquim, Liliane Vasconcelos de Jesus, Otávio Borba de Oliveira, Ruy César Campos Figueiredo; Subgrupo Ladeiras: Ana Beatriz Mascarenhas Pereira, Ana Carolina de Freitas Trindade, Beatriz Rodrigues, Berta de Oliveira Melo, Camila Leichter, Eduardo Duarte Ruas, Maria Ângela de Araújo Resende, Maria Madalena Ferreira Pinto da Silva, Prussiana Araújo Fernandes Cunha; Subgrupo Comércio: Bruno Amadei Machado, Ivy Schipper, Paulo Octávio Nunes Dias Teixeira, Rodrigo Capelato.
3. Todas as imagens aqui publicadas são referentes às atividades desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Temporalidades, realizado em Salvador entre os dias 6 e 9 de dezembro de 2016 durante o encontro CORPOCIDADE 5, realizado na Universidade Federal da Bahia e no Centro Antigo de Salvador. Além de todos os autores desse texto participaram do grupo de estudo: Comissão científica: Luis Antonio de Souza, Margareth da Silva Pereira, Ricardo Trevisan;
4. Entrevista concedida em 21 dez. 2010. YouTube, 3’44”. Disponível em: <<https://youtu.be/WwVMni3b2Zo>>. Acesso em: 3 mar. 2017. Sobre a questão da montagem ver: Jacques (2015).
5. Os processos de modernização (chamados de embelezamento antes e, mais recentemente, de revitalização ou, ainda, de outros “re”) sucederam-se em Salvador nos últimos séculos. Uma grande intervenção, que também pretendia, como as anteriores (e outras posteriores), apagar os rastros da antiga

cidade colonial escravista e construir uma nova imagem de cidade moderna ou “civilizada”, começou no início do século XX com a grande reforma urbana promovida por J. J. Seabra entre 1912 e 1926 – seguindo uma mesma tendência modernizadora-higienista-segregatória, dita civilizatória, da reforma do Barão Haussmann em Paris, e que havia sido seguida no país por Pereira Passos no Rio de Janeiro. Vários projetos ditos de “revitalização”, em várias etapas distintas, dentro de um claro processo de patrimonialização, também se sucederam (e continuam sendo propostos de forma recorrente por diferentes gestores) no Centro Histórico da cidade, em particular desde seu tombamento como patrimônio nacional pelo IPHAN, em 1984, e seu reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1985, a partir de quando aceleraram-se as especulações pela suposta “vocalização turística” da área. Além da região do Pelourinho, parte do conjunto edificado do bairro do Comércio é tombado pelo IPHAN. Em 2008, como resposta às investidas legislativas, por parte da Prefeitura Municipal de Salvador, que visavam o aumento do gabarito das edificações na região, iniciou-se o processo de tombamento de todo o conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do bairro, aprovado pelo IPHAN no ano seguinte. (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2009)

6. “Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro”. (AVÉ-LALLEMANT, 1980 apud COSTA, 1991) Como nos aponta Ana de Lourdes Ribeiro da Costa, os “cantos” eram formações de negros, escravos alforriados e de ganho, que se agrupavam nas esquinas, cantos e ladeiras da cidade, na espera para prestação de serviços de transporte de pessoas e mercadorias. (COSTA, 1991) Nesse contexto destacamos a presença de ‘cantos’ na Ladeira da Preguiça, antiga Ladeira do “Tira Preguiça” ou “Sobe Preguiça”, pela sua proximidade com o porto da cidade.

7. Sobre a relação entre Jorge Amado e as ladeiras de Salvador, ver Wan-Dall Junior (2014).

8. “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade.” (BENJAMIN, 1987a)

9. Há uma “tradição dos oprimidos” de jogar pedras nas forças de ordem repressoras nos protestos mais violentos, como os estudantes fizeram ao arrancar e jogar as pedras dos calçamentos (paralelepípedos, em francês: *pavés*) de Paris em Maio de 1968. “Sous les pavés, la plage” (sob as pedras, a praia), era um dos gritos de guerra do momento pixados nos muros da cidade. Este gesto de atirar pedras aparece inúmeras vezes em vários trabalhos artísticos expostos em

Soulèvements/Uprisings, exposição que ocorreu de novembro de 2016 à janeiro de 2017, com curadoria de Georges Didi-Huberman, no museu Jeu de Paume, em Paris. Uma parte dessa exposição – infelizmente por demais formalista e didática – foi dedicada exatamente aos gestos nas revoltas (na ordem das salas as revoltas eram didaticamente divididas em: I. Por elementos. II. Por gestos. III. Por palavras. IV. Por conflitos. V. Por desejos).

10. “No cotidiano e no lugar, gestos-fio costuram saberes à co-presença, estimulando a superação do prestígio ainda mantido pelas leituras mecanicistas e funcionalistas da vida urbana. Apresenta-se, neste momento, mais um pequeno episódio: num ônibus cheio e trepidante, uma aluna de escola pública levanta-se e cede o seu lugar, num gesto espontâneo e gracioso, a uma senhora idosa. O gesto é registrado e elogiado por duas outras senhoras, que até então não se conheciam. Sorrindo, citam Gonzaguinha: ‘... a vida é bonita, é bonita e é bonita!’” (RIBEIRO, 2005, p. 416).

11. No bojo da realização de obras de infraestrutura urbana de grande impacto, a construção do Centro Administrativo da Bahia, em 1973, justificou, sobremaneira, o Projeto de Recuperação do Pelourinho, executado pelo Governo do Estado em 1975, que se propunha a restaurar o conjunto arquitetônico e possibilitar sua reintegração no desenvolvimento do estado da Bahia, sendo a primeira de uma série de etapas vin-

douras de recuperação/revitalização da área. Em sua autobiografia, *Navegação de cabotagem* (publicado primeiramente em 1992), Jorge Amado descreve o que teria impulsionado a construção do CAB: “A construção do Centro Administrativo avança em ritmo veloz, alguns dos prédios que acolherão as secretarias do governo encontram-se em vias de conclusão, Jenner Augusto e eu visitamos o canteiro de obras a convite do governador Antônio Carlos Magalhães, ele nos explica a importância e o significado do Centro. A urbe vai sair dos limites históricos, vai se estender em direção a Itapuã, crescerá na orla marítima, a velha cidade do Salvador da Bahia de Todos-os-Santos, capital da colônia, modorrenta, se transformará na capital dinâmica de um estado industrial. O governador traça o futuro – pagará a pena?, me pergunto.” (AMADO, 2012, p. 346-347)

12. “Não nos esqueçamos também que a Bahia é um estado que comemora seus feriados religiosos e cívicos com festa de largo – quando a população em peso ocupa as ruas da cidade, subvertendo a ordem e o controle sobre seus corpos, protestando e reivindicando suas demandas em uma catarse coletiva desde os tempos coloniais.” (VALIM, 2017)

13. Entendido como processo que busca um suposto “enobrecimento” de uma área da cidade, visando atender as elites locais e, sobretudo, empreendedores estrangeiros e turistas.

14. O Pelourinho, antiga coluna de pedra localizada geralmente nos centros das praças das cidades coloniais, historicamente se constituiu como um dispositivo público para açoites e castigos de negros escravos. Mesmo a coluna inexistindo materialmente nos dias de hoje, a palavra nomeia uma importante área para cidade. O Pelourinho integra o Centro antigo de Salvador e é o maior “cartão-postal” criado pelas políticas públicas de incentivo à cultura e turismo. Nesse espaço reside, porém, a memória de um passado de repressão e violência ao corpo negro que teima em ser apagado das narrativas espetaculares do turismo.

15. “Três mil achados arqueológicos dos séculos 18 e 19 foram encontrados na Rua Chile durante as obras de requalificação de ruas do Centro Antigo de Salvador. Entre os objetos encontrados embaixo da pavimentação da via, estão peças de metal, pinos em cobre, conchas e corais, restos de tijolos, telhas e fragmentos de louças. De acordo com Luiz Fernando Erig Lima, integrante da equipe de arqueólogos contratada pelo órgão, o material será encaminhado ao laboratório da A Lasca Arqueologia, empresa paulista responsável pelo projeto da Rua Chile, especializada na avaliação e proteção de bens culturais tombados. As peças serão higienizadas, classificadas, catalogadas e serão encaminhadas ao Museu Arqueológico da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). Os estudos preventivos estão sendo realizados para a implantação da vala única,

que abrigará fiação elétrica, cabos de fibra ótica, rede de gás, distribuição de água e coleta de esgoto. A atividade arqueológica está sendo desenvolvida por etapas. Em agosto, foi feita a pesquisa histórica para a coleta de dados existentes sobre a rua, fase que deve ser concluída no final de outubro, quando os resultados serão apresentados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).” (BAHIA, 2016)

16. “Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela”. (AGAMBEN, 2009, p. 59)

17. Nas fotografias empoeiradas e empllhadas em um canto qualquer, podemos ver imagens do dia anterior em que os prédios da Biblioteca Pública e da Imprensa Oficial foram ao chão, devido a uma implosão, ainda na década de 1970, durante do governo de Antônio Carlos Magalhães. Uma família posa para um fotógrafo em frente ao casarão do Largo da Graça, derrubado na calada da noite para dar lugar a um prédio de luxo ainda em construção. Em uma outra imagem, datada de 1968, está a rainha Elizabeth II em sua visita oficial a Salvador. Tempos diferentes se somam ao mofo, às traças.

18. “No final do século XIX, as pesquisas da geologia e da paleontologia tornaram comuns os termos ‘fósseis vivos’

e 'homem fóssil', Warburg adotou essa ideia tratando dos fósseis em movimento utilizando o termo *Leitfossil*. Disse que um fóssil continha uma 'vida adormecida em sua forma'. (MARCELINO, 2014, p. 96)

19. "Restaurar um prédio histórico requer artesanaria e um certo desprendimento, para quase trazer o tempo de volta, mas com uma infraestrutura contemporânea. A observação é do arquiteto norueguês Adan Kurdahl, que assina a reforma do Palace Hotel, reaberto oficialmente hoje com a bandeira Fera Hotéis, depois de mais de dez anos desativado. Construído em 1934, o Palace é um ícone da Rua Chile, a primeira rua planejada do Brasil. [...] Kurdahl estava entusiasmado com a ideia de devolver aos baianos o lugar que já hospedou Pablo Neruda, Orson Welles e Carmem Miranda, embora saiba que o Palace terá o desafio de existir num Centro Histórico com sérias dificuldades. O hotel, aliás, é parte de um projeto maior de revitalização da área, mas o empresário Antonio Mazzafera, CEO da Fera investimentos e que esteve presente durante a entrevista, manteve sigilo sobre isso." (BITTENCOURT, 2017)

20. Podemos perceber a maior sensação de esvaziamento na Ladeira da Montanha, onde, em 2015, parte dos casarões ali erigidos foram demolidos pela Prefeitura Municipal de Salvador sob a justificativa de perigo ambiental. Apesar de áreas marginalizadas, todas as ladeiras do Centro Antigo passam por processos violentos de especulação imobiliária.

Na ladeira da Preguiça e na Ladeira da Conceição, por exemplo, destacamos a movimentação dos moradores do bairro e artífices para a contenção e contestações dessas ações. Uma articulação dos movimentos populares de resistência ao processo de gentrificação do Centro foi criada com o grito de guerra: "O Centro Antigo sangra!"

21. Diretamente relacionado às camadas de tempos urbanos heterogêneos, podemos dizer que o nascimento de um pensamento sobre a patrimonialização estaria ligado a um poder sobre a história, sobre a memória e o risco de esquecimento, sendo tanto estratégia de gestão pública quanto, consequentemente, motor propulsor da economia política. É nesse sentido que se pode também pensar a patrimonialização de modo análogo ao próprio urbanismo tradicional, totalizador e hegemônico, considerando-a como dispositivo de poder que incide sobre a vida, sobre a alteridade urbana, portanto, regulando e normatizando não apenas corpos individuais, mas populações inteiras.

22. Podemos apreender uma estética particular das ruínas urbanas através da imagem não tão-somente poética, mas também literal, da capacidade das ruínas "darem árvores" ou "enfrutarem", como no poema Manoel de Barros, onde "as ruínas dão árvores" ou "algumas ruínas enfrutam". (BARROS, 2007, p. 9-11) No mesmo sentido, Georges Didi-Huberman (2011, p. 84) postula

a existência e continuidade de restos e de resistências urbanas, um espaço de aberturas, de possíveis e de lampejos, apesar de tudo; da sobrevivência dos vagalumes, que tendem a desaparecer ou tornarem-se mais escassos sob os holofotes do espetáculo urbano contemporâneo.

23. Pudemos retornar às ladeiras em exercício semelhante realizado em fevereiro de 2017 para a disciplina Memória, Narração e História do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, ministrada por Paola Berenstein Jacques. Diferentemente da experiência na Ladeira da Montanha, durante o Corpocidade, que nos levava a concluir que os casarões da área estivessem abandonados, dessa vez, um varal de roupas coloridas estendidas do outro lado da rua denunciava que um dos casarões “arruinados” fora recentemente pintado de rosa-choque e nele, uma moradora, à porta, com sua bolsa estendida à tiracolo, saudou-nos com um fervoroso “Boa Tarde!”

24. “Para o surrealismo, nada pode ser mais revelador que a lista canônica desses objetos. Onde começar? Ele pode orgulhar-se de uma surpreendente descoberta. Foi o primeiro a ter pressentido as energias revolucionárias que transparecem no ‘antiquado’, nas primeiras construções de ferro, nas primeiras fábricas, nas primeiras fotografias, nos objetos que começam a extinguir-se, nos pianos de salão, nas roupas com mais de cinco anos, nos locais mundanos, quando a moda

começa a abandoná-los. Esses autores compreenderam melhor que ninguém a relação entre esses objetos e a revolução.” (BENJAMIN, 1987b)

25. “Evidentemente, existe dominação na ação espontânea e preservada de aprendizados pretéritos, das relações hierárquicas e da vivência da escassez. Porém essa ação possui a capacidade de ir além do já concebido e previsto. Dos gestos-fio ‘impensados’ podem advir descobertas radicalmente novas e vínculos imprevisíveis, o que também é necessário à tessitura do social, especialmente num período caracterizado pelo esgarçamento de relações sociais. Acrescente-se que o entendido como ‘impensado’ por determinado segmento social pode simplesmente expressar a existência de racionalidades alternativas, estranhas à lógica sistêmica (parcelar e excludente) dominante. As racionalidades alternativas emergem em experiências espaço-temporais que se afastam daquelas vividas pelos segmentos sociais que controlam os meios técnicos mais atualizados de circulação e comunicação.” (RIBEIRO, 2005, p. 421)

26. *Worin das Gewesene mit dem Jetzt blitzhaft zu einer Kostellation zusammentritt (Das passagen-Werk, Gesammelte Schiften, 1982).* A tradução brasileira da frase completa, que usamos como epígrafe em tradução livre a partir das versões em francês e alemão, troca a expressão ‘como um relâmpago’ (*blitzhaft, dans un éclair*) por lampejo: “Não

é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo

em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação”.
(BENJAMIN, 2009, p. 504)

Referências

AGAMBEM, G. O que é o contemporâneo? In: AGAMBEM, G. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

AGAMBEM, G. *Ninfas*. Valencia: Kadmos, 2010.

AMADO, J. *Bahia de Todos os Santos: guia das ruas e dos mistérios da cidade do Salvador*. São Paulo: Martins, 1945.

AMADO, J. *Navegação de cabotagem: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AMADO, J. *Suor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BAHIA. Secretaria de Comunicação Social. *Obras de requalificação da Rua Chile revelam achados arqueológicos*. Salvador, 22 nov. 2016. Disponível em: < <http://www.secom.ba.gov.br/2016/09/135049/Obras-na-Rua-Chile-revelam-pequenos-achados-arqueologicos.html> > Acesso em: 23 fev. 2017.

BARROS, M. de. *Livro de pré-coisas: roteiro para uma excursão poética no Pantanal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BENJAMIN, W. A imagem de Proust. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a. p. 36-49. (Obras Escolhidas, v. 1).

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b. p. 222-234. (Obras Escolhidas, v. 1).

BENJAMIN, W. O surrealismo: o último instantâneo da inteligência europeia. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987c. p. 21-35. (Obras Escolhidas, v. 1).

BENJAMIN, W. *Passagens*. Tradução de Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BENJAMIN, W. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, F. R. (Org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985. p. 30-43.

BITTENCOURT, C. O mais importante nessa reforma é ser invisível. *Muito*, Salvador, 5 mar. 2017. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1843672-o-mais-importante-nessa-reforma-e-ser-invisivel>> Acesso em: mar. 2017.

COSTA, A. de L. R. da. Espaços Negros: “cantos” e “lojas” em Salvador no séc. XIX. *Caderno CRH*, Salvador, p. 18-34, 1991. Suplemento.

DELEUZE, G. *A imagem-tempo*. Tradução de Eloisa de Araujo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Cinema 2).

DIDI-HUBERMAN, G. *Diante do tempo: história da arte e anacronismos das imagens*. Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. (Coleção Humanitas).

DIDI-HUBERMAN, G. *A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. (Coleção Artefissil).

DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MUSEO NACIONAL CENTRO DE ARTE REINA SOFÍA.
ATLAS. Entrevista con Georges Didi-Huberman. *You Tube*, 21 dez. 2010. Disponível em: <<https://youtu.be/WwVMni3b2Zo>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

FLUSSER, V. *Fenomenologia do brasileiro*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

FONTES, O. C. *Rua Chile: uma epopéia de charme, glamour e fantasia*. Salvador: Ponto e Vírgula, 2004.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, M. Outros espaços. In: FOUCAULT, M. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Ditos e escritos, III).

GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. (Coleção Estudos).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Iphan aprova tombamento do Bairro do Comércio em Salvador*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2617/iphan-aprova-tombamento-do-bairro-do-comercio-em-salvador>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

JACQUES, P. B. et al. Salvador, cidade do século XX: a partir das memórias de Pasqualino Romano Magnavita. *Redobra*, Salvador, ano 5, n. 14, p. 89-94, 2014.

JACQUES, P. B. Montagem Urbana. In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D.; DRUMMOND, W. (Org.). *Memória, narração, história: experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea* (Tomo IV). Salvador: EDUFBA, 2015. p. 47-94.

TEMPORALIDADES. *Caderno de agenciamentos do CORPOCIDADE 5: gestos urbanos*, Salvador, p. 290-297, 2016.

JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D.; DRUMMOND, W. (Org.). *Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2015. v. 4. (Coleção PRONEM).

KILOMBA, G. A máscara. *Cadernos de Literatura em Tradução*, São Paulo, n. 16, p. 171-180, 2016.

JACQUES, P.B. *Estética da ginga, a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

LAPOUJADE, D. *Deleuze, os movimentos aberrantes*. Tradução de Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: N-1 edições, 2015.

LORAU, N. Elogio do Anacronismo. In: NOVAES, A. (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 57-70.

MARCELINO, L. Detalhes em movimento ou a sobrevivência da ninfa. *Gambiarra*, Niterói, n. 7, p. 87-101, dez. 2014.

JACOBINA, R. “O Palace será o hotel dos baianos”. *Muito*, Salvador, 11 jul. 2015. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1695912-o-palace-sera-o-hotel-dos-baianos-premium>>. Acesso em: 23 de fev. 2017.

PEREIRA, M. da S. O lugar contingente da história e da memória na apreensão da cidade: o historiador, o estrangeiro e as nuvens. *Redobra*, Salvador, ano 4, n. 12, p. 16-18, 2013.

PROUST, M. *Em busca do tempo perdido*. Tradução de Mário Quintana. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006.

RANCIÉRE, J. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. In: SALOMON, M. (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos Editora, 2011. (Grandes Temas; 14).

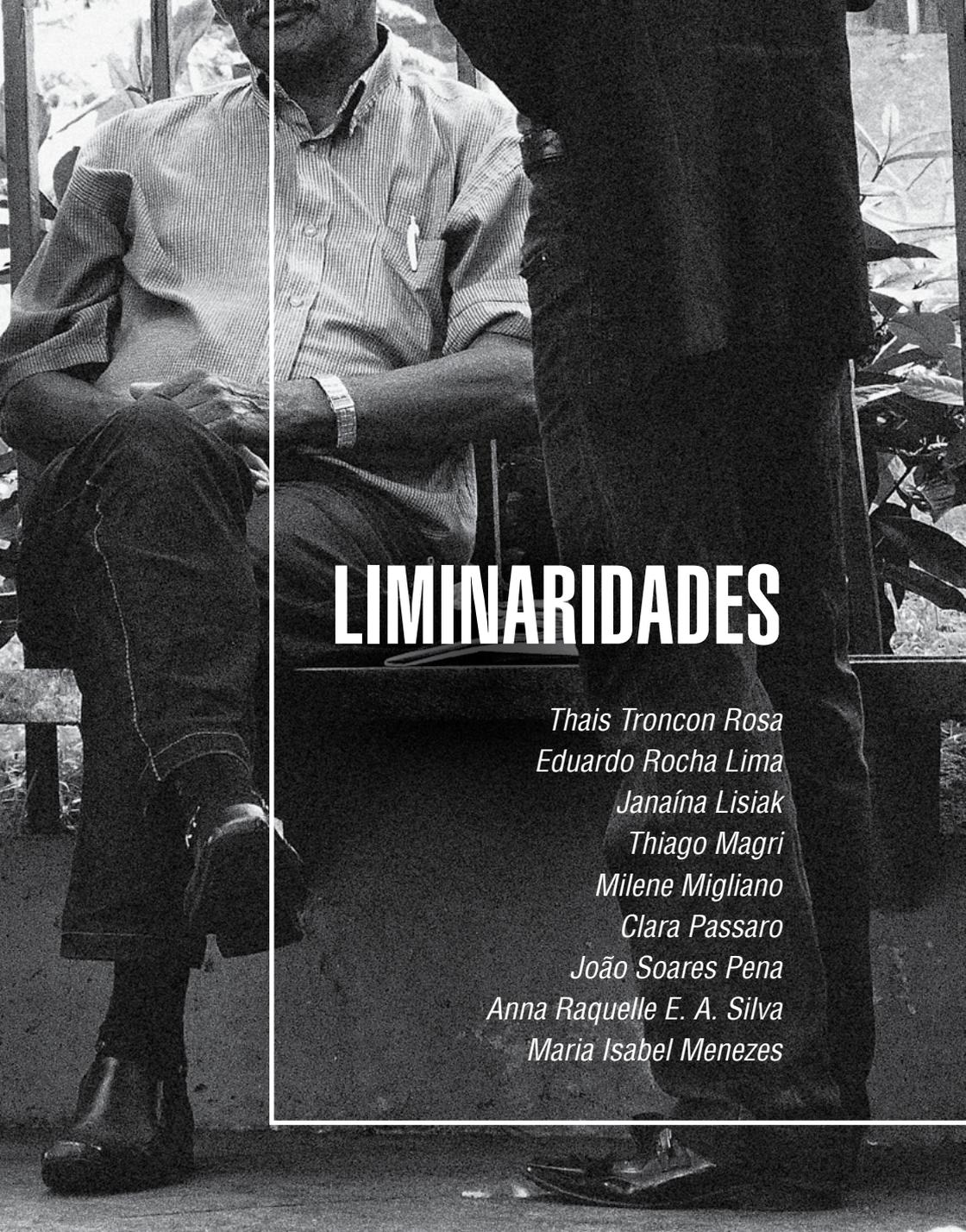
RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set./dez. 2005.

SANTOS, M. *O centro da cidade do Salvador: Estudos de Geografia Urbana*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: EDUFBA, 2008. (Coleção Milton Santos, 13).

VALIM, P. Cavalo do cão, Baiana System e a subversão da ordem: um grito contra o golpe do trio elétrico Navio Pirata. *Jornalistas Livres*, São Paulo, 27 fev. 2017. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/2017/02/cavalo-do-cao-baiana-system-e-a-subversao-da-ordem/>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

WAN-DALL JUNIOR, O. A. Jorge Amado ou as ladeiras. In: JACQUES, P. B. et al. Salvador, cidade do século XX: a partir das memórias de Pasqualino Romano Magnavita. *Redobra*, Salvador, ano 5, n. 14, 2014, p. 89-154.

WARBURG, A. *Histórias de fantasma para gente grande*. Tradução de Lenin Bicudo Bárbara. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.



LIMINARIDADES

Thais Troncon Rosa

Eduardo Rocha Lima

Janaína Lisiak

Thiago Magri

Milene Migliano

Clara Passaro

João Soares Pena

Anna Raquelle E. A. Silva

Maria Isabel Menezes

Pensar em *gestos urbanos* remete a uma dimensão ativa e corporificada dos processos de tessitura de urbanidades nas cidades contemporâneas – “uma face ativa da experiência urbana”, nas palavras de Ana Clara Torres Ribeiro. Talvez pudéssemos considerar, com Agamben (2008), que tais gestos implicam em “assumir e suportar uma ação” – e aqui nos interessam práticas, dinâmicas, movimentos socioespaciais que tensionam, profanam e disputam cotidianamente a cidade capitalista. É nesse sentido que propusemos atravessar a noção de *gestos urbanos*, tomados em sua potência política e analítica pela de liminaridades, invocando a presença e a ação dos “muitos outros” na cidade.

Liminaridades sugerem relações, passagens, transições – noções que pertencem às ordens do espaço, mas também do tempo. É dessa perspectiva que Walter Benjamin propõe uma rigorosa diferenciação entre fronteira e limiar: mais do que conter e manter, delimitar e separar (como o faz a fronteira), o limiar se configuraria como uma zona de transição, não estritamente definida, que “aponta para um lugar e um tempo intermediários e, nesse sentido, indeterminados, que podem, portanto, ter uma extensão variável, mesmo indefinida”. (GAGNEBIN, 2014, p. 37) Remetendo às

experiências dos “ritos de passagem”, da infância, do sonho, da memória, dentre outras, há nas abordagens de Benjamin uma acepção positiva de limiar, que se vincula à dimensão do sublime, do desejo e da imaginação, da intensidade temporal do que denomina “experiências liminares”. Entretanto, o encolhimento do tempo (que se transforma em sucessão de momentos indistintos, sem transição) e o esvaziamento de significado (ou mesmo a supressão) dos “ritos de passagem” na vida moderna teriam resultado no empobrecimento da potência contida nas transições, nos limiares e nas experiências a eles atrelados: de zona de transição o limiar teria se tornado zona de detenção, caricatura de si mesmo, lugar de permanência, de paralisia, e não mais de passagem.

Também a partir da investigação antropológica dos “ritos de passagem”, Victor Turner (2005) aporta uma série de reflexões sobre a noção de limiar. Tais ritos seriam descritos pelo autor a partir da ênfase no que denominou “períodos de liminaridade”, nos quais se daria a transição entre estados (entendidos como “condição relativamente fixa ou estável”), configurando-se também, portanto, como um “estado de transição”. Destaca-se, nesse sentido, sua dimensão processual, associada à ideia de uma transformação em curso. Turner evidencia duas “tonalidades” do limiar: uma negativa, associada às condições de perda, desposseção e ausência de direitos; contraditoriedade, ambiguidade e paradoxo; invisibilidade estrutural e mesmo física; contaminação, impureza e risco – que resultariam em um “lugar de segregação”; e outra positiva, associada à dimensão de potência, de devir, “reino da pura possibilidade, do qual novas configurações de ideias e relações podem surgir”. (TURNER, 2005, p. 141)

Se Turner explicita a ambiguidade inerente às liminaridades, bem como sua impossibilidade classificatória – indicando “a confusão

de categorias costumeiras”, “a coincidência de processos e noções opostas em uma única representação”, e evidenciando sua indeterminação e falta de localização precisa –, em Benjamin as duas apreensões possíveis do conceito de limiar (como zona de transição e zona de detenção) também apontam para sua dimensão ambígua e paradoxal: a um só tempo limite e passagem, sonho e pesadelo, limiares são seres, espaços, tempos, práticas que não se encaixam em nenhuma categoria, que se encontram fora de lugar e/ou do tempo. Também em Simmel, as figuras da ponte e da porta remetem à ambiguidade do limiar: associação e dissociação, junção e disjunção, relação e separação, permanência e transposição, possibilidade e impossibilidade, o conhecido e o desconhecido, o limite e o ilimitado, o dentro e o fora.

O limiar poderia ser pensado, então, como zona que guarda, em si, tanto a potência da mudança, da transição, da passagem, quanto seu próprio obstáculo? Ou, ainda como espaço-tempo em que essas dimensões podem, inclusive, encontrar-se superpostas, entrecruzadas ou interligadas?

Valendo-se da concepção arquitetônica de soleira e dos “gestos construtivos” a ela associados para refletir sobre a noção de limiar em Giorgio Agamben, Sedlmayer (2010, p. 269) descreve tais gestos como “dispositivos de acomodação e de conexão entre áreas territoriais de ordens divergentes e podem ser vistos como um tipo de articulação”, na qual dois (ou mais) mundos poderiam se superpor, ao invés de estarem rigidamente demarcados e apartados. Entretanto – Simmel já o apontara –, ainda que guarde a possibilidade da passagem, esta transposição implicaria a iminência do risco, do inseguro, do desconhecido. Também Behrens (2010, p. 102) faz notar que o limiar é “uma passagem pela qual não se pode passar sem nada nem menos – apesar de o limiar não ser um muro, nem uma grade fechada, nem uma

grade intransponível. ” De caráter mais simbólico do que propriamente físico, esses limiares muitas vezes articulam e apartam, a um só tempo, mundos hostis: “Transpor um limiar significa, portanto, atravessar uma zona perigosa onde acontecem batalhas invisíveis, porém, reais”. (GRIAULE apud BEHRENS, 2010, p. 108) A passagem – que poderia ser pensada também como gesto –, ainda que de limiar em limiar (como alertara Benjamin, em diálogo com Kafka) ou ainda um “alternar constante entre as áreas separadas pelos limiares”, seria uma prerrogativa também de seres – corpos – limiares, “sobreviventes de um tempo primevo”, seres “que não pertencem à família, ao tribunal, nem ao castelo, mas que circulam entre todos”, evocando mais uma vez a ideia de um certo desencaixe espaço-temporal, e ao mesmo tempo um campo de trânsitos e deslocamentos possíveis. “Não estar em casa: para a vida nesses espaços e tempos limiares é essencial”. (BEHRENS, 2010, p. 96)

Refletindo sobre as cidades contemporâneas no Brasil, Antônio Arantes (2000) irá indagar: “Qual é a natureza dessas fronteiras contraditórias que, a um só tempo, separam práticas sociais e visões de mundo antagônicas e as põem em contato, tornando possível tal diálogo?” Tomando por hipótese que a experiência urbana contemporânea propiciaria a formação de “configurações espaço-temporais efêmeras e híbridas”, o autor as denomina “zonas simbólicas de transição”, “zonas de contato” ou “zonas limiares”: lugares sociais conformados por uma diversidade de categorias e sujeitos sociais, territorialidades e sociabilidades que se superpõem e se entrecruzam de modo complexo, não apenas no espaço, mas também no tempo. Essas zonas resultariam de referenciais de tempo-espaço “produzidos nos conflitos e sociabilidades chamadas marginais”, em que os sujeitos sociais apresentam atributos análogos aos que Victor Turner conceituou

como limiars: são ambivalentes, não se classificam em posições definidas pelo direito, pelo costume e pelas convenções; estão “fora de lugar”, são culturalmente ambíguos e simbolicamente invisíveis. (ARANTES, 2000, p. 106)

Fazendo dialogar com as abordagens de Antonio Arantes (2000) às de Nestor Perlongher (1987) e Ana Clara Torres Ribeiro (2005), parece ser possível associar tais zonas liminares à emergência de relações e tensionamentos entre diferentes racionalidades, normatividades e territorialidades nas cidades contemporâneas. Se Arantes menciona a conformação de territorialidades flexíveis, não necessariamente fixas, as quais se conformam e são conformadas por “sociabilidades ‘infiltradas’ em meio aos ordenamentos hegemônicos” e onde se situariam normativas e moralidades contraditórias, e Perlongher (1987) fala em “espaços intermediários da vida social”, cujas territorialidades não são estritamente fixas e evidenciam “passagens relacionais” entre elas, conformando formas de “resistência à ordem social hegemônica”, Ribeiro (2010, p. 28) destaca a criação de “instáveis territorialidades” em meio (ou por sobre) políticas urbanas excludentes e sua materialidade na cidade. Embora não mencione propriamente a noção de limiar, a autora chama a atenção para “brechas, fraturas, passagens, deixadas, sem tratamento, pela instalação da última versão da cidade capitalista”, onde se instaurariam inversões de sentido, desarranjos de regras e desvios inesperados nas dinâmicas sociais e rotinas urbanas. Nessas territorialidades, ações, encontros, “virações” – prenhes de ambiguidades, negociações e incertezas – atualizariam a experiência urbana, disputando a inscrição da “co-presença” no espaço público das cidades, em contextos que a renegam.

Atentando para tais disputas, bem como para os gestos aparentemente insignificantes – o não-dito, o invisível, o anônimo – que

quase sempre lhes são base, Ribeiro (2010, p. 32) irá destacar também a importância dos “gestos performáticos” e do “direito ao espetáculo” (“direito de ser visto, lido e conhecido em seus próprios termos”) como forma de “desafiar controles da experiência urbana e a burocratização da existência” e superar – ou ao menos tensionar – a invisibilidade que parece ser inerente aos limiares. Tanto Ana Clara Torres Ribeiro (2005) quanto Antonio Arantes (2000) apontam, nesse sentido, para uma dimensão potencial dessas “instáveis territorialidades” ou “zonas limiares” (e os corpos e práticas que as conformam), que residiria na possibilidade de dar novas conotações simbólicas ao suposto esvaziamento do espaço público nas cidades (ou a sua espetacularização), repolitizando-o: ao abrigar disputas e conflitos constitutivos da dinâmica urbana contemporânea, “outras contratualidades e racionalidades constituem-se em contextos espaço-temporais flexíveis e repolitizam o que se configura como ‘lugar público’ por excelência, nas grandes cidades brasileiras contemporâneas”. (ARANTES, 2000, p. 108)

Não se trata, obviamente, de ignorar as múltiplas violências – físicas e simbólicas – que incidem sobre tais zonas, práticas e corpos, dentre as quais destacam-se políticas e gestões, práticas de planejamento e policiamento e suas reiteradas tentativas de normatização e de conversão de limiares em fronteiras, cuja “transposição sem acordo prévio ou sem controle regrado significa uma transgressão, interpretada no mais das vezes como uma agressão potencial”. (GAGNEBIN, 2014, p. 35) Entretanto, os três autores, ao direcionar o olhar para a construção de vínculos sociais, de sociabilidades, de urbanidades outras em relação àquelas hegemonicamente normalizadas e normatizadas, propõem encarar os múltiplos limiares como “enunciações que as práticas sociais podem construir – e efetivamente constroem – no espaço da cidade” (ARANTES, 2000, p. 129), “ações possíveis” frente

aos mecanismos de nivelamento (e supressão) das diferenças e à discriminação e seleção deles decorrentes.

Tais “ações possíveis” são pensadas por Ribeiro (2010) como espécie de transcendência que germina na imanência: paradoxos e tensões decorrentes de tais políticas, gestões e violências que criariam oportunidades – ainda que contraditórias – para a tessitura de relações sociais, para conformação das urbanidades outras que aqui nos interessam. Invocando as práticas de mediação aí implicadas, a autora propõe a noção de “gestos-fio” – os quais “costuram, com fios tênues e tentativos, fraturas e feridas produzidas pela ação dominante”. (RIBEIRO, 2010, p. 30) Também Perlongher irá propor que se encare as práticas que aqui nomeamos limiaries menos como desvios, oposições ou rupturas frente às “normas sociais dominantes” e mais como trânsitos, mediações – passagens – entre contiguidade e separação, entre “pontos de ruptura” e “pontos de sutura”, invocando também a metáfora e o gesto de “costura” possível desse campo social desde suas territorialidades, sociabilidades, racionalidades e normatividades outras.

Trata-se, portanto, de uma proposição que traz a alteridade para o centro da análise, demandando à produção de conhecimento sobre as cidades uma perspectiva relacional, a qual a noção de liminaridades parece necessariamente implicar: “O limiar designa, portanto, essa zona intermediária que a filosofia ocidental – bem como o assim chamado senso comum – custa a pensar, pois que é mais afeita às oposições demarcadas e claras (masculino/feminino, público/privado, sagrado/profano etc.), mesmo que haja, em alguns casos, um esforço em dialetizar tais dicotomias.” (GAGNEBIN, 2014, p. 37)

Há, em todos os autores aqui convocados para o debate, uma reflexão sobre o lugar do pensamento e da produção do conhecimento,

sobretudo no que tange à atenção aos limiares e às alteridades: seja invocando a possibilidade de ousar pensar devagar, de pensar de forma fragmentária, de buscar a multiplicidade e a riqueza conflitiva do real, de reconhecer a concretude irreduzível das coisas (como propõe Gagnebin em diálogo com Walter Benjamin); ou o “exercício do pensamento em trânsito, como campo de forças, nunca cerrado nem substancializado em área específica” (como enuncia Sedlmayer a partir de Giorgio Agamben); ou ainda a implicação do corpo do pesquisador na cidade, em suas zonas liminares, na disposição ao encontro, ao diálogo, à compreensão das “racionalidades alternativas” e à partilha de saberes e produção conjunta de conhecimento com aqueles que as habitam e as produzem cotidianamente (como propõem Ribeiro, Arantes e Perlongher).

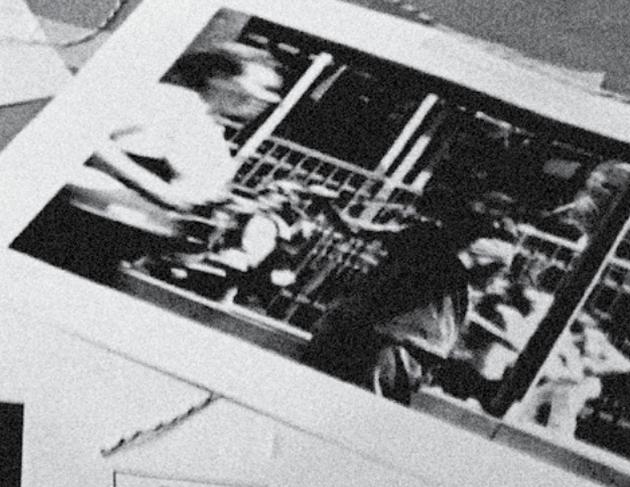
Ana Clara irá mesmo enunciar a prática de uma “episteme dialógica”, a qual se concretizaria nessa implicação corpórea do pesquisador com as práticas urbanas dos “muitos outros”: “Sem o contato com essas ações – cuja apreensão exige a valorização do instante, de códigos grupais e de linguagens corporais – o pensamento crítico abandona experiências que enlaçam energias sociais e preenchem o cotidiano, confeccionando tecido urbano novo.” (RIBEIRO, 2010, p. 29) Dessa perspectiva, seria possível pensar a alteridade na produção da cidade, as urbanidades outras – liminares – que aqui nos interessam, sem tratar o qualitativamente outro apenas como desvio e alvo de intervenção? Como superar as dificuldades historicamente colocadas ao pensamento crítico para apreender, compreender e narrar esses limiares (espaços-tempos-corpos) na constituição do urbano? De que ferramentas dispomos para tanto? E, ainda, finalizando estas provocações: qual o lugar do outro nos gestos urbanos (e na produção de conhecimento sobre eles) que aqui nos interessam? Que cidades emergem a partir das liminaridades aqui invocadas?





FRONTEIRA
UGAR

ESTRADA



CC 5

DESTA URBANIDADE
LIMBAJIDADES

Memória como desvio: trajetos de narrativas na cidade

Maria Helder Pomplano
Universidade Federal Fluminense | UFF
pomploh@id.uff.br

Thiago de Sousa Freitas Lima
Universidade Federal Fluminense | UFF

Uma experiência etnográfica em uma praça de cidade de Fátima, no norte das favelas, envolveu a elaboração de uma cartografia em colaboração, fundamentada e baseada na universidade. Essa cidade permeada e impregnada para escrever suas histórias de resistência do bairro em formas desconhecidas de territorialização de um processo de formação... sendo as experiências de projetos pessoais de produção, re-criação para não cair no comum todos os dias, na cidade que abriga a estrutura da universidade. Nessa cartografia é possível a visualização das suas histórias e trajetórias e possíveis e interconexões, para tanto, é preciso saber de quem se trata "em algum dia", não para polarizar e que possam ser suas páginas de vida locais, privilegiando não seu deslocamento no mundo e não o lugar, ao deixar-se no caminho, sendo que não tem mais nada para dizer.

O presente ali desenvolvido nos conecta às trajetórias de suas práticas de se trabalhar com narrativas no cotidiano. Não se trata apenas de...





9356-6595
07-6875
5659-9536



Enquanto a ponte, linha estendida entre dois pontos, prescreve uma segurança, uma direção absoluta, a porta é feita de modo que por ela a vida se expande além dos limites do ser-para-si isolado, até na ilimitação de todas as orientações.

Georg Simmel

Partindo da imagem espacial da “porta”, Georg Simmel (1996) disserta sobre uma certa espacialidade material que configura a temporalidade da experiência no corpo conferida pela intensidade do instante que concretiza o contato e a transição entre mundos distintos – do conhecido ao desconhecido; da bolha do ser-para-si isolado ao choque do encontro com o outro –, entre mundos separados que encontram-se em relação temporária, formalizando assim um atravessamento que assume significância em ato pelo risco imanente e iminente, posto que a desorientação e o descontrole são sempre possíveis. Transição que caracterizaria um limiar entre o estado estabilizado e autocentrado do corpo à sua total desestabilidade proveniente das incertezas e dos mundos possíveis e imprevisíveis gerados pelos encontros.

No contexto do Grupo de Estudos Liminalidades do Corpocidade 5, a Festa da Nossa Senhora da Conceição da Praia, proposta aos integrantes deste Grupo como experiência de campo, surge enquanto situação que nos colocaria em contato com o desconhecido, um instante espaço-temporal de abertura aos muitos outros urbanos, uma possibilidade da experiência de instantes liminares na cidade, um momento de desestabilidade das certezas – teóricas e práticas – trazidas de longe pelos integrantes do Grupo, um período para colocar-se à deriva e em possíveis esquivas oriundas de encontros, choques e parcerias improváveis,

caso não nos pré-dispuséssemos a esse estar em campo. A ideia da “episteme dialógica”, a qual se concretizaria nessa implicação corpórea do pesquisador com as práticas urbanas dos “muitos outros” fundamentou a proposição da ida a campo aos membros do Grupo de Estudos. A Festa enquanto o atravessar da “porta” – o contato corporal com o desconhecido – em busca da produção de narrativas que partem da experiência urbana.

A “zona de transição” instalada pelo calendário festivo do verão de Salvador, aberto na Festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia e que desemboca no Carnaval, se revela fértil tanto para produção como para apreensão do tecido urbano. Um espaço-tempo ou tempo-espaço, onde trabalho e festa, sagrado e profano, vida e espetáculo, se misturam, se entrelaçam, se superpõem. Tudo funciona e nada funciona. Suspensão e cotidiano. A “racionalidade alternativa” das águas – as águas de Oxum, de Oxalá, de Iemanjá – fissura a superfície do fixo e faz crescer nas fendas gestos outros. “Gestos de viração” que se fertilizam na cidade em festa. O gesto do vendedor de água, do catador de latinha, do pesquisador em campo.

Pesquisadores saem a campo para pesquisa empírica e inevitavelmente tornam-se parte do acontecimento Festa da Conceição da Praia, na região do Comércio, Cidade-Baixa – Salvador. Trata-se de perguntar: de fato aceitamos fazer parte do contexto investigado, transformando e sendo transformados por ele?

De muitas maneiras o sujeito-investigador apresenta suas próprias características de caminhada, de estar em campo, de experimentar

a cidade. Talvez baixo, pernas pequenas, talvez esguio, sua aparência gringa, seu sotaque baiano, suas perguntas investigativas, seu olhar direcionado, seu interesse diluído, suas ferramentas de captação, suas narrativas instantâneas, a forma pela qual ele improvisa. Entretanto, nesta experiência imersiva, este sujeito inevitavelmente se coloca disponível a agregar maneiras de estar na cidade. Sendo estrangeiro, sendo observador, tornando-se rezadeira, incluindo-se no fluxo, sendo fluxo, tornando-se alvo, permitindo-se ser observado e ser pedestre-passante. O corpo cidadão pode deixar-se experienciar outras composições do caminhar, sendo acompanhante desta multidão de passantes e acompanhado por ela. Pode ficar mais lento, meditativo, contemplativo, cantante; também esperto, talvez oportuno.

Com que intensidade nos permitimos estar de corpo presente em um contexto da cidade como este da Festa? Estar de corpo presente pode significar uma abertura para experienciar o novo ou, nele, é possível simplesmente mascarar-se sem afetar-se?

Mesmo que temporariamente, o sujeito que aceita não simplesmente tangenciar esta experiência, pode passar por momentos de desidentificação, de reelaboração de si. Qual a nossa disponibilidade, como pesquisadores, a um jogar-se no desconhecido em sua presença viva, contraditória, imprevisível? Como o campo se modifica diante das diferentes qualidades da presença?

ÁGUA QUE MORATE

ÁGUA QUE PURIFICA

ÁGUA ABENÇOADA

ÁGUA 1 REAL

ÁGUA 1 REAL

O limiar tanto como potência como quanto obstáculo. Os corpos de pesquisadoras colocados em questão ao adentrar a festa com o primeiro aviso: desçam pela Ladeira da Conceição, não pela da Montanha, não! O corpo do homem, que, adormecido no chão, demanda uma nova ordem que emerge no encontro com a procição. A sujeira na água que vira microcontos; microcontos sobre outras tantas situações que, estando nessa zona de con(tato)flito, gera, e gere, ambiguidades ao dar a ver muitas outras alteridades.

A oposição ressalta a potência da diversidade de sentidos possíveis em uma “zona limiar”, mais do que ambivalência, as condições de possibilidade de experiência nesse lugar reservam uma miríade de caminhos possíveis a serem vivenciados, experimentados ou simplesmente desconsiderados. Território de (des)territorializações – zona de indeterminação – as zonas limiaries são multiplicidades.

O Comércio e seu entorno imediato é uma área que já possuiu muita importância na cidade de Salvador pela existência do Porto e conexão com a cidade alta. Na segunda metade do século XX passou a sofrer impactos da expansão da cidade para o vetor norte, sobretudo pelo redirecionamento dos fluxos (comerciais, de serviços etc.) e mais recentemente tem sido alvo de investimentos imobiliários para classe alta. A festa da Conceição da Praia abre espaço para diversas possibilidades: de práticas, de sentido, de apropriação. Na festa sagrado e profano se misturam de algum modo, pecado e perdão estão ali. Na festa, a informalidade “corre solta”. Espetinhos, piriguetes, pinga da boa e tantos outros produtos e atividades desenvolvidas a fim de obter-se alguma renda e faturar na festa. Enquanto isso, no mar nas proximidades do Museu de Arte Moderna, uma lancha concentra muitas pessoas

ao som de música eletrônica. É festa! No mesmo Comércio de prédios abandonados, da informalidade cotidiana, da mistura e diversidade encontramos ao menos duas festas bem delimitadas: a festa da Conceição da Praia sagrada-profana e aquela da Boate-Lancha “gourmetizada”. É o mesmo Comércio e entorno que abriga os ferreiros da Ladeira da Conceição, os vendedores de água nos pontos de ônibus, mas onde também há varandas *gourmet* classe A com vista para a Baía de poucos, mas de Todos os Santos.

A festa, fusão singular entre práticas sagradas e profanas, é vista como uma fissura ainda mais potencializadora de trocas que acontecem cotidianamente. É também palco dos conflitos decorrentes dessa territorialização. Ambulantes, desejosos de multidão e indesejados pelo poder público, buscam incessantemente um território de oportunidades. A prática do comércio informal é subvertida na medida em que não gera ativos para o poder público. Entre aceitação e transgressão, é alvo de políticas e gestões, violências físicas e simbólicas, policiamentos, normatizações.

Um vende refrigerantes anunciando só em rimas. Troca as rimas por sorrisos. Outro vende cata-ventos de folha de revista. Quem leva, ganha de brinde uma poesia. Uns oferecem fitinhas do Bonfim, insistentes. Outros vendem bênçãos de orixás. Um cruza a cidade trazendo amendoins em quantidade. Outro guarda carros. Vive na rua. Oferece seu corpo-guarda aos motoristas. Também pode oferecer riscos, para estimular os menos dispostos. Há quem vem só com balde, gelo e água. E reza para o sol arder. Há quem distribui massivamente a água, tem depósito, estoque, estabelecimento. Muitos vendem cerveja. Uns poucos tem barraca patrocinada. Muitos, vendem cerveja no isopor e gritam: “3 por 5! 3 por 5!”.

Lojão Cloc

Vendo apêi

3 por 10!

Chega, frequesai

Clock Residence,

baratinho, baratinho!

ÁGUA QUE HIDRATA
ÁGUA QUE PURIFICA
ÁGUA ABENÇOADA
ÁGUA 1 REAL



**Gilmar ambulante
orando no altar
pro sol escaldante
a sede espalhar**

Num espaço urbano que tem sofrido diversas intervenções espetacularizadoras e normatizadoras, a festa da Conceição da Praia é mais uma brecha para a concentração de várias rentabilidades informais. Essencialmente múltipla e dinâmica, a festa é, dentre tantas coisas, também mercado em potencial. Uma multidão de passantes segue os santos da procissão enquanto outros atravessam a multidão buscando oportunidades de troca, numa lógica outra, considerada menor, que os processos econômicos hegemônicos da gestão municipal costumam varrer. Nessa perspectiva, as ruas se tornam brechas, passagens, que ainda não sucumbiram completamente à “instalação da última versão da cidade capitalista”. Misturar-se à multidão para se aproximar dessas dinâmicas é fundamental.

A festividade, com todos os seus elementos, conforma-se como uma experiência limiar no tecido urbano. É na procissão que a abrangência da festa extrapola os limites. A adoração ganha corpo em si através de passos, cânticos, mãos e braços, rebatendo diretamente no espaço da cidade. Cria-se uma “zona de transição” pela suspensão parcial do cotidiano, na qual diversos mundos podem se sobrepor. Estabelece-se um tempo-espaço de ambiguidade, onde lojas e estabelecimentos de serviço modificam seus horários de funcionamento em prol do cortejo, veículos são impedidos temporariamente de transitar, abrindo espaço para o caminhar das mais diversas pessoas, memórias, subjetividades e estímulos. Fiéis e acompanhantes tecem o “direito ao espetáculo” ao evocar o “direito de ser visto, lido e conhecido com seus próprios termos”.



**DEDO DO PÉ
exímio
buscador
de fissuras**

Meia idade, corpo magro, lata de cerveja na mão direita, cabelos grisalhos, uma bermuda estampada sob camisa branco encardido de botões quase todos abertos e nos pés chinelos de borracha que não escondem os calcanhares sujos e rachados. A missa campal acontecendo e o homem é mais um ali na multidão. Totalmente embebido no êxtase alcóolico, pouco se liga ao andamento litúrgico do ritual. Perde-se em gestos e palavras soltas e de vez em quando repete a última frase proferida em coro pelos fiéis ao seu redor. Tenta o equilíbrio. Esbarra num e noutro que o ladeiam, abre clareira na multidão pelo bambear contínuo e inconstante dos seus passos, corpo funâmbulo entre posturas eretas, sérias e compenetradas em seus credos. Xingamentos o interpelam. “Perdoai-vos uns aos outros assim como Eu vos perdoei” – pronuncia o sacerdote repetidas vezes. No momento do ritual dedicado à Comunhão do corpo de Cristo, diversos padres e freiras, portando cálices dourados repletos de hóstias, descem do palanque armado em frente ao adro da basílica barroca de Nossa Senhora da Conceição da Praia e se espalham por entre os fiéis. Desatento ao ritual de distribuição do corpo sagrado, o ébrio é interpelado por um sacerdote já com a hóstia na mão em posição de oferta. Num gesto de disfarce, em esforço hercúleo e resgate instantâneo da sobriedade, astuciosamente troca a lata de cerveja da mão direita para a mão esquerda, mantendo esta última escondida atrás do corpo, e com firmeza em toda a postura, rara até então, estende a mão direita, olha nos olhos do paroquiano, recebe o corpo santo, baixa os olhos e leva-o à boca, mantendo-se em pé e de olhos fechados por alguns instantes de profunda concentração.

Fim da missa. Fogos de artifícios estouram e anunciam a saída dos santos e da padroeira da Festa de dentro do templo religioso. Na

frente do adro, a multidão começa a se organizar em fila dupla, a procissão que percorrerá as ruas do Comércio toma forma e de um carro de som sai os comandos do pároco conduzindo o percurso. Na frente do carro de som a ala das baianas, senhoras negras trazendo em seus corpos contas, balangandãs e tecidos dourados que explanam em suas performatividades o culto à deusa Oxum, agenciando em si, enquanto caminham e entoam os cânticos católicos, mundos, raças, credos, posições sociais e temporalidades distintas. Atrás das Baianas, o andor com a imagem da Nossa Senhora da Conceição da Praia aparece completamente rodeado de flores naturais e ovacionado por todos, quando passa, – inúmeros são os aparelhos celulares que são erguidos, durante a passagem da Santa, em busca da melhor imagem –, carregado em ombros de homens jovens e fortes, quase todos negros e trajando camisas de mangas longas, as quais não tardam, pelo suor, a grudar em suas silhuetas, evidenciando todo o esforço físico de suas devoções. As baianas e os carregadores da Santa ditam o ritmo da caminhada que sai em procissão.

A procissão aparece como passagem pelo imbricamento dos variados gestos que emergem: as mãos que lutam pelo toque salvador, os pés e os cânticos que marcam o ritmo da marcha, o ruído do amplificador do padre, o grito da venda da água abençoada, a fala de cuidado àquele que ousa portar um item de valor, as orações e lamentos compartilhados. A existência de cada um deles e a relação entre os mesmos conformam liminaridades plurais entre corpo e cidade.





**nos trópicos ardentes
há uma cidade insolente
onde a santa suprema
inaugura o verão
bronzeando na procriação**



No entorno do adro da igreja, os fiéis que ficam aos poucos vão ocupando as barracas, mesas e cadeiras padronizadas pela marca e cor única da cervejaria parceira do poder público; a tentativa de ordenamento da farrá que se inicia é explícita. O som do berimbau e a gíngá dos corpos na roda de capoeira atraem os passantes. Quanto mais distante vai ficando o som dos cânticos religiosos que seguem em procissão, mais sons eletrônicos vindos das barracas vão se sobrepondo. A transição da ambiência da festa é percebida nos corpos que agora se expandem em conversas, gargalhadas, carícias e molejo nos quadris: o despejo do primeiro gole da cerveja no chão, para o Santo, marca a transição. O calor do sol se aproximando do pico do meio-dia aguça a sede. Os catadores de lata, com suas posturas curvadas e olhares direcionados ao chão, lotam seus sacos na garantia de um trocado um pouco mais a frente. De longe é visível o retorno da Santa. Pelo outro lado da avenida, marcando a distância, o andor retoma o caminho do adro da igreja. Estabelece-se uma zona entre duas festas agora completamente distintas. Do lado de cá, uma jovem senhora larga seu copo e a conversa em que estava imersa, estende a mão direita para o alto em direção a Santa, fecha os olhos e faz sobre seu corpo o sinal da cruz, transitando entre mundos. ■

Referências

- AGAMBEN, G. Notas sobre o gesto. *Revista Artefilosofia*, Ouro Preto, n. 4, p. 9-16, 2008.
- AGIER, M. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- ARANTES, A. *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Editora Unicamp, 2000.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BEHRENS, R. Seres limiaries, tempos limiaries, espaços limiaries. In: OTTE, G.; SEDLMAYER, S.; CORNELSEN, E. *Limiaries e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 93-112.
- GAGNEBIN, J. M. *Limiar, aura, rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Ed. 34, 2014.
- PERLONGER, N. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RIBEIRO, A. C. T. Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos. In: BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 24-41.
- RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade hoje: leitura da experiência urbana. *Cadernos do CRH*, Salvador, v. 18, 2005.

RIZEK, C. Limites e limiares / corpo e experiência. *Redobra*, Salvador, n. 10, ano 3, p. 33-39, 2012.

SEDLMEYER, S. Á porta: noções sobre o limiar em Giorgio Agamben. In: OTTE, G.; SEDLMAYER, S.; CORNELSEN, E. (Ed.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 268-277.

SIMMEL, G. A ponte e a porta. *Revista Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 12, p. 10-14, set. 1996.

TURNER, V. *Floresta de símbolos. Aspectos do ritual Ndembu*. Niterói: EdUFF, 2005.

Sobre os Autores

Anna Raquelle Silva é graduada em ciências sociais, mestranda em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Bárbara Rocha é graduada em arquitetura e urbanismo, mestranda em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Camila Ferraz é graduada em arquitetura e urbanismo, doutoranda em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Cibele Saliba Rizek é socióloga, professora associada do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da Universidade de São Paulo, pesquisadora CNPq. Publicou, entre outros, *A Era da Indeterminação* (Boitempo, 2007), *Saídas de Emergência - ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo* (Boitempo, 2011) e *Hegemonia às Avessas* (Boitempo, 2010).

Clara Passaro é graduada em arquitetura e urbanismo, doutoranda em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Cícero Castro é graduado em arquitetura e urbanismo, mestrando em arquitetura e urbanismo na Universidade de Brasília.

Dilton Lopes é graduado em arquitetura e urbanismo, mestrando em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Eduardo Rocha Lima é graduado em arquitetura e urbanismo, pós-graduado em arquitetura e urbanismo, professor adjunto da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Fabiana Dultra Britto é graduada em dança e pós-graduada em artes e em comunicação e semiótica, professora associada da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do grupo de pesquisa Laboratório Coadaptativo LabZat (CNPq). Publicou *Temporalidades em Dança – parâmetros para uma história contemporânea* (FID Editorial, 2008) e organizou, com Paola Berenstein Jacques *Corporalidade – debates, ações e articulações* (Edufba, 2010).

Fábio Souza é graduado em arquitetura e urbanismo, mestrando em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Igor Queiroz é graduado em design gráfico e em arquitetura e urbanismo, mestrando em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Janaina Chavier é graduada em design de ambientes, doutoranda em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Janaína Lisiak é graduanda em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia, bolsista IC membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Jeanne Marie Gagnebin é filósofa, professora titular do departamento de filosofia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e professora livre-docente do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Publicou, entre outros: *História e narração em Walter Benjamin* (Perspectiva, 1994), *Sete Aulas sobre Linguagem*,

Memória e História (Imago, 1997), *Lembrar escrever esquecer* (Editora 34, 2006), *Limiar, aura e rememoração. ensaios sobre Walter Benjamin* (Editora 34, 2014).

João Soares Pena é graduado em urbanismo, doutorando em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Junia Mortimer é graduada e pós-graduada em arquitetura, professora adjunto da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Jussara Sobreira Setenta é graduada em dança e pós-graduada em artes cênicas e em comunicação e semiótica, professora aposentada da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do grupo de pesquisa Laboratório Coadaptativo LabZat (CNPq). Publicou *O fazer-dizer do corpo – dança e performatividade* (Edufba, 2008).

Leonardo Vieira é graduando em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia, bolsista IC membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Margareth da Silva Pereira é graduada em arquitetura e urbanismo e pós-graduada em história, professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Urbanos (CNPq), pesquisadora CNPq. Publicou, entre outros: *Le Corbusier e o Brasil* (PROJETO, 1987), *Os Correios e Telégrafos no Brasil - um Patrimônio Histórico e Arquitetônico* (ECT, 1999), *1908: um Brasil em Exposição* (Casa 12, 2010) e *Jardim de Memórias: Parque do Flamengo 50 anos* (Casa 12, 2015).

Maria Angélica da Silva é graduada em arquitetura e urbanismo e pós-graduada em história, professora associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. Coordenadora do grupo de pesquisa Estudos da Paisagem (CNPq), pesquisadora CNPq.

Maria Isabel Menezes é graduada em arquitetura e urbanismo, doutora em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia.

Maria Stella Bresciani é historiadora, professora emérita da Universidade Estadual de Campinas e professora titular aposentada do departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Fundadora do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, pesquisadora CNPq. Publicou, entre outros: *As mulheres no espaço público* (ANPUH, 1989), *Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza* (Brasiliense, 1990), *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades/La aventura de las palabras de la ciudad, através de los tiempos, de los idiomas y de las sociedades* (Romano-Guerra, 2014).

Milene Migliano é graduada em comunicação, doutoranda em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Osnildo Adão Wan-Dall Junior é graduado em arquitetura e urbanismo, doutorando em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Paola Berenstein Jacques é graduada em arquitetura e urbanismo, pós-graduada em filosofia e história da arte, professora associada da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, coordenadora do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq), pesquisadora CNPq. Publicou, entre outros: *Estética da Ginga* (Casa da Palavra, 2001) e *Elogio aos errantes* (EDUFBA, 2012), e organizou, com Fabiana Dultra Britto *Corpocidade – debates, ações e articulações* (Edufba, 2010).

Pasqualino Romano Magnavita é engenheiro e arquiteto, professor emérito da Universidade Federal da Bahia, professor adjunto aposentado da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, “Colar de Ouro” do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil. Membro da Academia de Ciências do Estado da Bahia e pesquisador CNPq.

Ramon Martins é graduado em design, mestrando em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Ricardo Trevisan é graduado e pós-graduado em arquitetura e urbanismo, professor adjunto no Departamento de Teoria e História da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Pesquisador membro do Laboratório de Estudos da Urbe (CNPq), pesquisador CNPq.

Rita Velloso é graduada em arquitetura e pós-graduada em filosofia, professora adjunta da Escola de Arquitetura e Design da Universidade Federal da Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Coordenadora do grupo de pesquisa Cosmópolis (CNPq).

Thais Troncon Rosa é graduada em arquitetura e urbanismo, pós-graduada em história e em arquitetura e urbanismo, professora adjunta da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Thiago Magri é graduando em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal da Bahia, bolsista AT, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Vera Pallamin é graduada em arquitetura e filosofia e pós-graduada em arquitetura, professora livre-docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Publicou, entre outros: *Arte*

Urbana - São Paulo: região central (1945-1998) (Annablume, 2000), *Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana* (Estação Liberdade, 2002) e *Arte, Cultura e Cidade - aspectos estético-políticos contemporâneos* (Annablume, 2015).

Washington Drummond é graduado em história e pós-graduado em comunicação e cultura e em arquitetura e urbanismo, professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia, membro do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (CNPq).

Xico Costa é graduado em arquitetura e pós-graduado em história urbana, professor associado do departamento de arquitetura da Universidade Federal da Paraíba, coordenador do grupo de pesquisa Visões Urbanas (CNPq).

Créditos das Fotografias

Adriana Caúla

p. 274 (superior).

Ana Luiza Silva Freire

p. 275 (superior).

Ana Paula Vieceli

p. 281 (inferior).

Bárbara Rocha e Larissa Dantas

p. 244 a 259; 274 a 281; 299 a 319; 359 a 365; 369; 372; 373; 375; 378, 379 e 380 .

Celma Paese e Emanuela di Felice

p. 278 (inferior).

**Fernanda Martins de Oliveira Correa e
Maíra Ramirez Nobreo**

p. 275 (inferior).

Guilherme Marinho Miranda

p. 277 (superior).

Helen Campos Barbosa

p. 276 (inferior).

Igor Queiroz e Leonardo Vieira

Sobrecapa; Guarda; p. 5; 8; 18, 19 e 20;
42; 70; 84; 102; 150; 172; 190; 206; 230,
231 e 232; 262; 294 e 350.

Inês Bonduki

p. 279 (superior).

José Clewton do Nascimento

p. 281 (superior).

Julia Casotti

p. 280 (inferior).

Laura Fonseca de Castro

p. 274 (inferior).

Marcia de Noronha Santos Ferran

p. 279 (inferior).

Maria Julia Stella Martins

p. 278 (superior).

Matheus Silva Lins

p. 276 (superior).

Paula Adelaide Mattos Santos Moreira

p. 280 (superior).

Solange Gomes Valladão

p. 277 (inferior).

Este livro foi publicado no formato 14,7 x 19 cm em papel Off set 90 g/m² para o miolo e papel Kraft 120 g/m² para a capa. Impresso na Bigraf. As fontes utilizadas foram Dante e Helvética. Tiragem de 400 exemplares.

Salvador, 2017



ISBN 978-85-232-1585-9



9 788523 215859

